



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Direito

Daniela Suarez Pombo

**Escombros do Futuro: Retratos de um Porto no Porto Maravilha como
fissura na história do Rio de Janeiro**

Rio de Janeiro

2024

Daniela Suarez Pombo

Escombros do Futuro: Retratos de um Porto no Porto Maravilha como fissura na história do Rio de Janeiro



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Direito, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Direito da Cidade.

Orientador (a): Prof.^a Dra. Angela Moulin Simões Penalva Santos

Coorientador (a): Prof.^a Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CCS/C

P784 Pombo, Daniela Suarez

Escombros do Futuro: retratos de um Porto no Porto Maravilha
como fissura na história do Rio de Janeiro / Daniela Suarez Pombo.
- 2024.
211f.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Angela Moulin Simões Penalva Santos.

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Rosângela Lunardelli Cavallazzi.

Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Faculdade de Direito.

1. Direito à memória - Teses. 2. Direito à cidade - Teses. 3. Planejamento
urbano - Teses. I. Santos, Angela Moulin Simões Penalva. II. Cavallazzi,
Rosângela Lunardelli. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Direito. IV. Título.

CDU 349.4(815.3)

Bibliotecária: Fabiana das Graças Fonseca CRB7/6358

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Daniela Suarez Pombo

Escombros do Futuro: Retratos de um Porto no Porto Maravilha como fissura na história do Rio de Janeiro

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Direito, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Direito da Cidade.

Aprovada em vinte e cinco de março de dois mil e vinte e quatro.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Angela Moulin Simões Penalva Santos (Orientadora)

Faculdade de Direito – UERJ

Prof.^a Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi (Coorientadora)

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.^a Dra. Arícia Fernandes Correia

Faculdade de Direito – UERJ

Prof. Dr. Cláudio Rezende Ribeiro

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2024

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, que pôde celebrar comigo meu ingresso no mestrado e que agora, mesmo acompanhando de longe, possa sentir orgulho e comemorar o fim desta etapa.

AGRADECIMENTOS

Cada vez mais tenho confirmado que escrever a parte dos agradecimentos talvez seja a mais difícil de todo o trabalho. Digo isso porque, ainda que a escrita seja uma atividade solitária, o processo de conhecimento não. Não há nada mais valioso que “pensar com a cabeça do outro” e se permitir ser atravessada e interpelada por ele. Assim é que se constrói o conhecer e o pensar, uma experiência invariavelmente coletiva.

Este trabalho é um retrato desta trajetória de interpelações e interpenetrações, sendo a natureza do processo de conhecimento, ela própria, porosa. Assim foi a minha experiência durante o mestrado, momento em que um é provocado com o que lhe é novo, diferente e até, muitas vezes, contrário. Se permitir abrir a cabeça para literaturas e campos novos é um ganho que não consigo mensurar, que dirá agradecer por ele. Apesar da escrita difícil destas linhas, minha felicidade é olhar para toda a trajetória que culminou neste trabalho e enxergar nele um retrato muito fiel deste pensamento construído à muitas mãos, cabeças e ideias.

Por isso agradeço à Angela Penalva, minha orientadora, por ter me apresentado a leituras que não me eram necessariamente confortáveis, mas que profundamente me atravessaram e hoje deixam sua marca neste trabalho e na forma como passei a enxergar e fazer a leitura do mundo. À Rosângela Cavallazzi, minha coorientadora, agradeço por me acompanhar desde o início de minha trajetória acadêmica e ter sido a primeira pessoa a me ensinar sobre este processo coletivo do pensar. São anos de aprendizado e admiração que continuarão enquanto me for permitido acompanhá-la. Aos meus professores do PPGD, justamente, pelas novas ideias e oportunidades de pensá-las e repensá-las.

À professora Bethânia Assy agradeço eternamente pelo acolhimento e pela criação de um espaço que tornou este processo de escrita menos solitário. Não só isso, mas desde muito cedo fez com que nos perguntássemos o que nos atravessava como pesquisadores e ajudava a pensar quais perguntas gostaríamos de fazer. Estas foram provocações fundamentais para que este trabalho pudesse nascer, motivo pelo qual serei eternamente grata. Foi, também, nesse espaço de compartilhamento da experiência da escrita que conheci colegas, hoje amigos, que foram parte fundamental desta trajetória. Gostaria de agradecer especialmente à Nilton Chagas, Flávio Folly, Karina Muller, Jade Dalfior e Luisa Vanessa Carneiro pela ajuda que espero um dia ser capaz de retribuir.

À minha família e amigos, que me acompanharam ao longo desta trajetória e, especialmente, ao Pedro Alexandre pelo amor e paciência e ao meu irmão Victor, pela imensa generosidade que sempre teve em ouvir minhas histórias e por ter sido de grande ajuda neste trabalho.

Para liquidar os povos, começa-se por lhes tirar a memória. Destroem-se seus livros, sua cultura, sua história. E uma outra pessoa lhes escreve outros livros, lhes dá outra cultura e lhes inventa uma outra história.

Milan Kundera

RESUMO

POMBO, Daniela Suarez. *Escombros do Futuro: Retratos de um Porto no Porto Maravilha como fissura na história do Rio de Janeiro*. 2024. 211f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Partindo de uma leitura benjaminiana da história e da cidade, pretende-se uma análise do caso-referência do Cais do Valongo, um Porto dentro do Porto Maravilha, ancorado no capitalismo global. Este Cais reemerge à superfície como fissura por ocasião das reformas urbanas promovidas no bojo do Projeto Porto Maravilha em 2011. Juntamente com o Cais, reemerge a problemática dos lugares de memória e sua crescente desarticulação com o presente em tempos de avanço da cidade *standard*, aquela que parece submeter a cidade a uma lógica de mercado retirando, com isso, a porosidade, a simbiose dos espaços e uniformizando a memória dos seus habitantes. As reformas urbanas foram sempre uma forma de escrita da cidade motivo pelo qual trabalharemos a história do Cais articulada com o seu entorno com o intuito de verificar as sucessivas camadas narrativas de seleção responsáveis pelo seu nascimento, apagamento e redescoberta. O Cais é a fissura que põe a descoberto o legado da escravidão, mas além dele traz consigo a eterna repetição da mesma forma de marchar adiante sem nos darmos conta do que fica pelo caminho, como ensina Walter Benjamin. Além disso, o Cais causa uma fissura na falsa produção de consensos que se criou por ocasião do Projeto do Porto Maravilha, na medida em que coloca a descoberto as próprias contradições do processo de sua elaboração e implementação como forma de revitalização de uma região “vazia” demograficamente e esvaziada economicamente e de sentido. Este Porto dentro de um Porto no capitalismo global coloca-nos diante de nós mesmos e as respostas que ele nos dá talvez digam mais sobre nós do que poderíamos ter nos permitido pensar.

Palavras-chave: direito à memória; direito à cidade; planejamento urbano; direito urbanístico; filosofia do direito.

ABSTRACT

POMBO, Daniela Suarez. *Remains of the Future: Portraits of a Harbor within Porto Maravilha as a fracture in the history of Rio de Janeiro*. 2024. 211f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Based on Walter Benjamin's reading of history and the city, the aim is to analyze the reference case of Valongo's Dock, a harbor within Porto Maravilha anchored in global capitalism. This dock reappeared on the surface as a fracture during the urban reforms promoted as part of the Porto Maravilha's Project in 2011. Along with the dock, the problem of memory and their progressive disarticulation from the present emerges in times of the advance of the standard city, which seems to submit the city to a market logic, eliminating the porosity and symbiosis of spaces and standardizing the memory of its inhabitants. Urban reforms have always been a way of writing the city, which is why we will work on the history of the dock in relation to its surroundings, in order to verify the successive layers of narrative selection responsible for its birth, erasure and rediscovery. The dock is the crack that exposes the legacy of slavery, but beyond that it brings with it the eternal repetition of the same path, marching forward without realizing what is left along the way, as Walter Benjamin teaches. Furthermore, the dock causes a rupture in the false production of consensus that has been created around Porto Maravilha's Project, in that it exposes the very contradictions of the process of its elaboration and implementation as a way of revitalizing a demographically "empty" and economically meaningless region. This harbor within Porto Maravilha anchored in global capitalism brings us to face our own reflection, and may tell us more about us than we've ever allowed ourselves to think before.

Keywords: right to memory; right to the city; urban planning; urban law; philosophy of law.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Sequência de retratos do Cais do Valongo.....	190
Figura 2 – Sequências de retratos do Cais do Valongo	191
Figura 3 – Sequência de retratos pela Rua Sacadura Cabral	193
Figura 4 – Pilar que sinaliza o Sítio Arqueológico do Cais do Valongo.....	194
Figura 5 – Sequência de retratos do Boulevard Olímpico.....	195
Figura 6 – Retratos dos bancos curvos e mural do artista Kobra no Boulevard.....	196
Figura 7 – Retratos do Boulevard.....	196
Figura 8 – Retratos da Feirinha para os visitantes solventes	197
Figura 9 – Retratos da Feirinha para os visitantes solventes	197
Figura 11 – Retratos do Boulevard.....	198
Figura 12 – Arredores do AquaRio	199
Figura 13 – Retratos da Avenida Venezuela	199
Figura 14 – Retratos da Avenida Venezuela	200
Figura 15 – Retratos da Avenida Venezuela	200
Figura 16 – Retratos do Largo da Prainha.....	201
Figura 17 – Retratos do Largo da Prainha.....	202
Figura 18 – Retratos da Rua Sacadura Cabral em direção à Praça Mauá	203
Figura 19 – “Lambe-lambe” na Rua Sacadura Cabral	203
Figura 20 – Final da Rua Sacadura Cabral chegando à Praça Mauá.....	204
Figura 21 – Retratos da Praça Mauá.....	205

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. HISTÓRIA E MEMÓRIA: OS RASTROS DO PASSADO NO PRESENTE E OS ESCOMBROS DO FUTURO.....	15
1.1 Sobre o conceito de história: passado, presente e futuro.....	15
1.2 O escrever da história através da possibilidade que ficou pelo meio do caminho.....	27
1.3 “O povo brasileiro não conhece a sua história”: rompendo com a tradição inventada para a construção de algo novo.....	34
2. RETRATOS DE CIDADE: WALTER BENJAMIN E A ARTE DE ESCREVER A HISTÓRIA COM IMAGENS.....	43
2.1 Fisionomia da Metrópole Moderna: ler a cidade como um texto.....	43
2.2 Nápoles: o retrato de uma cidade porosa.....	50
2.3 Rua de Mão Única: o retrato de uma metrópole moderna.....	63
2.4 O Projeto das Passagens de Paris e o retrato da modernidade.....	73
3. FISIONOMIA DA METRÓPOLE MODERNA: O NOVO VERSUS A NOVIDADE.....	84
3.1 Espaço como acumulação desigual de tempos: como nasce e morre o espaço do homem?.....	84
3.2 Planejamento Urbano e as Reformas Urbanas: uma forma de escrita da cidade.....	106
3.2.1 <u>A forma “moderna” de fazer cidades “modernas” no além-mar e suas inflexões.....</u>	106
3.2.2 <u>A moda da forma de fazer cidades “globais” no mundo: outra inflexão que retoma o planejamento como novidade vendida a pacotes estratégicos.....</u>	120
4. UM ENCONTRO MARCADO COM O FUTURO: A CIDADE STANDARD, A FISIONOMIA MAIS ACABADA DO CAPITALISMO GLOBAL.....	128
4.1. Um país condenado ao futuro que se descobre vanguarda desde sempre...	128
4.1.1 <u>Um Pacote Brasileiro de fazer cidades?.....</u>	142
4.2 A Cidade <i>Standard</i> como a fisionomia mais acabada do capitalismo global.....	150
5. ESCOMBROS DO FUTURO: RETRATOS DE UM PORTO NO PORTO MARAVILHA, COMO FISSURA NA HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO.....	166
5.1 Um Porto dentro de um Porto no capitalismo global.....	166
5.2 Escombros do futuro: retratos de um Porto no Porto Maravilha, como fissura na história do Rio de Janeiro.....	188
CONCLUSÃO.....	207
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	211

INTRODUÇÃO

O impulso inicial que moveu este trabalho sempre foi a vontade de compreender as disputas sobre a representação da história e da memória no patrimônio público disposto pelas cidades através de categorias benjaminianas. Foi também por conta deste impulso inicial que cheguei ao Cais do Valongo, o principal Porto de entrada de africanos escravizados no Brasil e nas Américas, como parte integrante do maior complexo escravista em funcionamento entre a segunda metade do século XVIII e o início do século XIX. Antes de mim, naturalmente, tantos outros pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. E antes de chegarmos todos nós, antes que pudéssemos sequer cogitar estudá-lo para além dos registros históricos que se tinha sobre ele, o Cais precisou sair das camadas que o encobriam.

Foi em janeiro de 2011 que ele reemergiu à superfície, durante as escavações realizadas no bojo das obras de revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro, na fase inicial do Projeto do Porto Maravilha. O Cais, outrora encoberto por camadas de reformas urbanas sucessivas, voltara à superfície, justamente por conta de outra reforma urbana. Este fato, por si só, já carrega potente simbolismo. Foi então que todos os pesquisadores confluíram para o Cais e, a partir dele, foram possíveis uma série de importantes escavações que puseram, e seguem pondo, a descoberto as fissuras na história da cidade, na memória, na conformação do povo brasileiro e em nosso país.

Dentre as inúmeras abordagens possíveis, a que me interessava era a de compreender o Cais do Valongo, outrora Porto, como um lugar de memória que, ao ser desenterrado, denuncia as camadas de apagamento que as reformas urbanas impuseram. Pretendia analisar as disputas sobre a memória nestes lugares. Por um lado, esta hipótese segue hígida, sendo-me impossível descartá-la. Por outro, quando me pus a estudar o caso para os fins que aqui expus, naturalmente, tive de ir a campo e, ao visitá-lo algumas quantas vezes, não pude enxergá-lo como havia planteado.

O Cais que enxerguei me levou para um caminho completamente diferente. Explico-me: não falo aqui em ter reparado em qualquer aspecto inédito, inaudito ou promovido uma descoberta absolutamente nova sobre o que já sabemos sobre ele. O problema foi o percurso por parte deste outro Porto em direção ao antigo. Todas as vezes que fui a campo, começava meu percurso na Praça Mauá, passando sempre no Largo da Prainha, seguia pela Rua Sacadura Cabral até virar na Avenida Barão de Tefé e finalmente desembocar no Cais do Valongo. Chegando no Cais, o que pude enxergar foi todo o resto.

Se me ponho diante dele, vejo um Cais que já foi um Porto, dentro de outro Porto ancorado no que podemos chamar de capitalismo global. Não que o Cais não seja capaz de contar a sua história por ele mesmo, mas parece que teve mais dificuldade de ouvi-lo por conta do entorno. Este outro Porto, o Porto Maravilha, parece estar contando em maior volume e contundência uma outra história, ainda que entrelaçada com a história do Cais.

Se, como disse, o impulso inicial da pesquisa sempre fora no sentido de compreender as disputas sobre a representação da história e da memória no patrimônio público disposto pelas cidades através de categorias benjaminianas, ele segue o mesmo. O que mudou foi o direcionamento deste impulso. Se antes me perguntava como a existência do Cais punha à descoberto as fissuras na história e memória da cidade através das camadas construídas pelas reformas urbanas, agora tomo outra direção. O impulso se dará do entorno para o que desemboca nele. Isto é, como a memória e história que o Cais reivindica pode sobreviver às transformações de seu entorno promovidas pelas mesmas reformas urbanas que o trouxeram de volta à superfície?

Para responder a esta inquietação em forma de pergunta, proponho um percurso interdisciplinar, já que me volto para a compreensão de uma complexidade de processos que atravessam simultaneamente uma região específica. Como denuncia o Cais, o espaço em que ele se encontra foi modificado e continua sendo alvo de processos que o transformam e ressignificam. Por esse motivo, cumpre que desenvolvamos e, posteriormente, verifiquemos a sua cristalização no caso-referência, metodologia adotada para que este desenvolvimento teórico construído ao longo do trabalho desemboque no Cais.

O Cais do Valongo quando torna à superfície põe a descoberto tudo o que ficara pelo caminho, todo o complexo escravagista que supõe a fratura sobre a história e a memória do Brasil. Por esse motivo recorro a Walter Benjamin e às suas Teses Sobre o Conceito de História. No capítulo 1, trabalha-se a concepção benjaminiana singular de história e o papel da memória no resgate do que ficou perdido pelo caminho por não ter sido considerado digno de ser contado: o que não pôde ter lugar. Abordaremos como o historiador escolado em Benjamin deve romper com a temporalidade cronológica para a escrita de uma história através da possibilidade que a existência de um presente ausente denuncia. Ainda, cotejaremos essa escrita em contraponto com as tradições inventadas que fizemos de nosso país. Benjamin marca o tom de leitura para memória que volta à tona com o Cais do Valongo como oportunidade para transformação do presente, mas isso não parece ser suficiente para darmos conta da problemática que o Cais revela consigo.

Por que a patrimonialização daquele lugar de memória e consequente inserção em um Circuito de Herança Cultural não parece ser suficiente para preservação daquela memória em meio ao espaço em que ela está inserida? O que é que nos impede de proceder à articulação do passado com vistas à transformação do presente? O que é que o Porto Maravilha representa para o Cais do Valongo e por que aquele espaço parece engoli-lo?

O recurso a Benjamin não se esgota apenas nas Teses, mas se apoia em seus retratos de cidades, que consubstanciam em um projeto literário que Willi Bolle chamará de Fisionomia da Metrópole Moderna. No capítulo 2, introduzirei este projeto para, em seguida, trabalhar o ensaio escrito a quatro mãos com Asja Lacis, intitulado Nápoles. Este ensaio, um retrato urbano, nos permitirá pensar nossas cidades como um complexo de relações e interpenetrações através do que os autores denominaram como porosidade. Se me demoro neste ensaio, é porque acredito que a porosidade e a interpenetração possam servir como categorias úteis de análise para uma teoria crítica do urbano em um campo como é o do direito à cidade.

A atualidade do pensamento benjaminiano em muito ultrapassa a data de sua morte em 1940, alcançando-nos com contundência para adoção de uma perspectiva crítica deste presente que insiste em nos escapar. Embora falemos de um autor que não viu o fim da 2ª Guerra Mundial, como bem tudo o que se seguiu a isso, o seu diagnóstico é confirmado e reafirmado conforme assistimos o transcurso de eterna repetição da História por conta de nossa fé no progresso e ênfase num futuro que nunca parece chegar. Por isso, um dos grandes contributos de Benjamin é a ruptura com a cronologia que nos aprisiona em um tempo homogêneo e vazio.

Em seguida, trataremos de Rua de Mão Única, como um livro canteiro de obras, no qual Benjamin experimentará uma forma de escrita da cidade capaz de captar a complexidade da Metrópole Moderna, como aquela que se ergue diante do habitante e altera sua percepção e rítmica de vida, descolando-o da realidade e da cidade em que habita. Nesse escrito encontramos o prenúncio do que Benjamin desenvolveria no Projeto das Passagens e como ele entendia a Modernidade. Isso com o intuito de compreendermos como, para ele, ela afetava nossa relação com o tempo e com as coisas, ambos submetidos ao fetichismo da mercadoria e a um regime da novidade em uma repetição eterna do mesmo que não permite que construamos algo novo ou percebamos a totalidade do presente.

Ao evocarmos a noção de porosidade para valorizar e compreender a complexidade que compõe o urbano, não como princípio in abstracto, mas com enfoque nas possibilidades que a interpenetração entre matéria urbana e matéria de pessoas traz, temos de voltar-nos para compreender como essas relações ocorrem no espaço. Para que compreendamos como,

precisaremos empreender outra incursão interdisciplinar à obra de Milton Santos, fomentando ainda mais um encontro entre os escritos de Benjamin e os estudos urbanos no capítulo 3.

O recurso à obra de Milton Santos permite que nos perguntemos o que se entende por esta simbiose que a porosidade permite. Ainda, o que se quer dizer quando afirmamos que esta simbiose tem sido pasteurizada e, impossibilitada? O espaço como uma acumulação desigual de tempos permite que compreendamos o que teve lugar no espaço, que é a base para que possamos nos perguntar, como suponho que faria Benjamin, como se manifestaria materialmente se o que não pôde ter lugar tivesse tido lugar?

Através do estudo da técnica, somos capazes de obter algumas respostas e compreender como se modificou a relação do homem com o espaço. É com o surgimento e desenvolvimento do meio técnico que compreendemos a aceleração da standardização das metrópoles de que falava Benjamin, levando sempre em conta as interações das diferentes escalas, como veremos, o que promove uma distribuição diferencial desses processos. A compreensão deste quadro é fundamental para que possamos olhar para o presente: parece haver-se instaurado uma corrida por adaptar a materialidade dos lugares tornando-a atrativa para incursões da escala global, uma corrida entre as cidades dos países – países que já disputavam um campeonato próprio.

Ainda no capítulo 3, veremos como ocorre a adaptação desta materialidade através do planejamento urbano e das reformas urbanas, como uma forma de escrita das cidades. Também, como essa mesma forma de escrita das cidades teve de se adaptar à dinâmica de uma economia globalizada, notadamente o papel que a cultura adquire como parte decisiva no empresariamento urbano que parece ter se tornado a forma “contemporânea” de lida com o espaço. Isso faz com que a fisionomia das cidades venha sendo alterada, transformando-as em cidades fragmentadas e, resumindo todos os rostos em um: ao da mais completa fetichização, como colocou Santos. Mundialmente, assistimos à repetição do eterno sempre novo e nossas cidades tornam-se a fachada mais visível da atual mundialização integradora do capitalismo, tornam-se cidades fragmentárias e pasteurizadas, incapazes de sustentar a matéria social.

No capítulo 4, o objetivo está em situarmos como esta dinâmica afeta as metrópoles de nosso país, na medida em que desde sempre adotamos formas estrangeiras na “formação” de nosso pensamento e na construção de nossas cidades. A problemática que pretendo levantar neste capítulo é a da impropriedade deste pensamento sempre descompassado com a matéria social que ele pretendia dar conta, mas nunca parece ser capaz de “chegar lá”.

Percebemos “desde sempre” o Brasil, este país considerado periférico em relação ao centro, como condenado a um encontro marcado com o futuro, desenvolvimento e progresso que nunca chegam. O caso é que agora, sempre atentos e importando os passos do centro, um

país que sempre farejou vanguardas, descobriu-se vanguarda desde sempre. Como veremos, o que coloco como o pacote brasileiro de fazer cidades parece estar sendo copiado mundo afora, na medida em que a periferia parece fraturar o centro. Este processo mundial de produção de desigualdades e concentração de renda, nada mais é do que a imposição da cidade standard sobre o espaço e as pessoas. A bem da verdade, a cidade standard ergue-se diante de nós como a fisionomia mais acabada do capitalismo global.

É através dela e da maneira pela qual se manifesta que podemos responder a algumas das inquietações que coloquei. Por que a patrimonialização daquele lugar de memória e consequente inserção em um Circuito de Herança Cultural não parece ser suficiente para preservação daquela memória em meio ao espaço em que ela está inserida? Como sobrevive a memória e a história frente ao avanço da cidade standard?

Por fim, no capítulo 5, observamos a cristalização de nossa construção teórica ao desembocarmos em nosso caso-referência: o Cais do Valongo, este que foi um Porto, e agora jaz dentro de um Porto no capitalismo global. No capítulo final, pretendo verificar os processos que articulei ao longo do trabalho por meio da problemática benjaminiana da memória e história daquele entorno para o que desemboca no Cais: como a memória e história que o Cais reivindica pode sobreviver às transformações de seu entorno promovidas pelas mesmas reformas urbanas que o trouxeram de volta à superfície?

O percurso teórico desenvolvido ao longo deste trabalho acadêmico é resultado das camadas de investigação que o entorno opunha ao caso-referência do Cais do Valongo. Quando ele reemerge como fissura revela consigo mais camadas e inflexões do que a contundência de sua mensagem poderia pressupor, exigindo do pesquisador o desenvolvimento de uma forma e conteúdos capazes de abordá-lo. Este trabalho acadêmico de investigação é fruto de esforços nesse sentido, o caminho por uma trajetória de pesquisa que desemboca no Cais e permite que lhe façamos todas estas perguntas. Quiçá, as respostas que obteremos dele nos surpreendam, como foi o meu caso como pesquisadora quando ele próprio me levou a reformular determinadas perguntas que eu havia preparado para ele.

Decerto, é dessa forma dinâmica que o processo de conhecimento se revela para o pesquisador. O caso-referência do Cais do Valongo se coloca diante de nós como fissura e as respostas que ele nos dá talvez digam mais sobre nós do que poderíamos nos permitir pensar.

1. HISTÓRIA E MEMÓRIA: OS RASTROS DO PASSADO NO PRESENTE E OS ESCOMBROS DO FUTURO

1.1 Sobre o conceito de história: passado, presente e futuro

“Minha asa está pronta para o salto
Queria voltar para trás
Se eu ficasse então no tempo vivo
Teria menos sorte”

Saudação do Angelus de *Gershom Scholem*¹

O título que dá nome a este primeiro capítulo remete às *Teses Sobre o Conceito de História* de Walter Benjamin, tidas até então como seu último texto, escrito entre o inverno e a primavera europeus de 1940. O valor desta obra é inestimável por ter logrado sobreviver tal qual mensagem engarrafada em alto mar, se assim a podemos colocar.

Benjamin arremessa suas teses sobre o conceito de história para o futuro entregando manuscritos a seus amigos², sem a menor intenção de publicá-las³. Um destes arremessos foi a entrega de um manuscrito a Hannah Arendt, pouco antes de sua conhecida e frustrada tentativa de fuga para exílio nos Estados Unidos. O final desta história é conhecido, resultando em seu suicídio na fronteira entre a Espanha e a França.

O conteúdo das teses que escreveu para si mesmo não é necessariamente coerente ou acabado. Como gosta de destacar Jeanne Marie Gagnebin, Benjamin não escreve nessas teses nenhuma teoria passível de ser aplicada, mas escreve para si, como que para melhor elaborar o pensamento. Por isso, este conteúdo confiado ao futuro deve ser lido com consciência e responsabilidade por nós, os do “tempo do agora”.

¹ Poema enviado a Walter Benjamin por Gershom Scholem como presente de aniversário em 15-07-1921 e inspiração, juntamente com o quadro de Paul Klee Angelus Novus, para a tese de Benjamin sobre o Anjo da História. Um anjo que tem a face voltada para o passado, mas é arrastado inexoravelmente pela tempestade de progresso para o futuro. Equivale, na maioria das versões do texto (olhar nota de rodapé a seguir), à tese de número IX.

² Em meio ao espólio benjaminiano, há ao menos cinco versões originais do conjunto de teses sobre o conceito de história escritas por ele mesmo ou por ele supervisionadas: (i) manuscrito considerado a versão mais primitiva do texto que esteve em posse de Hannah Arendt desde 1940; (ii) uma versão manuscrita em francês; (iii) uma versão datilografada por Dora Benjamin; (iv) uma cópia em carbono da versão datilografada, corrigida à mão por Benjamin e (v) seu exemplar de trabalho, datilografado e corrigido, confiado por ele a Georges Bataille em 1940.

³ Tanto não tinha intenção de publicá-las que as considerava inacabadas e deixou isso claro em cartas (Benjamin, 2020).

Além do fato de tratar-se de um texto escrito para si mesmo, as teses, como colocou o próprio Benjamin, foram redigidas a partir de “uma demanda vívida” imposta “pelos problemas teóricos que a situação mundial nos propõe de modo inelutável” (Benjamin, 2020, p. 133). Por conta da “guerra e a constelação que ela traz consigo” (eis a demanda vívida), Benjamin coloca no centro do problema o conceito de história. Isto é, questiona a historiografia progressista e burguesa que, segundo ele, foi responsável por paralisar a luta e a resistência contra o fascismo, atrapalhando a compreensão do que se passava àquela época⁴ ou em qualquer outra, como será esclarecido adiante.

É por esse motivo que a leitura destas teses, com a consciência do momento histórico, finalidade e tipo textual em que foram escritas, não nos serve como teoria da história a ser aplicada no “agora”, mas sim como forma de pensá-lo criticamente e, quiçá, vislumbrar outras possibilidades de leitura e escrita do mundo. Esta é uma das propostas do presente trabalho.

Walter Benjamin foi um dos primeiros intelectuais a colocar em questão a ideologia do progresso, e identificou a confusão do progresso técnico com o progresso espiritual da Europa à época, cuja consequência fora a sua consolidação como norma existencial da modernidade. Sobre os fundamentos escondidos e estruturais da barbárie recai este julgamento existencial. E, através das suas formas dissimuladas, a modernidade se reproduz, desde o seu nascimento na ideologia do progresso como motor da ideia moderna de história. Segundo ele: “A ideia de um progresso da humanidade na história é inseparável da ideia de sua marcha em um tempo homogêneo e vazio. A crítica da ideia dessa marcha deve fundamentar a crítica da ideia de progresso em geral” (Benjamin, 2020, p. 49).

Noutras palavras, a ideologia do progresso firmou-se como um dos aparatos dogmáticos da modernidade, escondida por trás da figura imparcial e objetiva da ciência da história. Para que melhor comecemos a compreender este ponto – a crítica benjaminiana à historiografia e ao progresso –, cumpre que nos voltemos à Tese IX.

A epígrafe que encabeça este capítulo traz o trecho do poema escrito por Gershom Scholem e enviado a Benjamin por ocasião de seu aniversário. Este poema, assim como o

⁴ Cumpre dar destaque aos acontecimentos históricos que atravessaram Benjamin e que hoje são apontados como base para que ele construísse sua crítica à historiografia e desenvolvesse a relação entre progresso e fascismo. Decerto, a invasão da a formalização do pacto germano-soviético, mais conhecido como pacto Molotov-Ribbentrop, assinado em agosto de 1939, que pavimentara o caminho para a invasão e ocupação conjunta da Polônia pela Alemanha nazista e pela União Soviética em setembro daquele mesmo ano, concomitante à perda de sua nacionalidade alemã, representaram para Benjamin um ponto de inflexão e a consciência de que sua vida estava em perigo.

quadro *Angelus Novus* de Paul Klee, serviram de inspiração para a célebre e quiçá mais difundida tese sobre o conceito de história: a do Anjo da História.

Há um quadro de Klee denominado *Angelus Novus*. Nele se apresenta um anjo que parece estar na iminência de afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão arregalados, sua boca está aberta e suas asas estão estiradas. É assim que deve parecer o Anjo da História. Sua face se volta para o passado. Lá onde nós vemos surgir uma sequência de eventos, ele vê uma catástrofe única, que incessantemente empilha escombros sobre escombros e os lança a seus pés. Ele gostaria de se demorar, de despertar os mortos e reunir o que fora esmagado. Mas uma tempestade sopra no paraíso, que se agarra às suas asas, e é tão forte que o Anjo já não as consegue mais fechar. Essa tempestade o leva inexoravelmente para o futuro, para o qual ele dá as costas, enquanto diante dele a pilha de escombros cresce rumo ao céu. Aquilo que chamamos de progresso é essa tempestade. (Benjamin, 2020, p. 39)

Eis o Anjo da História, atormentado pelos escombros do passado e incapaz de escavar e reunir o que fora esmagado por conta de uma tempestade chamada progresso. A figura do anjo que ilustra a pintura de Klee e essa alegoria poderiam remeter à imagem que se tem comumente de um anjo da guarda, aquele que acompanha, protege e guarda os destinos dos homens, no entanto, na tese, é convertido em “testemunha privilegiada da marcha da humanidade rumo à catástrofe representada pelo fascismo” (Mate, 2011, p. 207).

A interpretação de Benjamin do quadro de Klee não se limita a uma descrição do que se vê na pintura, mas traduz-se na alegoria contida na Tese IX. Para ele, a alegoria é um instrumento interpretativo da face obscura, esmagada e frustrada da realidade. O olhar alegórico é aquele que vai além do olhar de um mero espectador, porque ele é capaz de ver para além dos escombros e ruínas, enxergando o triste final de uma história que parece inerte ou petrificada, registrando a sua “decadência” ou “caducidade”.

Não se limitando apenas à capacidade de enxergar uma história falida, este olhar alegórico teria um duplo viés, como aponta Reyes Mate sobre comentários de Gershom Scholem à obra benjaminiana. Isso porque, não só é capaz de enxergar uma história falida, mas descobrir nela, precisamente, “não resignação ou fatalismo, mas um chamado à reparação do mal acontecido e à restauração de seus desejos insatisfeitos” (Mate, 2011, p. 208-209).

O Anjo da História testemunha boquiaberto a trilha de escombros que a marcha em direção ao progresso deixa pelo caminho e, por mais que queira despertar os mortos e recompor os fragmentos desta história frustrada, o vento da história e a tempestade de progresso o empurram para frente. Este anjo-testemunha enxerga como alegorista, mas é impotente nos limites da responsabilidade do homem que faz a história (Mate, 2011, p. 210).

Impotente, porque seria incapaz de dar resposta àquilo tudo, mas “onde nós vemos surgir uma sequência de eventos, ele vê uma catástrofe única”, colocando a descoberto a vida frustrada

nesses acontecimentos dos quais o historiador convencional – e nós, versados nessa História oficial – faz uso para construir a história que se conta. Esta história, a História do mundo, compreende as ruínas, escombros e os cadáveres como acontecimentos menores necessários dentro de sua grande narrativa.

Este “pensar pelo grande”, de uma História maiúscula, e dos grandes feitos que compõem a grandiloquente narrativa oficial, trivializa o sofrimento dos que ficam esmagados pelo meio do caminho em meio aos escombros⁵. É o processo de construção desta História, por nós escrita empilhando escombros e esquecimento, o que arrasta o anjo para diante e, na tese, se materializa na imagem de uma tempestade chamada progresso.

De início, para além de mero detalhe, foi importante marcar o cuidado e atenção que a leitura das Teses exige. Naturalmente, à época em que as escreveu, Benjamin (2020, p. 133), tinha em mente os “problemas teóricos que a situação mundial nos propõe de modo inelutável”. Como acertadamente coloca Reyes Mate:

[...] se pensarmos em 1940, quando Benjamin escreve esses textos, não era necessário ter muita imaginação para adjetivar de catastróficos os tempos que corriam. Aquela geração havia vivido vinte e seis anos da era da catástrofe e, naquele preciso momento, a guerra e o hitlerismo anunciavam que o pior ainda estava por vir. Mas Benjamin não queria jogar com vantagem. Se ele estava literalmente pendurado no freio de emergência não era devido à brutalidade da guerra, nem devido à perseguição antissemita do nazismo, mas pela periculosidade do progresso. (Mate, 2011, p. 212)

A tempestade chamada progresso é perigosa e leva à catástrofe. O Anjo da História é capaz de enxergar a pilha de escombros diante de seus olhos que “cresce rumo ao céu” enquanto é arrastado para o futuro que insiste em repetir eternamente o mesmo *modus operandi* de “pensar pelo grande”. Colocar o progresso como catástrofe é constatar a irreversibilidade do que nos trouxe até aqui, que não haja como pará-lo e que a história siga com a mesma lógica, sendo sempre produzida e contada da mesma forma – grandes feitos em eterna repetição.

Descortinar a pretensa imparcialidade e objetividade da história é um dos grandes contributos desta obra, cuja crítica à ideologia do progresso e à consequente reconfiguração das bases e funções da história transcende a sua época para nos alcançar no *agora*. Benjamin formula contundente crítica à historiografia moderna e progressista, colocando-a como ciência

⁵ Reyes Mate exemplifica: “O fato de a lei permitir, por exemplo, a especulação fundiária de maneira que alguns poucos situados nas adjacências do poder enriqueçam sem mover um dedo, enquanto, para os futuros habitantes desses terrenos, essa especulação significa multiplicar as horas de trabalho, renunciar a projetos de vida, abandonar a educação dos filhos... Tudo isso não importa se, no final, as macrocifras fecham” (Mate, 2011, p. 211).

conservadora, por ver nela a construção de conhecimento passivo: “A história universal não tem uma armadura teórica. Seu procedimento é aditivo: ela usa a massa dos fatos para preencher o tempo homogêneo e vazio” (Benjamin, 2020, p. 57).

A ideologia do progresso inscreve a humanidade em uma marcha na história em direção à evolução ética, material e espiritual e, a história em si, como naturalmente progressista. Isto é, à história relegou-se a limitada finalidade de explicar as causas do processo, pretensamente natural, que seria a passagem do tempo presente do *agora* para o progresso inscrito no *futuro*. O preenchimento do tempo, transformado por essa ideologia em “homogêneo e vazio”, dá-se por meio de mencionado procedimento aditivo que elabora conhecimento de forma irrefletida e mecânica. Aos olhos de Benjamin, este seria o princípio epistemológico que torna a história, tal como foi posta, uma ciência conservadora.

Em contraposição à principiologia da historiografia progressista, Benjamin coloca a figura e o método do materialista histórico⁶, que produz e lê a história por meio de procedimento oposto ao aditivo: o construtivo. Este procedimento compreende um olhar que questione a autoridade dos fatos enredados na grande narrativa e o que o autor coloca como “suspensão messiânica do acontecido”⁷, momento que se mostra como “uma oportunidade revolucionária na luta em favor do passado reprimido” (Benjamin, 2020, p. 59).

⁶ Ainda que no próximo subcapítulo trabalhe o que Benjamin entende como o método próprio do materialista histórico, cumpre aqui uma breve explicação sobre a singularidade do elemento marxista em Benjamin. A filosofia da história de Benjamin apoia-se em três fontes muito diferentes: (i) o romantismo alemão; (ii) o messianismo judaico; e o (iii) marxismo. Como explica Michael Lowy, não se trata de uma combinação ou síntese eclética destas fontes, mas da invenção a partir delas de uma nova concepção “profundamente original”. Do romantismo alemão, que consiste na crítica cultural à civilização moderna (capitalista) em nome de valores pré-modernos, Benjamin se interessa pelo conjunto de suas ideias estéticas, teológicas e historiográficas, embora a inflexão que Benjamin dá a tradição romântica dá-se por meio ao ataque à ideologia do progresso em nome da revolução e não em nome do conservadorismo. Em adição a isso, segundo Benjamin, o messianismo estaria no cerne da concepção romântica do tempo e da história. Como aponta Lowy, Benjamin em sua tese de doutorado coloca que a essência histórica do romantismo deveria ser buscada no messianismo romântico. Esta “interpenetração” ou apropriação singular que Benjamin promove leva-o à elaboração da questão metafísica da temporalidade que norteará suas Teses. Benjamin opõe à concepção qualitativa do tempo infinito, que decorre do messianismo romântico e de acordo com a qual a vida da humanidade é um processo de realização e não simplesmente de devir, ao tempo infinitamente vazio, característico da ideologia moderna do progresso. Esta concepção leva-o a busca por uma mediação entre as lutas libertadoras históricas, “profanas” dos homens e a realização da promessa messiânica. Assim, ele chega ao marxismo, mas a sua apropriação dele, como das outras duas fontes, é bastante singular. O marxismo não viria para substituir as intuições antiprogressistas benjaminianas, mas para se articular com elas, colocando-o em uma posição singular frente à tradição marxista e à própria esquerda europeia no entre guerras. A ideia de revolução, para Benjamin, não viria como resultado natural ou inevitável do progresso econômico e técnico, mas sim como a interrupção de uma evolução histórica que leva à catástrofe. Ver mais em: LOWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. Tradução: Wanda Nogueira Caldeiras Brant. Tradução das teses: Jeanne Marie Gagnebin, Marcos Lutz Muller. São Paulo: Boitempo, 2005.

⁷ Vide nota de rodapé anterior.

Seria precisamente no momento de suspensão em que o materialista histórico faria explodir uma época específica para fora do curso homogêneo que o historiógrafo convencional atribui à história e, dessa explosão, extrairia o tempo em seu interior. Este tempo extraído, como já se mencionou, não é homogêneo ou vazio, mas ao contrário, Benjamin entende a história como objeto de uma construção cujo lugar é preenchido pelo *Jetztzeit*, o “tempo do agora”⁸.

O que Benjamin faz de maneira contundente é uma crítica à concepção do tempo histórico, tido como uma linha vazia e infinita a ser preenchida por fatos e eventos cronologicamente seguindo a lógica: por X ser mais antigo que Y, logo, X é a causa de Y. Assim, via a historiografia moderna como ciência produtora do conhecimento pelo processo aditivo e estruturada pelo tempo cronológico. Aquela que se contenta em estabelecer o nexo causal entre momentos consecutivos da história e, por conta disso, para Benjamin, perde o “tempo do agora”:

Mas nenhum fato é histórico por conta de ser uma causa. Ele se torna isso postumamente, através de eventos que podem estar separados dele por milênios. O historiador que parte dessa concepção desiste de deslizar a sequência de eventos entre os dedos como se fossem as contas de um rosário. Ele apreende a constelação, na qual sua própria época entra em contato com uma época anterior, totalmente determinada. Ele funda assim um conceito de presente como o “tempo-agora”, atingido por estilhaços do messiânico. (Benjamin, 2020, p. 61)

É precisamente a história, portanto, o fenômeno que coloca a temporalidade como fundamento ontológico da realidade. O tempo, aquilo que dá nome ao fenômeno da transitoriedade dos estados da realidade, o qual subdividimos em passado, presente e futuro, é heterogêneo e preenchido pelo “tempo do agora”. Benjamin formula uma crítica à concepção objetiva do tempo e, com isso, retoma a sua pluralidade, advogando pela ideia de que o tempo histórico deveria ser apreendido em termos de intensidade e não de cronologia (Gagnebin, 2013, p. 9).

Na Grécia antiga, por exemplo, concebiam-se três tipos diferentes de tempo: *chrónos*, *aiôn* e *kairós*. O primeiro deles é o tempo cronológico, aquele que contamos e perdemos, que é mensurável. *Aiôn*, por outro lado, é o tempo relacionado à eternidade, ao todo. É um tempo para sempre, desde sempre. Por fim, *kairós* é o tempo que Benjamin parece querer ressuscitar. É o

⁸ Ainda que a tradução das teses que adoto neste capítulo utilize “tempo-agora”, prefiro o uso da expressão “tempo do agora”, que acresce o pronome possessivo “do”, por acreditar mais adequada, ainda que me sirva da tradução que carrega a outra forma, por reconhecer nelas sua qualidade e o benefício de terem sido reunidas as quatro principais versões das teses em um volume só. Este louvável trabalho permite que as comparemos e vejamos anotações efetuadas pelo próprio Benjamin (Benjamin, 2020).

tempo do acontecimento, do momento apropriado e do que está prestes a acontecer, quase como uma pausa no *khrónos*.

Kairós é o tempo da ocasião, da possibilidade, quando ocorre a dita “suspensão messiânica” do tempo cronológico e ocorre uma tomada de decisão, uma janela, a oportunidade. Eis o “tempo do agora”. Heterogêneo e preenchido pela passagem. Se o tempo passa, é porque há passado. Ao contrário do que comumente se atribui à ideia de tempo tradicional, Benjamin entende que o passado:

[...] traz consigo um índice temporal que o remete à redenção. Existe um encontro secreto entre as gerações passadas e a nossa. Nós éramos aguardados sobre a Terra foi-nos dada, bem como a todas as gerações que nos precederam, uma tênue força messiânica, a qual o passado reivindica. O mais correto é não abrir mão dessa reivindicação. O materialista histórico sabe disso. (Benjamin, 2020, p. 33)

Este encontro “secreto” entre as diferentes gerações, dotadas de “tênue força messiânica”, a qual o passado reivindica, é o momento em que haveria oportunidade de ruptura e desvelamento com aquilo que está escondido, recalcado e censurado – o projeto benjaminiano de “escovar a história a contrapelo”. A ideia que Benjamin coloca diante de nós é a de que há algo escondido, secreto e impedido de vir à luz, por estar encoberto por falsas narrativas.

Defende que, para pensarmos a memória e a ação, não podemos estar presos à objetividade da cronologia, porque a verdadeira imagem do passado dá-se num momento breve e que estabelece uma relação entre o passado, do qual naturalmente já esquecemos, não percebemos ou foi recalcado sufocado, e o presente. É o que o passado reivindica, esta redenção, algo que surge de novo em meio à descontinuidade. É precisamente nesse momento que pode acontecer uma ação revolucionária como a que seria escavar o que não foi bem enterrado e redescobrir a história “menorizada”, que não foi contada: a história dos que não têm nome, porquanto vencidos.

É por isso que Benjamin é contundente na sua crítica à historiografia e relega-lhe a alcunha de ciência conservadora. Este conhecimento histórico produzido irrefletida e mecanicamente, bem como consumido passivamente, para a tradição e os seus destinatários, corre o risco de “entregar-se como ferramenta da classe dominante”, ou dos “vencedores” e “poderosos” (Benjamin, 2020, p. 37). Por esse motivo, Benjamin (2020, p. 46) reconhece o sujeito do conhecimento histórico como sendo a própria classe oprimida combatente. A ela atribui a capacidade de desenvolver algo semelhante a uma consciência histórica revolucionária.

É interessante observar o momento do ato revolucionário que suspende o relógio do tempo cronológico sucessivo e nivelador para fazer dele “saltar” da linha do tempo algo capaz de operar cortes no discurso da historiografia tradicional, por sua vez capazes de abalar e transformar o presente:

A história é objeto de uma construção cujo lugar é constituído não pelo tempo homogêneo e vazio, mas por aquele que vem preenchido pelo tempo-agora. Assim, para Robespierre, a Roma antiga era um passado carregado de tempo-agora, que ele fez explodir do continuum da história. A Revolução Francesa compreendia-se como uma Roma ressurgida. Ele citava a Roma antiga exatamente como a moda cita um traje do passado. A moda tem o faro para o atual onde quer que ele se mova no matagal do outrora a qual não se cansará de desentocá-lo. Ela é o salto do tigre em direção ao passado. Só que esse salto se dá numa arena na qual a classe dominante comanda. (Benjamin, 2020, p. 50-51)

Nesta passagem, Benjamin traz ilustrativamente Robespierre apropriando-se do passado republicano romano como uma tentativa bem-sucedida de fazer saltar o passado para fora do *continuum* histórico. Robespierre extrai uma construção histórica originária – a qual a moda coloca em cena – (re)invocando o conceito de cidadania fundado na Roma Antiga como um recorte inovador capaz de resgatar algo a serviço do atual, um passado carregado de *tempo do agora*.

Eis o que parece ser a defesa benjaminiana de um exemplo de “articulação” da história. Sobre este ponto, é interessante observar o uso da palavra “articular” em vez de, por exemplo, “descobrir”: “Articular o passado historicamente não significa conhecê-lo como ele foi de fato” (Benjamin, 2020, p. 36), mas passa a ideia de que devemos compreendê-lo num sentido diferente. Há, neste caso, a articulação de dois fenômenos históricos, que fazem com que determinados elementos adquiram um sentido diferente e desenhem um novo objeto histórico.

Este exemplo parece-me bastante emblemático, pois Robespierre fizera saltar em plena Revolução Francesa o conceito de cidadão da Roma antiga – outrora destinado às elites, mas que naquele *tempo do agora* veio a serviço de outros destinatários em *momentum* histórico diverso. Isto é, a moda citou o cidadão romano, tal qual traje do passado, para articulá-lo aos ideais do presente e servir de sedimento para o que se construiria no presente como o *citoyen* francês emancipado de seu papel de súdito no *Ancien Regime*.

O que aparece neste exemplo é a busca por uma forma de “articular”, isto é, conectar duas partes para que, juntas, funcionem. Articular o presente com o passado, fazer que se movam mecanicamente e compreender o passado em um sentido diferente. O conceito-chave para isso é o da “interrupção da história” (Gagnebin, 2013, p. 96). O instante imobiliza o

desenvolvimento temporal infinito e esvaziado que chamamos de história, rompendo com a sua continuidade.

Como coloca Jean Marie Gagnebin, Benjamin, de maneira extremamente ousada, pensa uma “tradição” dos oprimidos que não repousa sobre o nivelamento da continuidade temporal da historiografia tradicional, mas sobre os saltos, o surgimento, a interrupção e o descontínuo (Gagnebin, 2013, p. 96). Esta forma de pensamento coloca diante de nós uma aporia fundamental: Como escrever uma história descontínua? Como contar uma tradição esburacada e encoberta por escombros?

Apointa, ainda, para a necessidade de um aparelhamento político assentado em uma história fortemente estruturada para resistir aos ataques negacionistas e memoricidas. Como ele mesmo coloca, “[q]uem pretende se aproximar do próprio passado soterrado, deve agir como um homem que escava” (Benjamin, 1987, p. 245). Enquanto não for escavada a verdade, o “segredo” encoberto pelas falsas narrativas, não será possível a articulação de contranarrativas, fundamentais na resistência e na luta pela mudança histórica.

“A verdade não escapará de nós” descreve o lugar exato em que o materialismo histórico rompe com a imagem que o historicismo tem da história. Pois se trata de uma imagem irrecuperável do passado, que ameaça desaparecer com cada presente, que não se reconheceu visado por ela. (Benjamin, 2020, p. 35-36)

A atualidade das lições benjaminianas persegue-nos, aos do *tempo do agora*, quando vemos surgir a contestação narrativa do que parecia consolidado. A mudança em livros didáticos de “descobrimento” para “invasão” em referência à chegada portuguesa não é mera escolha terminológica, assim como as manifestações pela derrubada de estátuas e troca de nomes de ruas e pontes não são futilidades de parcela particularmente esteta da população. Nestes casos, ocorre a produção de contranarrativas, uma vez que a história “oficial” é escovada a contrapelo, escavada e encarada de outra forma.

Encarar o passado de outra forma e não “como ele foi realmente” implica na escrita de uma história marcada pela descontinuidade. Ao contrário do que uma leitura descuidada poderia levar a pressupor, Benjamin não é um autor da nostalgia. Ao menos, não é isso o que ele deixa transparecer nas teses. O que se coloca em xeque são as falsas totalidades e as narrativas demasiadamente coerentes. Por isso a constante referência à redenção, face ao que a história tradicional apaga: os buracos da narrativa que indicam brechas possíveis no *continuum* da dominação (Gagnebin, 2013, p. 100).

Recorrer à cesura, às rupturas eficazes que o passado compreende por meio da interrupção do tempo cronológico, não tem o objetivo de fazer saltar uma “contra” história oposta e simétrica à oficial, em um discurso tão coerente como àquele contra o qual se opõe. A ideia parece ser a de provocar uma fissura, um abalo, muito diferente do que seria a mera reconstituição fantasiada de algo que já existiu.

Destes escritos “para si mesmo”, transbordam leituras e diferentes interpretações⁹, no entanto, como coloca Reyes Mate, todas elas “não deveriam perder de vista o essencial, a saber, que eles são armação teórica com que se pode interpretar de maneira nova a história e, portanto, seu tempo e o nosso” (Mate, 2011, p. 20). Armação teórica, esta, que se encontra articulada em dois eixos: um de *ordem epistêmica*, que se consubstancia em uma nova teoria do conhecimento, e outro de *ordem política*, sedimentado em singular e heterodoxa base marxista enredada ao messianismo, igualmente singular.

O sujeito do conhecimento benjaminiano é aquele que assume “conscientemente a sua experiência de sofrimento”, “central por sua debilidade” (Mate, 2011, p. 21-22), mas dotado de um *surplus* cognitivo que é o olhar – quiçá próximo ao alegórico – carregado de experiência e projetado para uma realidade em constante movimento. Em movimento, pois o passado não está presente como um fato mudo, pois o que teve lugar está vivo, e o futuro, para ele, figuraria como “projeção do presente possível” (Mate, 2011, p. 24).

Este olhar abala as seguranças e as totalidades permitindo que se vislumbrem outras possibilidades, novas leituras e escritas de um mundo regido pelo progresso, mas que, no fundo, produz ruínas e cadáveres. A tudo isso, o Anjo da História testemunha assustado.

Quase 80 anos depois, Zygmunt Bauman volta-se para esta mesma tese de Benjamin e vê nela um Anjo, não menos perplexo e contrariado, mas apanhado em plena guinada de 180 graus:

[...] seu rosto está se virando do passado para o futuro, suas asas são empurradas para trás, desta vez por uma tempestade que se ergueu no inferno de um futuro imaginado, antecipado e temido de antemão, na direção do paraíso do passado (como sem dúvida ele é retrospectivamente imaginado, depois de ter se perdido e arruinado) –, embora elas sejam impelidas agora, como eram empurradas antes, com uma violência tão intensa que o anjo já não consegue mais fechá-las. (Bauman, 2017, p. 8)

⁹ Há quem os considere uma mistura incapaz de dar liga entre marxismo e messianismo, um manual para guerrilha urbana, uma reflexão materialista adornada de metáforas teológicas, ou uma meditação judaica com ressonâncias proféticas. Como já trouxemos desde o início, podemos mencionar as leituras de Jeanne Marie Gagnebin, Michael Lowy, Reyes Mate, Bernd Witte e Susan Burck-Mors.

Para Bauman em *Retrotopia*, a sociedade do presente parece ter escolhido o futuro não confiável e inadministrável para crucificar. Como ele coloca, a nostalgia surge como condição moderna incurável do século XXI, em contraste com o século XX que por muito tempo ficou mergulhado em uma onda futurista. O Anjo da História está espantado com a promessa que o futuro descumpriu, o que ele coloca como a dupla negação da utopia.

“Retrotopias” seriam visões voltadas e instaladas em um passado perdido, roubado, abandonado, mas que não morreu. O passado, por conta da nostalgia, aparece como a certeza, a estabilidade e o lugar das promessas cumpridas. Assim como Benjamin e, por consequência da construção argumentativa benjaminiana, Bauman não pôde se furtar a situar a centralidade do olhar para o progresso.

Doutra perspectiva, a dos anos vividos, surge demanda igualmente vívida, cujos efeitos Benjamin alertara acerca da ideologia e fé desenfreada no progresso. À época da confecção das promessas, o progresso, situado no futuro ainda por vir, era a realização das utopias. No “agora”, como propõe Bauman, a nostalgia é um mecanismo de defesa para muitos dos que se viram abandonados pelo futuro.

Sobre este abandono pelo futuro que descumpriu promessas, Dardot e Laval diagnosticam como uma das principais causas desse sentimento as consequências do que denominam o “processo de privatização da vida”, que resulta na realidade em que vivemos, uma “tragédia do não comum”. Destacam que “a propriedade pública então deixou de se mostrar como uma proteção do comum e passou a ser uma forma “coletiva” de propriedade privada reservada à classe dominante, que podia dispor dela como bem entendesse e espoliar a população conforme seus desejos e interesses” (Dardot; Laval, 2017, p. 15).

Um apontamento fundamental para justificar a escolha do termo *tragédia* é o fato de as autoridades políticas terem perdido, em grande parte, a liberdade de ação perante os poderes econômicos que elas próprias haviam estimulado e reforçado (Dardot; Laval, 2017, p. 14). O mercado toma o protagonismo a tal ponto que o Estado não mais seria capaz de fazer-lhe frente. Destaca-se, ainda, a impraticabilidade cada vez maior da ação coletiva. Isto é, uma burocratização da administração do “social” e a “pregnância do consumismo de massa” no cotidiano, além da individualização das políticas de gestão da mão de obra.

Sobre este último, Dardot e Laval destacam o efeito desmobilizador e destrutor dos coletivos. A individualização foi absorvida e utilizada como recurso discursivo corrente por governos para os problemas mais cotidianos, desmobilizando o coletivo e individualizando as responsabilidades. A rigor de exemplo está o discurso do consumo de água, responsabilizando e conscientizando cada cidadão pela quantidade de tempo que passa no banho ou pelos litros

de água que gasta para lavar o carro, quando, em verdade, o *mea culpa* deveria recair sobre as indústrias e a agropecuária. Individualizar a ação, para os autores, é uma forma de desmantelamento do coletivo.

Outro exemplo interessante foi a adoção da política de incentivo ao empreendedorismo. Dardot e Laval destacam os *slogans* no discurso de “tornar-se empreendedor de si mesmo”, “assumir responsabilidades” e “superar suas metas”. Esse tipo de política e discurso desmobiliza o pensar coletivo e reduz tudo à conhecida lógica competitiva de mercado, na qual “os que naufragam ficam isolados na competição geral e são reduzidos à impotência” (Dardot; Laval, 2017, p. 16).

Abandono, impotência e incerteza são a face do futuro, é ao que o Anjo da História *baumaniano* assiste espantado e o que as pessoas do “agora” vivem. Isso faz com que elas se voltem nostalgicamente para o passado vagamente lembrado, o qual será valorizado por sua suposta estabilidade e confiabilidade, regido pelo discurso “antes, a vida era mais simples, mais fácil”:

Com essa virada de 180 graus, o futuro se transforma, de hábitat natural de esperanças e expectativas legítimas, em local de pesadelos: pavor de perder o emprego e a posição social a ele vinculada; de ter a casa, o resto de seus pertences e os bens móveis de toda uma vida “retomados”; de assistir aos seus filhos patinando ladeira abaixo do “bem estar com prestígio”; e ver suas próprias qualificações, laboriosamente aprendidas e memorizadas, destituídas do que tenha restado de seu valor de mercado. A estrada para as guinadas do futuro parece sinistramente uma trilha de corrupção e queda. Talvez a estrada de volta, aquela para o passado, ainda tenha a chance de se tornar uma trilha de limpeza dos estragos cometidos pelos futuros toda vez que eles viraram presente, não? (Bauman, 2017, p. 12)

Esta guinada, movida pela nostalgia, não está a salvo de perigos. Por isso, Bauman convoca os estudos de Svetlana Boym, professora de literatura eslava comparada em Harvard. Boym (2001, p. 41) entende a nostalgia como “um sentimento de perda e de deslocamento, mas também é um romance da pessoa com sua própria fantasia” e diagnostica o presente como padecente de uma “epidemia global de nostalgia”. Há, “um anseio emocional por uma comunidade com uma memória coletiva, um desejo ardente de comunidade num mundo fragmentado” (Boym, 2001, p. 41).

A autora considera essa epidemia como já mencionado “mecanismo de defesa numa época de ritmos de vida acelerados e sublevações históricas”, mas que consiste na promessa de reconstrução do lar ideal “que se encontra no núcleo de muitas poderosas ideologias atuais, tentando-nos a renunciar ao pensamento crítico em prol do vínculo afetivo”. A advertência que

se coloca é o perigo da confusão do “lar verdadeiro” com o “lar imaginário” (Boym, 2001, p. 41).

A confusão do verdadeiro com o imaginário é o risco que incorre quem se volta para o que já passou. A nostalgia seria a retomada do que era sentido como “bom” no passado, mas este “bom”, assim como o passado, é alvo da refração que rege a narrativa de um ponto de vista individual e muito particular. Seria o retorno direto a um modo de vida antes praticado, do qual um se lembra através de tentativas conscientes de iteração do *status quo ante* existente ou imaginado – e não reiteração. A imagem deste *status quo ante*, a essa altura, já fora alterada significativamente, reciclada e modificada no processo de memorização seletiva, e entrelaçada a esquecimentos seletivos (Bauman, 2017, p. 14).

O que nos ensina Benjamin é: que ao pensar a felicidade, um não deve olhar para o futuro, mas sim para “as flores que ficaram esmagadas pelo caminho”¹⁰. Ainda que pisoteadas, estão ali presentes. Ainda que o caminhante não olhe para trás por estar centrado no caminho, as flores continuam ali, denunciando os rastros de sua passagem. O problema está menos em ignorar o passado, no sentido de desconhecê-lo, e mais em não dar importância a ele, ao ponto de que sequer se cogite um “olhar para trás”, produzindo-se, assim, a injustiça. “Não sabemos o que perdemos; por isso; corremos alegremente para diante” (Mate, 2011, p. 298).

No próximo subcapítulo, acompanhados da leitura crítica benjaminiana e conscientes dos riscos da nostalgia, abordaremos a construção da História como seleção de fatos que compõem uma narrativa e o sujeito que a escreve. Como contraponto, abordaremos também a atividade da memória benjaminiana e a figura do catador, aquele que se interessa por tudo o que ficou de fora Dela. Aquele que vasculha em meio aos escombros que o Anjo da História assistiu boquiaberto, segue rastros e reúne fragmentos para a construção de uma história descontínua, colocando a descoberto uma tradição esburacada.

1.2 O escrever da história através da possibilidade que ficou pelo meio do caminho

Proponho agora que nos voltemos para o processo de construção da História como

¹⁰ Esta é uma referência direta a uma passagem contida na *Filosofia da História* de Hegel, a qual Reyes Mate faz rápida referência e que aqui opto por reproduzir: “Uma personalidade histórica do mundo não é tão desprovida de imaginação que não possa adaptar sua ambição às circunstâncias, mas também não é muito ponderada. Está dedicada a um objetivo, aconteça o que acontecer. Por isso homens assim poderão chegar a tratar outros interesses grandes, ou até sagrados, sem muita reflexão – comportamento esse que realmente os sujeita à repreensão moral. Uma personalidade tão poderosa tem de pisar em muita flor inocente, esmagando muitas coisas em seu caminho” (Mate, 2011).

narrativa por meio do que é o ofício do historiador convencional e como ele opera. A partir dessa figura, poderemos melhor compreender o historiador-catador benjaminiano e a difícil tarefa que se espera dele.

Começemos pela dificuldade de falar sobre o passado “como ele foi de fato”. Como alertou a historiadora Barbara Tuchman no livro intitulado *A prática da história*, o problema que incorre o historiador que pretende falar do passado como ele foi de fato dá-se porque “[...] quem escreve sobre o passado não esteve no passado. Não podemos nunca ter certeza de ter recapturado o passado tal como realmente foi. Mas o mínimo que podemos fazer é ficar dentro das provas” (Tuchman, 1991, p. 11).

Quando Tuchman fala em ficar dentro das provas, refere-se ao campo dos fatos, e é a seleção deles que “determina o produto final” (Tuchman, 1991, p. 11). Ainda na mesma obra, a autora entende que:

O que a imaginação é para o poeta, os fatos são para o historiador. Seu critério é exercido na seleção desses fatos, sua arte, em organizá-los. Seu método é narrativo. Seu assunto é o relato do passado de um homem. Sua função é torná-lo conhecido. (Tuchman, 1989, p. 24)

Quando contamos uma história, recorremos ao passado “como tal”, ou seja, ao passado como algo que passou, o que é muito diferente do passado “como ele foi de fato”. Esta diferença é fundamental para a compreensão do que é história e de como ela é escrita. Bauman, ainda em *Retrotopia*, percorrendo atentamente as pistas que deixam os escritos benjaminianos, repousa sua atenção sobre este ponto. O autor parece captar muito bem a referência que Benjamin faz ao historiador alemão Leopold Von Ranke, considerado um dos fundadores da história científica na tese VI, já mencionada no ponto anterior.

“Articular o passado não significa conhecê-lo *como ele foi de fato*” é a passagem benjaminiana que levanta a problemática do desejo de verdade e a verdade em si. Bauman coloca em xeque o olhar nostálgico, atribuindo-lhe um ar de ingenuidade, na sua volta para um passado modificado e reciclado pela refração da seletividade, da perspectiva e do esquecimento. Para tanto, levanta uma discussão que não é inédita, mas que é muito pertinente, sobre quando a história acontece, e faz menção ao conhecido trabalho *Que é História?* de E.H. Carr, que aqui opto por reproduzir e, posteriormente contrapor, com o intuito de adicionar uma camada à discussão.

O historiador é necessariamente seletivo. A crença num núcleo puro de fatos históricos que existam de forma objetiva e independente do historiador é uma próspera

falácia, mas uma falácia muito difícil de erradicar... Dizia-se que os fatos falam por si mesmos. Isso é falso, claro. Os fatos só falam quando os historiadores os invocam: é [o historiador] quem escolhe a que fatos dar a palavra e em que ordem e contexto. (Carr, 1989 *apud* Bauman, 2017, p. 15)

O intuito de Carr inicialmente comunga com o de Benjamin e Bauman ao questionar este desejo de verdade apontando, em grosso resumo, para os limites da capacidade de narração. Isto é, este desejo de verdade nunca será satisfatória e exitosamente suprido porque o conceito de verdade não se esgota nos procedimentos de adequação e verificação, assim como o historiador não é capaz de dar luz a todos os fatos, lados e perspectivas. Por esse motivo, o historiador escolhe.

O produto destas escolhas é a História. Carr coloca que fazer a história é um ato de seleção sujeito ao arbítrio do historiador. No entanto, isso parece-me levantar outra problemática fundamental para os capítulos seguintes deste trabalho, sobretudo após a leitura das teses benjaminianas: “os fatos só falam quando os historiadores os invocam”.

A história, então, seria o exame dos acontecimentos passados, ou os próprios acontecimentos passados já são a história? Os acontecimentos passados existem independentemente de serem examinados ou relatados? Esta discussão pode parecer uma obviedade e talvez desimportante, mas transpira dos poros abertos por Benjamin. Os fatos falam, ainda que não costurados em uma narrativa, e é isso que Benjamin afirma contundentemente. Em reforço a essa posição, Barbara Tuchman muito bem coloca sobre o passado não registrado. Ele seria como:

[...] a árvore que tombou na floresta primitiva, onde não havia ninguém para ouvir o som de sua queda. Se não havia ouvinte, teria havido som? Recuso-me a ser assustada por este enigma, pois ele faz a pergunta errada. O problema não é se a queda da árvore fez algum barulho, mas se deixou marca na floresta. Se deixou uma brecha que permita ao sol atingir uma espécie até então germinada nas sombras, se matou um animal dominante e transferiu o comando da matilha a outro, de características diferentes, ou se caiu numa trilha de animais provocando pequena modificação em sua rota habitual, da qual seguiram grandes mudanças, aí sim a queda fez história, quer tenha sido ou não ouvida por alguém. Declaro-me, portanto, uma firme crente na falácia de que os fatos históricos existem independentemente do historiador” [...]. As provas me parecem mais importantes do que a interpretação, e os fatos são história, quer sejam interpretados ou não. (Tuchman, 1991, p. 19)

A marca que fica na floresta, a brecha e o rastro são vestígios indeléveis de história, e ela está aí, ainda que o historiador as eternize em narrativas ou não. São elas as rachaduras, o verdadeiro rompimento com a falsa totalidade e unicidade da História maiúscula denunciada nas teses benjaminianas. E esta constatação sobre as limitações do historiador narrador e da

própria narrativa – sobre o escultor, a tarefa de esculpir e a escultura – abre uma outra problemática para Benjamin, como veremos a seguir.

A ideia de que “[n]ão sabemos o que perdemos; por isso; corremos alegremente para diante” (Mate, 2011, p. 298) foi um ponto que ficou em aberto no subcapítulo anterior. As flores pisoteadas, as ruínas e os escombros são a representação daquilo que perdemos – e seguimos perdendo – de vista. Corremos alegremente sem olhar para trás porque tudo isso é minorizado, trivializado e só merecerá menção se subsumido na lógica “causa-consequência” que rege os fatos da grande narrativa.

Tuchman conseguiu avançar um passo mais na discussão compreendendo que “a queda fez história, quer tenha sido ou não ouvida por alguém”. Há fatos, sejam eles grandes ou pequenos, rastros que existem independentemente do historiador, mas quando ele entra em cena, seleciona e categoriza. Das marcas que a árvore deixa na floresta, vale-se o historiador, que selecionará a depender de quanto as julgue importantes para contar a história da queda da árvore. O que Tuchman alcança, se assim podemos colocar, é o reconhecimento de que estes fatos fazem história. No entanto, este reconhecimento não é suficiente para Benjamin.

Benjamin parece-me que responderia a este enigma perguntando o motivo pelo qual se conta a história da árvore e não de todo aquele resto que também faz história. O que nos ensina, é que percebamos a presença do que está ausente (Mate, 2011, p. 89) e vejamos nele “o que ele poderia ser”. Como acertadamente colocou Tuchman, “quem escreve sobre o passado não esteve no passado”, logo, escreve sobre o passado no presente: eis o historiador tradicional. O historiador que Benjamin propõe tem como objetivo o presente (Mate, 2011, p. 322), compreendê-lo e, acima de tudo, transformá-lo.

No entanto, este presente de que fala é fruto de um passado que poderia ter sido e malogrou. Fala-se aqui de um passado que “de presente só tem o fato de ter sido possível e que, se houvesse logrado êxito, teria convertido em algo impensável o presente que nos coube” (Mate, 2011, p. 88). O presente seria este passado que não ficou resolvido, não foi amortizado. Benjamin se interessa pela história de “todo o resto que não se contou”, muito diferente do presente fático, “filho do passado que teve lugar” (Mate, 2011, p. 88) e da História da árvore que caiu.

Este passado que não teve lugar, não foi contado, está presente como possibilidade, como um passado possível, que só poderia ser presente se tivesse sido redimido de seu fracasso (Mate, 2011, p. 88), de sua frustração. É a presença paradoxal do ausente, de uma história frustrada que tem o direito de ser, mas não um “direito de ser” como o reconhecimento de sua existência no passado independente do historiador, como propôs Tuchman.

Ao contrário, o historiador benjaminiano está focado na transformação do presente, na conversão daquilo que foi encerrado em algo não encerrado (Mate, 2011, p. 96). Mais do que tornar o relato conhecido, transmitir uma tradição, o historiador benjaminiano está interessado em criar uma outra nova. Por isso, preocupa-se com os elementos que ficaram interrompidos pelo meio do caminho e que nunca chegaram até nós, os buracos da História, nos quais vive a possibilidade. O historiador convencional, por sua vez, esculpe, narra uma história, torna um fato conhecido.

Benjamin dava especial importância à transmissão e a tinha como fator político fundamental. Isto é, transmitir é entregar, atravessar o tempo para levar algo, ainda que, no meio do caminho, possam ocorrer falhas na transmissão. A narração é essencialmente uma forma de transmissão, e Benjamin, no conjunto de seu trabalho¹¹, apontara para o *fim da narração tradicional* e o *fim das grandes narrativas*.

Benjamin atribui uma *perda de experiência* à causa desse fim. Ele coloca que a experiência, no sentido literal do termo, repousa sobre a possibilidade de uma tradição compartilhada, transformada e retomada de geração em geração, na continuidade de uma palavra transmitida de pai para filho (Gagnebin, 2006, p. 50).

A importância desta tradição, no sentido concreto de transmissão, como forma tradicional – agora em um sentido substantivado – de narrativa é a entrega de algo que concerne aos descendentes. O narrador tem esse papel fundamental, muito além do de dar vida aos fatos, como coloca Carr. Ele tem a missão da palavra viva, de não deixar o rastro cair no esquecimento.

Lembrar do que aconteceu é um exercício de memória para o presente através da história que deveria levar em conta as grandes dificuldades sobre a possibilidade de transmissão e do próprio lembrar. Esta é a preocupação retomada por Bauman quando este fala em nostalgia e para a qual Benjamin oferece uma chave de leitura com a atividade de rememoração.

De maneira muito didática, Gagnebin propõe a distinção entre “rememoração” e “comemoração” (Gagnebin, 2006, p. 55) para que compreendamos a proposta benjaminiana. A Retrotopia diagnosticada por Bauman seria esta atividade celebratória vazia do passado confiscado pela história oficial, a comemoração. A rememoração, por outro lado, seria a tradução do que Benjamin coloca como *Eingedenken*, uma certa ascese da atividade

¹¹ Esta é preocupação repetidamente esboçada por Benjamin e força motriz para confecção de alguns de seus textos, como vemos presente em (i) *Sobre o Conceito de História*, texto do qual nos ocupamos no ponto anterior; (ii) *O Narrador* e (iii) *Experiência e Pobreza*, como exemplos.

historiadora que, em vez de repetir aquilo de que se lembra, abre-se à rachadura, ao esquecido, ao recalcado, àquilo que não teve direito à lembrança nem às palavras, e constrói algo novo.

A rememoração implica, como repetidamente se destacou, em uma atenção ao presente. Retomamos aqui a importância da opção de Benjamin pelo verbo “articular” e não “lembrar” ou “descobrir” o passado, conectar as duas partes de alguma forma, para que elas, juntas, funcionem. A rememoração refere-se às ressurgências do passado sobre o presente, mas no sentido de ação sobre o presente, a sua transformação.

É comum ouvir que a sociedade e a história caminham em movimento pendular, saltando ciclicamente de um oposto a outro. Outrora passado, “agora” futuro, mas o que Benjamin parece propor é algo que interrompa esse relógio e mire através dele como um exercício transformador do presente, para fora da narrativa, através da narrativa. Eis o trabalho do narrador.

Muito diferente da imagem de um catedrático eloquente escritor da história, para Benjamin, o narrador representa a imagem do *trapeiro*, do catador de lixo (Gagnebin, 2006, p. 53), aquele que recolhe os cacos, os restos, os detritos, movido pelo desejo de não deixar nada se perder.

Deve atuar nas ruínas da narrativa, na transmissão entre os cacos de uma tradição em migalhas do inenarrável e indizível. Ele não tem por alvo recolher os grandes feitos, ao contrário, deve apanhar tudo aquilo que foi deixado de lado por não possuir significação, naquilo que a história oficial não viu ou não quis dar sentido: o indizível e aquilo que não tem nome. Gagnebin sintetiza com acuidade a função do narrador para Benjamin:

O narrador e o historiador deveriam transmitir o que a tradição, oficial ou dominante, justamente não recorda. Essa tarefa paradoxal consiste, então, na transmissão do inenarrável, numa fidelidade ao passado e aos mortos, mesmo – principalmente – quando não conhecemos nem seu nome nem seu sentido. (Gagnebin, 2006, p. 54)

Este que conta uma história, ou a História, adquire mais importância ainda do que apenas dar vida a fatos por ele selecionados. Em *Lembrar, escrever, esquecer*, Jeanne Marie Gagnebin aponta para a necessidade de assinalar a responsabilidade ética da história e do historiador levando ao limite a reflexão sobre a ambiguidade que o próprio conceito de história carrega, por nela estarem indissociavelmente conectados o agir e o falar humanos na criatividade narrativa e na inventividade prática. Ela coloca: “Como manter, nessas condições, uma certa especificidade do discurso histórico e não soçobrá-lo no oceano da ficção?” (Gagnebin, 2006, p. 43).

Como observamos anteriormente, Bauman alertava para os perigos da nostalgia, pois nela não há mais ancoragem possível em uma certeza objetiva fornecida pela história. Tampouco há como tornar o processo narrativo de escrita da história uma atividade inodora e livre de toda a subjetividade que a linguagem literária pode trazer. Não há como realizar uma “limpeza preventiva” na linguagem histórica (Ricoeur, 1995) e almejar um conteúdo dotado de pureza objetiva, “verdadeiramente verdadeiro”.

O narrador tem, então, a tarefa de transmitir, mas a sua tarefa deve ser acompanhada de uma “consciência da fragilidade essencial” (Gagnebin, 2006, p. 44) dos rastros, da memória, da concepção de verdade e, conseqüentemente, da escrita que compõe a construção da narrativa – e isto é o que assentaremos por ora.

É por conta dessa consciência que o Anjo da História baumaniano ganha particular interesse. Como vimos, no “agora”, a nostalgia aparece como mecanismo de defesa para muitos dos abandonados pelo futuro e por suas promessas descumpridas. Diferentemente da onda de progresso e desejo de futuro que acometia a época benjaminiana, ancoram-se no passado, através da história e da memória, como forma de não sucumbir a um futuro aterrador. É o que nos faz constatar que o exercício da história fala muito mais sobre o presente do que sobre o passado em si. Tuchman coloca que “[q]uando as pessoas querem que a história seja utilitária e nos ensine coisas, isso significa que também querem ter certeza de que ela se faz dentro de padrões científicos” (Tuchman, 1991, p. 190). No entanto, como vimos, esta afirmação não é possível, pois a história é o produto de uma seleção de fatos. A história é narrativa.

Enquanto o historiador convencional esculpe, narra e torna um fato conhecido, o historiador benjaminiano é escolado no princípio construtivo e tem a tarefa de construir um presente possível, que não está dado e marcado pela ausência. A intervenção deste princípio construtivo permite que se veja o todo em cada parte. Voltando ao enigma da árvore, é a possibilidade que todo o resto do cenário deixa em aberto: como se todos os outros fatos fossem tão importantes quanto a queda da árvore, que se escolheu contar. Sem minorações ou trivialização,

[...] a história realmente universal é a que confere valor absoluto à vida do indivíduo, rechaçando, portanto, a ideia de que os destinos singulares possam ser o preço a ser pago pelas grandes construções da história. Não há universalidade que valha algo se tiver como custo social a infelicidade de um só indivíduo. A verdadeira universalidade consiste em reconhecer a atualidade dessa injustiça passada cometida contra o mais insignificante dos seres humanos. Significa também, em segundo lugar, que esse passado irredento que exige justiça se apresenta desestabilizando as regras do jogo do presente, construído precisamente sobre as costas dos vencidos (Mate, 2011, p. 118)

A construção pressupõe esta destruição prévia e ruptura com a continuidade histórica que majora e minora fatos, produzindo apagamentos e pisando as flores que ficam pelo meio do caminho, consequências colaterais em sua marcha rumo ao progresso e às promessas do futuro. Cabe ao historiador benjaminiano sinalizar e transmitir a vigência dessas injustiças.

O que Benjamin nos ensina é que, ao pensar a felicidade, não devemos olhar para o futuro, mas perceber a realidade do presente e transformá-lo. A realidade não se limita, como vimos, ao que chegou a ser, mas também compreende a possibilidade de vir a ser daquilo que ficou pelo caminho enquanto nele caminhávamos ignorantes.

A memória em Benjamin, serve como o despertar de um sonho-sono (Mate, 2011, p. 161), na medida em que, através do seu exercício, vamos abandonando o estado de inconsciência que nos impedia enxergar todo um outro aspecto da realidade. Escolher entre “sonhar com um novo melhor” ou “lembrar do que aconteceu”, entre celebrar o passado ou o futuro, é um exercício interpretativo, e sobretudo narrativo, sobre o presente.

Para o próximo subcapítulo, gostaria de explorar um pouco mais esta atividade narrativa da história em contraponto à ideia da construção de algo novo partindo do presente ausente, que extraímos de Benjamin, como este movimento que Eric Hobsbawm denomina como um retorno a “algo que nunca existiu realmente, mas foi inventado” (Hobsbawm; Ranger, 2013) com um objetivo, e é sobre isso que nos debruçaremos agora, visando projetar as reflexões conceituais no âmbito do diálogo com o espaço urbano e o território.

1.3 “O povo brasileiro não conhece a sua história”: rompendo com a tradição inventada para a construção de algo novo

“Um Homem e um Leão discutiam para ver qual dos dois era mais valente. O Homem, para provar que tinha razão, levou o Leão até uma praça onde havia uma escultura de um homem estrangulando um leão e mostrou-lhe, dizendo: — Viu como os homens são mais fortes? O Leão, rindo, disse: — Se os Leões soubessem esculpir, haveria muito mais representações de Leões ganhando os duelos contra os homens.”

(Fábula de Esopo, O leão e o Homem)

A escolha desta fábula para encerrar o capítulo é bastante ilustrativa do problema que enfrentamos nos pontos anteriores e que continuaremos a enfrentar no percurso deste trabalho. Com o intuito de dar termo à discussão entre o Leão e o Homem sobre quem deles é o mais forte, o Homem leva o Leão para a frente do que acredita ser a prova cabal da verdade em seu argumento: uma escultura em praça pública de um homem estrangulando um leão.

A fábula de Esopo do “Leão e o Homem” traz a escultura em praça pública como a representação de um dos pontos de vista sobre um fato, pretensamente incontroverso, e a capacidade de esculpir como a de inscrever um desses pontos de vista como verdade. Decerto, como retrucou o Leão, fossem eles os escultores, bem poderia haver uma coleção diferente de estátuas.

Aqui temos em confronto os pontos chave deste capítulo: como denuncia o Leão da fábula de Esopo, há diferentes formas de se contar uma história, o que resultará na produção de diferentes narrativas sobre um mesmo fato ou acontecimento, mas apenas a alguns é franqueado o acesso para escrevê-las. A passagem do tempo torna mais difícil determinar qual das narrativas é a real, a verdadeira, a mais fidedigna ou a mais imparcial, se é que há como cumprir com qualquer uma destas categorias. O que se pode afirmar com alguma certeza é que há diferentes perspectivas e autorias sobre “o que realmente aconteceu”.

Neste subcapítulo, proponho que partamos da ideia da construção de algo novo partindo do presente ausente, articulação que propõe a leitura benjaminiana frente ao conceito de “tradição inventada” cunhado por Eric Hobsbawm e Terence Ranger em *A invenção das Tradições*, como um retorno a “algo que nunca existiu realmente, mas foi inventado” (Hobsbawm; Ranger, 2013) com um objetivo. No ponto anterior, olhávamos para os escultores e, agora, proponho que olhemos para a sua forma e obra manifesta, como faz o leão de Esopo ao questionar o ato de esculpir.

Para tanto, gostaria de retomar o exemplo benjaminiano de Robespierre, que se apoia no passado republicano romano como uma tentativa bem-sucedida de fazer saltar o passado para fora do *continuum* histórico e articulá-lo a serviço do presente, à época, a Revolução.

Como vimos no subcapítulo 1.1¹², Robespierre extraiu uma construção histórica originária (re)invocando a Roma Antiga como um recorte inovador capaz de resgatar algo a serviço do atual, um passado carregado de tempo-agora: “Ele citava a Roma antiga exatamente como a moda cita um traje do passado” (Benjamin, 2020, p. 51).

Robespierre fizera saltar em plena Revolução Francesa o conceito de cidadão da Roma antiga – outrora destinado às elites, mas que naquele tempo do agora veio a serviço de outros

¹² “A história é objeto de uma construção cujo lugar é constituído não pelo tempo homogêneo e vazio, mas por aquele que vem preenchido pelo tempo-agora. Assim, para Robespierre, a Roma antiga era um passado carregado de tempo-agora, que ele fez explodir do continuum da história. A Revolução Francesa compreendia-se como uma Roma ressurgida. Ele citava a Roma antiga exatamente como a moda cita um traje do passado. A moda tem o faro para o atual onde quer que ele se mova no matagal do outrora a qual não se cansará de desentocá-lo. Ela é o salto do tigre em direção ao passado. Só que esse salto se dá numa arena na qual a classe dominante comanda.” (Benjamin, 2020, p. 50-51)

destinatários em *momentum* histórico diverso. Como já colocamos, a moda citou o cidadão romano, tal qual traje do passado, para articulá-lo aos ideais do presente e servir de sedimento para o que se construiria no presente como o *citoyen* francês emancipado de seu papel de súdito no *Ancien Regime*.

Naquele momento específico, a referência à Roma antiga veio através da necessidade de escrever e desenhar os contornos do novo regime republicano. Esculpir novas estátuas, com novos valores, que canalizem os anseios revolucionários, também significa destruir as estátuas antigas, extirpando os signos do Antigo Regime. Como se os leões da fábula de Esopo, após provarem sua verdadeira força frente aos homens, destruíssem toda e qualquer escultura contradizente com a nova ordem que se instaura. A fábula, no entanto, levanta mais uma questão.

“Se os Leões soubessem esculpir, haveria muito mais representações de Leões ganhando os duelos contra os homens”. Como bem se sabe, leões não esculpem e, quiçá, com eles no poder, diferentemente dos republicanos pós-revolução, não fossem esculpidas novas estátuas ou monumentos. Guardemos, no entanto, esta discussão para momento posterior.

Por enquanto, os revolucionários franceses estão ocupados em construir um novo modelo calcado em outros valores, motivo pelo qual fizeram referência à Roma antiga. Decerto, não porque naquela sociedade todos eram particularmente livres e considerados iguais, mas porque “[...] para Robespierre, a Roma antiga era um passado carregado de tempo do agora” que muito bem serviria de apoio e referência para transformar o presente que imaginavam.

No ponto anterior procedeu-se à diferenciação entre os historiadores convencionais e o historiador-catador-construtor benjaminiano. Agora, com a Tese XII, veremos o que parece ser, para Benjamin, um exemplo bem-sucedido de construção e articulação. Em um momento anterior vimos que há uma diferença entre a atividade da *rememoração* e a da *comemoração* (Gagnebin, 2006, p. 55), na divisão proposta por Gagnebin para explicar *Eingedenken* como uma certa ascese da atividade historiadora que se abre à rachadura e constrói algo novo. A comemoração, ao contrário da rememoração, seria esta atividade celebratória vazia do passado confiscado pela história oficial. Reyes Mate propõe que compreendamos esta forma de fazer história através de dois movimentos diferentes: construção e reconstrução.

A reconstrução é a restauração do que alguma vez foi, ao passo que a construção faz das ruínas uma obra nova. O que as diferencia fundamentalmente é a atenção que prestamos ao *agora*, a potencialidade e possibilidade contidas no passado ruinoso, frustrado, encontrando em seus escombros algo “novo”. Benjamin traz nessa tese o exemplo da moda.

A moda se nutre do passado e a política também pode fazê-lo. A moda cita o traje antigo, a tendência antiga, não produzindo nada de novo, porque ela seleciona precisamente aquela tendência que confirma a “segurança e o conforto daqueles que ela veste”. A Revolução Francesa também buscou referência no passado, citando o passado romano, com vistas à produção de um novo ideário político e social no presente, o *agora* de outrora.

Esse salto que o tigre dá para o passado, o salto que efetivamente é produtivo e não meramente “reconstrutivo” é aquele capaz de se apropriar do que o passado tem de agora: é aquele salto para o passado que logra se apropriar da atualidade pendente. Permite que ocorra um retorno ao passado para construir algo novo no presente que sirva para o futuro. Esta parece ser a proposta benjaminiana de articulação, quando dois fenômenos históricos juntos são capazes de ressignificar determinados elementos e a partir deles construir um novo objeto histórico a serviço de um presente que se deseja mudar. A bem da verdade, não deixa de ser um exercício narrativo, de selecionar determinados elementos que não servem mais e dar luz a outros que condizem com os desejos de um futuro imaginado.

Gostaria agora de propor um novo exemplo, convite para que nos voltemos a outro momento histórico em que o desejo de ruptura com o passado resultou num outro escrever, noutra esculpir. Guardadas as devidas proporções e focando no ato de escrita de uma nova narrativa, o Brasil não escapou a essa experiência de ruptura e substituição simbólica do antigo pelo novo. Ao contrário, vivemo-la intensamente e, até o “agora”, lidamos fortemente com as consequências de nossa história que o senso comum diz não conhecermos.

“O povo brasileiro não conhece a sua história” é um dito que habita o senso comum, daquelas frases reproduzidas de maneira irrefletida para justificar e encerrar argumentos de qualquer lado de uma discussão. É interessante pensar em suas origens e efeitos, porque ela denuncia a existência de algo “esquecido”, “desconhecido”, “recalcado” ou de que um não se queira lembrar.

O Brasil e a sua história representam um retorno a algo que nunca existiu realmente, mas foi fabricado para tal fim. Para citar um exemplo emblemático e bastante representativo do que gostaria de levantar, como Benjamin faz com Robespierre de maneira positiva, proponho que pensemos no feriado nacional celebrado anualmente no dia 7 de setembro, como antítese. Nesse dia, em 1822, veio a independência do país acompanhada da necessidade de estruturar e justificar a nova nação:

A tarefa não era pequena. Era preciso redigir uma nova Constituição, cuidar da saúde da população doente e que crescera muito, formar engenheiros para assegurar as fronteiras e planejar as novas cidades, judicializar processos até então decididos a

partir dos costumes e dos poderes regionais, e, não menos importante, inventar uma nova história para o Brasil, uma vez que a nossa era, ainda, basicamente portuguesa. (Schwarcz, 2019, p. 13)

Assim como na França Revolucionária, o Brasil independente de Portugal necessitava urgentemente de um elemento de coesão nacional e identidade que refletisse a história que se gostaria de contar sobre aquele povo e desde aquele ponto. Tamanha era a necessidade, que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi um dos primeiros estabelecimentos fundados (Schwarcz, 2019, p. 13), com o fito de suprir essa demanda.

Foi então que o IHGB, em 14 de novembro de 1840, ofereceu cem mil réis como prêmio a quem apresentasse ao instituto o melhor plano para se escrever a história antiga e moderna do Brasil. O ganhador do prêmio foi o estrangeiro Karl Von Martius¹³ com proposta cujo título era igual ao da pergunta feita aos candidatos: *Como se deve escrever a História do Brasil?*

O intuito do concurso, como aponta a historiadora Lilia Schwarcz, “era criar apenas uma história, e que fosse (por suposto) europeia em seu argumento, imperial na justificativa e centralizada em torno dos eventos que ocorreram no Rio de Janeiro”. Destaca, ainda, que “nada mais adequado que a construção de uma história oficial que concretizasse o que, àquela altura, parecia artificial e, além do mais, recente” (Schwarcz, 2019, p. 14).

Este exemplo específico, um dentre muitos que compõem a História “oficial” e maiúscula do Brasil, traz o desejo de fabricar um passado que fosse capaz de servir como base para o país que à época se desejava construir. Para isso, são sistematicamente selecionados ou apagados fatos que, como vimos, continuam a existir independentemente de serem costurados ou não a uma narrativa pelo historiador. Reconstruir ou construir um passado implica, como bem conhece a história, em inescapáveis: “[...] ambiguidades fundamentais: se ela é feita de encadeamento de eventos que se acumulam e evocam alterações substanciais, também anda repleta de seleções e lacunas, realces e invisibilidades, persistências e esquecimentos” (Schwarcz, 2019, p. 224).

O exemplo acima é precisamente o alvo das críticas benjaminianas. Desejava-se inventar uma História que fosse autoridade para o presente. De início pode um pensar, por conta do desejo confesso de construção do passado, que o foco nele fosse. No entanto, o que se observa é o foco no presente. Não me refiro ao mesmo foco no presente a que se referia a

¹³ Karl Von Martius (1794-1868) foi um naturalista bávaro que se poderia reputar como inadequado para o trabalho, uma vez que desconhecia a história em geral e, menos ainda, a história brasileira. A ele, ainda, pode ser atribuída a criação da metáfora fluvial – caudaloso rio português limpa e absorve os confluente rios de raça índia e etiópica –, que posteriormente se desenvolveria para o mito das três raças, herança de uma suposta democracia racial que persegue o país até os dias atuais.

Benjamin, mas a criação de uma realidade que não era. Para esta realidade que não era, fazia-se necessário um passado que nunca foi.

Este foco na escrita do presente tinha um objetivo claro de construir o sedimento que tentaria lançar e equiparar essa nação inventada ao lado do que ela considerava as nações inscritas no progresso.

A construção desta História maiúscula do Brasil foi um sonho, um devaneio em estado de inconsciência que conscientemente buscava recalcar a realidade dada. A realidade dada e, daí não escapamos, era escombros e ruína. A construção dessa História maiúscula seguiu o que Benjamin cunhou como método aditivo – que majora e minora fatos amarrando-os para construir uma história que mira em direção ao futuro. Naquele concurso, como coloca Lilia Schwarcz, fora dado o pontapé inicial do que se conheceria mais tarde como “História do Brasil”,

[...] como se as narrativas nela contidas houvessem nascido prontas ou sido resultado de um ato exclusivo de vontade ou do assim chamado destino. Sabemos, porém, que na imensa maioria das vezes ocorre justamente o oposto: momentos inaugurais procuram destacar uma dada narrativa temporal em detrimento de outras, criar uma verdadeira batalha retórica – inventando rituais de memória e qualificando seus próprios modelos de autênticos (e os demais de falsos) –, elevar alguns eventos e obliterar outros, endossar certas interpretações e desautorizar o resto. (Schwarcz, 2019, p. 13-14)

Este concurso representa aquilo que nunca existiu realmente, mas foi inventado porque, “se o presente era, em algum sentido, insatisfatório, o passado fornecia o modelo para reconstruí-lo de uma forma satisfatória” (Hobsbawm, 1997, p. 46). Além disso, foi nele em que teve início, pelas mãos do estrangeiro Von Martius, a tese de que o país se definia por sua mistura única de gentes e povos¹⁴ e que, tempos depois, seria o que conhecemos como mito da democracia racial. Naturalmente, pareceria difícil convencer da existência de harmonia em um país marcado pela violência do sistema escravocrata, mas:

[...] nem por isso o Império abriu mão de selecionar um projeto que fazia as pazes com o passado e com o presente do Brasil, e que, em lugar de introduzir dados históricos, que mostrariam a crueldade do cotidiano vigente no país, apresentou uma

¹⁴ Von Martius coloca que: “Devia ser um ponto capital para o historiador reflexivo mostrar como no desenvolvimento sucessivo do Brasil se acham estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento das três raças humanas que nesse país são colocadas uma ao lado da outra de maneira desconhecida na história antiga e que devem servir se mutuamente de meio e fim”. *Revista de História de América*, nº 42, 1956, disponível em: https://www.academia.edu/16092043/Como_se_deve_escrever_a_Historia_do_Brasil_Author_s_Karl_Friedrich_, acesso em: 01-03-2024.

nação cuja felicidade era medida pela capacidade de vincular diversas nações e culturas, acomodando-as de forma unívoca. (Schwarcz, 2019, p. 15)

Logo, para fugir de um passado incômodo, apagam-se os fatos indesejáveis para substituí-los pelo que Eric Hobsbawm e Terence Ranger denominaram *tradição inventada*¹⁵. O termo *tradição inventada* é entendido como um:

[...] conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. (Hobsbawm; Ranger, 2020, p. 8)

Destaque-se que a continuidade em relação ao passado “pode ser bastante artificial”. O que Hobsbawm e Ranger ressaltam é que são reações a situações novas que:

[...] seu próprio passado através da repetição quase obrigatória. É o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social [...]. (Hobsbawm; Ranger, 2020, p. 8)

Em interessante leitura sobre o mesmo acontecimento histórico, Tales Ab’Sáber, em *O Soldado Antropofágico*, reflete sobre o interesse da época na concepção de um estatuto simbólico unificado, capaz de organizar uma defesa simbólica socialmente operada que desse conta do problema de “como não se deve escrever a história do Brasil” (Ab’Sáber, 2022, p. 190). Havia o “como se contar” e a necessidade de que “não se dissesse” como formulações culturais da instabilidade e da fratura simbólica constituíram a vida no país.

Afirmar que “o brasileiro não conhece a sua história” não chega a ser de todo uma inverdade, na medida em que grande parte dela não foi dita, foi “recalcada” e inventada. Por outro lado, este senso comum é, ele próprio, gritante inverdade, já que, como vimos, um fato existe independentemente de que se escreva sobre ele e, nele, subjaz a possibilidade. A realidade sobre a qual historicamente se escolheu não contar é a grande rachadura na narrativa oficial do que se entende por História do Brasil. Certamente, lidar com essa rachadura é tarefa à altura do trapeiro ou catador benjaminiano.

Os primeiros parágrafos deste capítulo, para além de mero detalhe, buscaram marcar o cuidado e atenção que a leitura das Teses exige. Como advertiu Gagnebin, este texto escrito

¹⁵ “O termo ‘tradição inventada’ abrange as ‘tradições’ realmente inventadas, construídas e institucionalizadas formalmente, tais como as que surgiram sem que consigamos atribuir-lhe um período e espaço, mas que se estabeleceram com enorme rapidez.” (Hobsbawm; Ranger, 2020).

“para si mesmo” não traz uma teoria da história a ser aplicada no “agora”, mas uma nova forma de pensá-lo criticamente. O que Benjamin nos oferece através de seus escritos é este olhar singular: algo mais próximo do olhar alegórico do que uma fórmula encaixotada capaz de ser aplicada etapa por etapa com vistas ao fim da marcha rumo à catástrofe.

Nas teses descobrimos um Benjamin “pensador e teórico engajado nas lutas políticas de sua época” (Seligmann-Silva, 2023, p. 6), cujas propostas tornam a bater em nossa porta da frente, aos do agora. A capacidade de pensar a presença da ausência através da memória, há de nos servir como um despertar do estado de inconsciência que nos impedia enxergar todo um outro aspecto da realidade esquecido por nossa condena ao futuro.

Este esquecimento, provocado pela inconsciência de um devaneio, de um eterno sonhar com um futuro melhor recalçando a realidade dada, é fruto da normalidade com a qual aceitamos a lógica do progresso – como anteriormente viu-se o caminhante pisoteando as flores sem cogitar olhar para trás. A memória desperta do devaneio e luta diretamente contra essa racionalidade progressista fundada no esquecimento.

A construção que o historiador-catador realiza tem compromisso com a transformação do presente. Exemplarmente, Benjamin aponta para a Revolução Francesa, que foi capaz de farejar o atual, o que há de realmente novo, no passado. Tendo-o encontrado, cita em vez de de reconstruí-lo. Reyes Mate aponta para a diferença da citação que constrói da que reconstrói:

A revolução francesa e a moda, para mencionar dois exemplos, vivem de citações, mas, assim como para Robespierre havia na Antiga Roma momentos esquecidos que podiam fecundar a revolução que se trazia nas mãos, para a moda os velhos atavios não aportam nada porque não mudam nada. Esta e aquela citação são um salto do tigre ao passado mas com um resultado desigual, já que, no primeiro caso, produz uma revolução dos tempos atuais e, no segundo, uma confirmação da classe social que está aí. E não é que falte a moda olfato para detectar o que há de novidade no passado. Pelo contrário, mas ela seleciona bem para que a novidade de cada temporada não desestabilize a sociedade que veste, mas para quê, pelo contrário, se sintam à vontade. (Mate, 2011, p. 299-300)

A metodologia da construção, proposta por Benjamin, escava as ruínas em busca da possibilidade deixada pelo presente ausente de um passado possível. Busca nas descontinuidades um agora capaz de fraturar e transformar o presente.

Faz-se necessário que atuem nas ruínas de nossa fraturada narrativa e comecemos a falar sobre o que “não queriam que fosse falado”. Como o trapeiro, cumpre apanhar tudo aquilo que a história oficial não quis narrar, mas sem esquecer da advertência benjaminiana: o objetivo desta tarefa não é escrever uma (contra)narrativa diametralmente oposta, eloquente, que corre

homogênea e vazia, mas ir em direção ao passado incômodo e nele provocar um abalo que sirva de base para reorganizar o presente, para fora da narrativa e através dela.

É certo que nesse passado incômodo não encontraremos certezas objetivas, já que é praticamente impossível dar conta de todos fatos e lados de uma mesma história. Assim, o objetivo último nunca poderá ser o estabelecimento de uma verdade indiscutível e exaustiva, mas permitir que os leões andem pelas ruas em constante estado de indignação.

2. RETRATOS DE CIDADE: WALTER BENJAMIN E A ARTE DE ESCREVER A HISTÓRIA COM IMAGENS

2.1 Fisionomia da Metrópole Moderna: ler a cidade como um texto

“Nenhum rosto   tão surrealista como a fisionomia autêntica de uma cidade.”
Walter Benjamin, 1929

No capítulo anterior, apresentei o olhar singular que o pensamento benjaminiano evoca nas *Teses Sobre o Conceito de História* para que, cada vez mais, sejamos provocados a compreender o presente e vislumbrar caminhos para transformá-lo. Esse olhar singular permite que vejamos possibilidade onde ela parecia perdida com a ideia de um presente ausente, fruto de um passado não encerrado, que o catador atento tem a difícil tarefa de buscar em meio às ruínas e construir como presente possível.

Como vimos nos pontos anteriores, a tarefa do historiador catador não é simples. Tampouco será a nossa – escolados na leitura da História maiúscula –, que implica em uma reeduca o do olhar para a temporalidade, antes medida pela cronologia, mas que agora pede que a tomemos por sua intensidade. Benjamin aponta para a possibilidade que vive *intertempos*, uma interpenetra o de presente e passado, que sedimenta e lança raízes ao futuro.

Interpenetra o como dobras que intensificam o tempo no trabalho de memora o sobrepondo passado e presente, capazes de perfurar a temporalidade com o objetivo de costurar as imagens do passado com outras, na busca de correspondências entre o ocorrido e a linguagem do agora (Selligmann-Silva, 2020, p. 40). Neste capítulo gostaria de, para além da dimensão temporal, empreender uma entrada na dimensão espacial e material que o conceito de interpenetra o benjaminiano comporta. De início, esse exercício pode parecer demasiadamente teórico e abstrato, no entanto, proponho que visitemos algumas obras de Benjamin nas quais ele próprio, texto, cidade e tempo se fundem (Selligmann-Silva, 2020, p. 40).

Parte considerável da produ o de Benjamin tem foco na cidade e na arquitetura, aparecendo, muitas vezes, sob a forma de diários de viagem, de reflexões autobiográficas acerca de sua infância e de sua cidade natal, em imagens de cidade e como parte de uma potente sociologia e filosofia da cidade (Selligmann-Silva, 2020, p. 21). Estes escritos configuram vasto e valioso espólio intelectual que, surpreendentemente, não é utilizado a menudo como

referência em matéria de estudos urbanos¹⁶. No entanto, neste capítulo, pretendo trazer como aporte a esse projeto de reeducação do olhar¹⁷, essa outra matiz da obra benjaminiana, que se volta para a cidade e permite que reflitamos, enquanto linha crítica, sobre o direito a ela.

A cidade ideal para Benjamin não é aquela cidade clássica, necessariamente “bela”, mas antes uma cidade marcada pela circulação, pela interpenetração e pela “porosidade” (Selligmann-Silva, 2020, p. 20): de pessoas, ideias, tempo, história e memória. Mais adiante, trabalharemos estas categorias através das imagens de cidade contidas (i) no Projeto das *Passagens*, brevemente introduzido neste subcapítulo, para que retornemos a ele com seus *exposés* (1935 e 1939); (ii) no ensaio *Nápoles*, escrito a quatro mãos com Asja Lacis em 1924 e (iii) no livro *Rua de Mão Única* (1928).

No capítulo 1, começamos este trabalho com as *Teses Sobre o Conceito de História*, construídas por meio de imagens e alegorias capazes de abalar a concepção do saber histórico e metodológico do conhecimento, com o intuito de detecção do presente ausente. Para este segundo momento, opto por começar trazendo o Projeto das *Passagens*, obra que deve ser vista

¹⁶ “In trying to tell the story of how people attempted to theorize the economic and social life of the cities the name of Walter Benjamin is commonly absent from what we might loosely refer to as the canon of urban studies. This should not be so” (Keith, 2003) – ver mais em: KEITH, Michael. Walter Benjamin, urban studies and the narratives of city life, In: BRIDGE, G; WATSON, S. *A Companion to the city*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2003, pp. 410-429. Como aponta Beatriz de Oliveira, os pesquisadores e etnógrafos urbanos de linhagens contemporâneas inspiram-se, principalmente, na figura do flâneur e no estilo de escrita fragmentário dos escritos de Benjamin sobre a cidade para articularem suas reflexões e investigações sobre o urbano; no entanto, seus escritos sobre cidades restam subexplorados – ver mais em: OLIVEIRA, Beatriz S. C. Linhagens benjaminianas do pensamento etnográfico. *Revista BIB*, n. 81, 2017, pp. 42-65. Em âmbito internacional, como veremos adiante, os escritos de Benjamin com Asja Lacis sobre Nápoles, tomaram maior protagonismo por conta das formulações sobre “cidades porosas”; no entanto, há usos muito divergentes de interpretação e aplicação do conceito que o tornam subexplorados – ver mais em: ENRIGHT, Theresa; OLMSTEAD, Nathan. The potencial politics of the porous city. *EPD: Society and Space*, 2023, v. 41, n. 2, p. 295-309.

¹⁷ “O lado pedagógico deste projeto: educar em nós o médium criador de imagens para um olhar estereoscópico e dimensional para a profundidade das sombras históricas’. São palavras de Rudolf Borchardt, Epilegomena zu Dante, vol.I, Berlim, 1923, pp. 56-57” [N1, 8] (Benjamin, 2018, p. 761). Ver mais em: BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

como um *projeto*, dada a singularidade de sua elaboração¹⁸, forma¹⁹ e método (Selligmann-Silva, 2023, p. 43)²⁰, cuja atualidade dos escritos é constantemente renovada pela leitura ativa de quem a estuda, como uma constelação em constante movimento. Como coloca Selligmann-Silva, Benjamin propõe uma “perlaboração” do século XIX, voltada para a desconstrução dos mitos do passado – sobretudo o mito do progresso – visando uma intervenção no próprio presente, no contexto do século XX (Selligmann-Silva, 2023, p. 43).

O próprio título *Passagens*, em português e em francês²¹, fruto de feliz escolha editorial, carrega valiosa polissemia, na medida em que remete tanto às galerias comerciais de Paris (*Passages*)²², como também a outros tipos de passagens fundamentais para a obra benjaminiana: passagens de textos, eventos, ideias, tempo, pessoas, história etc. Este termo

¹⁸ O Projeto das Passagens é trabalho que ocupa grande parte da vida de Benjamin, podendo ser subdividido em diferentes fases de pausa e retomada. Entre 1927 e 1929, surge um primeiro esboço desse trabalho, com a reunião de 405 fragmentos e uma interrupção por conta da crise da República de Weimar e ascensão do nazismo, em que ocorre a fuga de Benjamin da Alemanha para Paris. Em 1934, Benjamin recomeça a pesquisa na Biblioteca Nacional de Paris, o que se estende até 1937, chegando a juntar mais de quatro mil fragmentos. Estes fragmentos foram organizados em um Grande Arquivo, recebendo siglas em um índice remissivo, do qual nos valeremos aqui. Em 1935 e 1939, Benjamin, por ser bolsista do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, escreve dois *exposés* intitulados *Paris, capital do século XIX*, a pedido de Adorno e Horkheimer. Nesse meio tempo, no período de 1937 a 1938, Benjamin começou a redigir um livro modelo intitulado *Charles Baudelaire, um poeta lírico no auge do capitalismo*, com base no vasto conteúdo que havia reunido no Grande Arquivo, que restou inacabado por circunstância da morte de Benjamin.

¹⁹ O fato de o Projeto das Passagens restar inacabado ou inconcluso não lhe quita a importância da forma fragmentária que permite a montagem, método que veremos em seguida. Tem o caráter de uma obra aberta que convida ao leitor a se tornar coautor do texto, efetuando a montagem por sua conta. (Bolle, 2022, p. 103).

²⁰ O Projeto das Passagens é um convoluto composto por 36 cadernos, denominados arquivos temáticos, que totalizam 4.234 fragmentos e citações recolhidos, colecionados e selecionados por Benjamin de 1927 até o final de seus dias no ano de 1940; portanto, inacabado. Nesses cadernos há citações de diversas obras, notícias em jornais, trechos de poesia e comentários que Benjamin colecionava sobre as mais variadas temáticas.

²¹ Como coloca Selligmann-Silva, Benjamin se referia a esse trabalho com diferentes expressões, indo do *Pariser Passagen: Eine dialektische Feerie* (Passagens de Paris: Uma *Feeria* Dialética), *Passagenarbeit* (Trabalho das Passagens) e *Pariser Passagen* (Passagens de Paris), tais como expressões que se referiam a partes desse projeto (como Baudelaire). O título em alemão *Das Passagen-Werk* (A Obra das Passagens) poderia transmitir a falsa impressão de que Benjamin teria concluído essa obra (Selligmann-Silva, 2023, p. 45).

²² Sobre as Passagens Parisienses que inspiram o título do Projeto das Passagens: “Chamamos repetidamente a atenção”, diz o guia ilustrado de Paris do ano de 1852, um retrato completo da cidade às margens do Sena e de seus arredores, “às passagens que desembocam nos *boulevards* internos. Estas passagens, uma recente invenção do luxo industrial, são galerias cobertas de vidro e com paredes revestidas de mármore, que atravessam quarteirões inteiros, cujos proprietários se uniram para esse tipo de especulação. Em ambos os lados dessas galerias, que recebem sua luz do alto, alinham-se as lojas mais elegantes, de modo que uma tal passagem é uma cidade, um mundo em miniatura, onde o comprador encontrará tudo o que precisar. Numa chuva repentina, são elas o refúgio para todos os que são pegos desprevenidos, garantindo lhes um passeio seguro, porém restrito, do qual também os comerciantes tiram suas vantagens”. Esta passagem é o *locus classicus* para a representação das passagens, não só porque a partir dela desenvolve em si as divagações acerca do *flâneur* e do tempo, mas também porque o que se tem a dizer sobre a construção das passagens do ponto de vista econômico e arquitetônico poderia encontrar aqui o seu lugar [A1, 1]” (Benjamin, 2018, p. 99).

polissêmico anuncia uma perspectiva nova que Benjamin abre para o trabalho histórico: “um decidido *parti pris* a favor das imagens (e do imagético) e de fragmentos em detrimento do sistema” (Selligmann-Silva, 2023, p. 45).

Decerto, como vimos no ponto anterior, a proposta benjaminiana traz um novo modo de ver o mundo e, para além disso, uma nova forma de concepção do saber e de seus métodos. Em seus escritos, percebe-se a retomada da teoria em seu sentido etimológico de *theorein*, que se traduz como “contemplar”, “ver”, promovendo para além de uma “virada linguística” do saber, uma “virada visual” (Selligmann-Silva, 2023, p. 48).

O Projeto das Passagens capta a cidade como um universo gramatológico, no qual Benjamin procede à união do plano geográfico ao micrológico da escritura-cópia (Selligmann-Silva, 2023, p. 50) com a seleção de fragmentos e citações, aos quais se lhes aplica o princípio da montagem:

Este trabalho deve desenvolver ao máximo a arte de citar sem usar aspas. Sua teoria está intimamente ligada à da montagem. [N 1, 10] (Benjamin, 2018)

Método deste trabalho: montagem literária. Não tenho nada a dizer. Somente a mostrar. Não surrupiarei coisas valiosas, nem me apropriarei formulações espirituosas. Porém, os farrapos, os resíduos: não quero inventariá-los, e sim fazer-lhes justiça da única maneira possível: utilizando-os. [N 1a, 8] (Benjamin, 2018)

A primeira etapa desse caminho será aplicar a história ao princípio da montagem. Isto é: erguer grandes construções a partir de elementos minúsculos, recortados com clareza e precisão. E, mesmo, descobrir na análise do pequeno momento individual o cristal do acontecimento total. Portanto, romper com o naturalismo histórico vulgar. Aprender a construção da história como tal. Na estrutura do comentário. Resíduos da história. [N 2, 6] (Benjamin, 2018)

Nestes fragmentos podemos perceber o modo como tratamos no capítulo 1 deste trabalho a tarefa do historiador-catador que reúne fragmentos, farrapos e resíduos da história para fazer-lhes justiça, utilizando-os numa nova construção. Como vimos em 1.2.: o catador não tem por alvo recolher os grandes feitos, ao contrário, deve apanhar tudo aquilo que fora deixado de lado, rompendo com o naturalismo histórico vulgar. Tudo aquilo que ficou de fora da História da árvore que caiu na floresta é utilizado, sendo-lhe feita justiça pela citação – para usar o mesmo exemplo (em 1.2). Esta citação traz o presente possível à tona e contesta a autoridade do presente dado, ou seja, arrancam-se determinados momentos de seu falso contexto (a falsa totalidade) para ressignificá-los no ato de (re)criação (Selligmann-Silva, 2023, p. 33). Por que narrar a queda da árvore? Por que não falar de todo o resto que, sem dúvida, existe?

O historiador-catador procede à atividade de construção por meio da montagem desses restos e resíduos da história, articulando o passado com o presente. Benjamin fala na existência de um “agora da cognoscibilidade” em que “a leitura de determinado fato (o ocorrido) que, respondendo ao nosso olhar, também devolveria seu olhar para o momento atual (o agora)” (Selligmann-Silva, 2023, p. 51). Aqui compreende-se a história como um conjunto de ideias fragmentadas, um passado esmiuçado em imagens, apanhadas por um historiador-catador que se fixa no elemento caduco do mundo, sob a forma do “encontro entre um sujeito necessitado e um passado solicitante” (Mate, 2011, p. 146). Benjamin chama esse encontro, conexão ou interação entre passado e presente de “imagem dialética” (Mate, 2011, p. 143):

[...] a imagem é aquilo em que o ocorrido encontra o agora num lampejo, formando uma constelação. Em outras palavras: a imagem é a dialética na imobilidade. Pois, enquanto a relação do presente com o passado é puramente temporal, a do ocorrido com o agora é dialética - não de natureza temporal, mas imagética (...) [N3, 1] (Benjamin, 2018)

Com o Projeto das Passagens, sua *obra-constelação*, *obra-móvil*, *obra-trabalho*, Benjamin parecia estar pondo em prática um trabalho de leitura crítica e o salvamento do ocorrido que, “sob sua lupa, decantava-se em imagens dialéticas” (Selligmann-Silva, 2023, p. 53). Como coloca Willi Bolle, a contribuição específica de Benjamin nessa arte de escrever a história com imagens, é a *Fisionomia da Metrópole Moderna* (Bolle, 2022), em louvável trabalho que carrega o mesmo nome. Naquela oportunidade, Bolle partira da hipótese de que o conjunto dos retratos de cidades que Benjamin empreendeu ao longo de sua vida foram uma tentativa de representação de sua época por meio de uma montagem surrealista, transformando-se em valiosa constelação de fragmentos urbanos.

No capítulo 3, desenvolveremos como a fisionomia benjaminiana da grande cidade pode servir como paradigma de reflexão sobre o fenômeno da modernidade, e “se” e “como” somos capazes de transportá-la à realidade brasileira. Por ora, gostaria de introduzir as imagens de cidade da obra de Benjamin, seu aspecto mnemônico e fisionômico, extraindo desse universo alguns conceitos como a porosidade e a interpenetração, categorias que nos ajudarão a ler e pensar criticamente nossas cidades.

A fisionomia benjaminiana²³ é uma espécie de “especulação das imagens” prenes de história e, por meio delas, seria possível ler a mentalidade de uma época. A imagem é uma

²³ A fisionomia designa aqui uma representação da história como história natural: a caducidade, o sofrimento e a mortificação são expressos pelas alegorias da ruína do cadáver e da caveira; no trabalho das passagens a intenção é parecida. Desde a fase de planejamento o autor procurou obter uma concretude máxima para a época

categoria central da teoria benjaminiana, que se expressa menos por conceitos do que por imagens: *alegoria, imagem arcaica, imagem de desejo, fantasmagoria, imagem onírica, imagem de pensamento e imagem dialética* (Bolle, 2022, p. 51).

Partindo da superfície de sua época, Benjamin atribui “à fisionomia das cidades, à cultura do cotidiano, às imagens do desejo e às fantasmagorias, aos resíduos e materiais aparentemente insignificantes, a mesma importância que às grandes ideias [...]” (Bolle, 2022, p. 52). Como vimos, decifrar todos esses resíduos que catou, trechos aparentemente insignificantes, e transformá-los em imagens dialéticas, coincide para ele como a produção de conhecimento da história (Bolle, 2022, p. 52).

Benjamin passa a rodear-se desse mundo semiótico, traduzido numa linguagem forrada de imagens, que lhe cabe a tarefa de ler e interpretar. Selligmann-Silva aponta que esta linguagem particular:

[...] não deixa cair no plano do puramente conceitual o complexo volume multianguloso do fenômeno urbano, que ele sempre via do ponto de vista tanto do urbanismo, da arquitetura, como também de sua ocupação humana. A cidade para ele, afinal, é um palco político e uma superfície viva, construída por desejos, lutas, sexo, poder e sofrimento. Suas descrições da cidade, seja nas suas imagens de cidade, seja nas recordações de Berlim, tendem o tempo todo para as metáforas e alegorias. O texto da cidade é traduzido em imagens que, por sua vez, conclamam o leitor a fazer a sua própria leitura, a realizar a sua interpretação da cidade transformada em enigma imagético. (Selligmann-Silva, 2020, p. 23)

A iniciação na literatura urbana de Benjamin deu-se pelo livro intitulado *Tableaux Parisiens*, de Charles Baudelaire²⁴. Como conta Bolle, com Baudelaire ele aprendeu a ver a cidade como um corpo humano e a usar a técnica de superposição, que faz com que, misticamente, a percepção da cidade e a do próprio corpo se confundam:

Baudelaire e Benjamin, cada um a sua maneira, tentam flagrar esse momento em que o sujeito se inteira da fisionomia da cidade e, ao mesmo tempo, de si mesmo, em que o rosto e o corpo se assemelham mimeticamente à cidade que ele habita, como se ela fosse a constelação que define sua identidade a estrela de sua vida inteira. (Bolle, 2022, p. 53)

estudada, o que se daria através de uma forma que configurasse o rosto da modernidade. Ele visa uma fisionomia da multidão montada a partir dos textos de Edgar Allan Poe, Friedrich Engels, Honoré Balzac, Victor Hugo, Baudelaire e principalmente das fisiologias, gênero desenvolvido na França na década de 1830 e 1840. Nesse contexto é lembrado o fundador da fisionomia Johann Kaspar Lavater. (Bolle, 2022, p. 49).

²⁴ Para maior aprofundamento, ler: em BOLLE, Willi., 2022.

Embora Bolle marque a distância de Benjamin dos ideais “especulativos e fantasiosos” de Johann Caspar Lavater (1741-1801), conhecido como “pai da fisionomia”, opto por aqui reproduzir a citação que Bolle faz de Lavater por motivos didáticos, para fornecer algum balizamento conceitual – ainda que tenha sido Goethe a verdadeira inspiração para o método fisionômico de Benjamin²⁵:

A fisionomia é a ciência de conhecer o caráter (não os destinos aleatórios) de um ser humano *lato sensu* a partir de seus traços exteriores; a fisionomia *lato sensu* seriam, portanto, todos os traços exteriores do corpo e dos movimentos de um ser humano, na medida em que, a partir daí, é possível conhecer algo do seu caráter. (Bolle, 2022, p. 49)

É a percepção desses traços exteriores que Benjamin traduz para a superfície da cidade, sua epiderme, seus movimentos, e ambiciona pesquisar e compreender a “questão das variáveis históricas da percepção humana”, como ele mesmo definira seu projeto dentro das linhas de trabalho do Instituto de Pesquisa Social (Bolle, 2022, p. 50).

O alvo que Benjamin desejava atingir, partindo da epiderme da cidade e de sua época, está no limiar entre o consciente e o inconsciente, para que dali pudesse extrair uma forma que configurasse o rosto da Modernidade e, com isso, ler a mentalidade de uma época. Bolle aponta para a redescoberta que Benjamin faz de uma dimensão esquecida pela *Aufklärung*, pela filosofia idealista e pelo materialismo histórico: “a importância do corpo na cultura e, por extensão, do irracional e do inconsciente” (Bolle, 2022, p. 51).

A empreitada, fruto da redescoberta desta dimensão esquecida, é o que Willi Bolle propôs chamar de Fisionomia da Metrópole Moderna, marcando o início deste projeto literário benjaminiano aos meados dos anos 1920 (Bolle, 2022, p. 50). Bolle destacadamente situa como marco o lançamento do livro *Rua de Mão Única*, gestado e escrito anos antes da sua publicação, em 1928. A escrita dessa obra corresponderia ao início de um novo ciclo de sua produção²⁶, voltando esse olhar particular para as cidades.

²⁵ Para maior aprofundamento, ler: em BOLLE, Willi., 2022, p.51.

²⁶ Gagnebin, na Introdução de *Rua de Mão Única*, destaca a gritante diferença entre duas obras de Benjamin publicadas em 1928: *Origem do drama barroco alemão* e o próprio *Rua de Mão Única*. A primeira fora apresentada para ser julgada como tese de livre-docência na Universidade de Frankfurt, mas rejeitada por ser considerada incompreensível. Gagnebin aponta para esse contexto como, talvez, um dos motivos para o início de uma mudança na vida, no pensamento e na escrita de Benjamin, um início que responde e corresponde ao cansaço diante das disciplinas universitárias da sua época. Gagnebin se aferra à hipótese de que *Rua de Mão Única* configuraria uma reação literária, filosófica e política ao desânimo que o desastre da República de Weimar provocava em Benjamin (Benjamin, 2023, p. 90) – ver mais em: BENJAMIN, W. *Rua de Mão Única*. 1 ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2023. Além de Bolle e Gagnebin, assim também coloca Luciano Gatti quanto ao marco de virada da obra benjaminiana. Transicionou da conclusão de um conjunto de trabalhos

A ordem cronológica dos escritos que compõe o Projeto que ele chamou de Fisionomia da Metrópole Moderna, tal como foi estabelecido por Bolle, inicia com *Rua de Mão Única* (1925-1928), seguido pelos *Diário de Moscou* (1926-1927) e pelos primeiros esboços das Passagens Parisienses (1927-1929). Bolle aponta para o ganho de novos impulsos desse projeto de retratos de cidade com a série radiofônica sobre a metrópole Berlim (1929-1930), as obras de *Crônica Berlinense* (1932) e a *Infância em Berlim por Volta de 1900* (1932-1938). Esse Projeto o acompanhará até o fim de sua vida, sempre às voltas com o trabalho das *Passagens* (1927-1940), que ficou inconcluso e hoje nos serve como obra aberta (Bolle, 2022, p. 315).

O marco inicial de seu projeto de uma Fisionomia da Metrópole Moderna começa a ganhar sua primeira forma com *Rua de Mão Única* e os *Diários de Moscou*. Bolle situa este projeto benjaminiano no contexto de outras abordagens fisionômicas da época: Georg Simmel, Siegfried Kracauer, Ernst Bloch, Louis Aragon e André Breton. Em carta a Scholem a propósito de *Rua de Mão Única*, Benjamin conta ao amigo: “nesse livro cruzam-se duas fisionomias minhas, uma mais antiga e outra mais recente”²⁷.

Decerto, *Rua de Mão Única* foi um marco em meio aos escritos que revelam os traços que compõem a Fisionomia da Metrópole Moderna colocada em texto. No entanto, antes de conhecermos melhor esse rosto, gostaria que explorássemos *Nápoles*, um ensaio anterior ao *Rua de Mão Única*, como uma incursão experimental na fusão entre ele próprio e o outro par de mãos que o acompanha e escreve com ele texto, cidade e tempo.

2.2 Nápoles: o retrato de uma cidade porosa

“A porosidade é a lei dessa vida que deve ser inesgotavelmente redescoberta”

Walter Benjamin e Asja Lacis no ensaio Nápoles

sobre a filosofia e a literatura alemãs para outro momento: no ano de sua publicação, em 1928, é publicado *Rua de Mão Única*, como uma coletânea de textos breves em torno da experiência intelectual e urbana na República de Weimar. Nas cartas da época, Benjamin identifica o livro sobre o barroco como a conclusão de um longo período de pesquisa, enquanto *Rua de Mão Única* corresponderia ao início de um novo ciclo de sua produção. Este novo ciclo deve-se ao interesse despertado em Benjamin pelo cenário artístico e intelectual francês. “Em cartas a Hugo von Hofmannstahl, ele esclarece o quanto *Rua de Mão Única* devia a uma estadia em Paris durante o primeiro semestre de 1926, confessando que encontrara ali um clima intelectual mais favorável a ele do que aquele que havia na Alemanha. ‘Enquanto me sinto inteiramente isolado com minhas ocupações e interesses entre as pessoas da minha geração na Alemanha, há alguns fenômenos na França – como o escritor Giraudoux e Aragon, especialmente, ou como o movimento surrealista – em cujas obras eu vejo aquilo que também me ocupa.’” (Gatti, 2009, p. 74) – ver mais em: GATTI, Luciano. *Walter Benjamin e o Surrealismo: escrita e iluminação profana. Artefilosofia*, Ouro Preto, n. 6, p. 74-94, abr. 2009.

²⁷ Trata-se da carta a Scholem datada em 5 de abril de 1926.

“Aprenderei a amar as casas
quando entender que as casas
são feitas de gente
que foi feita por gente
e que contém em si a possibilidade
de fazer gente”

Matilde Campilho, no livro *Jóquei*

Neste subcapítulo, proponho um mergulho em um dos mais intrigantes retratos de cidade de Benjamin: *Nápoles*, escrito em 1924²⁸. Este ensaio, especificamente, detém uma particularidade que o destaca frente aos outros retratos, pelo fato de haver sido escrito a quatro mãos e, por conta disso, nele reverberar uma narração polifônica de quem experimenta conjuntamente uma cidade (Mota, 2020, p. 138). O outro par de mãos que assina o ensaio, pertence a Asja Lacis²⁹, a quem Benjamin dedicou o livro que seria publicado anos depois e tido como o início de um novo ciclo em sua produção³⁰, em 1928. A dedicatória gravada em *Rua de Mão Única* é: “Esta rua chama-se RUA ASJA LACIS, em homenagem àquela que, na qualidade de engenheiro, a rasgou dentro do autor”.

A dedicatória acima é um rastro do impacto que a relação com Lacis causou em Benjamin e que parece ter sido deixado pelo caminho deliberadamente por Adorno e Scholem. Adorno excluía a dedicatória do primeiro volume de textos reunidos de Benjamin em 1966 que, como coloca Gagnebin, felizmente seria retomada nas edições posteriores³¹. Scholem, por sua vez, minimizara a importância de Lacis na evolução política e intelectual de seu amigo e, talvez, a acusasse de afastá-lo do judaísmo por culpá-la de haver estreitado sua relação com o marxismo e o comunismo (Benjamin, 2023, p. 14).

Gagnebin, na Introdução de *Rua de Mão Única*, destaca a gritante diferença entre duas obras de Benjamin publicadas em 1928, a ponto de parecer que haviam sido escritas por duas pessoas distintas: *Origem do drama barroco alemão* e o próprio *Rua de Mão Única*. A primeira

²⁸ *Nápoles* é um trabalho de 1924 publicado originalmente no Frankfurter Zeitung, em 1925.

²⁹ Asja Lacis fora uma militante comunista que dirigiu o teatro de trabalhadores e crianças proletárias em Riga, Moscou e Munique.

³⁰ Vide nota de rodapé de número 26.

³¹ Neste trabalho utilizamos uma versão que contém a dedicatória e a introdução escrita por Jeanne Marie Gagnebin (Benjamin, 2023, p. 13-14). Sobre essa exclusão, consultar também: MITTELMEIER, Martin. Asja Lacis in Neapel. Wie das Konzept der Porosität den Stil der Texte Walter Benjamins und Theodor W. Adornos beeinflusst. Culture Crossroads. *Journal of the Research Centre at the Latvian Academy of Culture*, Riga, v. 8, 2015, p. 79.

fora apresentada para ser julgada como tese de livre-docência na Universidade de Frankfurt, mas rejeitada por ser considerada incompreensível. Esse contexto talvez tenha contribuído como um dos motivos para o início de uma mudança na vida, no pensamento e na escrita de Benjamin – um início que responde e corresponde ao cansaço diante das disciplinas universitárias da sua época. Gagnebin defende a hipótese de que *Rua de Mão Única* configuraria uma reação literária, filosófica e política ao desânimo que o desastre da República de Weimar provocava em Benjamin (2023, p. 9)³².

Como vimos no subcapítulo 2.1., Willi Bolle marca o nascimento do projeto literário de Benjamin, que ele escolheu chamar de Fisionomia da Metrópole Moderna, com o livro *Rua de Mão Única* (1925-1928) (Bolle, 2022, p. 315), não incluindo explicitamente o ensaio *Nápoles* a esse conjunto. Esta não inclusão, muito provavelmente, partiu de uma escolha do autor devido à natureza experimental que o ensaio *Nápoles* poderia emanar frente aos outros retratos de cidade, quando comparados em critérios de forma e conteúdo.

Dentre os comentadores da obra benjaminiana, há quem considere os escritos sobre as quatro cidades (Nápoles, Moscou, Paris e Berlim) como de igual importância e peso, estabelecendo entre elas um traçado de igual conexão, como é o caso de Susan Buck-Morss (2002, p. 50). Há, ainda, quem considere os escritos sobre Nápoles e Moscou como incursões de natureza mais experimental se comparados aos outros – Paris e Berlim –, tidos como mais desenvolvidos, motivo pelo qual se lhes atribui pesos diferentes, como é o caso de Graemme Gilloch (1996, p. 22).

No que concerne a este trabalho, como adiantado no subcapítulo 2.1., por mais experimental e pouco ortodoxo que seja o ensaio sobre Nápoles em forma e conteúdo, fã-lo ganhar centralidade a utilidade dos conceitos de porosidade e interpenetração para a análise que empreenderemos nos capítulos seguintes. Em arrimo a Gilloch, entende-se aqui que o ensaio “‘Nápoles’ contém em seu bojo a gênese e a tentativa inicial de articulação de um número de considerações metodológicas e temáticas vitais”^{33, 34}, que nos ajudarão a ler e pensar a problemática das cidades.

³² Vide referência de número 26.

³³ Do original: “‘Naples’ contains within it the genesis and tentative initial articulation of a number of vital methodological and thematic considerations” (Gilloch, 1996, p. 22).

³⁴ Até o vocabulário empregado no texto lança raízes para obras que viriam a seguir. Esta porosidade seria o pontapé inicial, se é que assim a podemos colocar, de noções como constelação, desvio, limiar, imagem dialética e, sobretudo, o aspecto singular “antissistemático” que a obra benjaminiana viria a assumir.

Também em 2.1., apontou-se para a subutilização do valioso aporte que os escritos sobre cidades de Benjamin podem trazer em matéria de estudos urbanos³⁵. Por outro lado, é interessante observar que, a despeito da experimentalidade formal e conteudista que soa ser atribuída à *Nápoles*, este ensaio teria ganho especial atenção em âmbito internacional por conta da ideia de porosidade. Em estudo recente, Enright e Olmstead apontam para interpretações e aplicações muito diferentes e, por vezes, mal elaboradas do conceito de “cidade porosa”, problemática que faz com que o potencial efetivo que a ideia de porosidade pode trazer à teoria crítica urbana seja subexplorado³⁶.

A multivalência do termo “porosidade” decerto propiciou o surgimento de novo vocabulário para conhecer o urbano. No entanto, esta mesma característica de abertura que a define e a torna tão atrativa como conceito pode se tornar um problema quando mal manejado. A imprecisão conceitual poderia levar a um uso contrário ao de sua concepção original – a do ensaio *Nápoles*, como exemplificam Enright e Olmstead, com a mobilização para justificar a lógica generalizada pró-crescimento da urbanização de mercado sob o neoliberalismo. Os autores apontam para o quadro atual desse conceito como maleável e politicamente ambivalente (Enright; Olmstead, 2023, p. 296), motivo pelo qual eles próprios fazem o necessário movimento de retornarem ao ensaio.

As preocupações de Enright e Olmstead não me parecem infundadas, seja pela apropriação indevida do conceito por conta da sua descontextualização, seja por aplicações descuidadas, dada a complexidade de delimitação conceitual que parte de uma ideia extraída de um texto experimental. O caso é que muito se perderia se estes receios fizessem com que abandonássemos o conceito e deixássemos de empreender maiores esforços de compreensão da sua utilidade para uma teoria crítica do urbano em um campo como o do direito à cidade³⁷. Por

³⁵ Vide, nota de rodapé número 16.

³⁶ Nesse trabalho, os autores ensaiam o levantamento e construção de um panorama dos estudos que até então se voltaram para o conceito. Ver mais em: ENRIGHT, Theresa; OLMSTEAD, Nathan. The potencial politics of the porous city. *EPD: Society and Space*, v. 41, n. 2, p. 295–309, 2023.

³⁷ O direito à cidade é originalmente trazido na obra de Lefebvre e por ele construído a partir das ruas de Paris em 1968, ano marcante dado à efervescência dos movimentos iniciados pela juventude na luta por direitos. O autor entende que não pode ser concebido como um simples direito de visita ou retorno às cidades tradicionais, mas sim como direito à vida urbana em constante transformação e renovação. A vida urbana para Lefebvre, portanto, pressupõe “encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na cidade” (Lefebvre, 2001, p. 22). David Harvey, embebido no ideário legado por Lefebvre, entende o direito à cidade como um “significante vazio”, relacional na medida em que depende diretamente de quem irá conferir-lhe o significado (Harvey, 2014, p. 20). O preenchimento desse significante se dará com outros tantos direitos, conceituado por Rosângela Cavallazzi ao entendê-lo como “feixe de direitos”, noção prismática que o coloca como: “expressão do direito à dignidade da pessoa humana, o núcleo de um sistema composto por um feixe de

esse motivo e, com o objetivo maior de que este trabalho seja um esforço no caminho de uma contribuição positiva para o campo, voltamo-nos à *Nápoles*.

Lacis e Benjamin conheceram-se no verão de 1924 em Capri e, desse encontro resultou: um relacionamento cuja intensidade só podemos supor pela simbólica eternização em dedicatória (Mittelmeier, 2015, p. 79), alguns vestígios sutis encontrados em cartas e textos, e *Nápoles*, um ensaio absolutamente singular. Nele, podemos ler e escutar a voz fundida de seus autores que, por sua vez, também se fundem e se integram com a cidade que experimentam.

De construção intrigante, como coloca Virgínia Mota, diferentemente da voz de cada autor, o texto traz uma voz que foi modulada polifonicamente, já que modula tanto temporal como espacialmente (Mota, 2020, p. 138), aproximando os atores sociais. Isto é, uma voz modulada a quatro mãos que “foi tecendo com diferentes aspectos e ritmos, as melodias vocais e as tessituras notórias que os autores aprofundaram sob o nome de porosidade” (Mota, 2020, p. 138).

Como adiantou a epígrafe deste capítulo: “A porosidade é a lei dessa vida que deve ser inesgotavelmente redescoberta”. Esta voz fundida descreve um modo de vida particular de uma cidade e de seus habitantes, regidos pela imprevisibilidade da vida de seus atores. Assim Nápoles se renova constantemente, de modo que desses atores depende o futuro da cidade, recriando suas próprias leis de acordo com as demandas internas. Ainda, a voz que narra *Nápoles* revela-se uma voz encontrada em Nápoles e ela coloca o leitor diante de uma dimensão de alteridade perceptiva transmitida pela narrativa da cidade (Mota, 2020, p. 138).

Em carta a Scholem, Benjamin conta que fugira de um evento de filosofia para conhecer melhor a cidade de Nápoles, contando ao amigo: “[D]esta vez a cidade me conquistou pelo seu ritmo” (Benjamin, 1971, p. 315)³⁸

Há música por toda parte; não a melancólica, própria aos pátios fechados, mas a radiante, feita para as ruas. Uma carroça larga, espécie de realejo, anda carregada de textos de canções em papéis coloridos, que podem ser comprados. Uma pessoa gira a manivela, enquanto outra, ao seu lado, surge com o prato de esmolos à frente de todo

direitos que inclui o direito à moradia – implícita a regularização fundiária –, à educação, ao trabalho, à saúde, aos serviços públicos – implícito o saneamento –, ao lazer, à segurança, ao transporte público, à preservação do patrimônio cultural, histórico e paisagístico, ao meio ambiente natural e construído equilibrado – implícita a garantia do direito às cidades sustentáveis como direito humano na categoria dos interesses difusos” (Cavallazzi, 2007, p. 56). Entendê-lo por meio dessa leitura prismática e incluí-lo na categoria de interesses difusos possibilita que compreendamos, nas palavras de Lefebvre, a sua manifestação como uma forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (Lefebvre, 2001, p. 134).

³⁸ Carta 133 destinada a Gershom Scholem em 10 de maio de 1924 (Benjamin, 1971, p. 315).

aquele que, com um olhar sonhador, se detém para ouvir a música. Assim, tudo o que alegre é móbil: música, brinquedos, sorvetes se espalham pelas ruas.

Essa música é um resquício do último feriado e um prelúdio do seguinte. O feriado penetra sem resistência qualquer dia de trabalho. A porosidade é a lei dessa vida que deve ser inesgotavelmente redescoberta. Um grão de domingo se esconde em cada dia da semana, e quantos dias da semana cabem nesse domingo!

Contudo, nenhuma cidade é capaz de murchar mais depressa do que Nápoles, nas poucas horas do repouso dominical. Mas ainda se encontram, aninhados em detalhes discretos, motivos de festa. Se alguém abaixa as persianas da janela, em outro lugar é como se bandeiras fossem içadas. [...] Dia noite esses pavilhões reluzem em pálidos sucos aromáticos, com os quais a própria língua aprende o que significa porosidade. (Benjamin, 2023, p. 114-115)

Esta rítmica particular da cidade que tanto conquistou Benjamin rendeu-lhe “observações curiosas e importantes” (Benjamin, 1971, p. 327)³⁹ sobre ela. Observações de um verdadeiro fisionomista de metrópoles⁴⁰ que, posteriormente, viriam a tornar-se um aspecto central de seu trabalho, que em 1924 ainda embrionava. A epiderme da cidade, para além da rítmica particular da vida napolitana que encantara Benjamin e Lacis, trazia a “porosidade” em sua própria arquitetura, em sua superfície – dimensão espacial:

Relatos fantasiosos de viajantes coloriram a cidade. Na verdade, ela é cinzenta; de um cinzento vermelho ou ocre, um esbranquiçado cinzento. Totalmente cinzenta, quando se destaca contra o céu ou o mar. Ao menos, isso desencorajar o turista burguês. Pois quem não é capaz de captar formas tem pouco a ver por aqui. A cidade é rochosa. Vista do alto, do castelo San Martino, onde os chamados não chegam, [...] ela já está morta no crepúsculo, incrustada nas pedras. Só uma faixa de costas se estende uniforme; atrás dela se amontoam os prédios, uns por cima dos outros. Cortiços de seis e sete andares, sobre fundações, com escadas que correm do subsolo até o alto, parecem arranha-céus ao lado das mansões. Mais junto da costa, no próprio solo rochoso, foram escavadas cavernas. Aqui e ali aparece uma porta no rochedo, como nos quadros de eremitas no *Trecento*. Se está aberta, é possível ver grandes porões, que servem ao mesmo tempo de lugar para dormir e para armazenar mercadoria. Mais adiante, degraus levam até o mar, até botecos de pescadores, instalados em grutas naturais. De noite, luzes turvas e fios de música sobem lá de baixo.

Porosa como essa rocha também se mostra arquitetura. Ação e construção se entrelaçam nos pátios, arcadas e escadarias. Em cada lugar ela preserva um espaço lúdico que pode se tornar cenário de novas inéditas constelações de eventos. Evita-se o definitivo, o impregnado. Nenhuma situação, qualquer que seja, parece ser pensada para todo o sempre; nenhuma forma declara ser “desta maneira e não de outra”. É assim que em Nápoles se vai compondo a arquitetura, este elemento mais marcante da rítmica da comunidade. (Benjamin, 2023, p. 111-112)

³⁹ Carta 136 destinada a Gershom Scholem em 16 de setembro de 1924 (Benjamin, 1971, p. 327).

⁴⁰ Como vimos, ainda que Bolle não se tenha debruçado no ensaio sobre Nápoles para confecção de seu trabalho sobre a Fisionomia da Metrópole Moderna, há outros autores, posição a qual me filio, que compreendem o ensaio de Nápoles como um escrito carregado de imagens de cidades que se enquadra ao lado dos outros retratos de cidades que Benjamin promoveu, como os de Berlim, Moscou e Paris. Um destes exemplos é: CORRÊA, Alessandro Vorussi; JAREK, Márcio; ZANINI, Raquel Aline. As metamorfoses que o amor provoca: as relações porosas entre W. Benjamin e Asja Lacis (ou o teatro, a política e a filosofia). *ARTEFILOSOFIA*, v. 15, n. 29, p. 118, set. 2020.

Mittelmeier aponta para o fato de que a porosidade napolitana tem suas origens em algo completamente real. O material de construção especial da cidade é o tufo (*tuff*), fruto de um processo particular de formação de rochas vulcânicas: o magma expelido pelo vulcão em erupção encontra com o ar e se resfria, formando a rocha, enquanto vapores de água e outros gases escapam, atravessando-a e tornando-a porosa (Mittelmeier, 2015, p. 80).

A propriedade do material de construção da cidade é porosa, de modo que tudo o que é construído com ele, carrega essa característica de penetrabilidade. Esta descrição topográfica da cidade e de sua superfície “porosa” se mistura com a vida cidadina que a penetra das mais variadas formas, modificando-a, em constante renovação. A urbe cresce tanto em altura quanto se expande para o subsolo. Luzes turvas e fios de música penetram as paredes das grutas naturais onde se instalaram botecos de pescadores e sobem do interior à superfície.

A música do último feriado ressoa como um prelúdio do dia seguinte e o feriado penetra nos dias de trabalho da semana, tudo isso sem resistência, sem pausas ou cortes. O que Lacis e Benjamin descrevem é a interpenetração de tempo, matéria, pessoas, cidade, sons, sensações, cores etc. Descrevem uma cidade em movimento, onde o entrelaço da ação humana com a construção material é *leitmotiv* da criação de novos espaços possíveis, cenário de novas e inéditas constelações de eventos. A porosidade faz referência, para Gilloch, à permeabilidade de uma coisa noutra, e que, também, ela se deixe impregnar: “*Porosity refers to a lack of clear boundaries between phenomena, a permeation of one thing by another, a merger of, for example, old and new, public and private, sacred and profane*” (Gilloch, 1996, p. 25).

Esta característica, a da permeabilidade de uma coisa por outra, parece-me explicada em Gilloch; no entanto, quedamos com a amplitude e largueza da ideia de “coisa”. Andrew Benjamin, por sua vez, coloca mais ênfase à relação espaço-tempo: “*Porosity, if only as a beginning, provides a way of making space and time work together to define both the urban condition and the body’s place within it*” (Benjamin, 2005, p. 35).

A porosidade permite, então, a interpenetração entre tempo e espaço, e dela é que exsurge a possibilidade. Nada é definitivo em Nápoles, “nenhuma situação, qualquer que seja, parece ser pensada para todo o sempre” e assim, com matéria e matéria de pessoas, é que se compõe a arquitetura da cidade:

Ninguém se orienta pela numeração das casas. Lojas, fontes e igrejas dão os pontos de referência. Nem sempre fáceis, pois a igreja napolitana, em geral, não se ergue orgulhosa em uma grande praça, com arcos, coros e cúpulas. Fica escondida, encaixada entre outros prédios; frequentemente as cúpulas mais altas são visíveis apenas em poucos lugares, e mesmo assim não é fácil achar o caminho até elas.

Impossível distinguir o seu volume arquitetônico do volume das construções profanas vizinhas. O forasteiro passa a sequer percebê-la. Uma porta discreta, muitas vezes, apenas uma cortina, é a entradinha secreta para aquele que sabe. Apenas um passo transporta-o da balbúrdia dos pátios sujos para a imaculada solidão do amplo ambiente da igreja caiada. A sua existência privada é o estuário barroco de uma vida pública potencializada. Pois não é entre quatro paredes, entre mulheres e filhos, que ela aqui desabrocha, mas na devoção ou no desespero. Travessias estreitas permitem que o olhar deslize, por degraus sujos, para dentro das tavernas, onde três ou quatro homens, escondidos sozinhos atrás de tonéis, como se fossem colunas de igreja, sentam e bebem. (Benjamin, 2023, p. 113)

Há uma semântica própria de significações e interpenetrações, em que a orientação não ocorre por meio de um sistema de numeração, mas por meio de pontos marcantes que tomam significado de acordo com o seu uso pelos habitantes. Orientam-se por lojas, fontes e igrejas, difíceis de localizar pelo olhar do “forasteiro”, que ainda não se deixou penetrar pela cidade. “Uma porta discreta, muitas vezes, apenas uma cortina, é a entradinha secreta para aquele que sabe”, de modo que, atravessando pela passagem correta, com apenas um passo, sai da balbúrdia à solidão da igreja. Uma igreja que não se ergue orgulhosa, mas fica escondida, privada, esperando que os desesperados e devotos confluam até ela e a preencham, como estuário barroco que potencializa os encontros e faz nascer a vida pública, potencializa-a. Se atravessarem pela passagem certa, poderão deslizar o olhar por degraus sujos e encontrar três ou quatro homens bebendo “como se fossem colunas de igreja”.

Selligmann-Silva, ao comentar esse mesmo ensaio, traz uma observação interessante: Benjamin vê Nápoles como um europeu do Norte, ou seja, vê naquela cidade “estrangeira” aquilo que reflete ou nega a sua própria cidade de origem (Selligmann-Silva, 2020, p. 25). No entanto, por mais que a visse como um estrangeiro, pode-se ainda perceber certa distância empregada pelos autores em relação ao viajante convencional que colorira Nápoles indevidamente com seus “relatos fantasiosos”.

Ao contrário do turista incapaz de captar formas, como que regidos pelo mesmo princípio da porosidade, os autores realizam nesse ensaio, ao mesmo tempo, um mergulho na cidade e um planar por sua superfície: “Para perceber a porosidade, torná-la visível, sensível, foi preciso entrar na cidade e nela se deixar perder. Ou seja, deixar o próprio corpo adentrar no corpo urbano” (Mota, 2020, p. 140).

Deixar-se perder é algo que retorna nos escritos benjaminianos posteriores, o deambular pela cidade, deixar-se levar, já que a cidade possui uma rítmica e semântica própria. É complexa aos olhos do estrangeiro, analfabeto nos signos que ela lhe comunica. Deve descobri-los, deixar-se atravessar por eles. Posteriormente, este deambular se corporificará na figura do *flâneur*,

aquele tipo urbano próprio do século XIX, que vagueava ociosamente pela cidade percebendo-a sensorialmente.

Ao constatarem esse léxico particular de significações e ressignificações napolitano, Benjamin e Lacis apontam para a complexidade em que um sem-número de interpenetrações entre matérias da mais diversa natureza regem aquela vida urbana. Ao longo do ensaio vemos, como disse, complexidade, coisa muito diferente de uma leitura romântica que banaliza o que também pode haver de negativo. Explico-me: em Nápoles há pobreza, informalidade e problemas, como em todas as outras cidades. Há complexidade por conta da convivência destas formas com outras e isso transparece no ensaio, logo em suas primeiras palavras:

Há alguns anos, um padre acusado de comportamento indecente foi carregado pelas ruas de Nápoles em uma carroça. Uma multidão o acompanhava, gritando ofensas. Em uma esquina, toparam com um cortejo nupcial. O padre se levanta e abençoa os noivos, e todo mundo que segue a carroça prontamente se ajoelha. É assim, de modo incondicional, que o catolicismo empenha-se em se reabilitar, nesta cidade, em qualquer situação. Se um dia desaparecessem da face da Terra, seu último Reduto não seria Roma mas, sim, Nápoles. Em nenhum outro lugar, se não no seio da igreja, esse povo pode continuar vivendo com segurança sua rica barbárie, nascida do próprio coração da grande cidade. Ele precisa do catolicismo, pois até mesmo seus excessos são legitimados por alguma lenda ou pelo feriado de algum mártir. Aqui nasceu Alfonso de Liguori, o Santo que tornou a prática do catolicismo frouxa o bastante para acomodar o ofício dos delinquentes e das prostitutas, controlando os através da confissão, com penas mais ou menos rigorosas, conforme descreveu em seu compêndio de três volumes sobre o assunto. Apenas o Sacramento da confissão, e não a polícia, é capaz de lidar com o crime organizado, com a Camorra. Assim, não passa pela cabeça de quem foi roubado chamar a polícia, se quiser reaver o que perdeu. Por meio de intermediários civis ou clericais, ou mesmo pessoalmente, ele acaba recorrendo a um mafioso. (Benjamin, 2023, p. 109-110)

Nápoles convive com a complexidade das formas e das relações, de modo que podemos identificar ao longo do ensaio a interpenetração e convivência de elementos díspares. A história do padre que inaugura o ensaio traz, exemplarmente, a interpenetração entre o sagrado e o profano, a formalidade e a informalidade, o público e o privado. A complexidade dessas relações não é romantizada. Também convive nela o moderno e o arcaico, tanto na arquitetura quanto na transformação da tradição em mercadoria:

Tudo o que o estrangeiro deseja, admira e pelo qual paga é Pompéia. Pompéia transforma em algo irresistível as imitações em gesso das ruínas dos templos, os Colares de Lava e o cicerone miserável. [...]

Em tais recantos mal se apercebe o que ainda está em construção e o que já se tornou ruína. Pois nada está acabado, nada está concluído. [...]

Entre tantos virtuosismos, A habilidade de comer macarrão com as mãos não é menos importante. Por uma pequena gorjeta, mostra se aos estrangeiros como se faz. A outras coisas também, cada uma com seu preço. (Benjamin, 2023, p. 111-114)

Como destaca Buck-Morss (2002, p. 52), a vida napolitana tradicional continua sem interrupções como “espetáculo para turistas”. Acaba ela tornando-se um meio de ganhar a vida para muitos. O interessante aqui está em constatar que, para além do processo de mercantilização das formas culturais, esse processo também permeia e realiza a mediação entre as práticas de representação dessa cultura (Keith, 2003, p. 421) análise que será retomada nos capítulos seguintes.

Outro ponto que aqui abrimos para adiante retomar e costurar – como gênese e tentativa inicial de considerações temáticas que *Nápoles* foi para Benjamin – é a da interpenetração do público com o privado. Anos depois esta problemática ressurgiria com o *intérieur* burguês, mas sob a forma da polarização nos *exposés* de 35 e 39, como veremos em 3.1. No retrato da cidade de Nápoles, vemos o desfazimento das fronteiras público-privado por conta da interpenetração que a porosidade permite:

A vida privada é difusa, porosa e misturada. O que distingue Nápoles de todas as grandes cidades é afinidade com o *kral*, a aldeia dos hotentotes: cada atitude e cada ato privado são inundados pelo fluxo da vida comunitária. O existir, para o europeu do norte o mais privado dos assuntos, aqui se torna, como em uma aldeia de hotentotes, assunto coletivo.

Por isso, a casa é muito menos um abrigo, no qual as pessoas se resguardam, do que um reservatório inesgotável a partir do qual fluem. A vida não irrompe apenas das portas. E não somente das calçadas, onde, sentadas em cadeiras, as pessoas trabalham (pois conseguem usar o corpo como uma mesa). Atitudes caseiras pendem das sacadas como plantas em vasos. De janelas dos andares mais altos descem, em cordas, cestas para o correio, as frutas, o carvão.

Assim como os cômodos se abrem para a rua, com cadeiras, fogareiros e altares, com muito mais barulho a rua penetra dentro do quarto. Mesmo o mais pobre dos quartos está tão repleto de velas, santos de porcelana, fotografias na parede e nas camas de ferro, quanto a rua está cheia de carroças, pessoas e luzes [...]. (Benjamin, 2023, p. 118-119)

Este princípio da porosidade permeia a superfície da cidade e dos corpos das pessoas, desfazendo fronteiras e permitindo que matérias diferentes se misturem, se expandam e penetrem a própria feitura do texto. A polifonia do ensaio, forma causada por essa interpenetração de vozes, atinge, também, sua dimensão conteudista. Há uma interpenetração entre as ideias das quatro mãos que o regem. A despeito da inconformidade de Adorno com a coautoria de Lacis, Mittelmeier detecta a forte presença do par de mãos feminino, além de um momento de encontro entre os interesses dos coautores: a teatralidade da cidade.

Em tais recantos mal se apercebe o que ainda está em construção e o que já se tornou ruína. Pois nada está acabado, nada está concluído. Essa porosidade deve-se não apenas à indolência do artesão meridional, mas sobretudo à sua paixão pelo

improvisos. Os prédios são usados como palco popular. Todos se dividem num sem-número de cenários simultaneamente animados. Varanda, átrio, janela, portão, escada, telhado são ao mesmo tempo palco e camarote. Até a existência mais miserável é soberana, pois sabe vagamente que pode intervir nos dois modos: ou atuando na conturbada cena de rua napolitana, que nunca se repete; ou gozando de longe sua pobreza, acompanhando o grande panorama. O que se encena nas escadas é uma grande escola de direção teatral. As escadarias, nunca totalmente expostas, mas ainda assim menos fechadas do que nos abafados caixotes dos edifícios do Norte, projetam pedaços para fora da casa, fazendo curvas angulosas para depois sumir e novamente voltar a se contorcer. (Benjamin, 2023, p. 113)

Mittelmeier aponta para um interesse totalmente teatral, dada a preocupação de Benjamin com as tragédias barrocas, que consistiam num teatro “real” ocorrido em uma época passada. Nápoles era um teatro como estrutura social em um ambiente imediato, de modo que Lacis, como praticante e diretora de teatros de trabalhadores e crianças proletárias, seria a pessoa perfeita para abrir seus olhos para esse aspecto (Mittelmeier, 2015, p. 80).

Em atenta leitura dos diários de Lacis, Mittelmeier revela paralelos entre as bases da teoria benjaminiana que vimos em 1.1., posterior ao encontro dos dois. Lacis aprendera uma prática teatral revolucionária e almejava a transformação do teatro de um evento artístico elitista para uma forma de expressão socialmente relevante⁴¹. Em uma das memórias de Lacis, Mittelmeier destaca a ênfase que a autora dera ao trabalho de Vsevolod Emilevitch Meyerhold, um dos mais importantes teóricos do teatro da primeira metade do século XX e a quem Lacis deve parte de sua formação.

Como destaca Mittelmeier, o teatro russo de outubro não só revolucionara os objetos de representação, mas também a própria maneira de representação. Lacis registra em seus diários que seu mentor “estava procurando a melhor maneira de expressar pensamentos espacialmente”, culminando no que se tornaria sua “teoria do arranjo” (Mittelmeier, 2015, p. 81):

Com sua produção de "Magnanimous Cuckold", Meyerhold aborda essa estrutura em um teste prático. Em um palco que, de outra forma, estaria vazio e sem decoração, há uma construção de superfície de jogo, "uma máquina de jogo, uma 'bancada de trabalho' para a 'produção dos atores": "A construção HAHNREI, com seus vários níveis, inclinações (escorregadores), escadas, portas giratórias e rodas giratórias, foi considerada um exemplo primordial de construção 'pura'" [Bochow 2010:77] - verdadeiramente um espaço de jogo que abre constelações imprevistas como cenário. Quando você vê todos os atores na "máquina de brincar" em uma das fotos da produção [Bochow 2010:166], a teoria do arranjo se torna imediatamente aparente: doze atores formam um círculo no cenário igualmente construído. "Quando eu voltar para casa, terei decorações construídas com inúmeras superfícies de jogo" [Lacis

⁴¹ O uso da cidade como palco não era algo novo para Lacis, que já encenara uma revista histórica que retratava a luta entre os governantes e os oprimidos como uma grande procissão de atores e participantes por toda a cidade (Mittelmeier, 2015, p. 81).

1971:50], escreveu Lacis depois de descobrir as paredes porosas da casa em Nápoles. Os doze atores juntos formam essa área de atuação - eles circulam em torno de um espaço que criam por meio de sua formação. (Mittelmeier, 2015, p. 81-82)

Este tipo de arranjo como “estrutura de relações” já havia sido experimentado por Benjamin antes de 1924, na leitura dos poemas de Friedrich Hölderlin que ele transformara em ensaio⁴². Naquela oportunidade, Benjamin destacara uma virtude da técnica poética de Hölderlin, que torna possível organizar coisas díspares em associação livre. Mittelmeier rastreia e coloca este momento anterior na vida do autor que o faria nutrir especial interesse pelas vantagens estruturais que a porosidade possibilita, sobretudo a capacidade niveladora da descontextualização (Mittelmeier, 2015, p. 82).

Posteriormente veremos, em inúmeros momentos, o uso desse aspecto revolucionário da descontextualização em Benjamin, que arranca as coisas, os trechos e os objetos de seu contexto, tornando-os porosos. Isto é, aqueles fragmentos selecionados pelo catador que, fora de seu contexto, podem vir a se tornar sedimento para a construção de algo novo, um texto novo, a escrita de uma história nova. No capítulo 1, experimentamos este raciocínio ao acompanharmos a tarefa do historiador-catador e, em 2.1, pudemos ver outra materialização no Grande Arquivo benjaminiano referente ao Projeto das Passagens. Além disso, Mittelmeier aponta para a estrutura aberta da porosidade, que possibilitara a densa descrição que encontramos em *Nápoles*, como uma constelação para um texto genuinamente teórico de Benjamin como o *Trauerspielbuch* (Mittelmeier, 2015, p. 83).

As interpenetrações resultantes do encontro e escrita a quatro mãos de *Nápoles* constroem um texto cujo conteúdo é transformado pela sua forma: a porosidade. A constelação de coisas arrancadas de seu contexto, niveladas sem hierarquia, é recolocada em uma estrutura circular capaz de deixar todos aqueles fragmentos equidistantes do centro. É precisamente esta estilística, que pode ser considerada experimental àquelas alturas, que Benjamin e Lacis empreendem no texto: não existe uma estrutura textual convencional com introdução e conclusão, mas sim um encadeamento desse material, esta matéria que se interpenetra com matéria de pessoas e dá vida ao texto e à cidade que descreve.

É importante atentar para o risco de uma leitura apressurada da porosidade capaz de romantizá-la e banalizar condutas e graus de caos urbano como se estes não fossem negativos. A complexidade, ao contrário, pressupõe a existência de todos estes elementos que fazem parte

⁴² Sobre este ensaio *Dois poemas de Friedrich Hölderlin* (1914/1915), cumpre menção ao trabalho de Claudia Castro. Consultar: CASTRO, C. Sobre o tapete da verdade: Benjamin e Hölderlin. *Viso: Cadernos de estética aplicada*, v. I, n. 2, mai-ago. 2007, pp. 47-57.

daquela vida social, assim como de qualquer outra. Enright e Olmstead parecem-me certos quando apontam que Benjamin e Lacis não entendem Nápoles como um protótipo emancipatório de cidade (Enright; Olmstead, 2023, p. 298). Como é de esperar, o que os autores enxergam na cidade é mais complexo que uma fórmula mágica.

Não podemos olvidar de quem escreve o texto e para que o faz. Isto é, ao analisarmos este ensaio, conscientes das limitações que ele traz – por ser um trabalho experimental e não carregar, aparentemente, qualquer pretensão de construção conceitual –, devemos voltar-nos à obra de Benjamin como um todo, para melhor precisar a intencionalidade de seus escritos, sempre sob o risco de chegarmos a uma conclusão que não escapa ao especulativo. Por outro lado, é também, por termos em mente quem escreve e para que o faz, que tomamos a liberdade destas investigações.

Como advertido desde as primeiras linhas deste trabalho, o espólio benjaminiano exige cautela de quem deseja nele aventurar-se; no entanto, esta cautela e a complexidade de alguns de seus escritos não podem se apresentar como um obstáculo maior que os benefícios dessa empreitada. Ao analisarmos os outros escritos sobre cidade que compõem o que Bolle denominou de Fisionomia da Metrópole Moderna, deles emanam uma análise do urbano como um local permeado pelas relações capitalistas.

Como acertadamente Enright e Olmstead me parecem colocar, Benjamin e Lacis não valorizam a porosidade em abstrato (Enright; Olmstead, 2023, p. 298). Isto é, mostram-se mais interessados pela capacidade de essa heterogeneidade e incompletude desafiar a homogeneidade e a totalidade regidas pela dinâmica de acumulação. Encontram na complexidade de Nápoles uma vida urbana que, pela sua porosidade e capacidade de interpenetração, torna-se capaz de criar espaços de esperança emancipatórios, ainda que fugazes.

Ou seja, Nápoles não é antítese perfeita ou antídoto decantado para aplicarmos às nossas cidades, que, destaque-se, estão noutra época, continente e estágio de desenvolvimento capitalista. De *Nápoles*, podemos extrair e desenvolver reflexões sobre a porosidade e como ela pode auxiliar na construção de um olhar crítico e o desenvolvimento de políticas urbanas que visem a complexidade espacial ao revés de um espaço cada vez mais pasteurizado, artificialmente homogêneo, alienante e excludente.

Valorizar a porosidade em termos de forma urbana implica em reconhecer que existir é uma questão, incontornavelmente, coletiva. A interdependência é um princípio fundamental da vida humana. Ninguém nasce, cresce e se desenvolve sozinho, como tampouco quem dá vida,

cria e ajuda nesse desenvolvimento o faz apoiado em uma miríade de relações. Estas relações não se dão apenas com pessoas, já que a ação só é possível se sustentada por um espaço material.

A porosidade permite que compreendamos a complexidade do espaço urbano em um grau de profundidade que enxerga e reconhece a interdependência e as relações entre seus componentes: “as casas são feitas de gente que foi feita por gente e que contém em si a possibilidade de fazer gente”. A matéria construída ganha sentido e vida com a matéria humana. Ao construir, fazemo-la nascer. Habitando, damos-lhe vida. Se a abandonamos, torna-se ruína, mas da ruína nasce a possibilidade. Uma cidade construída para habitar, traz possibilidades para os que a habitam, preservando “um espaço lúdico que pode se tornar cenário de novas e inéditas constelações de eventos”.

Compreender a cidade “porosa” como um complexo de conjuntos sicionaturais e técnicos, que deve possibilitar a interpenetração destes através de suas relações recíprocas, faz com que tenhamos de dar especial atenção a essa dinâmica de relações. No subcapítulo seguinte trabalharemos *Rua de Mão Única* e o retrato que faz da metrópole moderna, fortemente influenciado pelas ideias gestadas e desenvolvidas contemporâneas à *Nápoles*.

2.3 Rua de Mão Única: o retrato de uma metrópole moderna

Como vimos em 2.2., o outro par de mãos que escreveu *Nápoles* com Benjamin, o de Asja Lacis, representou uma grande influência na vida e obra do autor. Como um dos vestígios desse impacto está a dedicatória gravada em *Rua de Mão Única*: “Esta rua chama-se RUA ASJA LACIS, em homenagem àquela que, na qualidade de engenheiro, a rasgou dentro do autor”.

Naquela oportunidade apontei para algumas interpenetrações e afinidades entre *Nápoles* e os escritos, tanto concomitantes como posteriores de Benjamin e, ao adentrarmos *Rua de Mão Única*, somos capazes de percebê-los. Como aponta Bernd Witte, o ano de 1924 fora marcante para a vida e o pensamento de Benjamin:

Sob o impacto de suas experiências de então, ele passou de filósofo esotérico a publicista politicamente engajado, de adepto da mística da linguagem a defensor do materialismo dialético. O quanto ele próprio estava consciente dessa cesura pode-se deduzir de um resumo que fez numa carta a Scholem, em dezembro de 1924: “Os sinais comunistas [...] eram de início sintomas de uma mudança que despertou em mim o desejo de não mais mascarar de modo antiquado os elementos atuais e políticos no meu pensamento, como anteriormente eu fiz, mas antes desenvolvê-los ao extremo, de modo experimental. Naturalmente, isso significa que ficará para trás a exegese literária das obras alemãs, onde no melhor dos casos trata-se essencialmente de conservar e de restaurar o que é autêntico, contra as falsificações expressionistas. Na

medida em que eu não mais abordarei textos de significado e totalidade totalmente distintos na atitude do comentador, que me é natural, desenvolverei uma política a partir de mim mesmo. E é verdade que nisso minha surpresa através do contato com uma teoria bolchevique extrema renovou-se em vários pontos”. (Witte, 2017, p. 71)

É decerto uma virada importante e que lançou raízes para o que depois se tornaria o que conhecemos pelo materialismo dialético singular benjaminiano. Witte muito bem o explica naquele momento de vida específico:

No materialismo dialético ao modo benjaminiano, a exploração da natureza surge como o autêntico mal a ser remediado. O meio para isso deveria ser a técnica libertada da “avidez de lucros da classe dominante”. Salvação da humanidade e salvação da natureza estão portanto indissolúvelmente ligadas para Benjamin. Assim, pelo fato de ele atribuir ao proletariado o “controle da relação entre natureza e humanidade” como o objetivo da revolução, ele se separa do marxismo ortodoxo, fixado exclusivamente em processos sociais e econômicos. (Witte, 2017, p. 73)

Esta virada política e intelectual muito deve à relação com Lacis e foi decisiva para que Benjamin se aventurasse em reflexões sobre o papel da escrita e do escritor e, com isso, fazendo nascer um modelo de escrita fragmentária que ele manteria até o final de seus dias. Bolle coloca *Rua de Mão Única* no marco inicial do projeto para a leitura e escrita da grande cidade como livro oficina canteiro de obras⁴³, justamente por experimentar e lograr uma forma capaz de retratar a metrópole moderna.

Este “canteiro de obras” pretende representar a Metrópole Moderna assim como ela se ergue diante de seus habitantes. Isto é, um imenso aglomerado de textos extraídos de placas de trânsito, letreiros, fachadas de lojas, *outdoors*, nomes de estabelecimentos, informações, anúncios, classificados, notícias, folhetos e manchetes. Wille Bolle aponta o livro como uma montagem de produtos gráficos capaz de apresentar a concretude surrealista de uma artéria metropolitana (Bolle, 2022, p. 318) – afirmação que pouco a pouco trataremos de esclarecer.

Por ora, cumpre que compreendamos a estruturação deste livro publicado em 1928, portanto, um ano antes da quebra da bolsa de Nova Iorque e início da Grande Depressão. Nele vemos uma sequência de 60 textos que trazem em si “imagens de pensamento” (*Denkbilder*) dispostos de maneira intrigante. O intuito de Benjamin é erguer diante de nossos olhos uma cidade que traz em si uma “gigantesca constelação de escrita” (Bolle, 2022, p. 318), de modo que dá a cada um desses 60 textos, dessas imagens de pensamento, um título capaz de fazer

⁴³ Bolle coloca essa obra como um livro oficina um canteiro de obras, no qual Benjamin empreendeu uma iniciação à leitura da grande cidade contemporânea e uma reflexão do fisionomista urbano sobre os fundamentos de seu trabalho. *Rua de Mão única* seria um livro propício para se estudar o escritor moderno como espécie (Bolle, 2022, p. 317).

com que o leitor se veja caminhando por uma rua repleta de informações visuais que ele percebe em texto. Ora letreiros, placas e avisos, ora objetos que se encontram dentro de vitrines e, por aí em diante, todos sendo apreendidos pelo transeunte despreocupado. Como exemplos, destaco os títulos de algumas destas imagens de pensamento:

Posto de Gasolina, N° 113, Para Homens, Porcelanas da China, Luvas, Embaixada Mexicana, Canteiro de Obra, Ministério do Interior, Atenção: Degraus!, Proibido Colar Cartazes!, N° 13, Artigos de Papelaria, Artigos de Fantasia, Antiguidades, Relógios e Ourivesaria, Guichê de Achados e Perdidos, Parada Para Não Mais de Três Carruagens, Alarme de Incêndio, Oculista, Brinquedos, Estas Áreas São Para Alugar, Quinquilharias, Conselho Fiscal, Agência de Apostas, Mendigos e Ambulantes Proibidos!.

Estes títulos todos poderiam ser lidos em uma breve caminhada pela rua de qualquer cidade, percebida por meio do que por vezes tomamos como pontos de referência – “*Vou àquela loja de antiguidades que fica em frente ao posto de gasolina*” – ou por escritos que, pela sua profusão e excessiva quantidade, já não os percebemos mais, entendendo-os como parte da paisagem de uma rua cheia de informações como tantas outras.

Uma interpretação interessante sobre a disposição desses 60 textos é comentada por Jeanne Marie Gagnebin, ao enxergar nela a imagem dos dois lados de uma rua berlinense (Benjamin, 2023, p. 10). Em Berlim, a numeração das casas na cidade não se dá pela divisão de números pares ou ímpares, mas por um lado da rua com a sequência de números 1 a 30 e o outro começando do 31 ao 60. Bernd Witte vê correspondências entre os lados opostos dessa rua, tendo como exemplo: o número 1 como “Posto de Gasolina” em frente ao 31 “Antiguidades”, propondo, de um lado, um emblema da técnica Moderna e, do outro, um acúmulo de coisas antigas (Witte, 2017, p. 74). O livro é uma unidade construída pela montagem de extremos que encara a modernidade como uma época de decadência, contrapondo-a ao antigo que se perde.

Além disso, Witte também aponta para o contexto de publicações em que *Rua de Mão Única* se situa, ao lado de *O camponês de Paris* (1926), de Louis Aragon, e *Berlin Alexanderplatz* (1929), de Alfred Doblin. O que estes dois livros têm em comum com o de Benjamin é o fato de terem como personagem principal “a grande cidade Moderna em seu movimento de destruição do antigo e de construção de novos templos (que também serão destruídos no futuro), destinados a expor e vender sonhos, espetáculos e mercadorias, na sua dinâmica de fantasmagorias produzidas pelo capitalismo” (Benjamin, 2023, p. 10).

O livro de Aragon causara forte impacto em Benjamin⁴⁴ e acabou servindo de forte inspiração para o trabalho das *Passagens* e, por consequência, para as células germinativas das *Passagens* constituídas por *Rua de Mão Única* (Benjamin, 2023, p. 10). *O camponês de Paris* (1926) é um romance em prosa surrealista, cuja descrição geográfica da urbanidade da cidade se mistura com dimensões sensoriais e imaginárias. Aragon abusa de aliterações, topônimos e tipografias das mais distintas, usando fontes e tamanhos diferentes, cardápios, placas, anúncios e propagandas, como que superpondo o imaginário à cidade e a cidade ao imaginário.

Outro paralelo entre os três livros apontado por Witte é o de manifestarem uma crise da narrativa tradicional (Witte, 2017, p. 80-82), questão que abordamos no primeiro capítulo e agora retomamos com o intuito de compreender a atração de Benjamin por essa literatura e suas incursões experimentais na forma textual que o levaram a esta escrita de caráter fragmentário. Ao afirmar que os livros manifestam uma crise da narrativa tradicional, Witte aponta para a falta de um herói positivo e de um narrador onisciente. Ao contrário, quem toma o protagonismo é a cidade, a rua e o coletivo, de modo que o narrador onisciente é substituído pelo pedestre que anda nas ruas e é bombardeado por informações, estímulos visuais e sonoros enquanto esbarra com outros pedestres (Benjamin, 2023, p. 13).

Rua de Mão Única, como coloca Gagnebin, é um gesto de denúncia desse acúmulo de coisas inevitavelmente destinado à perda, que será ampliado no trabalho das *Passagens* (Benjamin, 2023, p. 13). O leitor caminha entre lojas de antiguidades, de luvas, armas, mercadorias chinesas, relógios, ourivesarias e placas, mas não se demora, já que se encontra ofuscado pelos anúncios. Eventualmente há uma obra ou entulho como obstáculo ao seu caminhar despreocupado.

Gagnebin aponta para uma analogia entre o ato de escrever e esse caminhar que esbarra em obstáculos (Benjamin, 2023, p. 20), pois a ambos, tanto ao transeunte como a Benjamin, a tranquilidade de contemplação é proibida. Isto é, o transeunte não é mais capaz de parar e se demorar para focar em qualquer coisa por conta do ritmo da cidade. Se fica muito tempo parado, se tornará ele um obstáculo para os outros passantes como ele. Foi-se o tempo da contemplação. Também a Benjamin, a contemplação é proibida – característica que outrora fora imprescindível para a escrita –, exigindo uma nova linguagem que dê conta desse tempo comprimido e acelerado, uma linguagem de prontidão. Assim é “Posto de Gasolina”, o número 1 de *Rua de Mão Única*.

⁴⁴ Benjamin conta a Adorno em carta de 31 de maio de 1935.

A construção da vida, no momento, está muito mais no poder de fatos que de convicções. E aliás de fatos tais, como quase nunca e em parte nenhuma se tornar um fundamento de convicções. Nessas circunstâncias, a verdadeira atividade literária não pode ter a pretensão de desenrolar se dentro de molduras literárias – isso, pelo contrário, é a expressão usual de sua infertilidade. A atuação literária significativa só pode instituir sim rigorosa alternância de agir e escrever; tem de cultivar formas modesta, que correspondem melhor a sua influência em comunidades ativas que o pretensioso gesto universal do livro, em panfletos, brochuras, artigos de jornal e cartazes. Só essa linguagem de prontidão mostra-se atuante à altura do momento. As opiniões, para o aparelho gigante da vida social, são o que é o óleo para as máquinas; ninguém se posta diante de uma turbina e aí riga com óleo de máquina. Borrifa se um pouco em rebites e juntas ocultos, que é preciso conhecer. (Benjamin, 2023, p. 33)

A metrópole moderna que Benjamin ergue diante do leitor tem seu ritmo regido pelas forças conjuntas da destruição e construção capitalista, onde ruínas convivem com a edificação de novos empreendimentos e surge uma novidade em cada esquina que logo há de se tornar velha diante da que inevitavelmente irá sucedê-la. À toda esta rítmica particular deve corresponder um outro tipo de atividade crítica e literária, diferente da catedrática argumentação dedutiva e linear. Por esse motivo Benjamin explora uma nova forma de escrita e escreve em “imagens de pensamento”.

Adorno, em comentário à *Rua de Mão Única*, compreende essas imagens de pensamento como uma nova forma dinâmica em contraste com a rigidez e convencionalidade do conceitual capaz de colocar o próprio pensamento em movimento (Benjamin, 2023, p. 148). Essa nova forma seria capaz de demonstrar o que não há como demonstrar no estilo habitual. Desde o início, com as *Teses*, vimos uma preocupação de Benjamin em salvaguardar algo que aparentemente não enxergamos mais, como se não nos déssemos conta. Por isso ele denuncia que algo se perdeu e continua sendo perdido pelo caminho.

Como coloca Adorno, “[...] para esta forma filosófica era essencial encontrar um estrato em que espírito, imagem e linguagem se vinculassem”. Diante dessa tarefa, um casamento bem-sucedido com o pensamento e a escrita surrealista, levam-no mais perto de seu objetivo, encontrado na figura dos sonhos – inspiração colhida, por exemplo, da superposição do elemento onírico com a cidade no livro de Aragon:

O sonho se torna um meio de experiência não regulamentada, como fonte de conhecimento que se contrapõe a superfície do pensamento, dura como crosta. A reflexão é artificialmente excluída de muitas maneiras, a fisionomia dos objetos captada como em um instantâneo fotográfico - não porque o filósofo Benjamin teria desprezado a razão, mas porque somente através de tal ascese ele esperava poder recriar o próprio pensamento que o mundo se ponha erradicar dos homens. O absurdo é apresentado como se fosse óbvio, para despojar o óbvio de seu poder. (Benjamin, 2023, p. 149)

Este imbricamento pouco ortodoxo de forma e afinidade com o sonho permitem desvendar a modernidade que encobre a sociedade e transforma em alienado o destino de cada indivíduo. Eis o mito que Benjamin quer desfazer ao aproximar dele o pensamento. Adorno também destaca *Rua de Mão Única* como o primeiro texto de Benjamin pertencente a um conjunto de escritos que planeja uma história originária da modernidade (Benjamin, 2023, p. 151) e, como coloca Witte, que serve à produção de um saber da intervenção.

São imagens de pensamento que à primeira vista se precipitam sem nexos claros, como ocorre nos sonhos e nas ruas de uma grande cidade. No entanto, como acertadamente coloca Gagnebin, “quem diz *imagem* também diz, certamente, *memória*” (Benjamin, 2023, p. 25):

[...] porque desde Platão a memória vive de imagens que invadem o sujeito, muitas vezes à sua revelia, para a sua alegria (em Marcel Proust), ou para sua vergonha também (em Sigmund Freud). Por isso a centralidade das imagens nas análises de Proust por Benjamin e na sua historiografia futura: as imagens da memória (involuntária) que imobilizam o narrador da *Recherche*, também podem ser o sinal de outra configuração do passado, isto é, de outra apreensão do passado e, portanto, do presente, permitindo talvez imaginar outro futuro. Nesse materialismo Proustiano *suis generis*, se encontram a temática da imagem, da memória e de uma felicidade possível. (Benjamin, 2023, p. 25)

Esta observação de Jeanne Marie Gagnebin é valiosa para compreendermos o forte elemento mnemônico empenhado no livro. A referência à memória involuntária proustiana – aquela que ressurgue desavisada quando o personagem morde uma *madelaine* e de súbito fá-lo lembrar de sua infância – nos leva a dois aspectos importantes: o primeiro sendo o passado como um recurso à possibilidade de imaginação de um novo futuro, como vimos no capítulo 1; o segundo, em referência a outra temática central em *Rua de Mão Única*, que é a infância e a criança – quiçá outro rastro da influência de Lacis.

Gagnebin acertadamente dá destaque ao centro dessa rua composta de 60 casas. Nele, exatamente em um imaginário número 30, Benjamin coloca seis descrições curtas de uma criança com o título “Ampliações”, “como se inserisse aqui 6 fotografias pequenas de sua própria infância” (Benjamin, 2023, p. 26) esses textos voltariam, quase idênticos, em *Infância em Berlim por volta de 1900*, escrito mais tarde, nos anos de 1932 e 1933.

Infância em Berlim por volta de 1900 é um exercício quase que de construção de um mapa afetivo de Benjamin de Berlim, cidade onde nasceu e cresceu, e das memórias de sua infância. Como coloca Romero Freitas, Benjamin transforma suas memórias de infância em objeto de análise histórico-social, procurando enfatizar duas coisas que não são típicas em livros de memória: o quadro político da memória e a construção das lembranças *a posteriori*, já que é o ato de lembrar que dá sentido ao passado, e não o contrário (Benjamin, 2022).

O meio da *Rua de Mão Única* revela uma criança burguesa que vive a passagem do século XIX para o XX e que “[...] é, com efeito, o adulto de 1928 que enfrenta a miséria, a inflação e o exílio” (Benjamin, 2023, p. 26). Aqui compreendemos melhor o que Benjamin afirmara a Scholem em carta referindo-se à *Rua de Mão Única*: “nesse livro cruzam-se duas fisionomias minhas, uma mais antiga e outra mais recente”⁴⁵.

Como se a fisionomia antiga que cruza com a mais recente fosse capaz de revelar a Benjamin aquilo que não somos mais capazes de enxergar. Perdemos essa capacidade por andarmos tão distraídos com tudo o que é feito para nos tirar a atenção à nossa volta, de modo que Benjamin assume para si a tarefa desta revelação iniciada em *Rua de Mão Única*. Como coloca Bolle, este livro é um registro consciente da mudança cultural que acomete a sociedade e impõe um novo desafio ao escritor moderno. Vejamos, por exemplo, na imagem de pensamento “Estas áreas estão para alugar”:

Insensatos os que lamentam o declínio da crítica. Pois sua hora há muito tempo já passou. Crítica é uma questão de correto distanciamento. Ela está em casa em um mundo em que perspectivas e prospectos vem ao caso e ainda é possível adotar um ponto de vista. As coisas nesse meio-tempo caíram de maneira demasiado abrasante sobre o corpo da sociedade humana. A “imparcialidade”, o “olhar livre” são mentiras, quando não são a expressão totalmente ingênua de chã incompetência. O olhar mais essencial hoje, o olhar mercantil que penetra no coração das coisas, chama-se reclame. Ele desmantelou o livro espaço de jogo da contemplação e deslocar as coisas para tão perigosamente perto da nossa cara quanto, da tela de cinema, um automóvel, crescendo gigantescamente, vibra em nossa direção [...]. (Benjamin, 2023, p. 86)

Esse distanciamento adequado perde-se em virtude das condições da vida moderna, uma vez que “as coisas nesse meio tempo caíram de maneira demasiado abrasante sobre o corpo da sociedade humana”. Dependemos de objetos, confortamo-nos e distraímos-nos com eles, de modo que somos incapazes de perceber que esta proximidade com eles, quiçá dependência, tenha levado à nossa alienação, a um olhar mercantil sobre a vida. Se este distanciamento se perdeu, como coloca Bolle, a tarefa do escritor consiste em reconstruí-lo. Eis a estratégia de Benjamin em *Rua de Mão Única* (Bolle, 2022, p. 322).

Como procedimento literário, trata-se de construir ou reconstruir um tipo de sensibilidade que possibilite uma percepção histórica (Bolle, 2022, p. 322). Ao construir uma rua de mão única composta de 60 casas numeradas à moda berlinense, Benjamin encontra uma forma de colocar este leitor-transeunte caminhando entre o moderno e o antigo enquanto atravessa calçadas distraído. A distração é um elemento fundamental, pois é o limiar entre o

⁴⁵ Trata-se da carta a Scholem datada em 5 de abril de 1926 que também mencionamos em 2.1.

consciente e o inconsciente. Como também adiantamos no capítulo 1 e no subcapítulo 2.1., Benjamin tem como alvo este limiar entre a consciência e a inconsciência como revelador de algo que ele busca – por isso constantemente recorre ao sonho, devaneio onírico, memória involuntária e à distração para recuperar algo que perdemos deixamos passar. Vejamos a imagem de pensamento “Artigos de Papelaria”:

Peso de Papéis. Place de la Concorde: obelisco. Aquilo que há 4000 anos foi sepultado ali está hoje no centro da maior de todas as praças. Se isso lhe fosse profetizado - que triunfo para o faraó! O primeiro Império cultural do Ocidente trará um dia em seu centro o monumento comemorativo de seu reinado. Que aspecto tem, na verdade, essa glória? Nenhum dentre dez mil que passam por aqui se detém; nenhum dentre dez mil que se detém pode ler a inscrição. Assim toda a Glória cumpre o prometido, e nenhum oráculo a igualem astúcia. Pois o imortal está aí como esse obelisco: ordena um trânsito espiritual que lhe ruge ao redor, e para ninguém a inscrição que está sepultada ali é de utilidade. (Benjamin, 2023, p. 64)

Aqui Benjamin constrói uma superposição da metrópole Moderna com um monumento dos tempos primordiais da escrita através do jogo com: papel, de *papyrus*, artigo de papelaria por excelência e um monumento tornado peso de papel, como quem faz com um objeto que não sabe usar. Bolle muito bem relaciona a invenção da escrita surgida no Egito Antigo e Mesopotâmia ao nascimento das primeiras cidades. Isso porque necessitava-se de um instrumento adequado de registro, controle e administração para lidar com os excedentes de produção de mercadorias, com aglomerações humanas maiores e com estruturas mais complexas de poder.

Esta técnica de dominação, que se revelou ser a escrita, era manejada por uma classe sacerdotal e de especialistas – importante paralelo que Bolle traça ao constatar que essa função da escrita não mudou, se atentarmos à fisionomia das metrópoles (Bolle, 2022, p. 326). O leitor moderno é este analfabeto, um dos dez mil que passam e não se detém por andarem distraídos pelo turbilhão de informações, vitrines e objetos. E, ainda que o fizesse, que prestasse atenção ao monumento, não seria capaz de entender a mensagem que ele carrega.

Esta imagem de pensamento me parece abrir interessantes interpretações. Uma delas é a que coloca Bolle acerca da dificuldade de leitura dos textos sagrados em contraposição à leitura do presente – através de um “critério de utilidade imediata” (Bolle, 2022, p. 327). Essa dificuldade de leitura dos textos sagrados dá-se porque “[...] o senhor dos escribas rege trânsito invisível, ‘espiritual’, entre os tempos arcaicos e a Modernidade [...]”, diante da qual, o escritor Benjamin atrai para si a tarefa de tornar esse trânsito visível, por meio da transformação da tradição da escrita em produtiva para o conhecimento do presente, criando a partir daí a literatura do futuro (Bolle, 2022, p. 327).

Outra camada que esta imagem do pensamento é capaz de abrir é: a incapacidade do leitor moderno de ler as escrituras daquele monumento sequer pode ser posta à prova, porque ele sequer a olha em meio a tantas outras novas informações visuais de utilidade. Isto é, o monumento antigo é um peso de papel na rua, o pedestre não saberia o que fazer com ele, porque não é capaz de vislumbrar ou perceber a sua utilidade para si. Um dentre dez mil, como coloca Benjamin noutra imagem do pensamento, “(d)ali essa sociedade, da qual cada um tem em mira unicamente seu próprio inferior bem-estar, sucumbe, como massa cega”⁴⁶.

Aquele monumento torna-se parte da paisagem. Melhor, um objeto perdido na paisagem. Vejamos “Guichê de Achados e Perdidos”:

Objetos perdidos. O que torna tão incomparável e tão irrecuperável a primeiríssima visão de uma aldeia, de uma cidade na paisagem, é que nela a distância vibra na mais rigorosa ligação com a proximidade. O hábito ainda não fez sua obra. Uma vez que começamos a nos orientar, a paisagem de um só golpe desapareceu, como a fachada de uma casa quando entramos. Ainda não adquiriu uma preponderância através da investigação constante, transformada em hábito. Uma vez que começamos a nos orientar no local, aquela imagem primeira não pode nunca restabelecer-se. (Benjamin, 2023, p. 73)

Em guichê de achados e perdidos Benjamin traz a figura do hábito, aquela proximidade paulatina que faz com que nos acostumemos com a presença das coisas. É por conta do hábito que somos capazes de andar distraídos, não há risco de nos perdermos. Por esse motivo, perdem-se “objetos” na paisagem que conhecemos – não há mais o que olhar se já vimos tudo.

Outra conexão interessante é o fato de que o hábito traz consigo um ritmo próprio de experiência daquela cidade. Os habitantes são invariavelmente transformados pelo habitar. Isto é, a metrópole moderna possui uma rítmica acelerada pelo ponteiro das mudanças, em que a novidade logo é velha como outro objeto perdido na paisagem. Uma massa de pessoas em que cada uma segue distraidamente o seu percurso habitual, esbarrando e acotovelando-se umas nas outras. Para além de uma rua com 60 casas, *Rua de Mão Única* é um livro de horas da Modernidade. Bolle enxerga em seus 60 fragmentos, o tique-taque de um relógio que marca os minutos e os segundos.

Em “Conselho Fiscal” vemos como esse tempo se apequena e desvaloriza, um acúmulo de minutos inúteis:

⁴⁶ Trecho da imagem de pensamento contida em *Panorama Imperial* (Benjamin, 2023, p. 45).

Não há dúvida: existe uma secreta conexão entre a medida dos bens e a medida da vida; quer dizer, entre dinheiro e tempo. Quanto mais nulamente é preenchido o tempo de uma vida, mais frágeis, polimorfos, díspares são seus instantes, enquanto o grande período assinala a existência do homem superior. Muito corretamente Lichtenberg propõe falar de apequenamento do tempo, em lugar de encurtamento, e é ele mesmo quem observa: “algumas dúzias de milhões de minutos fazem uma vida de 45 anos e um pouco mais”. Um de está em uso um dinheiro do qual uma dúzia de milhões de unidades nada significa, ali a vida terá de ser contada em segundos em lugar de em anos, para aparecer respeitável como soma. E nessa medida ela será dissipada como um maço de notas de banco: a Áustria não consegue perder o hábito de calcular em coroas. (Benjamin, 2023, p. 95)

Aqui Benjamin aponta para a desvalorização do tempo, esse tempo acelerado e preenchido com coisas inúteis, um tempo mal gasto. Mal gastamos o tempo, esse tempo tornado vazio e homogêneo, monótono na sua vultuosidade. Monótono ao mesmo tempo que acelerado, por não termos mais como contemplar, refletir como é devido e bem gastá-lo, por estar já preenchido por uma eterna repetição de novidades. E, assim, a cronologia devora nosso tempo.

Agora somos capazes de ver as raízes da construção do pensamento de ruptura com a temporalidade cronológica que é base das *Teses Sobre o Conceito de História* que trabalhamos no capítulo 1. Por isso, *Rua de Mão Única* é um canteiro de obras. Nele começava a construção de uma forma capaz de captar e registrar a Fisionomia da Metrópole Moderna: “[...] através da concretude surrealista de uma artéria metropolitana, numa montagem de produtos gráficos [...]” (Bolle, 2022, p. 318) que capta a cidade como um universo gramatológico.

Neste livro canteiro de obras, Benjamin nos leva de passeio por uma série de imagens de pensamento. Passamos distraidamente de fragmento em fragmento, como quem cria o hábito de acabar um e partir para o seguinte. O caso é que, quando despertamos e nos damos conta dessa rítmica de leitura inconscientemente imposta, vemos que atravessamos uma rua inteira em absoluta distração. Talvez o grande mérito de *Rua de Mão Única* esteja no fato de ele exigir uma leitura de dois tempos, já que, uma vez conscientes de termos sido levados sem perceber, vemo-nos obrigados ao despojo dos hábitos que a repetição nos impôs, e o choque nos obriga a uma segunda leitura.

É apenas nessa segunda leitura que descobrimos o objetivo de Benjamin: que nós, um dos dez mil passantes, sejamos capazes de despertar de nosso devaneio habitual e nos voltemos para o que perdemos e não soubemos dar valor. Por isso opõe antiguidades às novidades da modernidade. Em “Quinquilharias” temos o que se tornou o Projeto das *Passagens*: “Citações

em meu trabalho são como salteadores no caminho, que irrompem armados e roubam ao passante a convicção” (Benjamin, 2023, p. 94).

2.4 O Projeto das Passagens de Paris e o retrato da modernidade

Como acabamos de ver com *Rua de Mão Única*, Benjamin fundamenta a crítica literária ao mesmo tempo no materialismo e na filosofia da história, dando-lhe uma nova função. Já não mais a vê como um elemento do mercado literário e tampouco como um meio de avaliação estética, mas um lugar onde ele pode levar adiante a politização do literato por meio de uma discussão sobre o seu papel e a sua tarefa no presente. A definição benjaminiana da tarefa do intelectual, portanto, é a de “organizar o pessimismo” e praticar a “aniquilação dialética” das falsas imagens a partir de cujas projeções o espaço social se constitui.

Como adiantamos em 2.1., a imagem dialética é categoria central para a historiografia benjaminiana e, em 2.3. destacou-se a influência do movimento surrealista para que Benjamin encontrasse formas de retratar a metrópole moderna. Antes de que nos voltássemos propriamente à imagem dialética, optei por um percurso que introduzisse as categorias do sonho, inconsciente e superposição – inspiradas nos escritos surrealistas – e as imagens de pensamento desenvolvidas no canteiro de obras que é *Rua de Mão Única*. Isso porque são elementos chave para compreensão desta categoria central, como se verá agora.

Como aponta Bolle, a primeira menção ao termo “imagem dialética”, com o intuito de utilizá-la como instrumento para decifrar a mitologia da modernidade, encontra-se nos primeiros esboços do *Projeto das Passagens*, datados de 1927-1929 e, portanto, coincidindo com o período de escrita de *Rua de Mão Única*. Ainda que se tenha inspirado – como acabamos de ver – em Aragon, Benjamin diferencia seu trabalho do deste autor surrealista:

Diferenciação deste trabalho em relação a Aragon: enquanto Aragon permanece na esfera do sonho, propõe-se aqui encontrar a constelação do despertar. Enquanto em Aragon subsiste um elemento impressionista [...], trata-se aqui de dissolver a mitologia no espaço da história. O que, na verdade, só se pode realizar através do despertar de um saber ainda não consciente do ocorrido [N1, 9] (Benjamin, 2018, p. 761)

O historiador materialista tem como objetivo elaborar uma forma de “despertar” do sonho que expressa a mitologia da época como um método de traduzir a linguagem inconsciente para o conhecimento consciente (Bolle, 2022, p. 71). Por isso, apontamos desde o início para o fato de que o alvo de Benjamin é este limiar. O saber, portanto, obtém-se através de uma

operação dialética em que o “ainda não consciente” chega à consciência desperta e a consciência desperta vai ao “ainda não consciente”.

As passagens de Paris eram, para Benjamin, uma espécie de síntese arquitetônica da metrópole surgida com a Revolução Industrial, verdadeiras cidades em miniatura onde o comprador encontra tudo o que precisa e a coletividade sonha. Esta coletividade sonhadora que mergulha nas passagens é estudada por Benjamin como um historiador que busca a forma de interpretar o século XIX⁴⁷. A este historiador cabe o papel de intérprete dos sonhos coletivos⁴⁸.

Witte aponta que o objetivo último de Benjamin com o ensaio das Passagens, como síntese e conclusão do ciclo de produção materialista iniciado com *Rua de Mão Única*, era uma nova teoria da história (Witte, 2017, p. 82). O ponto de partida das anotações de *Passagens* dá-se com o desaparecimento “de uma das passagens mais antigas” de Paris, a *Passage de l’Opéra* – que também desempenhava um papel central no livro de Aragon –, e da inauguração de uma nova passagem nos *Champs-Élysée* (Witte, 2017, p. 83):

Seu intuito é descrever uma forma arquitetônica característica da imagem da cidade do século XIX como um templo secreto da mercadoria. Na medida em que descobre a base econômica da sociedade capitalista na imagem das ruas cobertas de teto de vidro, envelhecendo lentamente, procura ao mesmo tempo tornar fecundos certos conhecimentos da interpretação psicanalítica do sonho para o seu próprio conceito de história. (Witte, 2017, p. 84)

O intuito de Benjamin nesse estágio do trabalho seria a demonstração de que modo a história e a arte do século XIX foram distorcidas, em todas as suas expressões, por conta da constituição fundamental da sociedade capitalista. Coloca-se como crítico dialético que objetiva suprasumir essas distorções na construção histórica convocando o passado – em sua forma purificada – e colocando-o diante das falsas tendências históricas do presente (Witte, 2017, p. 124). Benjamin constrói uma analogia entre o despertar do sonho e o recordar que realiza a memória, ambos como forma de fissurar a nossa percepção do presente. Por um lado, recordar o que ficou de fora da História e, por outro, despertar o passante-consumidor das passagens desse estupor que o distrai.

⁴⁷ “[...] a coletividade sonhadora, que mergulha nas passagens como no interior do seu próprio corpo. Devemos segui-la, para interpretar o século 19 como sua visão onírica.” [G,14] (Benjamin, 2018).

⁴⁸ “[...] na imagem dialética, o ocorrido de uma determinada época é sempre, simultaneamente, o ocorrido desde sempre. Como tal, porém, revela-se somente a uma época bem determinada – a saber, aquela na qual a humanidade, esfregando os olhos, percebe como tal justamente esta imagem onírica. É nesse instante que o historiador assume a tarefa da interpretação dos sonhos.” [N4, 1] (Benjamin, 2018, p. 770)

Ao analisarmos o *exposé* sobre o *Projeto das Passagens* de 1935, intitulado *Paris, a Capital do Século XIX*, vemos esta relação:

À forma do novo meio de produção, que no início ainda é dominada por aquela do antigo (Marx), correspondem na consciência coletiva imagens nas quais se interpenetram o novo e o antigo. Estas imagens são imagens do desejo e nelas o coletivo procura tanto superar quanto transfigurar as imperfeições do produto social, bem como as deficiências da ordem social de produção. (Benjamin, 2018, p. 55)

Uma ideia central desenvolvida neste trabalho é a do caráter de fetiche da mercadoria. No século XIX surgem os *intérieurs*, os pavilhões de exposição e os panoramas, e Benjamin os toma como resquícios de um mundo onírico:

As exposições universais são lugares de peregrinação ao fetiche da mercadoria [...]. As exposições universais idealizam o valor de troca das mercadorias. Criam um quadro no qual seu valor de uso passa para segundo plano. Inauguram uma fantasmagoria a que o homem se entrega para divertir-se. A indústria de entretenimento facilita isso elevando-o ao nível da mercadoria. Ele se abandona as suas manipulações ao desfrutar a sua própria alienação e a dos outros. (Benjamin, 2018, p. 60)

Este local de peregrinação coloca a mercadoria em um altar de adoração, numa ritualística do consumo ditada pela moda e publicidade, como a religião da Modernidade. Atravessando por essa atmosfera, como um devoto não praticante dessa religião, está a figura do *flâneur*, que Benjamin encontrará na poesia de Baudelaire. Nela, não há simples oposição entre o antigo e o moderno, mais uma apresentação da modernidade em sua *interpenetração* com a antiguidade através da figuração poética (Aquino, 2004, p. 46):

Esta observação de Benjamin sobre a figuração poética do moderno em Baudelaire vale, antes de mais, para sua própria visão da modernidade. Como sociedade produtora de mercadorias, a sociedade Moderna se desenvolve não apenas numa inegável ruptura com o modo de vida anterior, mas, neste mesmo movimento, interpenetra-se com, traz consigo uma antiguidade. Esta antiguidade não significa, em Benjamin, um momento temporal outro com relação à modernidade, mas, antes, *Antike* e *Moderne* são duas categorias que, concebidas em sua interpenetração, permitem pensar uma experiência social que é, em sua totalidade, no que ela traz de mais propriamente moderno, trespassada por um seu outro, “outro” este que lhe é inseparável. (Aquino, 2004, p. 48)

O antigo é um elemento constitutivo do moderno, de modo que o intuito de Benjamin não é colocá-los como uma sucessão de categorias histórico-temporais – outrora antigo e hoje moderno –, mas como uma configuração histórico-social que se interpenetra. Se em *Rua de Mão Única* vimos a sucessão de novidades, agora, para compreender esta interpenetração, a

figura baudelairiana da *nouveauté* é útil. Nela, Benjamin enxerga um movimento de “repetição mítica”, como um “eterno retorno” do mesmo que caracteriza de modo central a modernidade.

O mercado é arrefecido pela novidade, estimulando a demanda por esse produto que traz sempre algo de novidade sobre seu modelo antigo em uma eterna sucessão de novidades. Eis o “sempre de novo igual” (*Immerwiedergerleiche*), no qual Benjamin enxerga uma dialética própria à mercadoria. Há uma relação intrínseca entre a “novidade” e o “mesmo sempre igual” na medida em que a mercadoria funda uma forma onírica, delirante de satisfação do desejo (Aquino, 2004, p. 57).

Novidade-mesmice é uma determinação dialética pela qual Benjamin concebe a forma onírica da experiência Moderna, em que a forma social da produção mercantil em sua natureza fetichista põe o movimento de *retorno do mesmo*, que é impeditivo de uma percepção histórica e, portanto, de uma nova era histórica. A Modernidade aparece como “[...] um mundo da estrita descontinuidade, onde o sempre-de-novo-*Novo* não é o velho que permanece, ou ainda o *Sido* que retoma, mas sim o mesmo cruzado por numerosas intermitências [G, 19]” (Benjamin, 2018).

É esta interpenetração da antiguidade na modernidade, e vice-versa, que faz com que Benjamin coloque o historiador materialista como o intérprete desses sonhos coletivos. É por conta dela, também, que ele consegue formular uma outra concepção de história fundada na descontinuidade e na intermitência da experiência histórica. Como vimos no capítulo 1, a interpenetração histórica de que falam as *Teses* é a do *presente ausente no tempo do agora*. Esta interpenetração é a que deve tomar o lugar do novidade-mesmice, com o intuito de romper com a cronologia e a marcha vazia e irrefletida sempre adiante. O sonhar coletivo teria sido dominado pelo caráter fetichista da mercadoria.

A dimensão dessa dominação é uma virada sutil, mas potente: o caráter fetichista da mercadoria se manifesta na própria expressão dos fenômenos culturais. Isto é, Benjamin não está interessado em mostrar a gênese da cultura na economia, mas a medida em que esta economia se expressa em cultura. Há uma ambiguidade, uma duplicidade de sentido nisso. Acertadamente me parece colocar Aquino:

Onde Marx concebe uma contradição, uma relação negativa entre valor de uso e valor na forma-mercadoria, relação esta que funda toda a sua exposição dos limites da forma capital, Benjamin vê se sobrepor uma ambiguidade (*Zweideutigkeit*). É com este ponto de partida, precisamente, que ele pretende estabelecer uma correlação com a “duplicidade de sentido” (*Doppeldeutigkeit*) dos fenômenos culturais do século 19, tais como a construção, a moda, as passagens (k,3,5). Trata-se aqui de uma “conexão expressiva” (*Kasusalzusammenhang*), onde o que lhe interessa não é mostrar a “gênese” (*Entstehung*) da cultura na economia, mas a “expressão” (*Audstruck*) da

economia em sua cultura: não se trata, pois, de mostrar a “conexão expressiva” (*Kasusalzusammenhang*) da economia sobre determinados fenômenos culturais, mas sim como os fenômenos da cultura expressam a forma mercadoria, enfim, como a economia é, em suas expressões culturais superestruturais, um fenômeno originário [*Urphanomen*] visível. [N 1 a, 6] (Aquino, 2004, p. 62)

É no *Trabalho das Passagens* que Benjamin intenta um estudo sobre “a origem das formas plásticas e alterações das passagens parisienses, de sua emergência até o seu ocaso”. Esta origem estaria precisamente “nos fatos econômicos”, na medida em que são eles o fenômeno original das passagens parisienses, se as tomamos como exemplo. Há uma sutileza nesta afirmação: os fatos econômicos configuram o fenômeno original das passagens não como causa em uma relação de causalidade. Isto é, não são “exteriores” ao surgimento das passagens, como algo que é anterior e dá causa início a algo posterior. O que ocorre é a expressão destes fatos econômicos na origem, manutenção e desenrolar delas. O fato econômico expressa-se “por meio de” e “dá a configuração” das passagens, da moda e da construção, como fenômenos culturais (Aquino, 2004, p. 66).

É assim que se pode observar a economia mercantil, não como uma causa dos fenômenos culturais superestruturais – “os fenômenos culturais são de determinada forma por conta da economia mercantil”, mas entender *os fenômenos culturais como expressão da economia mercantil* – “a economia mercantil se expressa através dos fenômenos culturais os fenômenos da cultura expressam a forma mercadoria”.

Esta sutileza, decerto uma camada de complexidade, permite que Benjamin assumira uma concepção de crítica imanente, na medida em que parte da expressão dos próprios fenômenos: “Nestes fenômenos, a forma mercadoria se expressa imediatamente, ganhando visibilidade imagética. Somente nos próprios fenômenos pode ser reconhecida enquanto tal e precisamente neste modo imagético.” (Aquino, 2004, p. 66).

A conexão expressiva e imagética da forma mercadoria é encontrada por Benjamin na forma do sonho (Aquino, 2004, p. 68). A interpretação desses sonhos coletivos dominados pelo caráter fetichista da mercadoria na experiência moderna, portanto, deve voltar-se para a própria imagem onírica tal como ela se apresenta:

Não só as formas em que se manifestam os sonhos coletivos do século XIX não podem ser negligenciadas, não só elas o caracterizam de maneira muito mais decisiva do que aconteceu em qualquer século anterior: elas são também - se bem interpretadas - da maior importância prática, permitindo-nos conhecer o mar em que navegamos e a margem da qual nos afastamos. É aqui, em suma, que precisa começar a crítica ao século XIX. Não a crítica ao seu mecanismo e maquinismo, e sim ao seu historicismo narcótico e a sua maneira de se mascarar, na qual existe, contudo, um sinal de verdadeira existência histórica, que os surrealistas foram os primeiros a captar. Decifrar este sinal é a proposta da presente pesquisa. E a base revolucionária e

materialista do surrealismo é uma garantia suficiente para o fato de que, no sinal da verdadeira existência histórica, de que se trata aqui, o século XIX fez sua base econômica alcançar sua mais alta expressão. [K1a, 6] (Benjamin, 2018)

Quando Benjamin fala em mais alta *expressão*, trata dessa forma manifesta ambígua em que há uma interpenetração de formas antigas em novas e novas em antigas, de modo que o *despertar* desse devaneio onírico seria a forma de decantá-las e interpretá-las. Se tomamos os exemplos que citamos há pouco – as passagens comerciais, a moda e a própria arquitetura –, temos neles, de maneira imanente, esta ambiguidade da forma mercadoria como imagens do desejo. Como se o coletivo depositasse nessas imagens do desejo a superação e a transfiguração da imaturidade do produto social e dos defeitos da ordem social de produção.

O objetivo do Trabalho das Passagens é o de trazer estas imagens em sua própria ambiguidade e pô-las à interpretação. Isto é, tratando estas imagens – forma manifesta da mercadoria – como imagens de um sonho coletivo do qual se está acordando e do qual guardamos alguns poucos traços mnemônicos. Interpretar estas imagens é a tarefa do historiador materialista que deve buscar sempre promover o despertar desta ideologia do progresso que nos deixa distraídos em nossa marcha sempre avante.

A imagem dialética será, portanto, esta imagem onírica interpretada pelo materialista histórico, como quem “esfrega os olhos” da humanidade que acabou de acordar e tenta se lembrar e interpretar o sonho que acabou de ter. Por isso, como vimos no capítulo 1, Benjamin coloca tanta centralidade no presente e na tarefa de resgatar o presente ausente que deve promover o historiador-catador-intérprete de sonhos coletivos. A imagem dialética não pretende retratar o sonho, não se trata disso, mas pôr a descoberto as brechas da ambiguidade nas imagens que sonhamos e interpretá-las.

Benjamin vê essa sociedade como uma massa em devaneio onírico que cumpre despertar. Caminha pelas passagens comerciais, distraída em vitrines e aprisionada por essas imagens. Ainda no *exposé* sobre o *Projeto das Passagens* de 1935, vemos mais traços deste aprisionamento na figura do *intérieur bourgeois*. Nele é que o homem desrealizado constrói o seu refúgio, em seu domicílio, um invólucro do homem privado:

Habitar significa deixar rastros. No *intérieur* esses rastros são acentuados. Inventam-se colchas e protetores, caixas e estojos em profusão, nos quais se imprimem os rastros dos objetos de uso mais cotidiano. Também os rastros do morador ficam impressos no *intérieur*. (Benjamin, 2018, p. 63)

Para compreender este ponto, é de grande valia a referência à *Rua de Mão Única*. Por conta da figura do *hábito*, andamos distraídos e perdemos o interesse de olhar para a paisagem.

As passagens comerciais parisienses eram o lugar da passagem por excelência ao ligarem uma rua à outra. O passante habitual que as utiliza encontra nelas a distração das vitrines, sempre com alguma novidade à mostra – “colchas e protetores, caixas e estojos em profusão”. Assim como ele, outros “dez mil”, dentre os quais ele é um que passa sem “contemplação crítica” e que “mira unicamente seu próprio inferior bem-estar”, sucumbindo “como massa cega”⁴⁹.

Os monumentos, como consequência, tornam-se peso de papel, um objeto perdido na paisagem que não comunica nada, porque não somos capazes de ver nele a utilidade que têm as “colchas e protetores, caixas e estojos em profusão”. Benjamin enxergava nas passagens comerciais parisienses, “uma cidade, um mundo em miniatura”, de modo que esta forma de habitar a cidade transforma o habitante em um homem em um destes dez mil que passam e não se demoram, em que cada um segue distraidamente o seu percurso habitual, esbarrando e acotovelando-se uns nos outros.

O lugar em que esse homem enganadamente “se veria livre” de ser mais um dentre os dez mil passantes, seria no *intérieur*. Nele, supostamente, encontraria um refúgio no qual poderia expressar-se. O problema todo é que a forma de expressão que ele encontra é esta mesma a das “colchas e protetores, caixas e estojos em profusão”. Este é ponto em que podemos perceber a extensão do domínio dos sonhos coletivos que denuncia Benjamin.

Este espaço em que vive o homem, opõe-se ao seu local de trabalho, na medida em que no escritório ele deve prestar contas à realidade, ao passo que no interior se rodeia de “colchas e protetores, caixas e estojos em profusão”:

O homem privado, que no escritório presta contas à realidade, exige que o *intérieur* o sustente em suas ilusões. Esta necessidade é tanto mais urgente quanto menos ele cogita estender suas reflexões relativas aos negócios em forma de reflexões sociais. Na configuração de seu mundo privado, reprime ambas. Disso originam-se as fantasmagorias do *intérieur*. (Benjamin, 2023, p. 45)

No final das contas, este homem que se sente em casa é mais um dentre os dez mil que passam e fazem a mesma coisa. Estão familiarizados com a rítmica da modernidade e distraídos com a novidade. Como contraponto Benjamin traz a figura do *flâneur* como aquele que se sente um estranho nessa multidão e põe a descoberto essa ambiguidade por ser capaz de enxergá-la. O elemento da ambiguidade é fundamental para a compreensão do caráter de fetiche da mercadoria e do *flâneur* que vagueia entre as imagens oníricas: “Tal imagem é dada pela

⁴⁹ Trecho da imagem de pensamento contida em *Panorama Imperial* (Benjamin, 2023, p. 45).

mercadoria: como fetiche. Tal imagem é representada pelas passagens, que são tanto casa quanto rua” (Benjamin, 2018, p. 65).

As passagens comerciais como expressão dos fatos econômicos são tanto casa quanto rua por conta da dominação dos sonhos coletivos pelo caráter fetichista da mercadoria.

É a origem da aparência que pertence de modo inalienável às imagens produzidas pelo inconsciente coletivo. É a quintessência da falsa consciência cujo agente infatigável é a moda. Essa aparência do novo se reflete, como um espelho no outro, na aparência da repetição do sempre-igual. O produto dessa reflexão é a fantasmagoria da “história cultural”, em que a burguesia saboreia sua falsa consciência. (Benjamin, 2018, p. 66)

Compreender as passagens, a moda e a construção como formas de expressão de fatos econômicos, e não como causa destes, permite que entendamos – em raciocínio reverso – o seu surgimento e o seu ocaso. Esta “história cultural” de que fala Benjamin parece ser a sucessão homogênea e vazia dessas novidades que surgem como fatos econômicos com prazo de validade.

Na parte final do *exposé* sobre o *Projeto das Passagens* de 1935, Benjamin passa a tratar das reformas da Paris do Segundo Império promovidas por Georges-Eugène Haussmann entre 1852 e 1870. Como coloca Benjamin, o ideal urbanístico de Haussmann eram as visões em perspectiva através de longos traçados de ruas. Este ideal corresponderia à tendência continuamente manifesta do século XIX de enobrecer necessidades técnicas por meio de objetivos artísticos:

As instituições do poder laico e espiritual da burguesia deveriam encontrar sua apoteose no enquadramento das avenidas; antes de sua conclusão, estas eram recobertas por lonas e descia a qual monumentos. - A eficiência de Haussmann insere-se no imperialismo napoleônico. Este favorece o capital financeiro. Paris vive o auge da especulação. (Benjamin, 2018, p. 67)

A especulação de que fala Benjamin refere-se à consequência das expropriações feitas por Haussmann, que desencadearam um aumento nos aluguéis e forçaram o proletariado para os subúrbios. Esse movimento fazia com que os bairros de Paris perdessem a sua fisionomia própria. A perda da fisionomia desses bairros provocava nos parisienses um estranhamento em relação à sua cidade. Nela [em sua cidade] não se sentiam mais em casa (Benjamin, 2018, p. 67). Benjamin detecta nestas reformas a sua “verdadeira finalidade”:

A verdadeira finalidade dos trabalhos de Haussmann era proteger a cidade contra a guerra civil. Queria tornar impossível para sempre a construção de barricadas em Paris. Com a mesma intenção, Luiz Felipe já introduziram o calçamento de madeira. Mesmo assim, as barricadas desempenharam o seu papel na revolução de fevereiro

[de1848]. Engels trata dos problemas de tática nas lutas de barricadas. Hausmann e pretende impedi-las de duas maneiras. A largura das ruas deve impossibilitar que sejam erguidas barricadas, e novas ruas devem estabelecer o caminho mais curto entre os quartéis e os bairros operários. Os contemporâneos batizam o empreendimento de “embelezamento estratégico. (Benjamin, 2018, p. 68)

Malgrado o intento dos trabalhos de Hausmann, a barricada ressurgiria na Comuna, estendendo-se pelos grandes *boulevards* e pondo fim ao que Benjamin chama de fantasmagoria, que dominava o primeiro período do proletariado. Melhor explico: a comuna foi capaz de desfazer a ilusão de que a tarefa da continuação da Revolução Francesa de 1789 ocorreria de mãos dadas com a burguesia. Esta mesma que trabalhamos no capítulo 1 como um exemplo bem-sucedido, segundo Benjamin, de articulação do passado e construção de algo novo que rompe com o regime anterior.

A retomada da Roma antiga pelos revolucionários lhes servira de referência para a construção de um novo modelo calcado em outros valores. Assim nascem as malfadadas abstrações burguesas de liberdade, igualdade e fraternidade que regeriam os *citoyens*, outrora súditos de um Regime Absolutista. O que aqui coloca Benjamin é o fato de que a burguesia nunca compartilhou do pensamento equívoco do proletariado de uma continuação daquela Revolução:

A burguesia nunca compartilhou desse erro. Sua luta contra os direitos sociais do proletariado inicia-se já na Grande Revolução e coincide com o movimento filantrópico que a encobre e que experimenta a sua máxima expansão sob Napoleão III. [...] Ao lado da posição encoberta da filantropia, a burguesia sempre assumiu a posição aberta da luta de classes. Já em 1831, ela reconhece no *Journal de Débats*: “cada fabricante vive em sua fábrica como os donos de plantações entre seus escravos.” Se foi a desgraça dos antigos levantes operários o fato de nenhuma teoria lhes indicar o caminho, por outro lado, foi também a condição da força imediata e do entusiasmo com que assumem a construção de uma sociedade nova. Este entusiasmo, que atinge seu auge na comuna, Conquista temporariamente para o operariado os melhores elementos da burguesia, mas no fim leva-o a sujeitar-se a seus piores elementos. (Benjamin, 2018, p. 69)

Benjamin faz referência a Balzac por ter sido o primeiro a falar das ruínas da burguesia e, embora o tenha feito, apenas o surrealismo, como vimos, permitiu que estas ruínas fossem verdadeiramente enxergadas:

O desenvolvimento das forças produtivas fez cair em ruínas os símbolos do desejo do século anterior, antes mesmo que desmoronassem os monumentos que os representavam. No século XIX, esse desenvolvimento emancipou da arte as formas de construção, assim como no século XIV as ciências se libertaram da filosofia. O início é dado pela arquitetura enquanto obra de engenharia. Segue-se a fotografia enquanto reprodução da natureza. A criação imaginária prepara-se para tornar-se prática ao colocar-se como arte gráfica à serviço da publicidade. No folhetim, a poesia

submete-se à montagem. Todos estes produtos estão prestes a oferecer-se ao mercado como mercadorias. Contudo hesitam ainda no limiar. (Benjamin, 2018, p. 70)

É por esse quadro que o pensamento dialético se coloca como órgão do despertar histórico para Benjamin. A partir do abalo da economia de mercado que ele enxerga na superfície de sua época, se a sociedade esfregasse e apertasse bem os olhos, poderia reconhecer os monumentos da burguesia como ruínas antes mesmo do seu desmoronamento (Benjamin, 2018, p. 70). Assim termina o *exposé* sobre o *Projeto das Passagens* de 1935.

A versão do *exposé* sobre o *Projeto das Passagens* de 1939, para além de algumas mudanças – elas próprias dariam bom assunto para uma exploração apartada em um trabalho dedicado a elas –, traz consigo uma introdução e uma conclusão que o texto de 1935 não possuía. A introdução e a conclusão do texto de 1939 nos aproxima muito mais das *Teses Sobre o Conceito de História*, na medida em que mais detalhadamente explicita o objetivo do Projeto das Passagens:

Nossa pesquisa procura mostrar como, em consequência dessa representação coisificada da civilização, as formas de vida nova e as novas criações de base econômica e técnica, que devemos ao século XIX, entram no universo de uma fantasmagoria. [...] A essas fantasmagorias do mercado, nas quais os homens aparecem somente sob seus aspectos típicos, correspondem às do interior, que se devem a inclinação imperiosa do homem a deixar nos cômodos em que habita a marca de sua existência individual privada. Quanto a fantasmagoria da própria civilização, encontrou seu campeão em Haussmann e sua expressão manifesta nas transformações que ele realizou em Paris. – Esse brilho, entretanto, e esse Esplendor com os quais se cerca a sociedade produtora de mercadorias, e o sentimento ilusório de sua segurança não estão ao abrigo de ameaças; é o que lhe vem lembrar a derrocada do segundo Império e a comuna de Paris. (Benjamin, 2018, p. 72)

Benjamin coloca uma sociedade condenada à angústia enquanto a fantasmagoria ocupar nela um lugar central. Tudo o que essa humanidade condenada pode esperar de novo se revelará como uma realidade desde sempre presente e este novo “[...] será tão pouco capaz de lhe proporcionar uma solução libertadora, quanto uma nova moda é capaz de renovar a sociedade” (Benjamin, 2018, p. 72).

Esta ideia de uma atualidade eternizada, uma novidade para sempre, se dá pelo fato de que o século não soube responder às novas virtualidades técnicas com uma nova ordem social. Por este motivo, ficamos sujeitos às mediações enganosas do antigo e do novo no coração das fantasmagorias. Uma condena à novidade: eis o retrato da Modernidade.

O percurso que fizemos por alguns dos escritos de cidade que compõem o projeto de escrita da Fisionomia da Metrópole Moderna teve o intuito de, cada vez mais, compreender a aplicação do pensamento benjaminiano à interpretação da realidade. Uma realidade, como

vimos desde o início deste trabalho, que comporta interpenetrações entre texto, cidade e tempo. A ordem dos retratos de cidade que percorremos permitiu que detectássemos a evolução do pensamento benjaminiano através das raízes de algumas das ideias que vimos nas *Teses Sobre o Conceito de História*.

A finalidade deste recorrido era a de levantar categorias de interpretação capazes de nos auxiliarem a refletir criticamente sobre as cidades de hoje e a rítmica particular que impõem aos seus habitantes. Vimos com *Rua de Mão Única*, como livro canteiro de obras, um experimento da escrita fragmentária capaz de retratar a MetrÓpole Moderna que Benjamin adotaria até o final de sua vida com o Trabalho das Passagens. Além disso, vimos os prenúncios de elaboração de sua crítica à temporalidade cronológica da modernidade, que desembocaria na concepção de história das *Teses*, compreendendo a complexidade da interpenetração temporal entre o tanto de antigo e moderno que tece nossa realidade.

Por conta dessa interpenetração, optei por recorrer à *Nápoles*, na medida em que ali estão as raízes dessa teia de conexões e interpenetrações do próprio pensamento de Benjamin. Não só por esse motivo, mas por enxergar a importância das categorias de porosidade e a interpenetração que ela traz consigo para uma teoria crítica do urbano em um campo como o do direito à cidade.

É no texto de *Nápoles* em que vemos, para além desta interpenetração temporal, uma espacial. Não quero dizer com isso que Benjamin não a trabalhe noutros escritos de cidade, mas se opto por dar centralidade à *Nápoles*, é porque naquele ensaio vemos com maior ênfase a complexidade que a interpenetração simultânea entre matéria e matéria de pessoas possibilita ao espaço urbano: um complexo de relações que *dá vida* e permite *fazer vida*, mas que parece ter se modificado tão radicalmente ao ponto desta simbiose ser cada vez menos possível, como pretendo desenvolver em seguida.

No capítulo a seguir, ainda com o intuito de fomentar um encontro entre os escritos de Benjamin e os estudos urbanos, proponho outra incursão interdisciplinar, para que nos voltemos a este complexo de relações e como ele se dá *no* e *com* o espaço e, assim, cada vez mais, fortaleçamos nosso aporte conceitual com vistas a melhor dar conta das camadas que abre nosso caso-referência.

3. FISIONOMIA DA METRÓPOLE MODERNA: O NOVO *VERSUS* A NOVIDADE

3.1 Espaço como acumulação desigual de tempos: como nasce e morre o espaço do homem?

“O espaço é a acumulação desigual de tempos.”
Milton Santos

No capítulo anterior, trouxe o projeto literário benjaminiano de escrita da história com imagens, produzindo retratos de cidades, o que Willi Bolle denominou *Fisionomia da Metrópole Moderna*. Como destaquei, o início deste projeto, segundo Bolle, dá-se em 1928 com a publicação do livro *Rua de Mão Única*, ainda que, naquela oportunidade, tenha optado por apresentar o ensaio sobre Nápoles – escrito em 1924 e publicado em 1925 – por considerá-lo central para pensarmos a porosidade e a interpenetração como categorias úteis de análise para uma teoria crítica do urbano em um campo como o do direito à cidade.

Retomar estas categorias de análise faz com que nosso enfoque retorne para as relações que transformam e, inevitavelmente, são transformadas pelo espaço. Apoiamo-nos em um ensaio que reifica e reflete esta atmosfera simbiótica, seguindo por retratos de cidades que dão fisionomia à metrópole moderna e forma à modernidade. Neles percebemos algumas raízes que se desenrolarão nas bases para as *Teses Sobre o Conceito de História* que, como vimos, tomam como ponto de partida uma crítica à historiografia convencional tecida nos moldes e rítmica do progresso desta humanidade que se move através de uma História maiúscula.

Os escritos de Benjamin partem de uma posição crítica imanente que diagnostica uma sociedade anestesiada, distraída e em estado de hipnose. E o prognóstico, ruim. Como bem se sabe, os escritos de Benjamin vão até a data de sua morte em 1940, mas nos alcançam pela porta da frente, tamanha é a atualidade de seu pensamento. Embora falemos de um autor que não viu o fim da 2ª Guerra Mundial, bem como tudo o que se seguiu a isso, o seu diagnóstico é confirmado e reafirmado conforme assistimos o transcurso de eterna repetição da História. Estamos condenados à angústia, como coloca Benjamin. Quiçá estejamos condenados a “fazer” prognósticos, sem nunca conseguir dar conta do quadro geral, mas aplicando o que acreditamos serem remédios para um tratamento paliativo.

Em todo o caso, se me apoio em Benjamin até aqui, o faço porque acredito que tenhamos muito a aprender com ele, a começar por acionar os freios de emergência desta marcha em direção à catástrofe. Repito, estes escritos, por muito que ultrapassem 1940 pela sua atualidade,

exigem que verifiquemos outros prognósticos, realizados depois dessa data com o intuito de identificarmos eventuais novos sintomas.

Como adiantei, ainda com o intuito de fomentar um encontro entre os escritos de Benjamin e os estudos urbanos, gostaria de propor outra incursão interdisciplinar para então adentrarmos em um vocabulário que nos permitirá abordar outro prognóstico, por um especialista de outra área, buscando-o em Milton Santos.

Ao evocarmos a noção de porosidade para valorizar e compreender a complexidade que compõe o urbano, não como princípio *in abstracto*, mas com enfoque nas possibilidades que a interpenetração entre matéria urbana e matéria de pessoas traz, temos de voltar-nos para compreender como essas relações ocorrem no espaço. Neste subcapítulo, poremo-nos a tratar de como estas relações animam o espaço e, por conseguinte, como o espaço permite que as pessoas criem “possibilidade” ou não. E, se não permite, quais relações estariam sendo “impossibilitadas”.

O que encantara Benjamin e Lacis em Nápoles fora justamente a capacidade de renovação da cidade, em cujos espaços verificaram a simbiose de um sem-número de relações que lhe dá vida. Muito diferente de romantizar o caos urbano, vimos que em Nápoles há problemas como em todas as outras cidades. Sem embargo, contém complexidade, permitindo também o convívio e a interpenetração de opostos: privado e público, moderno e arcaico, sagrado e profano, a ruína e o novo, que nem sempre são tipos ideais.

Como advertido, Nápoles não é antítese perfeita ou antídoto decantado para aplicarmos às nossas cidades, mas traz a porosidade como ferramenta contra o desenvolvimento de políticas urbanas que tendem a pasteurizar os espaços e põe fim a essa complexidade que produziria simbiose – dando lugar a uma homogeneidade artificialmente construída, ideal e materialmente, capaz de alienar e excluir.

O que se entende por esta simbiose que a porosidade permite? O que se quer dizer, quando afirmamos que esta simbiose tem sido pasteurizada e impossibilitada? O intuito deste subcapítulo é responder a estas perguntas e, com isso, melhor delimitar o que se compreende por porosidade, através do recurso a outra incursão interdisciplinar. Começemos pela epígrafe: “O espaço é uma acumulação desigual de tempos”.

Em *Nápoles*, experimentamos a interpenetração entre matérias diferentes, e assim vai se compondo a arquitetura da cidade, de modo que quem “não entende de formas” teria pouco a ver ali. É a simultaneidade dessas relações que *dão vida* à cidade e, seguindo a regra da interpenetração, como uma relação simbiótica e não, simplesmente, unilateral, a cidade, por sua vez, permite que o habitante *faça vida*.

Como vimos em 2.2., ação e construção se entrelaçam, compondo a arquitetura, como elemento mais marcante da rítmica daquela comunidade, em que nada está finalizado: “Em tais recantos mal se apercebe o que ainda está em construção e o que já se tornou ruína”. Naquele espaço convive o novo com o velho, o amanhã com o ontem, no hoje. Ainda que existam talheres, por algum dinheiro, o turista pode ver como se comia tradicionalmente o macarrão com as mãos. A interpenetração da matéria, com matéria de pessoas e destas duas com o tempo. O espaço da cidade é construído destas relações e a vida é possível nesse entremeio e apoiada nele.

A cidade, portanto, nasce e renasce da ação dos seus habitantes, mas esta ação só é possível se apoiada por esta mesma cidade, um espaço, na acepção mais material da palavra. Ao tomarmos como ponto de partida a epígrafe, vemo-nos diante da compreensão do espaço como uma acumulação desigual de tempos que convivem. A atualidade do espaço compreende, como coloca Milton Santos, “[...] momentos que foram, estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais” (Santos, 2021, p. 14). Isto é, a atualidade compreenderia uma dupla dimensão temporal e espacial.

Este ponto exige algum cuidado, uma vez que, desde as primeiras páginas deste trabalho, mobilizamos uma abordagem “interdimensional”, se assim a podemos colocar. Começamos no primeiro capítulo com a concepção benjaminiana de história, que exige uma ruptura com a temporalidade cronológica, para percepção do presente ausente que vive “intertempos”, nas Teses Sobre o Conceito de História, de 1940. Benjamin advoga contra a historiografia convencional pelo quanto ela deixa de fora ao construir a narrativa da História, de modo que pede que olhemos para o que ficou para trás e não pôde ser, para um passado que não teve lugar. Este passado ao qual não se permitiu um lugar, portanto, permanece no presente como ausência do que ele poderia ter sido.

Em Nápoles, ainda com Benjamin, mas um que escreve anos antes das Teses, em 1924, enfrentamos para além da temporal, a interpenetração de outra dimensão: a espacial e, por isso, faz-se necessário o recurso ao campo de quem a trabalha. Uma aproximação com Milton Santos para pensarmos o espaço e o tempo não deveria dar a impressão de que abandonamos aquela nossa primeira incursão intertemporal, como se verá adiante. O cuidado para o qual aponto é o de que não confundamos uma coisa com outra.

Uma coisa é: ao mobilizarmos a interpenetração temporal nas Teses Sobre o Conceito de História, trabalhamos com a crítica à historiografia convencional e à temporalidade cronológica, ao reivindicarmos uma dimensão temporal que nos permita resgatar o que passou e não pôde ser. Para Benjamin, a realidade é composta pelo dado, mas também pelo que ficou

de fora, pelo que não foi escrito. Por isso, catando o que ficou pela beira do caminho, ele rompe com a falsa totalidade que se dá à História. Assim, uma coisa é perguntarmos como se manifestaria materialmente se o que não pôde ter lugar tivesse tido lugar.

Outra coisa, completamente diferente, é olhar para o espaço, que é tecido pelo que pôde ter lugar, pelo dado. Esta é a incursão que promove Milton Santos. Olhamos o espaço construído no que ele tem de atualidade e, a atualidade do espaço:

[...] tem isto de singular: Ela é formada de momentos que foram, estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais; essas formas-objetos, tempo passado, são igualmente tempo presente como formas que abrigam uma essência, dada pelo fracionamento da sociedade total. Por isso, o momento passado está morto como o tempo, não porém como espaço; O momento passado já não é, nem voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que está sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável à realização social. (Santos, 2021, p. 14)

Uma leitura apressurada poderia supor que essas duas permanências do passado no presente falam da mesma coisa e seriam, portanto, irreconciliáveis. Ocorre que, empreendem a detecção de movimentos semelhantes em dimensões diferentes – que, para a nossa dificuldade, se interpenetram. Repito: não podemos confundir uma coisa com outra.

Santos olha para o espaço, e Benjamin, nas *Teses*, olha para o tempo que, por consequência, afetará o espaço. Estes dois olhares não são excludentes porque, quando Benjamin olha para Nápoles, ele também enxerga este passado que vive na atualidade do espaço: “Em tais recantos mal se apercebe o que ainda está em construção e o que já se tornou ruína”. A bem da verdade, parece-me que Benjamin, ao questionar a temporalidade e a falsa totalidade da dimensão que a História dá à realidade nas *Teses*, anos depois do ensaio *Nápoles*, permite que façamos essa pergunta de resposta aparentemente impossível: como se manifestaria materialmente se *o que não pôde ter lugar* tivesse tido lugar?

Se tomássemos para nós a impossível missão de respondê-la, teríamos de pensar em como essa outra história teria seu lugar e configuraria o espaço material. O caso é que nos encontramos muitos passos atrás ainda de respondê-la. Não há, por exemplo, como reconstituir o que nunca pôde ser, por isso Benjamin sugere que se construa algo novo. Algo novo que parta das ruínas e que devolva ao passado malogrado a possibilidade de ter continuidade. Isto é, como dar lugar ao que não teve lugar?

Somos obrigados, ainda, a dar mais alguns passos para trás. Como se deu *o que teve lugar*? Aqui entra Milton Santos, não como contraponto, mas como complemento. Por isso voltamos a ele.

Pensar o espaço como uma acumulação desigual de tempos pressupõe que compreendamos o que vemos no espaço como *o que teve lugar*. Isto é, a atualidade comporta uma dupla dimensão espaço-temporal formada de momentos que “foram”, cristalizados como objetos geográficos e que continuam no presente, ainda que o passado “tenha passado”. Santos fala aqui de um passado *que teve lugar*. Não só teve lugar, como permanece materialmente no presente.

O problema que ele coloca é que: para apreendermos o presente, é imprescindível que empreendamos um esforço de voltar as costas, não ao passado, “mas às categorias que ele nos legou” (Santos, 2021, p. 14-15). Do contrário, se conservássemos as categorias envelhecidas, estaríamos promovendo o equivalente a erigir um dogma ou um conceito e, por ser histórico, todo conceito se esgota no tempo (Santos, 2021, p. 15).

Explico-me melhor: o medo de Santos é o de olhar essa atualidade, que insiste em nos escapar, pelo fato de o passado não estar verdadeiramente morto, e nos perdermos nesse presente abstrato e irreal sem que consigamos apreendê-lo. Por isso, prefere ver este dado que *teve lugar* como algo que encerra as raízes do presente e depende de nós para lhes darmos sentido:

Os fatos estão todos aí, objetivos independentes de nós. Mas cabe a nós fazer com que se tornem fatos históricos, mediante a identificação das relações que os definem, seja pela observação de suas relações de causa e efeito, isto é, sua história, seja pela constatação da ordem segundo a qual eles se organizam para formar um sistema, um novo sistema temporal, ou melhor, um novo momento do modo de produção antigo, um modo de produção novo, ou a transição entre os dois. Sem relações não há fatos. (Santos, 2021, p. 15)

Este talvez seja o ponto mais delicado deste subcapítulo, porque parece levar-nos novamente à discussão travada no primeiro capítulo sobre a árvore que tomba na floresta. Enigma ao qual Barbara Tuchman respondia: “os fatos existem independentemente do historiador, se costurados ou não; são história, quer sejam interpretados ou não”⁵⁰. No entanto, ao que me parece, Benjamin rebateria este enigma perguntando o motivo pelo qual se conta a história da árvore e não de todo aquele resto que também faz história.

Se adicionássemos Milton a essa discussão, estaríamos, talvez, cometendo uma enorme injustiça, já que todo o intento tomaria ares de uma especulação sem precedentes. Isso porque a concepção de História é posta em disputa por esse enigma quando os fatos não contados insistem em se fazer presentes. Uma coisa é reconhecer a sua existência como fatos

⁵⁰ Ver discussão travada no subcapítulo 1.2.

independentes, outra é discutir o valor que se lhes dá e para quê se lhes dá esse valor – Por que contar a história da árvore e não de todo o resto?

Benjamin questiona esta parte final nas *Teses*. O problema que ele traz transcende em muito uma questão limitada ao campo da história, porque não é só ela que ele coloca em xeque, mas a própria temporalidade cronológica e a forma de fazer conhecimento que, conseqüentemente, ditará as formas de leitura do mundo e de fazer política. Por outro lado, se viemos até então apoiando-nos em um autor de natureza “antissistemática”, parece que se coloca diante de nós o ônus de compreender muito bem contra o que ele desfere suas críticas. Quando falo em injustiça e sobre uma especulação sem precedentes, refiro-me à complexidade de colocar esses autores frente a um mesmo enigma sem compreender exatamente quais são os termos da pergunta que lhe fazemos. Por isso o cuidado no início de demarcação dos limites de nossa discussão.

Milton Santos colocará seu enfoque no problema epistemológico da geografia que é encontrar o caminho adequado para sistematizar as relações da técnica com o “tempo” e com o “espaço”. Ou seja, não discorda que os fatos existam independente de nós, mas aponta que dependem de nós para terem sentido. Com cuidado aqui se afirma: o próprio ato do historiador catador é um ato que pega algo que perdeu sentido e o realoca em um novo contexto que lhe dá um novo sentido. A ruína pode virar alguma outra coisa, única e exclusivamente pela ação do catador. Por isso Santos afirma que “sem relações não há fatos”:

É por sua existência histórica, assim definida, no interior de uma estrutura social que se reconhecem as categorias da realidade e as categorias de análise. Já não estaremos, então, correndo o risco de confundir o presente com aquilo que não mais o é. (Santos, 2021, p. 15)

Santos fala que, para apreendermos a atualidade, precisamos minimamente de um vocabulário comum que, invariavelmente, ocorre dentro de uma estrutura social que reconhece determinadas categorias da realidade e de análise. Assim damos existência histórica aos fatos e fazemos das coisas objetos, com o seu uso. Outra coisa é questionar se este uso se dá para fins adequados ou não – construir uma história que funda uma falsa totalidade é algo que Benjamin denuncia, porquanto reconhece e busca dar sentido ao que ficou de fora da História, propondo que utilizemos esses restos e lhes demos importância.

Quando Santos fala em existência histórica, fala disso. Se o que passou tivesse tido lugar, porque foi valorizado e utilizado na construção material do presente, ele se verificaria no espaço como algo que teve lugar. Esta é sua análise. E, guardadas as devidas proporções, é a

dimensão perceptiva que Benjamin e Lacis detectam em *Nápoles*: uma cidade em que convive a materialização de tempos diferentes em um mesmo espaço; espaços animados, abandonados e reanimados pelas pessoas que lhes dão vida ao usá-los e que, por conta deles, fazem da sua vida possível.

Mas, então, o que significa dizer que o espaço é uma acumulação desigual de tempos? Para começarmos a responder a esta pergunta e, por conseguinte, para que consigamos compreender o espaço que temos diante de nós, precisamos explorar como o homem se relaciona com ele. A principal forma de relação do homem com o meio é dada pela técnica, sendo ela o elemento que define como o ser humano vai lidar com o meio no qual está envolvido. As técnicas são “[...] um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (Santos, 2020, p. 29).

Podemos pensar em sociedades distintas e a necessidade humana de beber água, por exemplo: inicialmente, o homem terá de se deslocar para ir beber água e usar suas mãos em concha enquanto não adquirir o conhecimento técnico de moldar o barro e transformá-lo em cerâmica. Mais adiante, cavando buracos, descobre os mananciais e cria um poço. Por essa descoberta, foi capaz de inventar o poço e colher água andando menos. Se olharmos nossa sociedade agora, temos uma rede de encanamento que abastece nossas casas.

Ou seja, temos aí diferentes técnicas em tempos diferentes, todas usadas para um mesmo fim, o de beber água. Mas não é porque descobrimos a possibilidade de fazer a água chegar em nossas casas que todos possuem água encanada e que não existem mais poços ou recipientes de cerâmica. A técnica espalha-se diferencialmente.

Milton Santos destaca a importância de compreendermos a diferença entre as diversas técnicas particulares examinadas na sua singularidade e a técnica como fenômeno (fenômeno técnico) (Santos, 2020, p. 36-37). Como exemplo, Santos coloca: se considerarmos apenas as chamadas técnicas da produção (técnicas industriais), teríamos uma técnica específica vista como um meio de realizar este ou aquele resultado específico, levando-nos há uma visão que pode nos direcionar a noções como de espaço agrícola, espaço industrial ou espaço econômico. Essa diferenciação é importante, pois só o fenômeno técnico na sua total abrangência permitiria que alcançássemos a noção de espaço geográfico (Santos, 2020, p. 37).

Logo, há simultaneamente conjuntos de técnicas que compreendem o desenvolvimento de conjuntos de objetos técnicos diferentes, que, por sua vez, vão sendo empregados na medida em que são desenvolvidos e disseminados.

Isto é, este objeto técnico está inserido em um conjunto de objetos e a sua operação se inclui em um conjunto de operações, formando então um sistema. Isso obriga que estudemos o

objeto técnico juntamente com o seu entorno, de modo que podemos afirmar que cada novo objeto é apropriado de um modo específico pelo espaço preexistente (Santos, 2020, p. 40) e diferencialmente disseminado.

Em um mesmo pedaço de território convivem subsistemas técnicos diferentes, datados diferentemente por conter elementos técnicos de épocas diversas (Santos, 2020, p. 42), como foi o exemplo das diferentes formas que desenvolvemos ao longo do tempo para chegar à água e suprir nossas necessidades. Em um mesmo espaço de território, portanto, temos o convívio de rios, poços, cerâmicas, encanamentos e centros de tratamento de água.

O valor dado a esses objetos técnicos será atribuído pelo conjunto da sociedade e se exprimirá através da realidade do espaço em que eles se encaixaram (Santos, 2020, p. 43). E, como vimos há pouco, Santos considera que esse valor só será identificado no interior de um sistema da realidade e de um sistema de referências elaborado para entender essa mesma realidade (Santos, 2020, p. 46). O conteúdo técnico do espaço é, em si mesmo, um conteúdo em tempo: o tempo das coisas. Como sinaliza:

Toda a situação é uma construção real que admite uma construção lógica, cujo entendimento passa pela história da sua produção. O recurso a técnica deve permitir identificar e classificar os elementos que constroem tais situações. Preciso elementos são dados históricos e toda técnica inclui história. Na realidade, toda técnica é história embutida. Através dos objetos, a técnica é história no momento da sua criação hino da sua instalação e revela o encontro, em cada lugar, das condições históricas (econômicas, socioculturais, políticas, geográficas), que permitiriam a chegada desses objetos e presidiram a sua operação. A técnica é tempo congelado e revela uma história. (Santos, 2020, p. 48)

Esta história das técnicas permite que entendamos como a unidade de tempo e espaço se estabelece ao longo do tempo. Perfaz uma história geral das técnicas e outra local (Santos, 2020, p. 49). Este perfazimento não é assim tão simples porque, para dizer que há um padrão temporal em todos e cada um dos padrões espaciais, necessitamos primeiro de uma definição de ambas essas categorias, e igualando espaço e tempo a parâmetros que sejam comparáveis (Santos, 2020, p. 53). Este é um problema, na medida em que o espaço tem sempre um componente de materialidade que lhe dá concretude e empiricidade; por isso, se queremos unificar tempo e espaço, o tempo deveria ser igualmente empiricizado. Santos coloca que:

Tempo, espaço e mundo são realidades históricas, que devem ser mutuamente conversíveis, se a nossa preocupação epistemológica é totalizadora. Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Esta realização dá-se sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e sua diversas feições. Assim empiricizamos o tempo, tornando-o material, e desse modo o assimilamos ao espaço,

que não existe sem a materialidade. A técnica entra aqui como um traço de união, historicamente e epistemologicamente. (Santos, 2020, p. 54)

As técnicas permitiriam então que empiricizássemos o tempo e qualificássemos de forma precisa a materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham. Assim, somos capazes de compreender como ao longo da história as técnicas dão-se como sistemas, diferentemente caracterizadas (Santos, 2020, p. 54): é por intermédio das técnicas que o homem, no trabalho, realiza essa união entre espaço e tempo.

Santos coloca as técnicas como uma medida qualitativa e quantitativa de tempo: o tempo do processo direto de trabalho, o tempo de circulação, o tempo da divisão territorial do trabalho e o tempo da cooperação (Santos, 2020, p. 54). Como vimos, o espaço é formado de objetos técnicos, de modo que, o espaço do trabalho “contém técnicas que nele permanecem como autorizações para fazer isto ou aquilo, desta ou daquela forma, neste ou naquele ritmo, segundo esta ou outra sucessão”. Tudo isso é tempo.

Vai-se além: o *espaço distância* também pode ser modulado pelas técnicas que comandam a tipologia *funcionalidade dos deslocamentos*, já que o trabalho supõe lugar e distância supõe extensão. Isto é, o processo produtivo direto é adequado ao lugar, a circulação é adequada à extensão, sendo estas duas manifestações do espaço geográfico que se unem através dessas duas manifestações no uso do tempo (Santos, 2020, p. 55).

Quando colocamos as técnicas como equalizadoras, enxergamos a sua capacidade de participação na produção da percepção do espaço e do tempo, tanto por sua existência física que marca as sensações diante da velocidade, como pelo seu imaginário. Quando aqui se fala em imaginário, pensa-se no fato de que o espaço se impõe através das condições que ele oferece. Quer-se dizer com isso que ele possibilita as condições para que ocorra: produção, circulação, residência, comunicação, o exercício da política, o exercício das crenças, o lazer e a condição de “viver bem”.

Sobre este ponto cumpre uma pequena pausa para destacarmos essas relações que, de alguma forma, dependem da materialidade para que as pessoas possam fazer vida, como vimos em *Nápoles*. É assim que Santos coloca as relações com o espaço que, como *meio operacional*, se vê submetido a uma avaliação objetiva e como *meio percebido* está subordinado a uma avaliação subjetiva. Ainda, este mesmo espaço pode ser visto como o terreno das operações individuais e coletivas, ou como realidade percebida. Santos aponta para *invasões recíprocas* entre o operacional e o percebido, tendo ambos a técnica como origem, de modo que nossa avaliação do espaço será sempre uma síntese entre o objetivo e o subjetivo (Santos, 2020, p.

55). A técnica será, então, um dado constitutivo do espaço e do tempo operacionais e do espaço e do tempo percebidos.

Será através do processo da produção que o espaço tornará “o tempo concreto”, de modo que a noção de trabalho e a de instrumento de trabalho tornam-se fundamentais para compreensão geográfica. Santos coloca:

O trabalho realizado em cada época supõe um conjunto historicamente determinado de técnicas. Segundo uma frase muito frequentemente citada em Marx (Capital, I, p.132, edição de M. Harnecker), “o que distingue as épocas econômicas umas das outras não é o que se faz, mas como se faz, com que instrumentos de trabalho”. Esta noção tem, pois, um valor histórico e espacial. A cada lugar geográfico concreto corresponde, em cada momento, um conjunto de técnicas e de instrumentos de trabalho, resultado de uma combinação específica que também é historicamente determinada. (Santos, 2020, p. 56)

Por esse motivo é que seríamos capazes, por exemplo, de determinar a idade de um lugar. Por serem as técnicas um fenômeno histórico, somos capazes de identificar o momento de sua origem, e esta datação é possível tanto para a escala de um lugar quanto para a escala do mundo.

É neste momento que começamos a entender melhor a afirmação de que o espaço é uma acumulação de tempos. Acumulação de tempos porque a técnica permite que tomemos o tempo como medida ao identificarmos o momento de sua origem; no entanto, em um espaço não temos apenas uma técnica, mas a operação simultânea de várias técnicas, como, por exemplo, técnicas agrícolas, industriais, de transporte, comércio ou marketing (técnicas industriais). O problema é que, tomada isoladamente, uma técnica é virtualidade em estado puro aguardando a sua historização. Mas, como vimos, os lugares redefinem as técnicas. Este é o ponto que nos falta para que compreendamos por que Milton adiciona o termo acumulação *desigual* de tempos.

Cada objeto ou ação que se instala em um espaço é inserido em um tecido preexistente e o seu valor real será encontrado apenas com o funcionamento concreto do conjunto. Logo, “[...] os respectivos tempos das técnicas “industriais” e sociais presentes se cruzam, intrometem e acomodam” (Santos, 2020, p. 59). Este cruzamento e intromissão entre os respectivos tempos das técnicas industriais e sociais fazem com que, mais uma vez, todos os objetos e ações se vejam modificados pelo conjunto que os ressignifica em uma nova significação, diferente daquela do momento anterior e que seria impossível em outro lugar.

Não podemos olvidar que uma das características da técnica é ser universal como tendência, de modo que o capitalismo contribuirá para a aceleração do processo que leva à internacionalização das técnicas. Milton Santos destaca que esse processo se dá antes mesmo

de desembocar no fim do último século, mas, depois dele, assistimos a sua globalização: a universalidade das técnicas não mais como uma tendência, mas como um fato.

Por isso Santos nos remete a refletir sobre a tendência universalizante dos primórdios da história humana como exemplo didático. Naquele momento específico havia como criar, em diversos lugares, soluções técnicas próprias, ainda que elas convergissem, mas não havia simultaneidade em sua aparição e, tampouco, o seu surgimento em um dado ponto da superfície terrestre acarretaria obrigatoriamente a sua repercussão e reprodução em outros lugares. Em contraponto, Santos destaca o processo iniciado com o capitalismo, que se vê “hoje” afirmado completamente com a globalização. Agora podemos falar em uma idade universal das técnicas, isto é, podemos contar a idade de uma técnica a partir do momento em que ela surge.

A técnica, que era meramente um intermediário entre homem e meio, converteu-se no objeto de uma elaboração científica sofisticada que acabou por subverter as relações do homem com o meio, do homem com o homem, do homem com as coisas, bem como a relação das classes sociais entre si e as relações entre as nações (Santos, 2021, p. 16). Esta subversão, em verdade, é a que nos interessa para que possamos compreender em que medida estas relações foram e estão sendo cada vez mais afetadas.

Se partirmos dos primórdios novamente, o meio natureza era composto por objetos naturais que, ao longo da história, foram substituídos por objetos técnicos – mecanizados e, depois, cibernéticos. O espaço é marcado pela presença desses objetos técnicos, que vão tornando-o cada vez mais técnico na medida em que são acrescentados a ele (Santos, 2020, p. 63). Esse processo faz com que o espaço se torne cada vez mais um *sistema de objetos* cada vez mais artificiais, povoado por *sistemas de ações* igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e aos seus habitantes. Estes dois sistemas são indissociáveis, como viemos adiantando, ainda que mais simploriamente, ao longo de nosso percurso:

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma. (Santos, 2020, p. 63)

Santos, em recurso a Marx para melhor explicar essas relações, subsume à relação dialética o sistema de objetos como sinônimo de um conjunto de forças produtivas e o sistema de ações como um conjunto das relações sociais de produção (Santos, 2020, p. 63) no entanto,

como bem sabemos, esta interpretação já se complexificou. Isso porque as chamadas forças produtivas são, também, relações de produção e vice-versa (Santos, 2020, p. 66).

Esta equivalência é fruto da complexificação de todos esses elementos, como veremos. Se antes entendíamos que a técnica era modificada pelo conjunto complexo de um determinado espaço – composto por um sistema de objetos e ações –, agora, as técnicas atuais tomam cada vez mais indiferença em relação ao meio em que se instalam. Isso quer dizer que a tecnologia aparece como um elemento exógeno à grande parte da humanidade, pondo-se a serviço de uma produção em escala planetária.

A tecnologia atual se impõe como praticamente inevitável e irreversível. Inevitável pelo fato de que a sua difusão é comandada por uma mais valia que opere no nível do mundo e em todos os lugares, direta ou indiretamente, como em razão da força do imaginário correspondente que facilita sua inserção em toda parte. Irreversível porque, ainda que fosse possível abandonar algumas técnicas como modo de fazer, permanecem aquelas que se impuseram como modo de ser, acho que se incorporarão à natureza e ao território como paisagem artificial. São irreversíveis, então, na medida em que um primeiro momento era um produto da história; no entanto, tornaram-se produtoras da história, participando ativamente desse processo. A técnica e a ciência articulam-se intimamente.

Milton Santos escolhe definir o fenômeno técnico contemporâneo através de duas categorias: a racionalidade e artificialidade. Segundo ele:

[...] artificialidade do objeto técnico é a garantia de sua eficácia para as tarefas para que foi concebido. É assim que ele se torna concreto (...), isto é, portador de virtualidades precisas que o distinguem e distanciam das incertezas da natureza, mediante especializações cada vez mais estritamente funcionais. Isso é devido à Extrema intencionalidade do objeto técnico atual.

É a partir dessa artificialidade que a característica da racionalidade se constrói. A técnica alimenta a estandardização, apoia a produção de protótipos e normas, atribuindo ao método apenas a sua dimensão lógica, cada intervenção técnica sendo uma redução (de fatos, de instrumentos, de forças e de meios), servida por um discurso. A racionalidade resultante sim ponha as expensas da espontaneidade e da criatividade, porque ao serviço de um lucro a ser obtido universalmente. É dessa forma que a técnica se torna auto propulsiva, indivisível, auto expansiva e relativamente autônoma, levando consigo a respectiva racionalidade a todos os lugares e grupos sociais. (Santos, 2020, p. 182)

Este é o cenário em que vive o ápice das técnicas e tecnologias da informação, e, como também já adiantamos, cada nova técnica não apenas conduz a uma nova percepção do tempo, mas obriga a um novo uso do tempo. Além disso, influenciam o comportamento humano, na medida em que afetam as maneiras de pensar, sugerindo uma economia de pensamento adaptada à lógica do instrumento. Estes processos inscrevem-se no espaço, de modo que, quanto

mais artificial for o meio, maior será a exigência dessa racionalidade instrumental que, por sua vez, exigirá cada vez mais artificialidade e racionalidade.

Após a Revolução Técnico-Científica, a racionalidade atinge intensamente o espaço geográfico, através de uma racionalização da sociedade fomentada pelo *meio técnico-científico informacional*. Assistimos à simultaneidade dos eventos dinamizada pela globalização como facilitador da interação entre as escalas local ou global. Esta divisão por escalas é fundamental para que compreendamos essas interações de que falamos há pouco. Na ordem global, prevalece a informação, razão técnica e a linguagem matemática, ao passo que a ordem local é marcada pela escala do cotidiano, por isso a demarcação, por isso opostas.

Logo, em um mundo globalizado, ainda há lugares capazes de preservarem as suas peculiaridades ao mesmo tempo que retratam aspectos globais. O caso é que, com a mundialização financeira, assistimos a processos de concentração geográfica e empresarial das transações financeiras – processos de concentração através de fusões e aquisições – formando oligopólios. O setor informacional não escapa a esta realidade, diferencialmente distribuindo as informações. Isto é, as informações não chegam a todos os lugares e, assim, se manifesta a faceta excludente da globalização. A mais-valia global torna-se o *leitmotiv* das principais ações de uma economia globalizada.

Perpassamos, então, por algumas etapas: a de um meio natural, no qual começaram a desenvolver técnicas simples, dando lugar a sistemas técnicos locais. O meio técnico surge com o espaço mecanizado em que convive um misto de objetos técnicos e culturais, dando lugar a um espaço natural e, ao mesmo tempo, artificial em que o fenômeno se limita às nações desenvolvidas – se temos de optar por um vocabulário. Enfim, chegamos ao meio técnico-científico informacional, no qual ocorre a união pelo mercado global entre técnica, ciência e informação, configurando por meio desta união as bases do espaço e da produção.

O pós-fordismo obriga a um aumento da produtividade e à conseqüente redução do espaço produtivo, cabendo às empresas com mais informações e melhores técnicas escolher localizações privilegiadas. Naturalmente, esta escolha permitirá que se otimize a produção. Esse panorama se complexifica e o que vemos é a abertura dos mercados nacionais às empresas multinacionais e transnacionais, cada vez mais favorecendo a descentralização industrial.

Hoje, ao pensarmos em um espaço total, temos de considerar uma multiplicidade de influências superpostas – mundial, nacional, regional e local –; no entanto, o espaço é maciço, contínuo e indivisível. Como coloca Milton Santos, o espaço é tão indivisível quanto a sociedade total, de que ele é território e com a qual a sua relação é igualmente indivisível. O que muda é a percepção deste espaço, que se torna fragmentária.

Quando a economia se complica uma dimensão espacial mais ampla se impõe, e o espaço do trabalho é cada vez menos suficiente para responder às necessidades globais do indivíduo. Sua tarefa não passa de uma parcela ínfima dentro de um processo que interessa a milhares ou milhões de pessoas, separadas frequentemente por milhares de quilômetros. (...). A especialização crescente da produção, numa base regional, mas não raro ligada a interesses distantes, assim como a multiplicação das trocas contribuem igualmente para tornar o homem estranho ao seu trabalho, estranho ao seu espaço, a sua Terra, transformada praticamente em fábrica. Isto é ainda mais verdadeiro quando se impõe a necessidade de estandardizar a produção, aumentar a produtividade da terra, racionalizar a atividade e, desse modo, utilizar melhor cada tipo de gleba para uma determinada produção. Também o espaço sofre os efeitos do processo: a cidade torna-se estranha a região, a própria região fica alienada, já que não produz mais para servir as necessidades reais daqueles que a habitam. (Santos, 2021, p. 28-29)

Aquele homem que um dia produziu os espaços torna-se cada vez menos capaz de criá-los, pensá-los, planificá-los e beneficiar-se deles. Além disso, a intensificação das relações comerciais indutora da produção para a venda promove ao mesmo tempo a alienação regional e a alienação do homem. Como este já não produz mais para prover as suas próprias necessidades, se vê condenado a ser uma mercadoria, ele próprio como valor de troca no mercado de trabalho (Santos, 2021, p. 29). Esse espaço não é indiferente à mundialização do mercado e da mercadoria:

[...] o espaço, soma dos resultados da intervenção humana sobre a Terra, é formado pelo espaço construído que é também espaço produtivo, pelo espaço construído que é apenas uma expectativa, primeira ou segunda, de uma atividade produtiva, e ainda pelo espaço não construído mas suscetível - ante o avanço da ciência e das técnicas e as necessidades econômicas e políticas ou simplesmente militares - de tornar-se um valor, não específico ou particular, mas universal, como o das mercadorias no mercado mundial. (Santos, 2021, p. 29-30)

O espaço torna-se então uma mercadoria universal por excelência, na medida em que é palco para uma gama de especulações de ordem econômica, ideológica e política — isoladamente ou em conjunto. É daí que podemos pensar a ideia de um *marketing dos lugares* (Santos, 2021, p. 30) — das localizações, se formos atrás de maior precisão terminológica. O que temos é um duplo processo de alienação do homem: um que separa os homens entre compradores e vendedores da força de trabalho, subordinando-os aos objetos, enquanto outro retiraria desses mesmos objetos um valor fundado no trabalho necessário à sua produção, substituindo-o por um valor comercial.

Vemo-nos diante de um homem liberto da natureza, mas preso às suas próprias criações, tanto das matérias que fabricou quanto das forças que pôs em movimento. E o espaço, transformado nesse capital comum a toda a humanidade, tem a sua efetiva utilização reservada

aos que dispõem de um capital particular, reforçando as noções de propriedade privada sobre bem coletivo e impondo a dicotomia dos consumidores de espaço diante de todo o resto que não é capaz de fazer-lhes frente⁵¹.

Com o desenvolvimento das forças produtivas e a extensão da divisão do trabalho, este espaço será manipulado e utilizado para aprofundar as diferenças de classes, consubstanciando em um movimento aparentemente paradoxal. Paradoxal porque este espaço ao mesmo tempo que une os homens promove a sua separação.

O que une no espaço é a sua função de mercadoria ou ele como dado fundamental na produção de mercadorias, acabando por reunir homens tão fetichizados como a mercadoria que eles vêm a produzir nesse espaço. Tornam-se os homens, eles próprios, mercadorias e esta alienação é ao que Milton Santos aponta como capaz de fazer do homem um outro homem (Santos, 2021, p. 34). O espaço promove uma falsa unidade e é desta que a separação se alimenta, dando lugar a uma sociedade atomizada⁵² em que a matéria trabalhada mediatizará e reificará os indivíduos separados, na medida em que lhes retira a possibilidade e capacidade de uma visão da realidade:

O próprio espaço nos aparece como um todo fragmentado. Como a práxis de cada um são fragmentárias, o espaço dos indivíduos aparece como fragmentos de realidade e não permite reconstituir o funcionamento unitário do espaço. O espaço, habitação do homem, é também o seu inimigo, a partir do momento em que a unidade desumana da coisa inerte é um instrumento de sua alienação. (Santos, 2021, p. 34-35)

A compreensão das totalidades nunca foi tarefa fácil, na medida em que enxergamos parcialmente e de maneira perspectivista por nosso traço incontornavelmente biológico. No entanto, a complexificação desses processos acabou por tecer uma conjuntura em que essa tarefa naturalmente difícil torna-se intencionalmente dificultada. Este é um ponto que transborda para a própria essência deste trabalho, no qual se empreende uma tentativa de compreender os processos que atravessam determinada complexidade espacial em determinado ponto temporal, problemática que desenvolveremos no capítulo 4. Por enquanto, cumpre destacar que é um exercício que compreende um sem-número de atravessamentos e exige uma abordagem necessariamente interdisciplinar. Por isso o recurso a essas categorias.

⁵¹ “De um lado, aos consumidores de espaço, os famintos de infraestruturas; de outro, todo o resto. Os primeiros, firmas multinacionais e aparentadas, participam direta ou indiretamente da acumulação das economias avançadas, reservando para si as maiores vantagens.” (Santos, 2021, p. 32)

⁵² “É dessa falsa unidade que a separação se alimenta. Os progressos de nossa infeliz civilização conduzem mais e mais a uma sociedade atomizada por um espaço que dá a impressão de reunir.” (Santos, 2021, p. 34).

Se nos colocamos diante de uma paisagem, por exemplo, naturalmente, não seremos capazes de apreender todos os processos que a atravessam, de modo que somos obrigados a realizar escolhas. Isto é, estes conjuntos que se encontram em nosso campo de visão serão sempre frações de um todo, e este é um fato incontornável. Logo, se nos colocamos diante de uma paisagem, uma amostragem de um todo, a depender do recorte que adotamos para olhá-la, veremos, como vimos até agora, que ela representa diferentes momentos do desenvolvimento de uma sociedade. A paisagem será o resultado de uma acumulação de tempos, desigual, analisada a um só tempo.

O que Santos revela é que a paisagem tem se tornado qualquer coisa de temível, na medida em que verificamos uma semantização geral dos objetos, dando ao envoltório artificial da Terra uma significação que se torna cada vez mais equívoca. Esses processos estariam transformando a paisagem na medida do seu grau de artificialidade em uma espécie de mentira funcional:

Os locais de trabalho, de estudo, de lazer, o quadro de nossa vida cotidiana são concebidos como mercadorias para seduzir e atrair o consumidor. Na verdade, todos esses rostos se resumem num só, o da mais completa fetichização. O rosto medonho é o único que se nos oferece, antes de reconstruir-se lógica e historicamente o processo de criação dessa mercadoria *suis generis* que é o espaço construído. (Santos, 2021, p. 38)

Este rosto de que fala Santos, da fisionomia que a paisagem tem adotado, tem dificultado a nossa leitura e se tornado cada vez mais enigmático. Esta dificuldade é sanada quando definimos que o que nos interessa é a lei do movimento geral da sociedade, pois é com ela e pelo seu movimento que apreendemos o movimento geral do espaço.

Também com cuidado é que traço este paralelo. O início deste capítulo deu-se como uma apresentação da abordagem benjaminiana que consiste na produção do que Bolle denominaria de *Fisionomia da Metrópole Moderna*. Esta Metrópole Moderna possui um rosto, construído por vários traços e processos. Por isso, guardadas as devidas proporções, os retratos de cidade de Walter Benjamin são um espólio valioso de detecção destes traços e processos, que partiram da epiderme de sua época.

Como vimos em 2.1., a fisionomia benjaminiana – como uma espécie de especulação imagética – através de imagens prenhes de história, permitiria que fossemos capazes de ler a mentalidade de uma época. Remeto à referência que Benjamin faz à Lavater – com os mesmos cuidados feitos oportunamente naquele capítulo – acerca do objetivo de uma abordagem

fisionômica: a partir dos traços exteriores do corpo e dos movimentos do ser humano, poderíamos conhecer algo sobre seu caráter.

Aplicando este raciocínio às cidades, temo-las como espaços dinâmicos, cujo rosto muda à medida em que o tempo transcorre e os habitantes a modificam. Há uma interpenetração temporal e material na conformação dos espaços, e a paisagem será um retrato dessas relações. Se em 2.2. trouxe *Nápoles*, foi para que nos atentássemos às possibilidades que a complexidade dessas interpenetrações pode trazer. Os poros permitem que diferentes matérias atravessem e se mesquem. Assim deveria ser a simbiose do espaço.

O problema é que, como coloca Santos, a complexificação de determinados processos levou à standardização de determinadas relações, levando-nos a um espaço cada vez mais distanciado de quem o habita. Pior, este que habita também é fetichizado. Quando todos esses rostos, como coloca Santos, resumem-se ao da mais completa fetichização, temos outra rítmica e impossibilidade de relações e isso afetará o espaço. Pouco a pouco vai morrendo o espaço do homem. O que o rosto daquela paisagem, daquela epiderme, dirá sobre o caráter das pessoas? Esta semantização universal estaria nos conduzindo a uma arquitetura desprovida de afetividade? Como vive a memória em um espaço tendente à standardização?

O passar do tempo foi trazendo outra feição àquela fisionomia por conta de mudanças nesse complexo de relações, ao ponto de todos os rostos poderem ser resumidos num só, “o da mais completa fetichização” (Santos, 2021, p. 38). O caso é que, como adiantamos, essas relações se entrecruzaram e se modificaram, inclusive afetando o “passar do tempo”:

Maravilha das técnicas do nosso tempo, todos os lugares se unem porque os momentos afinal convergiram. A história do homem é, durante milênios, a história dos momentos divergentes, a soma de acontecer e dispersos, disparatados, desconexos. Já a história do homem da nossa geração é aquela onde os momentos convergiram, o acontecer de qualquer lugar podendo ser imediatamente comunicado a qualquer outro. Essa unificação do espaço em escala global [...] tem como réplica a unificação do tempo. Mas o tempo é unificado também pela generalização de necessidades fundamentais da vida do homem, dos gostos e desejos tomados comuns em escala do mundo. (Santos, 2013, p. 40)

Talvez não devamos mais falar em tempo, mas *temporalidade* (Santos, 2013, p. 42), na medida em que percebemos a convivência de grupos, instituições e indivíduos que não praticam os mesmos tempos, de modo que o território é “[...] uma superposição de sistemas de engenharia diferentemente datados e, hoje, dados segundo tempos diversos” (Santos, 2013, p. 43). Isto é, os ritmos de empresas e pessoas, por exemplo, não são os mesmos, promovendo uma subdivisão entre hegemônicos e não hegemônicos hegemonzados:

Hoje os lugares se diferenciam e hierarquizam-se exatamente porque são todos mundiais. Os tempos também (as temporalidades hierárquicas e as temporalidades subalternas). O chamado espaço mundial é dado pelas possibilidades mundiais concretamente existentes e pelas possibilidades mundiais efetivamente utilizadas pelos atores hegemônicos. Os demais tempos são subalternos. Essa é a base empírica da construção teórica de um tempo e de um espaço mundializados, sem a qual cada porção do acontecer não é inteligível. (Santos, 2013, p. 43)

Milton Santos retratou o meio técnico-científico-informacional em que nos encontramos, contando a história do homem sobre a Terra como uma história de ruptura progressiva entre o homem e o seu entorno (Santos, 2013, p. 17). Tornamo-nos afastados da possibilidade de travar relações totalizantes com o nosso próprio território e de nos identificarmos com ele, restando-nos apenas fatias desconexas de um todo que não somos capazes de dar conta⁵³.

A natureza tecnicizada faz com que saibamos muito pouco sobre o que nos cerca, já que os objetos que a compõem são cada vez mais objetos técnicos criados para finalidades específicas que raramente nos dizem respeito:

Vivemos em um mundo exigente de um discurso, necessário a inteligência das coisas e das ações. É um discurso dos objetos, indispensável ao seu uso, e um discurso das ações, indispensável a sua legitimação. Mas ambos esses discursos são, frequentemente, tão artificiais como as coisas que explicam e tão enviesados como as ações que ensejam. Sem discurso, praticamente não entendemos nada. Como a inovação é permanente, todos os dias acordamos um pouco mais ignorantes e indefesos. (Santos, 2013, p. 19)

Vivemos descolados do meio pela técnica, esta como grande banalidade e repetição eterna de algo inovador que rege a vida, impõe relações, modela o entorno e administra as relações com ele (Santos, 2013, p. 20). Se ontem a técnica era submetida pelo homem, hoje ela é conduzida pelos grandes atores da economia e da política, sendo ela a que agora submete (Santos, 2013, p. 23).

A banalização da invenção, esta condenação à inovação e à novidade, é uma das causas da aceleração contemporânea, na medida em que assistimos ao perecimento destes “engenhos” e novidades em uma sucessão avassaladora. Santos coloca-as como acelerações superpostas e concomitantes às quais assistimos, fazendo com que tenhamos a sensação de que o presente

⁵³ “Ali mesmo onde moro, frequentemente não sei onde estou. Minha consciência depende de um fluxo multiforme de informações que me ultrapassam ou não me atingem, de modo que me escapam as possibilidades, hoje tão numerosas e concretas, de uso ou de ação. O que parece estar ao alcance de minhas mãos é concreto, mas não para mim. O que me cabe são apenas partes desconexas do todo, fatias opulentas ou migalhas. Como me identifico, assim, com o meu entorno? Sem dúvida pode-se imaginar o indivíduo como um ser no mundo, mas pode-se pensar que há um homem total em um mundo global?” (Santos, 2013, p. 19)

sempre nos escapa (Santos, 2013, p. 28). E, como vimos com Benjamin, o presente exige toda a nossa atenção, pois é nele que somos capazes de acionar os freios de emergência desse ritmo avassalador que se impôs sobre tempo, espaço e as pessoas.

Essas categorias foram achatadas, esticadas, invertidas e até mesmo relativizadas. Foram postas em rede e vêm-se cada vez mais submetidas a ela que, embora abstrata, é capaz de produzir efeitos de uma concretude incontornável. Milton Santos divide em três momentos, a nós a estas alturas já bastante conhecidos, de produção e vida das redes: um longo período *pré-mecânico*, um período *mecânico intermediário* e a *fase atual*:

No primeiro momento, as redes existentes serviam a uma pequena vida de relações. O espectro do consumo era limitado. Exceto para uns poucos indivíduos, as sociedades locais tinham suas necessidades localmente satisfeitas. Os itens trocados eram pouco numerosos e as trocas pouco frequentes. A competitividade entre grupos territoriais era praticamente inexistente, em períodos normais. O tempo era vivido como um tempo lento.

No segundo momento, o consumo se amplia, mas o faz moderadamente. As modernidades se localizam de modo discreto. O progresso técnico tem utilização limitada. O comércio é direta ou indiretamente controlado pelo Estado. Se a respectiva formação socioeconômica se estende além dos oceanos, essa expansão é limitada a alguns fins. O “mercado mundial” é a soma dos mercados coloniais. Graças à colonização, o comércio Internacional é “fechado”. As redes buscam mundializar-se, e fisicamente o fazem, mas seu funcionamento é limitado. As Fronteiras são um fato econômico, financeiro, fiscal, diplomático, militar, além de político. (Santos, 2020, p. 264-265)

A principal diferença que as redes do passado têm com as redes atuais seria a espontaneidade na sua elaboração, ou seja, o carácter deliberado de constituição dessas redes. Os progressos da ciência e tecnologia abrem novas possibilidades à informação, de modo que a montagem de redes supõe uma antevisão das funções que poderão exercer. Santos faz referência à criação de *espaços da transação*, conceito desenvolvido por H. Bakis. O espaço da transação seria esta “porção do espaço total cujo conteúdo técnico permite comunicações permanentes, precisas e rápidas entre os principais atores da cena mundial”(Santos, 2020, p. 265)⁵⁴.

Estas redes, espaços da transação, depositariam uma camada geológica suplementar à terra, como que acrescentando uma topologia à topografia. Assim nasce o espaço contemporâneo do tempo real em que preside uma sociabilidade à distância (Santos, 2020, p. 266) para além da escala humana que nos era natural. É também por conta das redes que nossa percepção temporal se modifica sobremaneira.

⁵⁴ Ver mais em: BAKIS, Henry. *Communications et territoires*. Paris, La Documentation Française, 1990, p. 18.

A “consciência nítida desta pluralidade do tempo social” faz com que Braudel proponha uma dialética da duração e a distinção entre tempo *de longa duração* e *de curta duração* (Braudel, 1990, p. 9), ou tempo longo e tempo curto. O tempo curto seria característico das situações conjunturais, ao passo que o tempo longo seria característico das situações estruturais, aqueles movimentos de fundo incapazes de serem compreendidos pelo tempo curto.

Milton Santos aponta para uma possível perda de eficácia desta divisão *braudeliana* em nossos dias se não superpusermos a ela a noção de *tempo rápido* a qual se antepõe um *tempo lento* (Santos, 2020, p. 267). A contabilidade do tempo vivido pelos homens, empresas, instituições será diferente de lugar para lugar. Como coloca Santos, não há tempos absolutos, mas tempos intermediários que temperam o rigor das expressões *rápido* e *lento*.

Como já vínhamos adiantando, o tempo a considerar não é o das máquinas ou instrumentos em si, mas o tempo das ações que animam os objetos técnicos – as relações entre matéria e matéria de pessoas –, muito embora sejam eles os que oferecem as possibilidades e dão os limites para as ações. Em cada área serão múltiplos os graus e modalidades de combinações; no entanto, por conta da globalização e dos efeitos que ela impõe ao local, “os tempos lentos são referidos ao tempo rápido, mesmo quando este não se exerce diretamente sobre os lugares ou grupos sociais” (Santos, 2020, p. 267). As redes são diferencialmente instaladas e heterogêneas, superpostas.

As redes são cada vez mais globais, graças aos progressos técnicos e às formas de realização da vida econômica. Vemos redes produtivas, redes de comércio, de transporte, de informação e, a sua forma mais acabada e eficaz: redes de atividade financeira. As redes de atividade financeira pressupõem a desmaterialização do dinheiro e seu uso instantâneo e generalizado (Santos, 2020, p. 269), colocando-nos diante de uma rede global.

A identificação de todas estas redes seria incompreensível se as víssemos apenas nas suas manifestações locais ou regionais. Em referência a Braudel, Santos destaca a possibilidade de percepção do movimento global através dos movimentos particulares, vez que esses ciclos são contemporâneos, sincronizados, misturados, superpostos e interpenetrados. Somando ou subtraindo seus movimentos diante das oscilações do conjunto, assim se perfazem o nível mundial, dos Estados e o nível local (Santos, 2020, p. 270).

O mundo, esta primeira totalidade, é empiricizado por intermédio das redes, de modo que verificamos a produção de uma totalidade não apenas concreta, mas empírica. Noutra nível, o do território dos Estados, temos uma totalidade resultante de um contrato e limitada por determinadas fronteiras que se submetem à mundialização das redes. Por fim, o lugar, esta terceira totalidade, na qual os fragmentos da rede ganham uma dimensão única e socialmente

concreta. As redes operam como um veículo de movimento dialético que opõe o território e o lugar, ao mesmo tempo que confronta o lugar e o território tomado como um todo (Santos, 2020, p. 270).

Ocorrem interpenetrações entre essas redes, tornando a configuração do espaço inseparável da questão do poder. Isto é, o global pesa diferencialmente sobre o local por conta de seu conteúdo material. É a sociedade nacional, por exemplo, que distribui os conteúdos técnicos e funcionais no país através dos mecanismos de poder, cabendo a ela decidir os lugares que envelhecem e os que se modernizam. Estas decisões nacionais interferem nos níveis inferiores da sociedade territorial:

O trabalho local depende das infraestruturas localmente existentes e do processo nacional de divisão do trabalho nacional. Os segmentos locais da configuração territorial do país condicionando o processo direto da produção, sua demanda de mão de obra, tempo, capital. O trabalho nacional, isto é, as grandes escolhas produtivas e socioculturais, implica uma repartição subordinada de recursos, oportunidades e competência e a submissão à norma geradoras de relações internas e externas [...]. A sociedade local comanda, sobretudo, os aspectos técnicos do trabalho local, enquanto é residual e incompleto seu comando sobre os aspectos políticos do trabalho local, cujo controle se dá em outras instâncias, superiores e distantes. Hoje, o centro de decisão pode encontrar-se no estrangeiro, no mesmo continente ou em outro. (Santos, 2020, p. 273)

As cidades locais, portanto, exercem esse comando técnico e as cidades distantes, colocadas em posições superiores no sistema urbano (sobretudo as cidades globais), detêm o comando político, afirmando-se ainda mais a dialética do território (Santos, 2020, p. 273). O resultado deste movimento dialético é a aceleração do processo de alienação dos espaços e dos homens pela fluidez. Cada vez mais são criados objetos e lugares destinados a favorecer esta fluidez:

O ritmo que se pede a cada objeto, para que participe eficazmente da aceleração desejada, suponho que se conheçam de antemão os tempos de seu uso, as velocidades que se podem alcançar, as frequências que permitem, os custos respectivos. Daí sua standardização, que tanto autoriza prever as performances, como as deixa medir. (Santos, 2020, p. 274)

A standardização dos objetos técnicos leva, por consequência, à standardização dos espaços, sujeita a esses movimentos de interpenetração de escalas e à fluidez: a escala global faz pequenas incursões à escala do homem, e a escala do homem, por sua materialidade, “limita” as incursões globais, a depender das suas especificidades. Estas limitações são efetuadas pelo que Milton Santos coloca como “normas de ação” (Santos, 2020, p. 275), aquelas

que suprimem todo o obstáculo que se oponha à fluidez, assegurando a primazia do mercado dito “global”.

Uma das manifestações das “normas de ação” seria a paradoxal desregulação. Paradoxal porque a desregulação pressupõe uma profusão de normas, já que a economia contemporânea não funciona sem um sistema de normas constituídas em vários subsistemas interdependentes e cuja eficácia exige uma vigilância contínua (Santos, 2020, p. 275). Desregular significa multiplicar o número de normas para que a fluidez seja possível como essa entidade sociotécnica – e não técnica, na medida em que depende das normas de ação para ocorrer.

Santos coloca essa fluidez como resultado da realização conjunta de (i) formas perfeitas universais; (ii) de normas universais e, ao mesmo tempo, de uma desregulação universal e (iii) de uma informação universal base de um discurso, também, universal (Santos, 2020, p. 276). A produção dessa fluidez acabou por tornar-se um empreendimento conjunto entre poder público e setor privado:

Cabe ao Estado, diretamente ou por concessões, e aos organismos supranacionais prover o território dos macrossistemas técnicos sem os quais as demais técnicas não se efetivam. Já as empresas, isoladamente ou associadas, estabelecem redes privadas, cuja Geografia e funcionalização correspondem ao seu próprio interesse mercantil. É por onde circulam – não raro de forma exclusiva – as informações, os dados especializados e as ordens que estruturam a produção. (Santos, 2020, p. 276)

Esta rítmica pautada em incursões do global no local, na medida em que a materialidade local permite, faz com que a virtualidade de cada localização mude constantemente e se instaure, como coloca Santos, uma “guerra dos lugares”:

Numa situação em que as virtualidades de cada localização estão sempre mudando, instala-se o que bem se pode denominar de guerra dos lugares. Estes não apenas devem utilizar suas presentes vantagens comparativas, como criar novas, para atrair atividades promissoras de emprego e de riqueza. Na batalha para permanecer atrativos, os lugares se utilizam de recursos materiais (como as estruturas e equipamentos) e materiais (como os serviços). E cada lugar busca realçar suas virtudes por meio dos seus símbolos herdados ou recentemente elaborados, de modo a utilizar a imagem do lugar como um imã. (Santos, 2020, p. 269)

De prognóstico em prognóstico, vemos as novas formas de fazer espaços e lugares submetidas a essa rítmica particular. Por consequência, instaura-se a forma de fazer as cidades que interferirá diretamente na forma que as pessoas fazem vida na cidade. A bem da verdade, parece haver-se instaurado uma corrida por adaptar a materialidade dos lugares tornando-a atrativa para incursões da escala global, uma corrida entre as cidades dos países – países que já disputavam um campeonato próprio. Como quem inaugura uma nova competição, um novo

circuito, por assim dizer, as cidades competem entre si, assomando-se a uma verdadeira guerra de lugares entre competidoras que querem se colocar nas primeiras posições da corrida, dentre as quais concorre a do Rio de Janeiro.

3.2 Planejamento Urbano e as Reformas Urbanas: uma forma de escrita da cidade

3.2.1. A forma “moderna” de fazer cidades “modernas” no além-mar e suas inflexões

“Viver numa casa de vidro é uma virtude revolucionária por excelência.”

Walter Benjamin

“Uma casa é uma máquina de morar.”

Le Corbusier

No capítulo 2 trouxemos os retratos de cidades de Walter Benjamin com o intuito de compreendermos os diferentes traços que compõem a Fisionomia da Metrópole Moderna e como ela alterou a percepção de tempo dos seus habitantes – aqueles que por hábito foram regidos pela rítmica da modernidade e condenados a ela com todas as consequências que ela impõe. Em ato seguido, em 3.1., tratamos de verificar esta percepção temporal no espaço, compreendendo como se articula o complexo de relações que Benjamin descreve no espaço através de Milton Santos. Ainda, como esse complexo de relações se modifica com a complexificação da sociedade e economia: em Benjamin vemos o homem ser transformado em um dentre dez mil passantes e, posteriormente, em Santos, passar, dentre dez mil iguais a ele, a estar inserido em rede, sujeito a dimensões que ele não pode dar conta, mas sabe que é um entre bilhões condenados, quiçá, à fluidez.

A Metrópole Moderna se impõe diante de nós habitantes, como esse emaranhado crescente e complexo cujas dimensões nos escapam. Abundam estudos urbanos que afirmam existirem muitas cidades dentro de uma cidade, e essa assertiva que caiu no senso comum parece verificar-se como outro prognóstico. Não à toa deparamo-nos com a necessidade de fragmentação do nosso olhar e dos estudos, na medida em que a própria realidade que temos de dar conta se nos apresenta como fragmentada. As grandes cidades são, decerto, o polo das possibilidades, na medida em que nelas há oportunidade, e é também por esse motivo que se multiplicam os problemas urbanos.

Hão de perdoar a repetição na frase, mas possibilidades infinitas não podem manter-se sempre infinitas quando se dão sobre uma base material finita. O crescimento vertiginoso das

metrópoles há muito é uma questão que preocupa aos que *fazem as cidades* e aos que *fazem vida nas cidades*. Organizar metrópoles, “uma dentre as dez mil” *pauliceias desvairadas* se recorremos à familiar poesia modernista, tornou-se uma preocupação constante dos que por conta da expertise foram chamados a pensar soluções e dos que não são capazes de fazer vida porque lhes são minadas as oportunidades para tanto.

Se trouxemos o diagnóstico e prognóstico sobre a metrópole Moderna em Benjamin, nada mais justo e coerente que comecemos esta etapa do trabalho com um contemporâneo seu, cujas ideias também representariam um marco em seu respectivo campo. Trago neste subcapítulo a tentativa de dar conta desses problemas que a Metrópole Moderna impôs ao que se conheceu como Movimento Moderno na Arquitetura e sua influência no urbano, para depois compreendermos o que Otília Arantes coloca como o naufrágio histórico desse movimento e que nos levará à cara que o planejamento urbano tem adotado hoje. Para tanto, opto por começar com Le Corbusier (1887-1965), consciente que este movimento não se esgota nele, mas pela autoimposição de uma coerência temporal que nos ajude a compreender o quadro que temos hoje.

Se adotamos a divisão de Bolle que coloca a *Rua de Mão Única* como marco inicial do Projeto de escrita da *Fisionomia da Metrópole Moderna*, como vimos, nele há um livro oficina que pensa formas de retratar a rítmica particular da modernidade. Benjamin pensa uma escrita fragmentária com o intuito de chocar e despertar essa sociedade distraída e perdida em devaneios oníricos com a sua linguagem de prontidão. O faz porque enxerga o anonimato e a solidão que se impõem sobre a experiência do habitante das grandes cidades. Ao mesmo tempo que o anonimato e a solidão provocam uma narrativa, também a impedem.

Um dentre os dez mil passantes, que cada vez menos conhece seus vizinhos e seu entorno, está condenado a passar sem deixar rastros senão no *intérieur* de sua própria casa. A vida comunitária que vimos em Nápoles está cada vez mais sufocada nas grandes cidades, pois a experiência compartilhada é apenas a da fluidez. O resto são pensamentos individuais tidos em unidades habitacionais individuais cercados de objetos pessoais individuais. Assim perde-se a experiência, aquele conhecimento que se adquire como um bom conselho de quem já viveu e, concomitantemente, perde-se a capacidade de dar bons conselhos. A tradição e o compartilhamento são impossibilitados, na medida em que sequer conhecemos quem se avizinha e nos perdemos no hábito.

Benjamin e Corbusier viveram a agitação da Paris dos anos 20 e ambos detectaram o decaimento da vida comunitária à sua maneira. Nunca é exagero recordar que Benjamin não viu o seu prognóstico catastrófico dado o fim de sua vida em 1940. Coincidentemente, apesar

de tê-lo superado em anos de vida, Le Corbusier também não veria a magnitude dos verdadeiros resultados que suas ideias trariam, tidos como questionáveis na melhor das hipóteses e catastróficos na pior delas, como veremos.

Como conta Peter Hall, há três fatos na vida de Le Corbusier que são fundamentais para que compreendamos sua importância para a história intelectual do urbanismo moderno. O primeiro deles deve-se ao fato de sua nacionalidade suíça e não francesa. O segundo, pelo fato de que Le Corbusier não é seu verdadeiro nome, mas um pseudônimo que adotara de um avô materno. Corbusier vinha de uma família de relojoeiros (Hall, 2016, p. 289-290). Teria alcançado enorme fama pela declaração de que a casa era uma máquina de morar e que a arquitetura deveria ser totalmente automatizada e funcional e, ainda, que sua execução se desse por meios industriais de produção em massa (Hall, 2016, p. 290).

Estes três fatos aparentemente desconexos poderiam auxiliar na compreensão das soluções que o arquiteto suíço proporia para o problema que enfrentavam as cidades. Como vimos em 2.2., o olhar estrangeiro se demorará mais sobre os aspectos que ele não possui onde vive, assim compreendemos bem o fascínio de Benjamin e Lacis frente à organicidade e à teatralidade de Nápoles. Hall conta que: Corbusier só passa a viver regularmente em Paris a partir dos seus 31 anos. Até o menos sagaz dos visitantes consegue perceber que os suíços são um povo obcecadamente ordeiro, as cidades seriam modelos de puro autocontrole, onde nada estaria fora do lugar.

Assim também seriam as cidades ideais de Corbusier, que chega no caos da velha Paris que a reconstrução de Haussmann deixara intacto por trás das novas fachadas, fazendo com que sua vida profissional fosse devotada a *genebrizar* Paris “bem como toda e qualquer cidade que tivesse o desplante de mostrar se indisciplinável” (Hall, 2016, p. 290). Se a Suíça deu sua concepção de mundo a Corbusier, foi Paris que forneceu a matéria-prima e a visão de uma ordem ideal:

[...] a história de Paris tem sido a de uma luta constante entre as forças da vida cotidiana, exuberante, caótica, amiúde sórdida, e as forças da ordem, centralizada e despótica. Nas décadas de 1920 e 1930, ficou claro que a primeira estava ganhando e a ordem estava em uma longa retirada. Por trás das fachadas, a cidade era presa dos cortiços e endemias. As autoridades municipais da terceira República estavam a ponto de desistir de tudo, até mesmo do intento de completarem o último dos melhoramentos de Haussmann, e já nem pensavam em tomar novas iniciativas como, por exemplo, a demolir os cortiços piores. Paris, conclui o jovem Le Corbusier, só poderia ser salva pela intervenção de *grands seigneurs*, homens “sem remorsos”: Luís XIV, Napoleão, Haussmann. Suas inaugurações grandiosas eram para ele um exemplo marcante de *creation*, daquele espírito que é apto a dominar e compelir a plebe. (Hall, 2016, p. 292)

A cidade ideal corbusiana pode ser compreendida decerto pelo *Plan Voisin*, 18 edifícios iguais de 213 m de altura construídos sobre a maior parte da Paris histórica ao norte do Sena demolida. Alguns monumentos seriam removidos, replantados, e seria mantida a *Place Vendôme*, que ele via como um símbolo de ordem. Naturalmente, a desfaçatez do projeto fora rejeitada aos gritos no conselho municipal, fato aparentemente incompreensível para o arquiteto suíço, que considerava o ato de projetar cidades como uma tarefa por demais importante para ser entregue aos cidadãos (Hall, 2016, p. 292).

A solução paradoxal que Le Corbusier tinha em mente era o da eliminação do excesso populacional dos centros das cidades aumentando-lhes a sua densidade. Isto é, a construção de edifícios altos capazes de comportar muitas unidades habitacionais por ocuparem uma pequena parte da área total do terreno. O objetivo era melhorar a circulação e aumentar a quantidade de espaço livre, coisas que estavam atrofiadas e impossibilitadas e motivos pelos quais acreditava morrerem as cidades do seu tempo⁵⁵. É assim que propõe que toda grande cidade para se salvar deveria reconstruir o seu centro, ideia que trinta anos mais tarde seria adotada com força total (Hall, 2016, p. 293). A ideia era de apartamentos produzidos em massa para habitação em massa, construções que verificamos e ainda se utilizam nos famosos projetos que implementam a construção de habitação social adotados mundo afora.

Hall aponta para uma mudança no pensamento de Corbusier na época da Cidade Radiosa, muito por conta da Crise de 29; “perdera a fé nos capitalistas”, coloca ele, “talvez porque em meio à Grande Depressão tivessem eles perdido a capacidade de financiá-lo” (Hall, 2016, p. 294). Hall também aponta para visitas que o arquiteto suíço fizera à União Soviética, influenciando muito suas propostas subsequentes que as aproximariam de uma cidade mais “sindicalista”. Na década de 1920, um grupo importante de arquitetos soviéticos desenvolveram ideias muito próximas às de Corbusier, quase idênticas as da cidade radiosa (Hall, 2016, p. 296).

Em todo o caso, volta-se completamente para as virtudes do planejamento centralizado produzido por peritos, ao povo cabia apenas dizer quem seria o administrador desse plano:

⁵⁵ Em Hall vemos a descrição do que Corbusier acreditava ser a cidade contemporânea ideal: “A cidade contemporânea deveria ter uma estrutura espacial claramente diferenciada. E isso para corresponder a uma estrutura social específica, segregada; a moradia de uma pessoa dependia da atividade por ela exercida. No centro ficavam os arranha-céus do Plan Voisin, que, Le Corbusier enfatizou, destinavam-se aos escritórios dos quadris de elite: industriais, cientistas e artistas (incluindo, presumivelmente, arquitetos e planejadores urbanos); 24 dessas Torres forneceriam entre 400 1600-1000 empregos do mais alto nível, à razão de 3.000 por hectare, com 95% do terreno reservado como área livre. Fora dessa zona, as áreas residenciais seriam de 2 tipos: prédios de 6 andares com apartamentos luxuosos para esses mesmos cadres, projetados segundo o princípio chamado de recuo (em filas), com 85% do terreno como espaço livre, e uma acomodação mais modesta para os trabalhadores, construída em volta de pátios, sobre um quadriculado uniforme de ruas, com 48% do espaço livre.” (Hall, 2016, p. 293)

Agora todos estarão igualmente coletivizados. Agora todos irão morar em gigantescos prédios coletivos, denominados Unités; cada família receberá um apartamento não de acordo com o emprego do arrimo de família, mas com rígidas normas de espaço; ninguém receberá nem mais nem menos do que o mínimo necessário para uma existência eficiente. E agora todos - não apenas a elite afortunada - terão acesso aos serviços coletivos. Cozinhar, limpar e cuidar das crianças deixam de ser atribuição da família. (Hall, 2016, p. 296)

Talvez tenham chegado até Benjamin algumas das ideias de Corbusier, antes dessa virada da Crise de 29. Isso porque o contato de Benjamin com as ideias do arquiteto suíço deu-se através da leitura de um livro de Siegfried Giedion de 1928, do qual ele retira algumas citações. Digo isso porque o pensamento de Corbusier tomaria outra inflexão em 1940 que, como vimos, nunca poderia chegar a Benjamin. O que Benjamin efetivamente explorou de Corbusier exigiria uma interessantíssima pesquisa à parte, porque, como coloquei desde o início deste subcapítulo, a afinidade entre ambos se dá apenas, aparentemente, pela percepção do caos nas grandes cidades e da perda da experiência coletiva. A bem da verdade, acredito que seja esta uma das pouquíssimas concordâncias – senão única – entre os dois, como se vê claramente, uma vez que muitas das ideias do arquiteto chocam de frente com as de Benjamin.

No entanto, no contexto do Projeto das Passagens, no *exposé de 1935* ele destaca os aspectos econômicos e técnicos que possibilitaram o nascimento das passagens comerciais: “A segunda condição para o surgimento das passagens advém dos primórdios das construções em ferro”. Como coloca Selligmann-Silva,

[n]esse ponto, ele introduz uma linha de raciocínio que deve muito a sua leitura do precioso livro do historiador da arquitetura Siegfried Giedion, *Bauen in Frankreich* (Construção na França), de 1928. Giedion, nesse belíssimo livro, marcadamente vanguardista e com desenho de autoria do grande László Moholy-Nagy, professor da Bauhaus, faz uma espécie de trabalho de arqueólogo da arquitetura modernista (o seu ícone era Le Corbusier) a partir das construções em ferro e em concreto armado do século XIX. Ele faz uma crítica da produção arquitetônica daquele período, mas nota que ela gestou, de modo subconsciente, as bases da moderna arquitetura. (Selligmann-Silva, 2020, p. 32)

No volume *F – Construção em Ferro* do Projeto das Passagens, Benjamin dedica algumas boas páginas para isso que ele colocará como a “nova arquitetura” que surge com a constituição da indústria “por volta de 1830, no momento da transformação do processo artesanal em processo industrial” e que a construção desempenharia “o papel do inconsciente”, citações que ele extrai de mencionado livro de Giedion. Para além do ferro, Benjamin extraía de Giedion um fascínio pelo vidro.

Se outrora se interessara pela interpenetração que a porosidade podia proporcionar, a transparência do vidro não passaria irrefletida. Giedion e Benjamin compartilhavam do mesmo interesse pelo vidro, que, no século XX, ainda estaria enredado em sonho e na utopia. A sua concretização na arquitetura viria apenas com a arquitetura moderna, acreditando em um novo mundo que deveria ser transparente. Para Benjamin, o interesse no vidro tinha muito que ver como uma oposição àquele interior burguês ambíguo que serve de refúgio, mas que aprisiona os homens em si mesmo e nas coisas. Por isso, é compreensível e coerente que a ideia de uma casa transparente lhe parecera atraente para uma era pós-tradição e livre de monumentalidade (Selligmann-Silva, 2020, p. 33). Giedion partilha do mesmo otimismo:

Graças à possibilidade de apoiar todo o peso do prédio em poucos pilares de concreto, de omitir as paredes conforme o desejo, Corbusier criou a casa eternamente aberta. [...] Por que a casa deve ser suspensa e feita do modo mais leve possível? Só assim podemos pôr um Ponto Final ao legado fatídico da monumentalidade. (Giedion, *apud* Selligmann-Silva, 2020, p. 33)

A transparência do vidro possibilitaria um embaçamento das fronteiras da arquitetura e interpenetração, em retomada à ideia de recuperação da comunitariedade. Assim parece entender Benjamin ao identificarmos citação que faz de Giedion:

As casas de Corbusier não são espaciais nem plásticas: o ar sopra através delas! O ar se torna fator constituinte! Nesse sentido, não valem forma espacial ou plástica, apenas relação e entrecruzamento! Há apenas um espaço indivisível. Entre o dentro e o fora não há cascas. (Giedion, *apud* Selligmann-Silva, 2020, p. 33)

Esta transparência é encarada, àquela época, como o fim e superação da interioridade burguesa, que exorcizaria as fantasmagorias do *intérieur*. Ocorre que não há como fazer uma leitura anacrônica desse otimismo, não haveria como prever o que essa implementação do vidro tomaria na arquitetura e a transparência na sociedade do “futuro” – como poderiam prever que a transparência se tornaria, de certa maneira, o símbolo do triunfo da sociedade de vigilância? (Selligmann-Silva, 2020, p. 33).

De todo modo, alguma influência dos projetos de Corbusier chegaria até Benjamin, ao que se sabe até então, indiretamente, e não teriam muito protagonismo para além do que aquele que o próprio Giedion lhe dera. Em termos de Arquitetura e Urbanismo para a história das cidades, a influência de Corbusier seria monumental e sentimos as consequências dela até os dias de hoje. Como adiante, por volta dos anos 1940, como aponta Hall, as ideias de Corbusier se modificariam novamente, mas “apenas nos pormenores” (Hall, 2016, p. 297), não saindo do papel.

Hall aponta para apenas duas realizações urbanísticas de Le Corbusier que foram concretizadas no solo: a *Unité* de Marselha e o Planejamento de Chandigarh, a segunda gerando efeitos completamente adversos ao remédio que Corbusier receitara, ainda que a população tenha experimentado uma infraestrutura que nunca teria conseguido experimentar de uma outra forma⁵⁶. Como bem coloca Hall, “quando os discípulos de Corbusier se puseram a aplicar os ensinamentos de seu mestre nas cidades do Ocidente, os efeitos adversos se mostraram ainda piores” (Hall, 2016, p. 297). Um dos exemplos mais conhecidos que Hall coloca é nossa tão familiar Brasília.

Embora o projeto não fosse de Corbusier, como bem sabemos, ali construiu-se uma cidade “quase corbusiana” de arquitetura e planejamento modernistas com o intuito de “transformação da sociedade brasileira”. O projeto de construir uma nova capital federal no interior não era uma ideia nova; por exemplo, já em 1823 José Bonifácio sugerira a mudança e o nome do novo local. No entanto, como sabe a História, é apenas em 1955 com Juscelino Kubitschek que o projeto vira promessa política e sai do papel rumo ao Centro-Oeste Brasileiro.

O Rio de Janeiro crescera ao redor de sua cidade-porto e a despeito de inúmeras tentativas de reorganização através de reformas urbanas. Por volta dos anos 1940, como coloca Hall, a capital estava “estourando pelas costuras” (Hall, 2016, p. 297). Por esse motivo, àquela época a grandiosidade do Plano de Brasília de Lúcio Costa, um dos maiores exercícios urbanísticos vistos no século XX, tornara-se tão atrativa. Hall aponta as similitudes com o projeto corbusiano da *Ville Radieuse*⁵⁷.

Brasília demonstra que o modernismo possuía um objetivo social e político bastante radical, que era o da substituição do capitalismo por uma nova ordem social coletivista. Uma verdadeira cidade CIAM, filha das ideias promovidas nos Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna realizados em 1928, e cujo produto mais conhecido foi a Carta de Atenas, redigida pelo próprio Corbusier após alguns dos encontros. Uma cidade organismo planejada centralmente de modo funcional, em que as necessidades dos que iriam habitá-la já estavam

⁵⁶ Para mais aprofundamento, HALL, Peter. 2016, p. 297.

⁵⁷ “Desde o início ficou patente que Brasília estava fadada a ser uma cidade do arquiteto antes que de planejador urbano. A planta foi descrita de forma variada como avião, ou pássaro, ou libélula: o corpo, o fuselagem, era um eixo monumental destinado aos principais edifícios públicos e repartições administrativas; nas asas, ficavam as áreas residenciais e outras. No primeiro setor, blocos uniformes de escritório deviam ladear um amplo Passeio Público que desembocava no complexo de edifícios governamentais. No segundo, prédios de apartamentos uniformes deviam ser construídos em superquadras corbusiana de frente para uma imensa espinha de tráfego; obedecendo a risca a prescrição de *La Ville Radieuse*, todos, do secretário permanente ao zelador, deveriam morar nas mesmas quadras, ocupando o mesmo tipo de apartamento.” (Hall, 2016, p. 302)

colocadas e resolvidas; era basicamente o que se tinha com Brasília. Em referência que Hall faz a James Holston vemos:

Brasília demonstra que o modernismo possuía um objetivo social e político muito radical: substituir o capitalismo por uma nova ordem social coletivista. Embora Kubitschek fosse um populista latino-americano, Niemeyer era um assumido comunista. O plano, de acordo com Holston, era aquisição política Suprema no movimento moderno, “uma cidade CIAM [...] O mais acabado exemplo jamais construído dos princípios de arquitetura e planejamento apresentados nos manifestos do CIAM”; ela atingiram o objetivo pelo qual os pioneiros haviam batalhado em vão. Sua agenda oculta era criar uma forma construída totalmente nova, como uma casca para uma nova sociedade, sem referências históricas: o passado devia ser simplesmente abolido. Brasília, ele escreve, foi erigida para ser mais do que um símbolo dessa Nova Era. E mais, seu projeto e construção almejavam criá-la pela transformação da sociedade brasileira. Ela incorporou perfeitamente uma premissa chave do movimento moderno, a total “descontextualização”, em que um futuro utópico torna-se o meio de mesurar o presente, sem qualquer senso de contexto histórico: uma cidade criada numa tabula rasa, sem referência ao passado. Nessa nova cidade, a sociedade brasileira tradicional, pesadamente estratificada, seria substituída por uma outra sociedade totalmente igualitária: nos blocos de apartamentos uniformes, governadores e embaixadores seriam vizinhos de zeladores e de trabalhadores. As divisões tradicionais entre o espaço público e o privado seriam abolidas; esses blocos seriam máquinas de vida pública coletiva. (Hall, 2016, p. 303)

A construção da cidade de Brasília já é tópico conhecido nacionalmente, no entanto acredito ser importante destacar essas características particulares que definiam a atmosfera da época. Como vimos, a própria ideia de rua tradicional, mais célebre divisão entre vida privada e vida pública, teria sido abolida idealmente em Brasília, mas não é nenhuma surpresa, olhando para a atualidade da cidade, que essas ideias não tenham tido os resultados esperados de transformação da sociedade brasileira. Hall, com olhos de estrangeiro, coloca: “a construção de Brasília virou lenda até mesmo no Brasil, esse país que parece saído de uma fábula bizarra” (Hall, 2016, p. 303). Em ato seguido, cita a impressão de outro estrangeiro, um norte americano: “era como se o desbravamento do Oeste estivesse atrasado cem anos e agora o fizessem com escavadeiras” (Hall, 2016, p. 303).

Além de todas as polêmicas acerca da construção aceleradíssima e custosa – em dinheiro e vidas⁵⁸ – de Brasília, Hall aponta a verdadeira falha de toda a empreitada: o crescimento de uma cidade não planejada ao lado da cidade completamente planejada, assim como dera errado na experiência corbusiana de Chandigarh (Hall, 2016, p. 304), acabando com o sonho modernista de uma sociedade sem classes, disciplinada por máquinas de morar e trabalhar, com algumas praças e árvores ao redor.

⁵⁸ “Aos trabalhadores de Brasília, que construíram a nova capital; aos trabalhadores do Brasil, que pagaram” – Epstein em dedicatória de seu livro sobre a cidade (Epstein *apud* Hall, 2016, p. 303).

Brasília é mais um caso de aplicação dessa forma de produzir cidades, através de um planejamento centralizado e “arrasa quarteirão”, se assim podemos colocar, copiado de seu correspondente europeu que não deu certo. Não deu certo, no sentido de que não foi capaz de cumprir os ideais de transformação social propostos, ainda que tenha prosperado como modelo que saiu do papel e se tornou matéria construída.

O resultado social fora muito diferente do ideal pensado por Lúcio Costa ou Oscar Niemeyer, este segundo acusando a desvirtuação do plano – em seguida compreenderemos o porquê deste inconformismo. Assim como Brasília, outras tentativas de aplicação desta forma de fazer cidades, como foi a inspiração para os *housing projects* e moradias sociais, tais como os conhecemos, ensejaram mais efeitos adversos que “disciplinares”, na medida em que esse modelo “arrasa quarteirões” logo deu lugar ao que se chamou de Planejamento Regional.

Se antes com Corbusier o planejamento era por demais importante para ser deixado na mão dos habitantes, o *planejamento regional* ou regionalismo crítico traria à teoria do planejamento urbano “a ideia de que homens e mulheres poderiam construir suas próprias cidades, escapando, assim, da massificação industrial para o mundo de atividade artesanal, onde as coisas novamente ficariam bonitas por serem feitas corretamente” (Hall, 2016, p. 353). Como que em um “esforço paradoxal de retorno às fontes sem deixar de ser moderno”, produzindo uma iconografia consumista disfarçada de cultura na forma de *formas-lugar* (Arantes, 2014, p. 114-115), uma arquitetura do lugar que tentaria, malgradadamente, redescobrir e potencializar os valores culturais locais, respeitar, por assim dizer, o contexto local.

Esta foi uma atmosfera muito particular de oposição ao planejamento pela *expertise* e que pareceu promissora no sentido de recuperar a produção do ato de *fazer cidades* para as mãos dos habitantes que *fazem vida nas cidades*. No entanto, como coloca Otília Arantes, onde se esperava reviravolta, ocorreu continuidade em um rompimento que nunca chegou verdadeiramente a acontecer, por isso voltamos alguns passos. Otília coloca a Arquitetura Moderna como um caso exemplar para que compreendamos essa afirmação. Desde o início, a arquitetura moderna fora pensada como uma aliada, senão a principal, para a solução dos grandes antagonismos impostos pela sociedade capitalista:

[...] aqui seria capaz de reorganizar por uma reordenação do espaço - o que, segundo Le Corbusier, haveria de prevenir contra a revolução. Mas a racionalização de um tal espaço (abstrato) estava diretamente vinculada à racionalização capitalista da produção, a serialização, a moradia mínima, ao zoneamento urbano etc. Como se pode ver, a aposta no poder emancipatório da modernização capitalista, quer dizer, no caráter liberador inerente a evolução das forças produtivas, é marca congênita da cultura modernista e seus desdobramentos iluministas e utópicos que, na busca do sempre novo, fazia tabula rasa do passado. E todavia, como sabido, deu no que deu.

Levando ao limite a consagração do novo, uma tal arquitetura acabava por dissolver as ambiguidades que preservavam, apesar de tudo, a força antagônica da arte Moderna - por isto já foi chamada de câmara de decantação das vanguardas (Tafuri), ou seja, de liquidação de suas contradições produtivas. (Arantes, 2014, p. 25-27)

A liquidação das contradições produtivas da Arquitetura Moderna pela dissolução da sua ambiguidade deu-se não por desvio, mas pelo que Arantes coloca como sua finalidade interna. Isto é, ainda que munidos das melhores intenções de solucionar problemas urbanos e sociais, estas intenções são viradas do avesso e realizam por finalidade interna o exato contrário do que prometiam. Este Movimento Moderno fora construído nas bases de um padrão produtivista em série, lastreado em uma utopia do trabalho de uma civilização enredada nas aporias do progresso técnico por meio da ideologia do plano, produzido ideal e abstratamente e reprodutor do mesmo processo de abstração comum às relações sociais de produção no sistema capitalista (Arantes, 2014, p. 27).

Houve, em verdade, um movimento de *inflexão* causado pela passagem para uma outra fase da cultura do capital, que se costuma chamar vulgarmente de “pós-moderna”:

Foi-se então o tempo - o da “utopia técnica do trabalho” - em que, sobre um presente técnico ainda indeterminado, pairavam as nuvens carregadas da revolução social, fazendo com que insurreição estética e tomada do poder parecessem ter encontro marcado na crise da sociedade burguesa que se aproximava [...]. A palavra de ordem de Rimbaud: “é preciso ser absolutamente moderno” foi substituída por um sucedâneo narcisista, espécie de conformismo minimalista: “é preciso ser si mesmo”. E isto numa era de debilitação radical do sujeito outrora consistente dos tempos do capitalismo liberal e do romance realista. Deu-se então a conexão inesperada: a desestetização da arte, projetada pelas vanguardas, na esteira da qual dar-se e a reapropriação da existência alienada, culminou numa estetização da vida. (Arantes, 2014, p. 27)

Esta inflexão, por conta de sua finalidade interna, como que um fim de ciclo, levou à desestatização da arte, e as boas intenções são viradas do avesso, na medida mesma em que a vida é estetizada. Este movimento de desestetização exige melhores explicações, já que é ele a força motriz que dá lugar ao seu inverso, ponto de inflexão que desejamos atingir para compreendermos o que resta à arquitetura e ao urbano hoje.

A Arquitetura Moderna, embora esteja em linha de continuidade com o modernismo e até mesmo com as vanguardas artísticas, funcionou, como coloca Otilia Arantes em referência ao arquiteto e crítico italiano Manfredo Tafuri, como uma “câmara de decantação” das contradições produtivas da vanguarda. Esta decantação ocorreu por conta da dissolução das ambiguidades que outrora lhe permitiram preservar uma certa distância crítica da realidade, a partir da descompartimentação da experiência estética que as vanguardas ao mesmo tempo propunham.

Como acertadamente aponta Otilia Arantes seguindo a linha de raciocínio dos frankfurtianos, ao descolar-se do papel e colar-se ao real material, a arquitetura não faria mais do que cumprir a sua finalidade interna, seu destino, realizando seu papel como “arte de massa” destinada ao consumo coletivo e, como coloca Walter Benjamin em *A Obra de Arte na Era da Reprodutibilidade Técnica* (1936), eminentemente tátil:

Arquitetura ofereceu desde sempre o protótipo de uma obra de arte cuja recepção ocorre na dispersão e por meio do coletivo. As leis de sua recepção são as mais instrutivas. Construções vem acompanhando a humanidade desde sua pré-história. Muitas formas de arte surgiram e desapareceram. A tragédia surge entre os gregos para pagar se com eles e Renascer depois de séculos. A epopeia, cuja origem está na Juventude dos povos, apaga se na Europa com o fim da Renascença. A pintura sobre madeira é uma criação da idade média, e nada lhe garante uma duração ininterrupta. A necessidade humana de moradia, porém, é constante. [...] Construções são recebidas duplamente: pelo uso e pela percepção. Ou melhor: tátil e oticamente. (Benjamin, 2021, p. 95)

Esta recepção tátil de que fala Benjamin em muito tem a ver com a figura do hábito, que abordamos no capítulo 2. Embora a arquitetura seja percebida por meio dessas duas formas, o hábito tem um papel importante e influencia diretamente na recepção ótica. Isto é, aquela materialidade contemplada pelo turista diante de uma construção famosa será diferente daquele que por hábito a experimenta doutra forma. E, por consequência, a depender do hábito que adquira, ele a enxerga de outra maneira e, como vimos em *Rua de Mão Única*, por exemplo, poderá até mesmo vir a tornar-se como um objeto perdido.

No Projeto das Passagens, as próprias passagens, a moda e construção como matéria da arquitetura, são postas como formas de expressão de fatos econômicos e não como causa destes. Se há que se falar em uma história cultural, ela parece-se mais com a sucessão homogênea e vazia de novidades que se manifestam através destes fatos econômicos com prazo de validade. Ainda que Benjamin fizesse uma aposta bastante otimista naquilo que se tornara a recepção coletiva da arte pós-aurática na década de 1930, o que assistimos foi a caducidade das vanguardas, incapazes de sobreviver às condições históricas mesmas que as tornaram possíveis (Arantes, 2014, p. 21).

Otilia parte da premissa de que a principal característica da arte na idade moderna seria a de sua autonomia. Autonomia, esta, dada pela burguesia, que a liberou das suas tutelas tradicionais (como eram a Igreja e a Corte), e pela instalação de um mundo à parte que estaria para além do domínio material da reprodução da vida. Houve, decerto, um movimento de “racionalização” e transcendência da dimensão estética promovido por essa sociedade pré-

capitalista que coloca o livre desenvolvimento da obra segundo sua legalidade interna: “ciência, moral e arte”, em que cada uma responde a uma lógica específica de validação.

Esta autonomia seria a garantia de progresso da modernidade em marcha e devida a uma racionalização capitalista da dimensão cultural, mas que, no entanto, este mesmo processo que tratou de lhe dar autonomia, tratou de reduzi-la e convertê-la no seu princípio de dissolução (Arantes, 2014, p. 20). Esta é a “história cultural”: a busca pelo novo na modernidade como lugar dessas ambivalências, que era garantia mesma de sua autenticidade; esse novo, no entanto, é dissolvido e relegado à sucessão de novidades deste período “pós-moderno”, condenado às inovações da produção material e anulado pela sua institucionalização.

Assim pensam Adorno e Horkheimer no capítulo sobre a Indústria Cultural em *Dialética do Esclarecimento* (1944), ao utilizarem o exemplo da arquitetura (*in casu*, a própria Arquitetura Moderna) em meio a esse processo de descompartimentação da experiência estética que as vanguardas ao mesmo tempo propunham:

Os decorativos prédios administrativos e os centros de exposição industriais mal se distinguem nos países autoritários e nos demais países. Os edifícios monumentais e luminosos que se elevam por toda parte são os sinais Exteriores do engenhoso planejamento das corporações internacionais, para o qual já se precipitava a livre iniciativa dos empresários, cujos monumentos são os sombrios prédios residenciais e comerciais de nossas desoladoras cidades. Os prédios mais antigos em torno dos centros urbanos feitos de concreto já parecem *slums* e os novos *bungalows* na periferia da cidade já proclamam, como as frágeis construções das feiras internacionais, o louvor do progresso técnico e convidam a descartá-los como latas de conserva após um breve período de uso. Mas os projetos de urbanização que, em pequenos apartamentos higiênicos destinam-se a perpetuar o indivíduo como se ele fosse independente, submetem no ainda mais profundamente a seu adversário, o poder absoluto do capital. Do mesmo modo que os moradores são enviados para os centros, como produtores e consumidores, em busca de trabalho e diversão, assim também as células habitacionais cristalizam se em complexos densos e bem organizados. A unidade evidente do macrocosmo e do microcosmo demonstra para os homens o modelo de sua cultura: a falsa identidade do universal e do particular. (Adorno, 1985, p. 99-100)

Como coloca Otília Arantes, se estes frankfurtianos têm razão, a arquitetura especialmente identificada com o Movimento Moderno foi uma causa vitoriosa na realização de sua própria essência, sua finalidade interna. Isso porque a arquitetura não escapa à sua faceta utilitária – já que não é artística *stricto sensu* –, o que a fez ceder às necessidades materiais e às imposições da sociedade de consumo de massa.

Se, de início, a técnica avançada e o progresso técnico na arte poderiam ter como função o aumento da tensão entre a obra e a vida quotidiana, ao menos até as vanguardas, esse processo tomou uma invertida: o progresso técnico passou a reduzir a tensão. E, no caso da arquitetura, este progresso técnico revelaria a sua face verdadeira de objeto de uso, inserido em e regido por

leis de mercado, e também por esta mesma inserção e regência, transformado em objeto de troca.

Em constante *pari passu*, a arquitetura moderna e o processo de desestetização da arte promovido pelas vanguardas, na melhor das intenções, buscando uma reapropriação da existência alienada, resultaram em efeitos adversos do remédio que procurava ser. Culminaram no seu contrário: uma estetização da vida (Arantes, 2014, p. 28). Este processo seria um derivativo do novo padrão flexível de acumulação, como veremos no capítulo seguinte. O caso é que recrudescer o fetichismo, mas sob uma forma *soft*, como coloca Otilia Arantes:

A reificação das relações sociais toma agora a forma de uma realização do mundo convertido em imagens, da publicidade às artes eletrônicas, passando pela arquitetura simulada, cenarística etc. Onde havia dissonância e subversão provocada pelo novo, há agora “a inconstância dos vaivéns, o objetivo ostentatório do nunca visto. O desenvolvimento das vanguardas coincidiu cada vez mais com a preponderância da forma moda” (Lipovetsky). Em suma, uma era de obsolescência programada e acelerada, “a esfera artística tornou-se o teatro de uma revolução frívola que já não incomoda a ninguém: muita ênfase teórica, poucas rupturas efetivas” (Lipovetsky). A nova reificação portanto (que deixou as vanguardas históricas fora de combate) é responsável por um enfraquecimento da realidade, substituída pelo pluralismo das interpretações e a consequente multiplicação dos estilos, substituída, enfim, pela imaginação estética. (Arantes, 2014, p. 28)

Resta uma sociedade polimorfa, cujo “hedonismo *cool* e programado”, aparentemente “não carece mais de romper com nada” (Arantes, 2014, p. 29) vive uma estética da existência, que passa a ser vista como fonte de novas formas de organização social. Há uma inflexão e não uma virada, uma novidade, que promove um retorno do simbólico, mas que agora está ordenado a uma espécie de teatralização da vida social.

Logo, aquele esforço contextualista que buscava uma requalificação que respeitasse o contexto do lugar em substituição à ideologia do plano também sofre uma inflexão e inversão. Aquele esforço de salvação das cidades através da urbanidade e recuperação de uma vida pública perdida se concentrou em requalificações de lugares – seja pela sua deterioração ou pelo significado que poderia se revestir para a população local – por meio de uma “metástase benigna” (Arantes, 2014, p. 124) capaz de requalificar o entorno através da recuperação da relação matéria com matéria de pessoas – aquela mesma que trouxemos com *Nápoles*.

Esse esforço foi se transformando no seu contrário, ou revelando sua face oculta (Arantes, 2014, p. 125)⁵⁹, como coloca Arantes. A face oculta de que se fala, como sempre a

⁵⁹ “Decerto, esta face oculta não apresenta nenhuma novidade em termos de como sempre se fez a História, mas esta “requalificação” de espaços apoia-se fortemente em discurso que reconhece e “valoriza” a diversidade e pluralidade. Nesse sentido é que a face oculta das medidas se revela.” (Arantes, 2014, p. 125)

despeito das melhores intenções, é a da mal disfarçada manutenção do *status quo* com efeitos adversos por conta da implicação incontornável de realocação forçada da população. Isso porque o acesso aos “lugares requalificados” acabava por se tornar uma impossibilidade de fato para os habitantes expulsos das regiões em que se concentravam os antigos centros deteriorados. Uma requalificação de matéria que impediu que as pessoas, ainda que não idealmente fizessem vida lá, pudessem fazer vida nesses novos espaços:

Numa palavra, os centros restaurados acabaram se convertendo em cenários para a vida urbana impossível de ressuscitar. Para os novos excluídos, no máximo um lugar de lazer, em geral muito pouco e de natureza duvidosa; como disse, por encenação. Imagens de uma cidade dita “comunicante” (afinal é um novo “paradigma”), onde a pluralidade não passa de décor natural. (Arantes, 2014, p. 125)

O avesso das melhores intenções contextualistas, de criar espaços condizentes com a cultura daqueles que *fazem vida* na cidade e com a própria história da cidade e daqueles habitantes, mostrou-se mais como uma cenografia gestinária das cidades incapaz de articular memória na medida em que esta memória é estetizada. A reabilitação de bairros, como vimos ocorrer mundialmente com os centros urbanos, não passou de uma novidade trazida por outra inflexão e absorção por um estágio mais avançado da acumulação capitalista, uma fachada mais visível de sua mundialização “integradora”. Otilia Arantes parece-me muito bem colocar o *urbanismo em fim de linha* no mundo, a despeito de nossos melhores esforços:

Em suma, nem cidade inteiramente planejada, nem espontânea. Por exemplo, as interações sociais em que ainda apostava em Jane Jacobs nos anos 50 são cada vez mais irrealis, urbanismo anárquico de um Sennet também - ele parece esquecer que é justamente nessa cidade que se dá a morte do homem público por cujo renascimento aspira. A desordem saudável é também uma miragem estatizante. Não estou advogando o “nada mais fazer”, simplesmente observando que reinventar as cidades hoje implica revisar por completo o modelo urbano que nos foi legado pela modernização capitalista, o que não há de ser pelo elogio a torto e a direito da diversidade, muito menos tentando ressuscitar a visibilidade democrática pela disseminação de lugares de referência de fácil identificação. (Arantes, 2014, p. 132)

Houve continuidade onde se esperava reviravolta e, ao que chamam de terceira geração urbanística, apresenta-se como mais do mesmo, uma novidade que não rompeu com a formatação anterior. A bem da verdade, se há alguma novidade no que vem depois disso tudo é o *caráter gerencial* que a produção das cidades assume nos dois lados do oceano e que levaria a uma revalorização do termo “planejamento” que havia caído em desuso com o contextualismo que aqui colocamos. A ordem do dia é a de adoção de um plano estratégico capaz de gerar respostas competitivas aos desafios da globalização através da renovação urbana capaz de criar uma possível vantagem comparativa na corrida global de cidades globais contra outras cidades

globais através de uma “isca cultural” (Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 13-14) – políticas (urbanas) de matriz identitária estrategicamente planejadas.

3.2.2. A moda da forma de fazer cidades “globais” no mundo: outra inflexão que retoma o planejamento como novidade vendida a pacotes estratégicos

Um ponto de partida para compreendermos o ocaso dos intentos contextualistas é questionarmos a viabilidade de suas proposituras em uma sociedade de massas que vive uma economia globalizada como é a atual, de modo que a própria diversidade e identidade local que ela buscava reificar gerou efeitos adversos. *Pari passu* com as modificações do capitalismo, a fisionomia das cidades contemporâneas vai sendo alterada, transformando-as em cidades convenientemente fragmentadas (Arantes, 2014, p. 115).

A inflexão se dá por conta de um outro sintoma decorrente das novas relações do Estado com a economia em mutação. Este Estado, outrora principal gestor do espaço público, vê-se cada vez mais sufocado de exercer sem amarras esta função. Embora o comando de *fazer cidades* ainda esteja na esfera do político, a iniciativa é limitada a interesses outros por conta de um estrangulamento de suas possibilidades de ação. Esta iniciativa passa para o privado, na medida mesma em que assistimos a uma mudança na governança do urbano, do administrativismo para o empreendedorismo, como bem coloca David Harvey (2005, p. 167).

Esta mudança – empreendedorismo com Harvey e caráter gerencial com Otilia – é fundamental para que compreendamos o contexto em que nasce ao que esta segunda autora chamará de *culturalismo de mercado* (Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 16) que configura uma tendência que não é de hoje por conta de sua expressão na regulação do projeto arquitetônico pela *forma-publicidade da mercadoria* – destino inevitável de uma arte de massa como arquitetura (Arantes, 2014, p. 128).

Mas é na outra direção que se manifesta a novidade do momento presente. A ideologia do lugar público já não é mais uma exclusividade do discurso oficial - que há mais de uma década parece ter delegado arquitetura a tarefa no monumental de reanimar pelo menos a imagem da nação [...] espécie de apanágio de resistência - a intervenção urbana dos contextualistas mais intransigentes. Esclarecendo melhor a natureza do processo, digamos que a nova teoria do lugar público se abastardou um pouco mais. Ao que parece, na seguinte direção: dispensando a intervenção do Estado (um sistema incômodo de contrapesos), o capital in pessoa é hoje o grande produtor dos novos espaços urbanos, por ele inteiramente “requalificados”. Tudo se passa como se a ideologia do espaço público, economizando momento retórico da frase (oficial ou difusamente oposicionista), fosse anunciada diretamente pela fisionomia das cidades, definida agora por uma estratégia empresarial de novo tipo, que vai determinando com lógica própria os parâmetros de sua intervenção, realocando populações e equipamentos segundo as grandes flutuações do mercado. (Arantes, 2014, p. 128-129)

Agora as cidades, a fachada mais visível da atual mundialização desintegradora do capitalismo (Arantes, 2014, p. 129), pós-explosão urbana, parecem viver um processo incontornável de implosão. Se me adiantei nestas linhas, agora dou um passo atrás para compreendermos o que se entende por essa implosão, em que a heterogeneidade e pluralidade da cidade caótica deixam de ser tão *soft* (Arantes, 2014, p. 129) e se tornam “trigo para o moinho dos produtores culturais” (Harvey, 1992, p. 301).

O que assistimos hoje é uma etapa a mais na abordagem cultural da cidade – um segundo turno, outra novidade –, ao mesmo tempo que corresponde a uma nova inflexão do que costumam chamar de *cultural turn* iniciado na década de 1960, ele próprio uma inflexão, como vimos, e pressupôs, na melhor das intenções, um movimento de volta à cidade.

Por assim dizer, segundo turno, portanto, no qual essa tão falada mudança de paradigma (em todos os níveis, da regulação econômica a filosofia) coincidirão enfim com a sua verdade, no fundo, a verdade do nosso tempo, uma idade enfim inteiramente dominada pela compulsão da *generalized bargaining* (própria da integração social pelo valor de troca) em que tudo se negocia (não há texto pós moderno em que não se esteja negociando alguma coisa), de imagens a outros itens menos simbólicos, numa espécie de arrivismo interacionista quase metafísico. O que, aliás, não deveria surpreender, depois o seu cenário de origem vem a ser o do movimento de volta à cidade, no mais das vezes dando origem aos conhecidos processos de *gentrification* (ou “revitalização urbana”, conforme preferem falar seus promotores), em grande parte desencadeados pelo reencontro glamoroso entre cultura (urbano ou não) e capital. (Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 14-15)

Esta nova forma de fazer cidades acabou por engolir esses esforços começados na década de 1960 com a concentração nas estratégias culturais que podem ser adotadas pelas *cidades empreendimento* de última geração, formando um culturalismo de mercado. O que há, em verdade, é uma nova urbanística ancorada na identidade:

De tal forma que a cultura - que nos primórdios da era industrial se cristalizará como esfera autônoma dos valores anti mercado -, ao tornar-se imagem, quer dizer, representação e sua respectiva interpretação (como sabe qualquer gerente de marketing numa sociedade do espetáculo), acabou moldando, de um lado, indivíduos (ou coletividades imaginadas) que se auto identificam pelo consumo ostensivo de estilos e lealdade a todo tipo de marca; de outro, o sistema altamente concentrado dos provedores desses produtos tão intangíveis quanto fabulosamente lucrativos. Trocado em miúdos, esse o verdadeiro poder da identidade. Daí a âncora identitária da nova urbanística. E como o planejamento estratégico é antes de tudo um empreendimento de comunicação e promoção, compreende-se que tal âncora identitárias recaia de preferência na grande quermesse e da chamada animação cultural. É inútil frisar nesta altura do debate - quase um lugar comum - que o que está assim em promoção é um produto inédito, a saber, a própria cidade, que não se vende, como se disse, se não fizer acompanhar por uma adequada política *de image-making*. (Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 16)

Esta urbanística ancorada na identidade que maneja a isca cultural talvez seja a face mais cruel desse processo, na medida em que aparece como argumento de convencimento que dissolve os dissensos que poderiam fazer frente a esse tipo de incursões globais no local com vistas a lançar as cidades no circuito competitivo global. Por esse motivo, se tornamos a mobilizar o vocabulário do plano e do planejamento estratégico, ele toma ares de “requalificação” de áreas degradadas que representavam vazios com o intuito de torná-las atrativas e adensá-las através da renovação e do arrefecimento de investimentos pela atração. É, decerto, uma adaptação ao capitalismo flexível em que predomina o setor terciário.

Maneja-se uma isca cultural atirada em dois sentidos, um deles para fisgar a população convencida mediante o argumento de que estas renovações prestigiariam suas manifestações culturais e históricas construindo espaços “com a cara do povo” daquela localidade. Não suficiente, promovem a insensatez de uma venda casada, ao prometerem arrefecimento econômico que trará possibilidades de trabalho para aquela população inchada e atrofiada. O outro sentido em que se atira a isca cultural é na direção dos “peixes grandes” – peço que perdoem as jocosas referências marítimas – com o intuito de tornar aquele espaço atraente para o capital estrangeiro.

Se o planejamento urbano esteve em alta no pós-guerra como força motriz da reconstrução e controle do crescimento urbano que se seguiu, as máquinas de morar e trabalhar, então tomou outro rumo completamente. As cidades tornaram-se máquinas de produzir riqueza e, ao planejador, cumpre a tarefa de azeitar a máquina (Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 21). É assim que os papéis do planejador com os do empreendedor começam a ser alvo de confusão, ao ponto de que este segundo venha a substituir o primeiro.

Naturalmente, esta mudança tem um pano de fundo bastante conhecido e complexo de reversão dos 30 anos gloriosos, que arrastou a todos para uma política urbana de crescimento “a qualquer custo” (Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 22), já que inúmeras cidades e centros urbanos entravam em crise e decadência com o fim da era da cidade industrial, da economia de aglomeração e produção com retorno da escala. Outrora, hidrovias e ferrovias davam conta de escoar uma produção de larga escala realizada em fábricas que a comportassem e, por conseguinte, cidades que comportassem o que toda essa estrutura implica – eis o meio técnico em mutação, como vimos com Milton Santos.

Ocorre que, como coloca Edward Glaeser, essa forma de produção das cidades e os espaços que viviam desta circulação industrial, vivem a sua decadência por conta do escoamento do capital intelectual dessas cidades e das novas formas de transportar que viram seus custos reduzidos (Glaeser, 2011, p. 47-49). Glaeser aponta, a bem da verdade, para a

importância do “capital humano”, pois foi a presença ou falta dele que propiciou a decadência ou a reinvenção desses espaços de grandes proporções dedicados a uma atividade que mudava de forma e entrava noutros fluxos – novas formas de produzir e transportar mais baratas (Glaeser, 2011, p. 47-49). Transformaram-se essas cidades e espaços no que escolheriam chamar de “áreas degradadas”, em que predominava matéria construída em torno de uma atividade que havia mudado de forma e, uma matéria social que ficara pelo meio do caminho por conta dessa mesma reconfiguração.

Em meio a essa obsessão de encorajar o crescimento é que surge o modelo americano de “revitalização urbana” e o modelo de parcerias público-privadas com o intuito de alavancar investimentos privados com fundos públicos. Exemplos desse modelo não faltam. É o que Peter Hall coloca como *Rousificação* da América, por conta de James Rouse, “o empreendedor de Baltimore” que realizou a revitalização do centro de Baltimore – *Inner Harbor* de Baltimore – no modelo que consistia em “uma nova e radical elite financeira tomava efetivamente posse da cidade, liderando uma coalizão pró crescimento que habilmente dispunha o apoio público e combinava fundos federais e privados para promover uma reorganização comercial em grande escala” (Hall, 2016, p. 505).

Este modelo de revitalização estava sendo adotado por dúzias de cidades, mas o modelo de Rouse trazia uma combinação específica de atividades com base na “reutilização adaptável” com bases “despudoradamente turísticas” (Hall, 2016, p. 506). Como aponta Hall, a *Rousificação* importou uma criação deliberada da cidade como palco (Hall, 2016, p. 506), a ser repetida sucessivamente na revitalização em uma série de cidades industriais americanas e zonas portuárias degradadas mundo a fora: a cidade parece vida real, um palco muito diferente do que trouxemos em *Nápoles*. A espontaneidade é substituída pela função a que essas regiões revitalizadas se destinam e pelas pessoas que podem exercer um papel nelas. Cenários montados que cometem, porém, a inconveniência e a incongruência de serem reais.

O sucesso do caso Baltimore – *Harbor Place*, *Baltimore City Fair* e *Scarlett Place* – foi copiado em diferentes lugares, mas toda essa “montagem” agradável e espetacular guardava um pano de fundo de neutralização dos dissensos que ameaçava a viabilidade dos investimentos – *in casu*, neutralizar os efeitos da comoção pós-assassinato de Martin Luther King em 1968. Eis a necessidade de colocar uma isca: os líderes locais viram-se obrigados a procurar um símbolo em torno do qual construir uma ideia de “cidade como comunidade” em oposição ao de cidade sitiada, como o cidadão comum encarava o centro da cidade e seus espaços públicos (Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 23):

Assim surgiu a Baltimore City Fair como forma de promover o desenvolvimento urbano, celebrando a “vizinhança” e a diversidade étnica da cidade; o passo seguinte resultou na “comercialização institucionalizada de um espetáculo mais ou menos permanente na construção de Harbor Place”, lembrando que os próprios grupos étnicos começaram a lucrar com “a venda da etnicidade” na falta de mercado para a sua força de trabalho. (Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 23)

É desse modo que se pode afirmar que a receita que adotaria essa “terceira geração urbanística” fora desenvolvida nos Estados Unidos e que ali estaria a gênese da reconversão de papéis que tomaria o papel do planejador urbano convertido em empreendedor e a urbanização como empresa com foco absoluto no “cultural”. Naquele momento nasceram os ingredientes principais para o que colocaria o *urbanismo em fim de linha* que vemos hoje: “orgulho cívico” dos habitantes do lugar e o “patriotismo de massa” – que seriam retomados como itens indispensáveis do planejamento estratégico no Habitat II (Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 26).

O crescimento a qualquer custo é fruto de uma fabricação de consensos e proliferação do senso comum econômico de que o crescimento enquanto crescimento econômico faz chover empregos (Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 27). Otília dá ênfase ao modelo americano de não mais *fazer* cidades, mas geri-las *for business* (para os negócios) para revelar que o famoso pacote catalão – que tão bem passaríamos a conhecer e que viria a ser reproduzido em diversas cidades – “tem muito de *déjà vu*” (Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 28).

Observa-se, então, essas reformas e revitalizações pondo em marcha uma máquina de fabricação de consensos, uma vez que não há ninguém em são juízo que discorde da promessa de arrefecimento cultural capaz de reificar a cultura local e de quebra produzir empregos em uma área qualificada como degradada. Decerto, não há como tratar desse cenário e escapar de um encontro marcado com o termo “gentrificação”. Otília coloca o planejamento estratégico como mais um outro eufemismo (Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 28) para esse termo, como também foram *revitalização, reabilitação, revalorização* e outros, tendo-a como:

A gentrificação é uma resposta específica da máquina urbana de crescimento a uma conjuntura histórica marcada pela desindustrialização e consequente desinvestimento de áreas urbanas significativas, a terceirização crescente das cidades, a precarização da força de trabalho remanescente e sobretudo a presença desestabilizadora de uma *underclass* fora do mercado. E nessa transição dramática também se põem em funcionamento, com a mesma eficiência, a máquina de fabricar consensos. (Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 32)

Exemplos dessa aplicação não faltam e impera o jargão da civilidade e que decerto promove algo semelhante a uma estetização do medo (Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 36),

criminalização da pobreza e naturalização do trabalho precário, todas estas categorias submetidas à estrita vigilância no que poderia resultar em uma guerra social contemporânea. Aqui entra a chave da cultura como isca e âncora de política urbanística, mas que mostra sua finalidade neutralizadora, apaziguadora e produtora de “consensos”.

Variações desse mesmo formato vão sendo adotadas pelas áreas “degradadas” do mundo, ou mesmo naquelas em que se deseja algum arrefecimento ou “requalificação”. Aquele pacote catalão, que tem um tanto de *déjà vu*, foi se tornando um modelo de planejamento paradigma para esse urbanismo de “terceira geração” (Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 52). Paradigma porque traz uma outra novidade, que é aproveitar a “alavancagem” – para usar um termo ianque, *to leverage* – que os Megaeventos propiciam, como foi o caso deles com as Olimpíadas de 92. Um paradigma que promoveu uma “correção de rumo” através de um planejamento que conjugava microintervenções em um plano generalizado e um reforço dos valores representativos culturais da cidade. Uma miscelânea de matéria construída e reformas sendo postas ao lado de valorizados Gaudís, empreendimentos hoteleiros e Miró, revitalização da zona portuária e Picassos, por assim dizer. Tudo isso com o intuito de explorar e potencializar aquelas características pelas quais a cidade é prontamente identificada, por meio do mais sofisticado *image-making*, decerto em proporções muito maiores do que o caso de Baltimore.

O que o pacote oferecia? Explorar o capital simbólico – histórico, artístico, arquitetônico, em suma, o que hoje é colocado no guarda-chuva do cultural – e desenvolver uma imagem forte e positiva da cidade de modo a reconquistar a sua inserção privilegiada nos circuitos culturais internacionais⁶⁰. Assim, viram-se investimentos massivos para a área da cultura, não incomum a construção de novos e grandiloquentes museus e a revitalização de outros. Uma imagem da cidade voltada para o exterior em função da competitividade sistêmica na qual se lançava:

O que obrigava a satisfazer a qualquer custo as novas exigências do capitalismo de imagens, do desenvolvimento do terciário avançado à uma arquitetura *up to date*, a ponto de incluir toda uma série de edificações que seguissem o padrão das novas centralidades empresariais das megacidades. Quanto mais peças no mostruário melhor, porque afinal o que estava na vitrine era a própria capital da Catalunha, e aí não há de ter pesado pouco a convergência local entre tradição e ultramodernidade. Aliás, talvez o interesse maior, e o relativo sucesso deste modelo Barcelona, decorra dessa situação limite: de um certo modo, ter podido combinar regionalismo e neo ou outra modernismo, teoria do “lugar” e planejamento estratégico, uma fórmula por assim dizer híbrida de urbanismo de segunda e de terceira geração, ou ainda de gestão

⁶⁰ Decerto, não há como escapar ao fato de que o meio técnico mudou, do industrial para o informacional. Isto, naturalmente, apresenta reflexo nas formas como a economia se organiza e, por consequência, a cidade se transforma.

urbana de molde empresarial americano e previdenciário cultural (se é possível falar assim) [...]. (Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 52)

O que Otília acertadamente me parece colocar é identificar a cultura como parte decisiva no mundo dos negócios ou como mesmo o grande negócio, de modo que enxergamos sucessivas variações de um mesmo modelo em diversas cidades mundo afora – Paris, Barcelona, Bilbao, Lisboa, Berlim e, como bem assistimos com os Megaeventos, o caso de nosso país e a construção de um discurso que intentava lançar-se, mais uma vez, no circuito mundial em que correm as cidades “globais”. Compramos um pacote catalão que muito tem de *déjà vu* daquele modelo americano para revitalizarmos o nosso centro envelhecido da Cidade Maravilhosa que seria a porta de entrada para todos os estrangeiros que nos viessem visitar.

E nós, como quem historicamente recebe bem as visitas, mordemos a isca que nos foi lançada de arrefecimento cultural e econômico, apostando em uma promessa de renovação que agora nos molesta a digestão na medida em que verificamos os efeitos adversos daquilo que foi proferido em tom insuspeitadamente ufanista. A novidade chega como verniz que encobre o passo maior que perna que sempre nos constituiu historicamente, uma matéria social que nunca parece ser capaz de “chegar lá”.

Mundialmente, assistimos a repetição do eterno sempre novo e nossas cidades tornam-se a fachada mais visível da atual mundialização integradora do capitalismo, tornam-se cidades fragmentárias e pasteurizadas, incapazes de sustentar a matéria social:

[...] a sub proletarização é um fenômeno mundial, o desemprego, e sobretudo a legião crescente dos que nunca entrarão no mercado de trabalho, e a conseqüente “squaterização” ou até mesmo a ausência total de moradia cria subcidades. Assim chamada, e estetizada, cidade fragmentária, em grande parte é isso, é o resultado de uma nova ordem mundial, em que a grande maioria das pessoas não tem mais nem mesmo a infelicidade de ser explorada, universo da economia tecnológica de ponta está fora do alcance de porções cada vez maiores dos países e não apenas na periferia. Aliás, já não é mais possível falar estritamente em Terceiro Mundo. Estamos diante de uma rede transnacional que interliga alguns nichos de desenvolvimento espalhados pelo mundo, que por sua vez vão escasseando em virtude do ímpeto destrutivo da competição capitalista atual: essa fonte da nova marginalidade urbana, muito diversa da que conhecemos no auge do antigo processo de modernização. (Arantes, 2014, p. 129)

A grande ironia que se nos coloca diante – e com isso adianta o tema do próximo subcapítulo – é que este *urbanismo em fim de linha* é bastante sintomático, como vimos até então, de como o *fazer cidades* e *fazer vida nas cidades* foi e, continua sendo, cada vez mais afastado da escala humana. Por muito que se viva nas grandes metrópoles, escasseiam as oportunidades e isso tudo se dá pela entronização da rítmica capitalista, cada vez mais flexível.

As desigualdades socioeconômicas que antes pareciam uma recalcitrância terceiro-mundista, obstinação na qual estamos inseridos como país, aparecem no centro daquelas metrópoles, em processo de implosão, que tanto tentamos copiar. Ao que parece, o mundo assiste o aumento de uma massa de pessoas deslocadas incapazes de absorção pelo mercado de trabalho e de sustentação por qualquer política que a assistência social do país mais rico seria utopicamente capaz de suportar.

Ironia máxima é a que nos coloca diante de Paulo Arantes em *A Fratura Brasileira do Mundo* (2001), com a descoberta do termo cunhado por um norte americano: “brazilianização”. Interessante é refletirmos sobre o que Michael Lind quis dizer com o prognóstico de que o futuro dos Estados Unidos seria a “brazilianização” de sua sociedade. Arantes faz referência ao norte americano: “por brazilianização eu não entendo a separação das culturas pela raça, mas a separação das raças por classe” e a uma dimensão horizontal da guerra de classes (Arantes, 2023, p. 22).

O que ele quis dizer, em verdade, é que parece se estar instaurando uma “guerra dos estropiados contra os estropiados”, enquanto observa um episódio que revela essa dinâmica muito particular que ocorreu no motim de Los Angeles:

No entender de Michael Lind, o domínio da oligarquia branca na política Americana está na verdade sendo fortalecido e não ameaçado pela crescente polarização da sociedade. Numa sociedade mais homogênea, a atual concentração exponencial de poder e Riqueza certamente provocaria alguma reação da maioria. Porém, na atual situação, em que uma oligarquia confronta uma população diversificada e separada por raças, malgrado a cultura nacional comum, o ressentimento provocado pelo declínio econômico se expressa muito mais na hostilidade entre os grupos na base do que numa rebelião contra os do topo - tal como se viu no último motim em Los Angeles, quando negros, hispânicos e brancos amotinados se voltaram contra os pequenos comerciantes coreanos em vez de marcharem sobre Beverly Hills. A brazilianização estaria patente ainda nos novos usos e costumes dessa *overclass* entrincheirada num país retalhado por enclaves privatizados, uma nação dentro da nação, desfrutando de uma sorte de extraterritorialidade que a imaginação política local costumava atribuir às oligarquias latino-americanas. (Arantes, 2023, p. 22)

É bastante curioso que depois de toda uma construção histórica de espelhamento com o mundial tenhamos justamente sido postos de frente para nós mesmos, os habitantes desse país “que parece saído de uma fábula bizarra”, como colocou Hall. E, claro, desvestidos de qualquer tom positivo, o prognóstico do americano talvez nos obrigue a encarar a parte mais obscura, e quiçá constitutiva de nós mesmos, a qual passaremos a explorar no próximo capítulo.

4. UM ENCONTRO MARCADO COM O FUTURO: A CIDADE STANDARD, A FISIONOMIA MAIS ACABADA DO CAPITALISMO GLOBAL

4.1 Um país condenado ao futuro que se descobre vanguarda desde sempre

“Que valiam, nestas circunstâncias, as grandes abstrações burguesas que usávamos tanto?”

Roberto Schwarz

“Um dos mitos fundadores de uma nacionalidade periférica como o Brasil é o do encontro marcado com o futuro.”

Paulo Arantes

Desde o início deste trabalho até o ponto em que agora chegamos, o diagnóstico e prognóstico de Benjamin são confirmados e reafirmados conforme assistimos o transcurso de eterna repetição da História por conta de nossa fé, progresso e ênfase num futuro que nunca parece chegar. Vimos, no capítulo 3, a mutação que o meio técnico impõe às relações nele inseridas, mudando a forma pela qual a economia se organiza e, conseqüentemente, a forma de fazer cidades. Assim, vimos (res)surgir o planejamento como novidade vendida a pacotes estratégicos.

Mundialmente, como vimos, a grande ironia que se nos coloca diante é enxergar o elemento sintomático que implica a afirmação de um *urbanismo em fim de linha*. Como vimos até então, o *fazer cidades* e *fazer vida nas cidades* foi e, continua sendo, cada vez mais afastado da escala humana, de modo que a vida nas grandes metrópoles escasseia em oportunidades e se fragmenta pela entronização da rítmica capitalista, cada vez mais flexível.

As desigualdades socioeconômicas que antes pareciam uma recalcitrância terceiro-mundista, obstinação na qual estamos inseridos como país, aparecem no centro daquelas metrópoles, em processo de implosão, que tanto intentamos copiar. Por essa realidade é que há, ainda, um passo necessário antes de desembocarmos em nosso caso-referência. Até então falávamos de formas “estrangeiras” de fazer cidade, as quais sempre espelhamos e importamos, mas cumpre perguntar quais seriam as implicações deste “espelhamento”, que aparentemente tem se tornado cada vez mais recíproco entre centro e periferia.

Como adiantei, Paulo Arantes parte do prognóstico de um norte-americano, que assiste a brasilianização de seu país, para expor o que ele colocará como a *fratura brasileira do mundo* (Arantes, 2023, p. 93). Este nosso país saído “de uma fábula bizarra” parece sempre ter estado na vanguarda, e agora serve de paradigma para o futuro de uma tendência notadamente adotada

mundo afora. A modernidade flexível parece opor uma “trama de ilegalismos” que convive muito bem com a “fúria regulatória”, promovendo o desmanche do mundo do trabalho e uma *disposable labor force* de prontidão para a exploração.

Eis o que se encontra, à primeira vista, quando um abre o pacote brasileiro, por assim dizer. Somos vanguarda na medida em que fomos exemplar laboratório “do famigerado desenvolvimento desigual combinado de um capitalismo que parece continuar o mesmo” (Arantes, 2023, p. 94). A construção argumentativa para que compreendamos esse prognóstico recupera e renova o tema clássico do desenvolvimento desigual e do dualismo da dinâmica social periférica. Renovação destes temas clássicos, como bem aponta Marildo Menegat no posfácio do ensaio de Paulo Arantes, porque não se está diante de uma “contradição que impulsiona o movimento progressivo de modernização das sociedades nacionais, mas sim diante de uma contradição que apenas comporta o tempo lento do fim das expectativas de futuro promissor destas mesmas sociedades, hoje unificadas e globais” (Arantes, 2023, p. 96).

Se Arantes fala em *fratura*, é porque enxerga que essa contradição não será capaz de nos levar a um futuro novo e desconhecido, mas sim de nos colocar diante de uma realidade paradoxal que não guarda nexos com um devir. A fratura é decerto o abismo. O paradoxo está posto: na aparência, a periferia foi alcançada pelo desenvolvimento do centro e não o inverso, de modo que o mundo cada vez mais se assemelha à periferia que, por sua vez, também mudou, “ao ponto de ser a imagem em que o centro se espelha” (Arantes, 2023, p. 97).

Este centro cada vez mais se torna personagem “de uma fábula bizarra” e, cada vez mais, coloca-nos diante de nós mesmos. A ideia de conversão do centro em periferia, e, por conseguinte, desta periferia num outro, leva-nos à origem de alguns outros argumentos. Quiçá um dos primeiros e mais contundentes escritos a revelar esta nossa essência *mui* particular tenha sido o ensaio *As ideias fora do lugar* de Roberto Schwarz. Este ensaio com vistas a um objetivo inicial de introdução metodológica para as páginas do livro que o seguem – de *Ao Vencedor as Batatas* – em muito ultrapassou aquele impulso inicial para tornar-se uma grande e contundente interpretação do Brasil.

Nele temos as bases desta fábula bizarra, na medida em que é capaz de descortinar um descompasso fundamental: a figuração dialética da realidade de um país como o Brasil não tem como repetir aquelas necessidades internas à lógica das formas clássicas da dialética que dão conta de explicar o centro. O objeto de Schwarz nesse ensaio é esse descompasso revelado na relação peculiar que se dá entre as ideias e os processos sociais no Brasil. Ideias, estas, importadas do estrangeiro, logo, formas intelectuais estrangeiras moldadas por circunstâncias específicas estrangeiras, destacadamente, as europeias.

Schwarz, como manda a cartilha do bom crítico literário, pretende um estudo sobre a emergência da prosa ficcional de Machado de Assis, mas acaba revelando com isso como esta forma literária estrangeira que é o romance, quando importada e aplicada à realidade brasileira, acaba por se comportar de forma estranha. Isto é, aquela forma literária que a elite brasileira da época se acostumou a ler pelos livros de romance trazidos do além-mar quando aplicada ao contexto brasileiro parece não encaixar bem ou, de pronto, revelar suas anomalias:

O romance existiu no Brasil, antes de haver romancistas brasileiros. Quando apareceram, foi natural que estes seguissem os modelos, bons e ruins, que a Europa já havia estabelecido em nossos hábitos de leitura. Observação banal que, no entanto, é cheia de consequências: a nossa imaginação fixar esse numa forma cujos pressupostos, em razoável parte, não se encontravam no país, ou encontravam-se alterados. Seria a forma que não prestava - a mais ilustre do tempo - ou seria o país? [...] Mas veja se o caso de mais perto: adotar o romance era acatar também a sua maneira de tratar as ideologias. Ora, vimos que entre nós elas estão deslocadas, sem prejuízo de guardarem o nome e o prestígio originais, diferença que é involuntária, um efeito prático da nossa formação social. (Schwarz, 2012, p. 35-36)

O surgimento e desenvolvimento do gênero literário romance vincula-se a um momento e processo social muito específico que é o da transição do sistema feudalista para a sociedade capitalista, marcando o fim da Idade Média e o início da Idade Moderna. E, quando surgem os primeiros romancistas brasileiros – já escolados no formato dos romances importados que circulavam entre as elites –, encontram-se diante da dificuldade de compatibilizar matéria social com a forma literária. Esta desconformidade era um hiato entre o que experimentava o Brasil e o seu referente europeu, de modo que, o que na Europa era ideologia e correspondia minimamente à aparência social, no Brasil estava escancarado:

Toda ciência tem princípios, de que deriva o seu sistema. Um dos princípios da Economia Política é o trabalho livre. Ora, o Brasil domina o fato “impolítico e abominável” da escravidão. Este argumento - resumo de um panfleto liberal, contemporâneo de Machado de Assis - põem fora o Brasil do sistema da ciência. Estávamos aquém da realidade aqui esta se refere; éramos antes um fato moral, “impolítico e abominável”. Grande degradação, considerando-se que a ciência eram as luzes, o progresso, a humanidade etc. (Schwarz, 2012, p. 11)

Assim como a fórmula do romance aplicada à matéria social apresentava anomalias, o liberalismo em uma sociedade escravocrata comportava-se de maneira esquisita. O que de início parecia ser uma incompatibilidade – e aqui jaz a sutileza e contundência do argumento de Schwarz –, acabou por adaptar-se surpreendentemente bem. Não apenas isso, mas esta amortecida adaptação acaba por servir de contraprova para olharmos noutra perspectiva o que efetivamente constitui o liberalismo burguês:

Sumariamente está montada uma comédia ideológica, diferente da europeia. É claro que a Liberdade do trabalho, a igualdade perante a lei e, de modo geral, universalismo eram ideologia na Europa também; mas lá correspondiam às aparências, encobrendo o essencial - a exploração do trabalho. Entre nós, as mesmas ideias seriam falsas num sentido diverso, por assim dizer, original. A declaração dos direitos do homem, por exemplo, transcrita em parte na Constituição brasileira de 1824, não só não escondia nada, como tornava mais abjeto um instituto da escravidão. A mesma coisa para a professada universalidade dos princípios, que transformava em escândalo a prática geral do favor. Que valiam, nestas circunstâncias, as grandes abstrações burguesas que usávamos tanto? Não descreviam a existência - mas nem só disso vivem as ideias. (Schwarz, 2012, p. 12)

Contraprova, pois esta convivência entre liberalismo e escravidão acaba por revelar o fundo falso da situação que ocorre do outro lado do atlântico. O que na Europa não parecia tão claro pela aparência de compatibilidade, no Brasil, o descompasso aparecia de pronto: o funcionamento das ideias se dá como se elas estivessem fora do lugar. Fora do lugar, porque a matéria social brasileira e suas peculiaridades se realizam mediante a convivência de aparentes opostos: o processo de modernização e o trabalho escravo.

Esta impropriedade de pensamento, que importa ideias, formas de vida, instituições e que logra impô-las e encaixá-las, a despeito das anomalias, talvez nos constitua e subjetive mais do que desejássemos reconhecer. O fato é que sempre houve e, ainda parece haver, um descompasso entre as formas que importamos e a matéria de pessoas, social por excelência, que nunca parece ser capaz de “chegar lá”. A “fábula bizarra” dá-se por esse eterno descompasso, de modo que a grande ironia que parece recair sobre nós e o mundo é o fato de que nós, os “caça-vanguarda” em um país condenado ao futuro, tenhamos descoberto vanguarda desde sempre.

O eterno desencontro com o futuro parece ser um dos mitos fundadores de nossa nacionalidade periférica (Arantes, 2023, p. 11), condenados sempre a uma grandeza ainda por realizar. Este é, decerto, o tônus e força motriz dos passos maiores que a perna que o país sempre insistiu em dar. É, também, como compreendemos *o que teve lugar* em matéria construída e social como tradições inventadas – em recuperação ao construto que desenvolvemos no capítulo 1 – e, quiçá, o que nos constitui como subjetividade, uma vez que quaisquer formas outras de interpretação da vida ficaram esmagadas pelo caminho.

Esta essência fraturada talvez carregue em si um tanto de presente ausente, uma carga de frustrações por conta do irrealizado, que exige de nós um esforço hercúleo de rememoração do que *não pôde e não teve lugar*. Por isso, a revisita ao olhar benjaminiano para um país até o pescoço de ênfase no futuro seja interessante, embora o medo que se nos coloque diante talvez seja o de que uma ênfase no presente não seria capaz de nos salvar em meio a uma sociedade que implode e um mundo que colapsa. A nossa incapacidade de enxergar totalidades teria

acreditado por demais alarmistas esses diagnósticos seguidos por uma sucessão de prognósticos, mas é sintomático que o estrangeiro, outrora vanguarda, se enxergue cada vez mais fraturado pela nossa imagem e sua fisionomia comece a ganhar traços semelhantes aos nossos.

O fato de que as formas importadas lograram conviver com uma matéria que não parecia compatível, a bem da verdade, serve como contraprova de sua própria caducidade. A forma brasileira que agora pipoca e fratura o centro confirma a vanguarda que sempre fomos e nunca nos soubemos. Este país e este povo já se prestaram a ser tantas coisas quanto mais fértil fosse a imaginação de nossos idealizadores a importar formas e nos aplicar moldes. Isto foi *o que teve lugar* e, ao mesmo tempo, *o que não pode ter lugar*. Somos marcados por esta ambiguidade, na medida mesma em que a nossa identidade é própria de verdadeiro não pensamento sobre nós mesmos, ao mesmo tempo em que a todo momento estávamos obcecados por pensar e definir o que queríamos ser, um descompasso entre realidade e virtualidade. Se nos colocássemos diante do espelho, qual seria afinal a imagem que veríamos?

A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas a sua tradição milenar, é, é nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante é mais rico em consequências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje os desterrados em nossa terra. Podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos e imprevistos, elevar a perfeição o tipo de civilização que representamos: o certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem. (Holanda, 2014, p. 35)

“Uns desterrados em nossa terra” foi o que nos tornamos por conta de uma política bastante descentrada em relação à vida interior da nação e, assim, inevitavelmente, também se fez o espaço. Um país, decerto, que adentrou a modernidade mundial muito antes de “sua marca de fundação como uma espécie de nação híbrida, tentativa de invenção de Império constitucional tropical, escravista desde sempre e por princípio, em pleno século da emergência universal da indústria” (Ab’Sáber, 2022, p. 47). Esta terra forrada de desterrados foi por muito tempo um verdadeiro espaço de trocas econômicas globais, um espaço transicional de um mercado produtor de excedentes coloniais:

[...] modalidade originária de capital mercantil de grande escala, grande fornecedor de açúcar, de ouro, de diamantes, de algodão, de cachaça, de tabaco, de café e também, por outro lado, ainda mais espetacular mercado comprador de uma população entre 4,5 e 5 milhões de africanos escravizados, fora os mortos na guerra colonial e no caminho ao longo de 350 anos [...] Tratava-se assim, para quem ganhava, ao final, de

um maravilhoso verdadeiro espaço de transações mundiais, em que uma massa de produtos coloniais era trocada por uma massa de homens e mulheres transformados em mercadoria e propriedade [...]. (Ab’Sáber, 2022, p. 47)

Um espaço de transações mundiais que se converteu em unidade geopolítica e “comunidade institucional imaginada independente em 1822” (Ab’Sáber, 2022, p. 48), cuja produção era altamente dependente do trabalho escravo e do mercado externo (Schwarz, 2012, p. 12). Assim é tecido nosso particular capitalismo escravista alimentado de formas europeias e raciocínio econômico burguês, nosso tanto de modernidade com um tanto de atraso, cuja economia era voltada para o mercado externo.

A prática permanente das transações escolava, neste sentido, quando menos uma pequena multidão. Além do quê, havíamos feito a Independência há pouco, em nome de ideias francesas, inglesas e americanas, variamente liberais, que assim faziam parte de nossa identidade nacional. Por outro lado, com igual fatalidade, este conjunto ideológico iria chocar se contra a escravidão e seus defensores, e o que é mais, viver com eles. No plano das convicções a incompatibilidade é clara, e já vimos exemplos. Mas também no plano prático ela se fazia sentir. Sendo uma propriedade, um escravo pode ser vendido, mas não despedido. O trabalhador livre, nesse ponto, dá mais liberdade a seu patrão, além de imobilizar menos capital. Este aspecto - um entre muitos - indica o limite que a escravatura ou punha a racionalização produtiva. Comentando o que vira numa fazenda, um viajante escreve: “não há especialização do trabalho, porque se procura economizar mão-de-obra”. Ao citar a passagem F.H. Cardoso observa que a “economia” não se destina aqui, pelo contexto, a fazer o trabalho no mínimo de tempo, mas no máximo. É preciso espichá-lo, a fim de encher e disciplinar o dia do escravo. O oposto exato do que era moderno a fazer. (Schwarz, 2012, p. 14)

Logo, a preocupação com a modernização continuada do processo produtivo não tinha muito propósito no Brasil, mas o que importava, afinal de contas, era o objetivo último que estava em linha com o que apregoava a empresa liberal no exterior: o lucro. Liberalismo e escravidão convivendo em um mesmo espaço não seriam tão incompatíveis assim enquanto a improvável combinação não se tornasse obstáculo a essa força motriz. Como coloca Schwarz, embora fosse a escravidão a relação produtiva fundamental, não era ela o nexos efetivo da vida ideológica.

O nexos efetivo da vida ideológica exigia que compreendêssemos os tipos sociais que a colonização produziu com base no monopólio da terra: o latifundiário, o escravo e o “homem livre”, “na verdade dependente” (Schwarz, 2012, p. 16). Este último, nem proprietário nem proletário, dependia inteiramente do favor dos latifundiários e, entre a relação destas duas classes é que acontece a vida ideológica do país. O favor é “a nossa mediação quase universal”.

O escravismo desmente as ideias liberais; mais insidiosamente o favor, tão incompatível com elas quanto o primeiro, as absorve e desloca, originando um padrão

particular. O elemento de arbítrio, o jogo fluido de estima e autoestima a que o favor submete o interesse material, não podem ser integralmente racionalizados. Na Europa, ao atacá-los, universalismo visara o privilégio feudal. No processo de sua afirmação histórica, a civilização burguesa postular a autonomia da pessoa, a universalidade da lei, a cultura desinteressada, a remuneração objetiva, a ética do trabalho etc. - contra as prerrogativas do Ancien Regime. O favor, ponto por ponto, prática a dependência da pessoa, a exceção a regra, a cultura interessada, remuneração de serviços pessoais. Entretanto, não estávamos para a Europa como o feudalismo para o capitalismo, pelo contrário, éramos seus tributários em toda a linha, além de não termos sido propriamente feudais - a colonização é um feito do capital comercial. (Schwarz, 2012, p. 17)

O padrão peculiar que o favor entre os “homens livres” e os latifundiários origina dá lugar a uma cumplicidade que se renova e lança raízes à continuidade social daqueles desterrados. Fato é que o favor assegurava às duas partes, sobretudo à mais fraca, que nenhuma delas era escrava, de modo que “mesmo o mais miserável dos favorecidos” via reconhecido no favor uma cerimônia de superioridade social (Schwarz, 2012, p. 20). Este reconhecimento, como coloca Schwarz, seria de uma convivência sem fundo e seria, ainda, multiplicada pela adoção do vocabulário liberal burguês da igualdade, mérito, trabalho e razão.

Por outro lado, é aqui em que percebemos a impropriedade de nosso discurso: quando usado propriamente na Europa, por exemplo, é oco na medida em que a universalidade dessas abstrações burguesas nada mais é do que um verniz para disfarçar antagonismos de classe. Escravismo e favor, então, descentravam as ideias do tempo em relação às exigências que elas mesmas propunham. Estes são pressupostos fundamentais se desejamos compreender a formação do urbano Brasil.

Francisco de Oliveira coloca que, para compreendermos a formação do urbano no Brasil e das relações deste com o Estado, devemos começar conscientes de nossa formação econômica colonial agroexportadora. As cidades teriam se constituído segundo um padrão litorâneo, não só devido ao seu caráter exportador de produtos primários, mas muito por conta da “divisão social do trabalho” decorrente da forma específica do capital que controlava desde cima essa economia agroexportadora sem nela entrar (Oliveira, 1982, p. 37) – como veremos ser o nosso caso-referência.

Oliveira entende que o caráter da urbanização brasileira, no Brasil colônia e depois já com um país independente, deve-se muito à compreensão das cidades, majoritariamente litorâneas, como sede do capital comercial. Sem compreender isso ficamos limitados a pensar, como fomos acostumados, que a urbanização brasileira como fenômeno na sociedade e na economia se deflagra apenas a partir da industrialização. O que Oliveira coloca é que, embora a industrialização posteriormente redefina o urbano, a formação urbana dentro das condições

da economia agroexportadora é fundamental para compreendermos que de fato havia uma urbanização sem industrialização.

De início isto parece idiosincrasia, mas com o evoluir do argumento percebemos onde estão as raízes da produção desigual e inchada que viria a caracterizar o espaço brasileiro. As cidades como sede do capital comercial precedem, sob muitos aspectos, a nova urbanização que se redefine a partir do momento em que essas cidades passam a ser também a sede do aparelho produtivo – a indústria propriamente dita.

Como bem observa Oliveira, o caráter monocultor da nossa agricultura de exportação embotou e abortou um processo de urbanização no entorno das próprias regiões produtoras desses bens primários que seriam exportados. O que na Europa acabou por produzir uma imensa teia de aldeias e pequenas cidades, em nosso caso produziu extrema polarização composta pelo tão conhecido latifúndio, que não gerou uma rede urbana de maior magnitude no entorno de suas próprias regiões produtivas, mas que por outro lado deu causa às grandes cidades desde o princípio (Oliveira, 1982, p. 39).

Grandes cidades, ainda que poucas, no sentido de que eram elas o centro nevrálgico da relação da economia com a circulação internacional de mercadorias, burocráticas decerto por nela estar concentrada a maioria dos aparelhos de Estado que controlavam as relações entre a economia colonial e a economia metropolitana. Este padrão permanece durante muito tempo no país, criando ou recriando permanentemente um padrão de urbanização extremamente polarizado: de um lado uma rede urbana bastante pobre e, de outro, uma rede urbana extremamente polarizada em grandes e poucas cidades sedes do capital comercial.

A pobreza dessa rede urbana dá-se, em parte, pelo caráter autárquico das produções para exportação e, era ele que embotava a divisão social do trabalho que, por sua vez impossibilitada, não dava lugar ao surgimento de outras atividades. Ainda, por ter trabalho escravo como pressuposto, não existia tal coisa como um mercado de trabalho, diferentemente de nossos referenciais europeus. Esta combinação muito particular negava a cidade enquanto mercado de força de trabalho, negava a cidade pelo caráter autárquico das produções agrícolas e negava a cidade como espaço na divisão social do trabalho (Oliveira, 1982, p. 41).

Como adiantado, a economia liberal aceitava bem a escravidão, na medida em que esta não se pusesse como obstáculo à produtividade. Se improdutiva, abolia-se, como bem vimos acontecer na História, por conta do contexto muito mais referente ao comércio internacional do que a um particular voluntarismo e consciência desenvolvidos em nosso país. Pressões externas fizeram com que rapidamente “puséssemos fim” a esse legado anódino da escravidão, como quem se faz de desentendido para cumprir com as novas exigências técnicas mundiais. Abolição

sem absorção e inserção do contingente massivo de pessoas abandonadas à própria sorte. Não há, por muito tempo no Brasil, divisão social do trabalho.

Este padrão permanece até os anos 1920, momento em que a modificação da divisão social do trabalho será levada adiante pela indústria. Logo, a expansão capitalista comandada pela indústria vai redefinir de uma forma completa esse caráter de urbanização das relações cidade-campo na ampla divisão social do trabalho do Brasil. O ponto interessante que Oliveira levanta é questionar o salto enorme que determinadas cidades dão no Brasil, ao ponto, por exemplo, de São Paulo em menos de 60 anos passar de uma cidade relativamente insignificante a converter-se na maior aglomeração urbana da América Latina.

O tamanho que tais cidades tomam e a própria rapidez deste processo de urbanização que se mede pelos incrementos da população que aflui para as cidades, por um lado, é fruto do processo de acumulação sediado nas cidades e regido pela industrialização. Por outro lado, apenas somos capazes de compreender o ritmo exponencial que essa industrialização promove nas cidades se a contrapusermos à antiga autarquia do campo, aquela que determinava um caráter pobre de urbanização no conjunto do país.

Este fato, pressuposto histórico, como o colocamos, vai impor que a industrialização no Brasil tenha de se fazer imediatamente urbana e excepcionalmente urbana. Isso porque, se na Europa a industrialização se aproveitara de uma base camponesa que continha dentro de si uma divisão social do trabalho, no Brasil, como bem sabemos, isto não pôde ocorrer. Por esse motivo é que a industrialização como motor da expansão capitalista no Brasil teve de ser simultaneamente urbana e fundamentalmente urbana, por não poder se apoiar em nenhuma divisão social pretérita do trabalho.

A indústria no Brasil ou seria urbana ou não teria condições de nascer, forçando por consequência um processo de urbanização numa escala sem precedentes e muito acima do que o próprio crescimento da força de trabalho empregada nas atividades industriais. Esta foi a forma peculiar pela qual a industrialização brasileira trouxe para dentro de si, de golpe, todo um exército industrial de reserva vindo dos campos para dentro das cidades (Oliveira, 1982, p. 43).

Outro aspecto, no nível das próprias unidades industriais, é o fato de terem sido forçadas a se tornarem completamente autárquicas, vez que não podiam se apoiar em nenhuma divisão social do trabalho preexistente, nem no campo nem nas cidades. Isto exigiu que a indústria fosse obrigada a conter dentro de si uma divisão social do trabalho muito mais complexa do que aquela que seria determinada pelo uso exclusivo do processo fabril de produção da mercadoria

final. Assim, assistimos ao nascimento de indústrias que dão causa ao nascimento de cidades – para instaurá-las, precisava-se instaurar uma cidade para os operários.

Logo, a industrialização exigia uma série de requerimentos que as cidades não ofereciam por conta da herança do padrão anterior de relações cidade-campo. Por esse motivo, a indústria teve de instalar toda uma complexa divisão social de trabalho no interior de sua unidade industrial, coisa que exigia graus de capitalização muito altos e uma tendência a constituir-se em oligopólios e conglomerados. Assim, Oliveira coloca a acumulação urbana como um múltiplo da acumulação industrial, que no interior de cada indústria criava uma complexa divisão social do trabalho e do ponto de vista mais global tornava a produtividade mais baixa, portanto, mais lento o processo de acumulação (Oliveira, 1982, p. 44).

O Estado, frente a este novo urbano, terá o papel de direcionar a potência do seu poder de coerção extraeconômica para tentar mudar o padrão de acumulação, fazendo a famosa transposição de excedentes de determinados grupos sociais para outros, “penalizando” a produção agroexportadora e direcionando os seus mecanismos e aparelhos de estado para potenciar a acumulação industrial. Ou seja, ao Estado cumpriria regulamentar as relações entre capital e trabalho e, assim, promover a “nossa” Revolução Burguesa como “a negação da negação” (Oliveira, 1982, p. 44).

Dupla negação por negar liberdades para uns e afirmar para outros: de um lado, ao retirar dos Estados a capacidade de legislar sobre certos aspectos da vida econômica, concentrando esta tarefa nas mãos da União, afirma-se a capacidade da burguesia industrial emergente de ter um espaço econômico nacional unificado, fundamental para que a circulação de mercadorias pudesse ocorrer e para que todo o processo de acumulação pudesse ter fôlego. Além disso, para operar a requalificação da agricultura, que não teria mais um papel central no sistema, uma vez que a acumulação urbano-industrial era a meta⁶¹. De outro lado, fator que Oliveira considera mais crucial da relação entre o Estado e o urbano no Brasil, é o da regulação das relações capital-trabalho, na medida em que com esta regulação se cria, pela primeira vez, um mercado de força de trabalho.

⁶¹ “Esta é a natureza da conciliação existente entre o crescimento industrial e o crescimento agrícola: se é verdade que a criação do novo mercado urbano-industrial exigiu um tratamento discriminatório e até confiscatório sobre a agricultura, de outro lado é também verdade que isso foi compensado até certo ponto pelo fato de que esse crescimento industrial permitiu as atividades agropecuárias manterem seu padrão “primitivo”, baseado numa alta taxa de exploração da força de trabalho. Ainda mais, é somente a partir da Constituição de uma força de trabalho urbana operária que passou a existir também um operariado rural em maior escala, o que, do ponto de vista das culturas comerciais de mercado interno e externo, significou, sem nenhuma dúvida, reforço a acumulação”. (Oliveira, 2013, p. 44)

Decerto, o advento das leis trabalhistas parte desse conjunto de medidas com vistas a instaurar este novo modo de acumulação e reforçá-lo, já que aquela população atraída pelas oportunidades criadas na cidade precisava ser transformada em “exército de reserva” (Oliveira, 2013, p. 38). A conversão de enorme contingente populacional em exército de reserva propiciava o horizonte médio para o cálculo econômico empresarial e igualava – reduzindo, antes que incrementando – o preço da força de trabalho (Oliveira, 2013, p. 38) a denominador comum.

Estas medidas permitiram o crescimento vertiginoso da produtividade industrial e, desta combinação é que encontramos a raiz da tendência à concentração de renda na economia brasileira (Oliveira, 2013, p. 46). Nos anos 50, assistiríamos a uma fase qualitativamente distinta na economia brasileira, quando se instala de golpe no país o capitalismo monopolista com Kubitscheck (Oliveira, 1982, p. 47), por conta da crescente contradição que se estabelece entre a industrialização chamada periférica e a conduta dos estados centrais dos países capitalistas⁶². O Estado brasileiro fora levado a potenciar sua própria acumulação industrial, penetrando em espaços que antes lhe estavam vedados e assumindo certas tarefas que a própria burguesia nacional não era capaz de dar conta.

Incapaz de dar conta na medida dos argumentos que expusemos: pelo caráter autárquico da industrialização – indústrias que tinham de criar uma divisão social do trabalho complexa em si mesma e demandavam níveis elevados de capitalização – imposta às cidades e pela necessidade de absorção constante de padrões tecnológicos muito superiores à capacidade de acumulação privada dos grupos nacionais (Oliveira, 1982, p. 48). O Estado fora obrigado a assumir papel proeminente do setor produtivo de centralização de capitais, o que Celso Furtado viria a chamar de “socialização das perdas e privatização dos lucros”.

O mundo estaria assistindo a uma redefinição da divisão internacional do trabalho após a 2ª Guerra Mundial, na medida em que houve uma restrição enorme do espaço do capitalismo internacional e a conseqüente elevação do peso político das classes trabalhadoras por conta da constelação de forças democráticas que havia se instaurado nesses países – um perfeito

⁶² “[...] é sabido, por exemplo, que desde a ditadura Vargas, passando pela segunda presidência Vargas e o período Kubitschek, a conduta dos estados centrais dos países capitalistas mais importantes é uma conduta assimétrica em relação aos projetos de industrialização na periferia. Em outras palavras, toda a briga de Juscelino com o fundo monetário Internacional não era outra se não o bloqueio das vias de financiamento Internacional para patrocinar industrialização periférica. Por esta e outras razões, o estado brasileiro, não por inspiração doutrinária nem ideológica, é forçado pelas próprias necessidades de reprodução ampliada do capital a penetrarem espaços produtivos que antes não estavam sob seu controle e nem sob o seu comando. Assiste-se aí ao crescimento diz o que hoje se está chamando de setor produtivo estatal.” (Oliveira, 1982, p. 47)

casamento entre democracia e capitalismo, que encarecia os custos da produção e do mercado de trabalho nos países centrais (Oliveira, 1982, p. 48).

Este encarecimento iria reverter aquela conduta dos estados centrais dos países capitalistas e atraí-los para o arrefecimento da industrialização periférica. Essa industrialização passa a ser um novo espaço privilegiado de acumulação das empresas internacionais (Oliveira, 1982, p. 49). Um ponto interessante que destaca Oliveira é o da forma embrionária da “classe média” por conta da importação do estilo de organização das empresas dos países centrais que traz em si mesma uma complexa divisão social do trabalho e que importa, por consequência, o modelo de trabalhadores improdutivos – gerentes e executivos, por exemplo:

Essas classes médias não têm nada a ver com pequenas burguesias; elas não controlam nenhum meio de produção, elas são determinadas na verdade pelo padrão organizacional das grandes empresas internacionais que aqui se instalam. Isso tem importantes repercussões: em primeiro lugar, do ponto de vista da estruturação das classes sociais no Brasil. O peso enorme que as classes médias têm na sociedade brasileira é em grande medida determinado pelo tipo de organização econômica do capitalismo monopolista, da forte fração de trabalho improdutivo que são os gerentes, os gestores, os especialistas em mercadologia, enfim, todo esse aparato de trabalho que está muito mais voltado seja para a realização do valor de mercadoria, seja para a circulação do capital e, portanto, não voltado diretamente às tarefas produtivas, criando uma nova classe na estrutura de classes da sociedade brasileira. Esta nova estruturada classe tem como seu componente mais baixo um enorme exército industrial de reserva, fruto desse tipo de industrialização e da concentração dos capitais. (Oliveira, 1982, p. 49-50)

As repercussões desta estruturação social na organização urbana serão enormes, na medida em que amplia extraordinariamente o que se chama de terciário e dá um enorme peso social às classes médias. Oliveira entende o urbano hoje no Brasil como expressão dessas classes médias e a marca de seu autoritarismo (Oliveira, 1982, p. 50), pois serão elas a criarem as demandas dentro das cidades e, o papel do Estado se tornaria o de atender a essas demandas. Não podemos olvidar o contexto de desmantelamento da organização econômica e política das classes trabalhadoras no pós-64, tornando-as agentes sem voz dentro da estrutura política brasileira e excluídas do aparelho de Estado, reforçando a constante contradição.

Sem essa organização econômica e política das classes trabalhadoras, o Estado passa – do ponto de vista de investimentos e do gasto público – a atender as demandas das classes médias, criando paradoxos, como foi o caso das metrópoles brasileiras, a exemplo de São Paulo, cujo orçamento é dinamicamente incapaz de dar conta das demandas oriundas das classes sociais mais baixas. O capitalismo da fase monopolista, então, fez com que o Estado guardasse uma certa distância entre as relações diretas capitalistas e “operários”, ainda que tivesse encurtado o distanciamento entre Estado e economia. Como coloca Oliveira, o que se vê é que

qualquer crise econômica se reflete imediatamente numa crise do Estado e, conseqüentemente, numa crise política (Oliveira, 1982, p. 53).

O Estado da arte brasileiro de uma sociedade extremamente desigual por conta da alta concentração de renda, como vimos, é realidade de longa data. Decerto, nos países centrais, os primeiros estágios de industrialização e urbanização são marcados pelo incremento da desigualdade. Até aí, parece que andamos “*pari passu*” reproduzindo a construção do capitalismo nos países centrais; no entanto, o que ocorreu lá e não aqui foi o declínio da desigualdade com o desenvolvimento desses países – por conta de aumento da renda real *per capita* dos estratos mais baixos e conseqüente aumento da organização desses estratos.

Por isso, desde o início, a observação de Oliveira acerca dos pressupostos históricos de formação da economia brasileira é fundamental para compreendermos a urbanização e o papel do Estado nesse processo. A distribuição da renda agrária no Brasil, com ausência de um forte estrato camponês, é uma distribuição tão ou mais desigualitária que a urbana-industrial, de modo que uma distribuição desigualitária no campo, somada a uma distribuição desigualitária na cidade “conformariam um padrão global de distribuição da renda cuja desigualdade seria mais acentuada que no caso dos países capitalistas maduros” (Oliveira, 2013, p. 111).

O nosso subdesenvolvimento, então, não seria uma etapa da cadeia evolutiva em direção ao desenvolvimento, mas tratou-se, antes, de uma singularidade histórica:

A forma do desenvolvimento capitalista nas ex-colônias transformadas em periferia, cuja função histórica era fornecer elementos para acumulação de capital no centro. Essa relação, que permaneceu apesar de intensas transformações, impediu-a precisamente de “evoluir” para estágios superiores da acumulação capitalista; vale dizer, para igualar-se ao centro dinâmico, conquanto lhe injetou reiteradamente elementos de atualização. (Oliveira, 2013, p. 126)

A condição de subdesenvolvimento, rejeitando o dualismo cepalino, mostrava-se mais através do caráter “produtivo” do atraso, característica mais específica de nossa revolução produtiva sem revolução burguesa, como condômino da expansão capitalista:

[...] o subdesenvolvimento viria a ser, portanto, a forma de exceção permanente do sistema capitalista na sua periferia. Como disse Walter Benjamin, os oprimidos sabem do que se trata. O subdesenvolvimento finalmente é a exceção sobre os oprimidos: o mutirão é autoconstrução como execução da cidade, o trabalho informal como exceção da mercadoria, o patrimonialismo como exceção da concorrência entre os capitais, a coerção estatal como exceção da acumulação privada, keynesianismo *avant la lettre*. (Oliveira, 2013, p. 131)

O subdesenvolvimento do país cristalizado em periferia, sua forma de exceção permanente, e seus passos maiores que a perna capazes de queimar etapas a cada intento de modernização, guardam relação estrita com a sua inserção na divisão internacional do trabalho (Oliveira, 2013, p. 131). Como vimos, se no início, com vistas à industrialização, esta teve de valer-se de uma própria mão de obra forjada nas cidades e não de uma reserva pré-capitalista, agora, após a Terceira Revolução Industrial, própria daquele meio técnico-científico-informacional miltoniano, a produtividade do trabalho, em combinação com o movimento de mundialização do capital, dá um salto mortal em direção à plenitude do trabalho abstrato:

Todo o crescimento da produtividade do trabalho é a luta do capital para encurtar a distância entre essas duas grandezas. Teoricamente, trata-se de transformar todo o tempo de trabalho em trabalho não pago; parece coisa de feitiçaria, e é o fetiche em sua máxima expressão. Aqui, fundem-se mais-valia absoluta e relativa: forma absoluta, o trabalho informal não produz mais do que uma reposição constante, por produto, do que seria o salário; eu capital uso trabalhador somente quando necessita dele; na forma relativa, é o avanço da produtividade do trabalho nos setores *hard* da acumulação molecular digital que permite a utilização do trabalho informal. A contradição: a jornada da mais-valia relativa deveria ser de diminuição do trabalho não pago, mas é o contrário, pela combinação das duas formas. Então, graças à produtividade do trabalho, desaparecem os tempos de não trabalho: todo o tempo de trabalho é tempo de produção. (Oliveira, 2013, p. 132)

Os rendimentos dos trabalhadores passarão a depender da realização do valor das mercadorias, coisa que não ocorre com a forma-salário. É assim que vemos o setor informal anunciar o futuro do setor formal, na medida em que o conjunto de trabalhadores é transformado “em uma soma indeterminada de exército da ativa e da reserva, intercambiado diariamente”. Disso decorre a enorme “flexibilização” do trabalho que suprime e elimina a jornada de trabalho como medida do valor da força de trabalho e, com isso, utiliza o trabalho abstrato dos trabalhadores como fonte de produção de mais-valor (Oliveira, 2013, p. 137). Como coloca Oliveira, este é o “lado contemporâneo não dualista da acumulação de capital na periferia”, que aparentemente começa a se projetar também no núcleo desenvolvido sob a forma de “brasilianização” descrita por Paulo Arantes.

O Brasil é este ornitorrinco, como denominou Oliveira, que não é pato ou marreco, um mamífero que põe ovos e assusta pelos seus contornos aparentemente inexplicáveis: “uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão” (Oliveira, 2013, p. 150). Desterrados em nossa própria terra, neste país saído de uma fábula bizarra, que não é uma coisa nem outra, e que desde sempre foi pioneiro em produção de uma *disposable labor force* de prontidão para a exploração – modelo periférico que agora parece estar fraturando o centro – com a qual o urbanismo brasileiro nunca teve compromisso, como passaremos a ver em seguida.

4.1.1. Um Pacote Brasileiro de *fazer cidades*?

Ermínia Maricato em *As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias* (Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 121) pensa este mesmo descompasso lançado por Roberto Schwarz através do descolamento entre as matrizes que fundamentam o planejamento urbano, a legislação urbana no Brasil e a realidade socioambiental das cidades, em especial com o crescimento das favelas. Como ela coloca, urbanismo brasileiro não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade apenas, a cidade legal – na qual vivem, como apontado por Oliveira, os da classe média “para cima”:

Podemos dizer que se trata de ideias fora do lugar porque, pretensamente, a ordem se refere a todos os indivíduos, de acordo com os princípios do modernismo ou da racionalidade burguesa. Mas também podemos dizer que as ideias estão no lugar por isso mesmo: porque elas se aplicam a uma parcela da sociedade reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios. Para a cidade ilegal não há planos, nem ordem. Aliás ela não é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das ideias. (Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 122)

Compreender o estado da arte das cidades brasileiras exige, portanto, consciência desse *modus operandi* histórico que lhes dá forma e conteúdo. Em trabalhos como *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, de Maurício de Abreu (2006, p. 156), vemos o alto grau de estratificação social do espaço metropolitano do Rio de Janeiro como expressão mais acabada de um processo de segregação das classes populares que não se deve apenas às forças de mercado, mas também ao papel que o Estado desempenhou no decorrer do tempo – criando condições materiais, como vimos, para a acumulação na medida dos interesses do capital e, também, por meio de determinadas políticas públicas ou suas omissões (não políticas).

O que Abreu coloca é que a atuação do Estado não é neutra, concorrendo para a criação do modelo espacial dicotômico que hoje caracteriza a metrópole carioca – região a que se propõe o estudo –, mas acaba por servir de modelo para um grande número de cidades pelo país: metrópoles com núcleo urbano hipertrofiado, concentrador de maioria da renda e dos recursos urbanísticos disponíveis, cercada por estratos periféricos cada vez mais carentes de serviços e infraestrutura à medida que se afastam do núcleo.

Este processo histórico de segregação marcado por Abreu parece reger e se perpetuar através do que Maricato coloca como “falta de comprometimento com a realidade concreta”, na qual o planejamento urbano e o urbanismo tendem, historicamente, a serem desenvolvidos e voltados apenas para uma parte da cidade a partir da tradicional importação de ideias (Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 137).

Segundo Flávio Villaça em *Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil*, foi sob a égide do embelezamento que nasceu o planejamento urbano brasileiro (Villaça, 1999, p. 193). Isto nos remonta ao período que Villaça demarca entre 1875-1906, no qual as elites brasileiras entre si decidiam planos de obras urbanas que se referiam especialmente ao melhoramento e embelezamento das cidades. Francisco Pereira Passos talvez tenha sido o grande personagem desta fase, prefeito do Distrito Federal (1906-1906) a mando do Presidente Rodrigues Alves, cujo plano de inspiração Haussmaniana para a cidade do Rio de Janeiro fora aplicado à risca, coisa que nunca mais viria a acontecer em termos de magnitude⁶³.

Até mesmo nas décadas de 1930 e 1940 ainda era possível ver planos de embelezamento – ainda que acompanhados da preocupação com a infraestrutura urbana – embora, a partir de 1930, os melhoramentos e embelezamentos tenham sido deixados de lado para dar lugar à eficiência, à técnica e à ciência próprios de um olhar funcional para a cidade sob a hegemonia da burguesia urbana (Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 138). Por outro lado, é justamente nesse momento em que se tem o início “um período de inconsequência e inutilidade da maioria dos planos elaborados no Brasil”:

De um lado estava dada a impossibilidade de ignorar os “problemas urbanos”, de outro a impossibilidade de dedicar o orçamento público apenas às obras, especialmente as obras viárias, vinculadas à lógica do capital imobiliário, de maneira aberta ao debate, sem sofrer críticas. Quando a preocupação social surge no texto, o plano não é mais cumprido. Ele se transforma no plano-discurso, no plano que esconde ao invés de mostrar. Esconde a direção tomada pelas obras e pelos investimentos que obedecem a um plano não explícito. A elite brasileira não era suficientemente hegemônica para divulgar impor seu plano. Os problemas urbanos ganham novas dimensões. Para fugir ao desprestígio dos planos não implantados, as denominações variaram: plano diretor, planejamento integrado, o plano urbanístico básico, o plano municipal de desenvolvimento entre outros. (Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 138)

Na década de 1960 houve a produção de alguns superplanos em que abundavam detalhes – exemplo foi o Plano Doxiadis para o Rio de Janeiro, redigido e impresso em Atenas, e o Plano Urbanístico de São Paulo, elaborado por um consórcio de escritórios brasileiros e norte-americanos (Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 138). Depois, foi durante o regime militar que a atividade de planejamento urbano mais se desenvolveu no Brasil – havia a PNUD (Política

⁶³ Nos anos 30, por exemplo, temos como paradigmas os Planos Agache para o Rio de Janeiro e o Prestes Maia para São Paulo, que foram cumpridos, mas nada além da proposta viária (Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 137) (Villaça, 1999) (De Paoli, 2013).

Nacional de Desenvolvimento Urbano) prevista no II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) elaborada pelo governo de Ernesto Geisel em 1973:

Dois órgãos federais se tornaram implementadores dessa proposta: a Sarem - Secretaria de Articulação entre Estados e Municípios e o Serfhau - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. A primeira controlava o fundo de participação dos municípios e a segunda o fundo de financiamento ao planejamento. Mais adiante foi criada a comissão nacional de política urbana e regiões metropolitanas, organismo que visava incorporar as regiões metropolitanas criadas pela lei complementar de 14 de 1974, ao sistema de planejamento urbano e municipal. ACNPU controlou FNDU - fundo nacional de desenvolvimento urbano e o FNTU - fundo nacional de transporte urbano, transferido posteriormente para a abrangência da EBTU (Empresa Brasileira de Transporte urbano). (Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 139)

Este sistema de diretrizes de planejamento vigoraria até os anos 80, momento em que uma quantidade inédita de planos diretores foi elaborada e que escritórios técnicos de consultoria e planejamento se multiplicaram. Neste momento o planejamento foi tomado como solução para o caos urbano que se instaurava nas cidades por conta de seu crescimento que continuava nada menos que vertiginoso (Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 139). Como coloca Maricato, essas ideias dissimulavam conflitos e os reais motores desse caos; afora isso, a maior parte desses planos foram elaborados por especialistas pouco engajados na realidade sociocultural local, sem que se ouvisse a população ou aos técnicos municipais locais (Villaça, 1999).

O prestígio do planejamento urbano nos anos 1970 acarretou na proliferação de órgãos públicos municipais de planejamento e um *boom* das escolas de arquitetura que aumentavam seus cursos ou disciplinas da matéria como reflexo ao mercado de trabalho que oferecia empregos nessa área (Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 140). Como coloca Villaça, sua eficácia teria sido fundamentalmente ideológica e, com o acréscimo de Maricato, de aplicação restrita. Isso porque foi exatamente durante a implementação do primeiro e único sistema nacional de planejamento urbano e municipal que as grandes cidades brasileiras mais cresceram fora da lei:

Boa parte do crescimento urbano se deu fora de qualquer lei ou de qualquer plano, com tal velocidade e Independência que é possível constatar que cada metrópole brasileira abriga, nos anos 1990, outra, de moradores de favelas, em seu interior. Parte de nossas cidades podem ser classificadas como não cidades: as periferias extensas, que além das casas autoconstruídas, contam apenas com o transporte precário, a luz e a água (esta não tem abrangência universal, nem mesmo em meio urbano). E é notável como essa atividade referida, de pensar a cidade e propor soluções para seus problemas, permaneceu alienada dessa realidade que estava sendo gestada. (Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 140)

Os anos 70 e 80 foram marcados pelo interesse mais voltado para tudo o que se passava nos Estados Unidos e na Europa e menos voltado para o Brasil urbano que crescia desgovernadamente. Os debates dos urbanistas que se opunham ao regime ditatorial limitavam-se à discussão técnica sobre os instrumentos urbanísticos, ganhando especial destaque a proposta do “solo criado”, com o qual se esperava captar a valorização imobiliária decorrente de atividades imobiliárias especulativas, acreditando que dessa forma o poder público poderia promover a urbanização para todos (Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 143).

Maricato dá destaque ao fórum de reforma urbana, que permaneceu bastante ativo nos anos 80 e também como um dos responsáveis pela inserção na Constituição de 1988 de algumas conquistas relacionadas à ampliação do direito à cidade. Embora este movimento tenha sido positivo, Maricato aponta para o equívoco de centrar o eixo de sua atuação em propostas formais legislativas, equivocadamente e de forma ingênua apostando na legislação como se a principal causa da exclusão social urbana decorresse de sua ausência – de novas leis ou novos instrumentos urbanísticos para controlar o mercado –, quando grande parte da população estava e continuaria fora do mercado ou sem alternativas legais e modernas (Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 143).

A Constituição de 88 trouxe consigo o “re”prestígio dos planos diretores municipais, por conta da obrigatoriedade de sua execução nas cidades com mais de 20.000 habitantes, quiçá fortalecendo a ideia de que “nossas cidades são caos porque não têm planejamento urbano”. Como sabemos, esta afirmação não é verdade, ainda mais pelo destaque da produção de planos municipais significativa que ocorreu nos anos 1970.

Logo, não é por falta de planos que as cidades brasileiras crescem, inclusive, verifica-se um aparato regulatório abundante e exagerado que convive, surpreendentemente muito bem, com uma radical flexibilidade. Há leis rigorosas de zoneamento, de parcelamento do solo, detalhados códigos de edificações formulados por corporações profissionais que deliberadamente desconsideram a condição de ilegalidade em que vive grande parte da população urbana brasileira em relação à maioria e a ocupação da terra, “demonstrando que a exclusão social passa pela lógica da aplicação discriminatória da lei”(Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 147):

A ineficácia dessa legislação é, de fato, apenas aparente, pois constitui um instrumento fundamental para o exercício arbitrário do poder, além de favorecer pequenos interesses corporativos. A ocupação ilegal da terra urbana é não só permitida como parte do modelo de desenvolvimento urbano no Brasil [...]. Ao lado da detalhada legislação urbanística (flexibilizada pela pequena corrupção, na cidade legal) é promovido um total *laissez-faire* na cidade ilegal. A ilegalidade na provisão de grande

parte das moradias urbanas (expediente de subsistência e não mercadoria capitalista) é funcional para a manutenção do baixo custo de reprodução da força de trabalho, como também para o mercado imobiliário especulativo (ao qual correspondem relações de trabalho atrasadas na construção), que se sustenta sobre a estrutura fundiária arcaica (Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 148)

Como tratamos anteriormente, o processo de urbanização no país é marcado pelos seus pressupostos históricos fundamentais que lançam raízes ao passado colonial calcado no patrimonialismo e nas relações de favor, um dos contornos desse ornitorrinco. E, ainda que inúmeras vezes se tenha confirmado que a nossa particular *legiferância* não logrou resolver os problemas que têm as cidades, parece que apostamos todas as fichas nela, promovendo uma tradição de distanciamento histórica entre arcabouço jurídico e realidade social.

Quando Maricato fala que a ocupação ilegal da terra urbana é não só permitida, mas parte do modelo de desenvolvimento urbano no Brasil, coloca-nos diante da realidade: onde *faz vida* essa *disposable labor force* de prontidão para a exploração?

Se tomamos como exemplo a cidade do Rio de Janeiro, a formação de uma estrutura espacial estratificada em termos de classes sociais remonta ao século XIX, como bem analisado por Abreu. O elevado grau de estratificação social foi intensificado com a extensão da sua ocupação territorial, a partir dos anos 1940, formando o que conhecemos pela metrópole fluminense, atualmente constituída de 22 municípios que compõem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

O processo de segregação das classes populares é “desde sempre” e instaura o que hoje salta aos olhos neste modelo dicotômico centro (núcleo)-periferia que, como vimos, não é fruto apenas das forças de mercado, mas decorre também da atuação estatal, crescentemente mais comprometida com a transformação de uma sociedade rural numa outra de base urbano-industrial.

Também, como vimos, surge como catalizador deste processo a industrialização – destacadamente no período 1930-1980 – traz consigo intenso processo de urbanização e formação de áreas metropolitanas, aumentando expressivamente a demanda por terra urbana por conta das migrações rural-urbanas, extrapolando as capacidades e, quiçá interesse, de controle do poder público sobre a especulação fundiária (Santos, 2019, p. 19). O caso é que, as políticas habitacionais contribuíram para a expansão horizontal das cidades ao localizar nas franjas urbanas os empreendimentos imobiliários para a população de baixa renda – como foi o caso da Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964, que instituiu o Plano Nacional de Habitação e criou o Banco Nacional da Habitação. O problema foi a localização desses empreendimentos,

que acabou por produzir moradias em regiões distantes do centro e desacompanhadas de infraestrutura urbana que as tornasse sustentáveis.

Decerto, pode-se apontar para “um fechar de olhos” por parte do poder público, ou o que Maricato coloca como descolamento da realidade, na medida em que parece ocorrer a adoção de uma fórmula de produção de moradia popular em locais cada vez mais distantes nas periferias dos principais polos de emprego por conta da elevação do preço da terra. A cidade ilegal, portanto, cresce à margem e a autoconstrução decerto se apresenta como reação – *faz-se vida onde se consegue* e, por vezes, *onde se consegue* é nas áreas consideradas não edificáveis, como encostas de morros ou adjacentes às malhas rodoviária e ferroviária. Este “fechar de olhos” alimenta este processo de urbanização periférica:

Não é em qualquer localização, entretanto, que a invasão de terras urbanas é tolerada. Nas áreas valorizadas pelo mercado, a lei se aplica. [...] Não é a norma jurídica, mas a lei de mercado que se impõe, demonstrando que nas áreas desvalorizadas ou inviáveis para o mercado (beira de córregos, áreas de proteção ambiental, por exemplo), a lei pode ser transgredida. O direito à invasão é até admitido, mas não o direito à cidade. O critério definidor é o do mercado ou o da localização. (Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 161)

Assim também é o caso da formação de territórios irregulares nos próprios núcleos das cidades, como são os casos dos muitos assentamentos informais incrustados em áreas cujo valor da terra é elevado, na medida mesma de proximidade com o polo de trabalho. Essa forma de *fazer cidade*, a despeito de todos os problemas que traz consigo, renovou-se quando o governo federal instituiu o Programa Minha Casa Minha Vida, repetindo a experiência do BNH ao localizar nas áreas periféricas seus empreendimentos imobiliários (Santos; Vasques, 2019) (Copans, 2012).

O lugar em que *faz vida* essa *disposable labor force* de prontidão para a exploração, que não se lhe retire o caráter humano com esta alcunha de contornos mais críticos, tem sido determinado pelo quanto podem pagar. E, se um dos fatores importantes para determinar o preço da terra urbana está associado à presença de infraestrutura e acesso a serviços, como bem coloca Santos, a atividade estatal que buscaria impedir a reprodução dessas condições de irregularidade fundiária e urbanística será quase sempre um processo de “enxugar gelo” e não uma ação do Estado capaz de promover uma atuação equalizadora e redistributiva⁶⁴:

⁶⁴ Sobre este ponto, cumpre importante referência à figura da regularização fundiária plena, que exige que as políticas públicas sejam pensadas para os habitantes nas suas especificidades e não para um consumidor como classe homogênea. Assim é o sensível escrito de Correia e Pagani (2022). A regularização fundiária plena é aquela que possibilita a redistribuição, com a concretização do direito de propriedade a minorias historicamente excluídas, bem como reconhecimento, pela implementação da regularização urbanística e sociocultural,

O avanço normativo, contudo, não foi suficiente para ordenar o crescimento urbano, porque as cidades passaram a ser, gradativamente, percebidas como locais para valorização do capital imobiliário, e menos o lugar no qual a população vive e se reproduz. Por isso, os movimentos sociais identificaram o acesso à terra como “o nó” da questão urbana. Controlar o preço da terra urbana, contudo, tem se mostrado tarefa difícil em um contexto marcado pelo discurso neodesenvolvimentista do governo federal da última década. (Santos, 2017, p. 68)

O quadro já bastante complexo é agravado pela estrutura federativa que elevou os municípios à condição de ente federativo, dando-lhes o protagonismo no que tange ao desenvolvimento da política urbana, conforme se observa no art. 30, VIII e art. 182 da Constituição de 1988. Como coloca Angela Penalva, pela atual política urbana, todos os 5.570 municípios brasileiros possuem competência constitucional, o que lhes coloca diante de responsabilidades que ultrapassam suas capacidades orçamentárias sem distingui-los segundo as classes de tamanho ou função na rede urbana (Santos, 2017, p. 45).

O binômio exequibilidade e capacidade arrecadatória é importante medida para o sucesso ou insucesso quando se fala em gestão de qualquer nível ou natureza. *In casu*, como é comum em praticamente todas as federações, existe um descompasso entre a capacidade arrecadatória, gastos e responsabilidades, que gera a necessidade de previsão de um sistema de transferências entre as esferas de governo.

O hiato fiscal é a diferença entre a capacidade arrecadatória de um ente federativo e a necessidade de gastos (Freitas, 2008, p. 237-267), de modo que, quanto maior for ele, mais importância tomarão os mecanismos de distribuição e redistribuição de recursos entre os entes. Isso porque a capacidade arrecadatória, de certa forma, permite ao ente maior ou menor autonomia para a execução das responsabilidades a ele constitucionalmente instituídas.

Naturalmente, o quadro atual de distribuição da receita tributária entre os diferentes entes federativos é consequência direta das negociações políticas que resultaram na Constituição de 1988. Historicamente temos, ao invés de um sistema de transferências intergovernamentais de recursos capaz de proporcionar a equalização fiscal, uma descentralização de receitas não acompanhada de uma descentralização concomitante de encargos e recursos (Freitas, 2008, p. 237-267).

conferindo dignidade e respeito, sobretudo, através do diálogo com a comunidade, conferindo-lhes voz, protagonismo e emancipação dos indivíduos. Este seria o caminho para a produção de políticas mais adequadas, podendo-se então usar como instrumento e meta a efetivação do Direito à Cidade. (Correia; Pagani, 2022, p. 149-170)

A dificuldade executória das políticas de planejamento urbano, afora insuficiente delineamento de responsabilidades da União, pauta-se na desarmonia entre a disponibilidade de recursos e a natureza das demandas a serem satisfeitas. Diante desse problema é que se torna comum a constante necessidade de busca, em escala municipal, por recursos através da celebração de convênios com outras esferas federativas, sobretudo com o governo federal e com a iniciativa privada:

Enfrentar os atuais desafios da política urbana, a qual compete aos municípios, envolveria atacar a especulação imobiliária. Mas essa tem sido defendida como oportunidades empresariais que suscitam a geração de empregos, o motor da ascensão dessa nova classe média. [...] Os indicadores demográficos e econômicos dos 238 municípios brasileiros com mais de cem mil habitantes sugerem que esses municípios, especialmente as capitais estaduais e suas áreas metropolitanas, ainda são tratados preferencialmente como “máquinas de crescimento” e não como arena políticas que deveriam estar submetidas a uma gestão pública comprometida com a função social da cidade. Essa abordagem empreendedorista, entretanto, tem contribuído para alimentar antigos problemas, como moradia e transporte inadequados, e também novos problemas, nas áreas de segurança pública e saneamento ambiental. Esses são os setores que integram a política urbana, mas que raramente podem ser enfrentados de forma adequada em escala municipal. (Santos, 2017, p. 69)

Esta abordagem empreendedorista acaba por tornar-se a regra em termos de governança, não só no Brasil, como já apontou Harvey. Traz consigo, como elemento principal, a noção de Parcerias Público-Privadas, em que “a iniciativa tradicional se integra com o uso dos poderes governamentais locais, buscando e atraindo fontes externas de financiamento, e novos investimentos diretos ou novas fontes de emprego” (Harvey, 2005, p. 170). Esta atividade de Parcerias Público-Privadas tem natureza empreendedora, já que a execução do projeto assume caráter especulativo, sujeita a todos os obstáculos e riscos associados ao desenvolvimento especulativo – o contrário de um desenvolvimento planejado e coordenado –, com enfoque na economia política do lugar, muito mais do que no território (Harvey, 2005, p. 171).

No caso brasileiro, no que concerne aos orçamentos municipais, veem-se cada vez mais impossibilitados de fazer frente a todos esses problemas que vinham surgindo “como bola de neve” e o melhor dos esforços de regularização tem se tornado uma tentativa de “enxugar gelo”. Tudo isso leva a uma dependência para com “quem tem o dinheiro”, vulgarmente falando, tornando a governança urbana matéria de “uma coalizão de forças mais ampla, em que o governo e a administração urbana desempenham apenas papel facilitador e coordenador” (Harvey, 2005, p. 169), que investe em áreas que gerarão algum retorno:

Muitos urbanistas justificam esses investimentos pela chamada “teoria do bolo”: essas localizações teriam maior potencial de atrair, por efeito sinérgico, outros

investimentos e novos empregos do que se esses investimentos fossem feitos na periferia onde não teriam o mesmo efeito reprodutor. (Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 148)

Chegamos a um ponto, do qual parece que nunca saímos, de tornar a olhar para “fora” e adotarmos o modelo que tem regido o que se colocou como o “pensamento único sobre as cidades”, o de um planejamento estratégico que fareja investimentos e arrefecimento econômico com o intuito de alavancagem de recursos. Ocorre que essas tentativas de revitalização estratégica podem configurar outro salto maior que a perna, sempre no sentido da modernização para lançamento de nossas cidades no circuito competitivo global, mas agora, como vimos, com ênfase na cultura.

Reafirmam-se nossas cidades desde sempre vanguarda em matéria de produção de desigualdades e concentração de renda, a fachada mais visível da atual mundialização integradora do capitalismo: cidades fragmentárias e pasteurizadas, cada vez mais incapazes de sustentar a matéria social que elas contêm.

4.2 A Cidade *Standard* como a fisionomia mais acabada do capitalismo global

“Dessas cidades ficará o que por elas soprou, o
vento!
A casa alegre o visitante: ela a consome.
Sabemos que somos transitórios
E depois de nós virá: nada digno de comentários”

The manual of piety, Nova York, poema de
Brecht “Sobre o pobre B.B”

A eterna mesmice e repetição de novidades caducas que vimos em Benjamin marcam o tempo acelerado rumo à catástrofe que representa a marcha irrefreada ao progresso. Benjamin nos trouxe os retratos da Metrópole Moderna, repousando sobre ela seus habitantes e a sociedade distraída como um todo seu diagnóstico da catástrofe enquanto não forem puxados os freios de emergência da História. Como bem sabemos, um tempo homogêneo e vazio se impôs há muito sobre a vida e continua a pleno vapor, levando-nos hoje à Metrópole Contemporânea.

Para dar conta dela, foi-nos valioso o recurso a Milton Santos, com o intuito de compreender como o meio técnico acelerou o processo de standardização das metrópoles, levando sempre em conta como se dá o espraiamento diferencial das incursões da escala global na escala local. O estado da arte deste processo nos leva de caminho à cidade *standard*, como veremos, a fisionomia mais acabada de uma gama de processos entrelaçados e dinâmicos que

precisamos dar conta para compreendermos o contexto em que está inserido nosso caso-referência do Cais do Valongo.

Se nos propomos a olhar o que é a cidade contemporânea, é imprescindível que tenhamos em conta, como pressuposto metodológico, a impossibilidade de apreensão e domínio daquele objeto de forma total (Ribeiro, 2018, p. 274). Por mais que escolhamos olhá-la em determinado momento através de determinada lente, este esforço sempre representará uma parcela de determinada totalidade. A cidade não é uma realidade estanque, ela está em constante movimento, simbiose e mutação, erguendo-se diante de nós como uma complexidade multifacetada e uma realidade fracionada. Por outro lado, exige do observador “uma formulação sintética” capaz de dar sentido “à aparente inconsistência dos fatos observados” (Ribeiro, 2018, p. 274):

[...] a velocidade dos acontecimentos é variada, sua aceleração não é homogênea, sua localização aparece como uma lógica randômica, a densidade das tensões é alterada, a virtualidade impõe concretude e sua forma não coincide com seu conteúdo. Esta aparente contradição entre aleatoriedade e coerência, parcelaria ação e síntese, compõem o próprio objeto e não deve ser refutada pelo observador. Essa contradição somente surge como produtora de conhecimento se for absorvida pela investigação científica, incorporada ao processo de entendimento. O fracionamento aparente da realidade não pode impedir que o método de observação tenha uma tendência a constituir determinada totalidade, que não será linear. A busca por uma narrativa linear a respeito da cidade retira do próprio objeto suas contradições, e somente a incorporação das mesmas é capaz de direcionar a totalidade do entendimento, que, de forma contraditória, não pode significar um entendimento total. (RIBEIRO, 2018, p. 274)

A cidade, como objeto complexo, exige que adotemos caminhos possíveis de interpretação, formas capazes de darem conta da complexidade que a compõem. Suprimir esta complexidade importaria no engessamento de uma realidade dinâmica e uma leitura que equivocadamente se julga definitiva. Como vimos com Milton Santos, a possibilidade de travarmos relações totalizantes com o espaço vê-se cada vez mais afastada, restando-nos apenas fatias desconexas de um todo que não somos capazes de dar conta⁶⁵.

⁶⁵ “Ali mesmo onde moro, frequentemente não sei onde estou. Minha consciência depende de um fluxo multiforme de informações que me ultrapassam ou não me atingem, de modo que me escapam as possibilidades, hoje tão numerosas e concretas, de uso ou de ação. O que parece estar ao alcance de minhas mãos é concreto, mas não para mim. O que me cabe são apenas partes desconexas do todo, fatias opulentas ou migalhas. Como me identifico, assim, com o meu entorno? Sem dúvida pode-se imaginar o indivíduo como um ser no mundo, mas pode-se pensar que há um homem total em um mundo global?” (Santos, 2013, p. 19)

Neste trabalho, assume-se a cidade *standard*⁶⁶ como um caminho possível de compreensão desse espaço em movimento “capaz de gerar algum sentido de totalidade, revelando determinadas ocultações que são, por definição, intrínsecas à lógica da estandardização das relações sociais” – como Rosângela Cavallazzi a revela diante de nós. A cidade *standard* como recurso à compreensão de uma complexidade não se apresenta como um modelo de maquete, uma cidade que se ergue de golpe diante do habitante, do observador ou do pesquisador, mas se manifesta através de uma multiplicidade de processos inseridos em uma dinâmica global, que não queremos que nos escapem da vista.

Aqueles processos de evolução do meio-técnico-científico e, agora, informacional, que exploramos com Milton Santos no capítulo 3, fazem com que a forma de relações com o espaço também mude. Como coloca Santos, se ontem a técnica era submetida pelo homem, hoje ela é conduzida pelos grandes atores da economia e da política, sendo ela a que agora submete (Santos, 2013, p. 23), de modo que a complexificação de determinados processos levou à estandardização de determinadas relações, levando-nos a um espaço cada vez mais distanciado de quem o habita.

A história do homem durante milênios fora “a história dos momentos divergentes, a soma de acontecimentos dispersos, disparatados, desconexos”, e agora o homem de nossa geração assiste à sua história como “aquela onde os momentos convergiram, o acontecer de qualquer lugar podendo ser imediatamente comunicado a qualquer outro”. Como coloca Santos, operou-se uma unificação dos espaços em uma escala global, promovendo uma generalização de necessidades fundamentais da vida do homem, dos gostos e desejos tornados comuns em escala do mundo (Santos, 2013, p. 40).

Desde o início Santos nos adverte que este processo não é homogêneo, e que a técnica se dissemina diferencialmente a depender da realidade local, por isso a compreensão dos processos de interpenetração entre as diferentes escalas é fundamental. Quando falamos aqui em *fazer cidades* – este grosso modo de processo contínuo de produção do espaço – e tomamos todo esse percurso que nos trouxe até este capítulo, foi para compreendermos o que Milton Santos fala acerca da morte do espaço do homem. O *fazer cidades* e *fazer vida* nas cidades parece cada vez mais distante da escala humana, como se o que vimos em *Nápoles* fosse a estas alturas o retrato de uma vida utópica, retrotópica.

⁶⁶ Conceito desenvolvido por Rosângela Lunardelli Cavallazzi para designar a cidade que reflete a lógica do mercado e constitui um modelo hegemônico de cidade, ao qual os moradores, muito longe da proposta de Lefebvre, devem aderir necessariamente, sem chance de participar da produção do espaço urbano. Vide o fruto de constantes pesquisas no Laboratório de Direito e Urbanismo – LADU/PROURB-UFRJ desde 1993.

Mas, desde logo no início desse percurso, a Retrotopia que traz consigo a nostalgia é mais um “mecanismo de defesa numa época de ritmos de vida acelerados e sublevações históricas”. Uma forma que encontra a escala humana de lidar com todas aquelas outras dimensões que a parecem esmagar e um futuro que parece tê-la abandonado. A pilha de escombros, como enxergava o Anjo da História benjaminiano, cresce enquanto caminhamos distraidamente para adiante sem nos darmos conta do que fica pelo caminho.

E o que fica pelo caminho, como tudo *aquilo que não pôde ser*, ainda sim existe. O presente ausente ergue-se diante de nós e é nele que a nossa atenção deve recair, já que *o que teve lugar*, ele próprio colapsa. Fora o alerta de Benjamin, colocar o progresso como catástrofe é constatar a irreversibilidade do que nos trouxe até aqui, que não há como pará-lo e que a história segue com a mesma lógica, sendo sempre produzida e contada da mesma forma – grandes feitos em eterna repetição.

Este hábito de “pensar pelo grande”, com o progresso sempre inscrito no *futuro*, nos aprisionou em um tempo homogêneo e vazio, em que tudo se repete e não somos capazes de dar conta. A escala humana perdeu o domínio das maneiras de realizar a produção do espaço para aquelas próprias da expressão dos fatos econômicos, da realização de produção do capital na sua forma mais avançada:

A forma histórica de produção social capitalista, não sem contratempos e nem contradições, deu cabo desta batalha ao tornar o solo uma mercadoria mensurável, regulável, valorizável sob diversos aspectos que vão desde sua localização e área passando por sua forma, sua representatividade simbólica... O solo se tornou uma mercadoria vendável, desejável, consumível e, como todas as outras, passível de obsolescência e renovação. Estavam preparadas todas as condições da reprodução do solo como mercadoria usual e, conseqüentemente, tornou-se o solo apto a se transformar em virtualidade, em papel: ao invés do papel manteiga, papel moeda “presente” e “futuro”, comercializável no mercado financeiro. (Ribeiro, 2010, p. 3)

Como coloca Cláudio Ribeiro, observa-se nas últimas décadas um “salto mortal” da mercadoria *espaço urbano* na direção da fórmula de acumulação avançada da teoria marxista de expansão capitalista. Isto nos leva à obrigação de compreender estes processos e, além disso, de não perder de vista o papel dos instrumentos regulatórios na construção das condições necessárias à acumulação capitalista.

O pressuposto para a produção capitalista é a transformação de bens materiais ou imateriais em valor, e isso só é possível quando se opera o divórcio entre os trabalhadores e propriedade das condições de desenvolvimento do trabalho. Em Marx, o processo histórico de separação entre quem produz e os meios de produção é o que ele chama de acumulação

primitiva, um ato de expropriação – baseado no conceito de acumulação prévia de Smith. Este ato de expropriação dá-se em dois níveis:

Nos espaços de acumulação na Europa, onde o capitalismo industrial emergiu originalmente, imensas populações foram privadas dos meios utilizados para garantir sua reprodução física e social. A consequência imediata foi a criação de uma massa de trabalhadores “livres” para vender a sua força de trabalho. Juntamente com a separação dos produtores e dos meios de produção na Europa, a expansão capitalista foi alimentada pelo colonialismo e pela concentração do capital mercantil. Para Marx, ambos os processos não são exatamente uma libertação idílica, como descrito, muitas vezes, pelos clássicos da economia política, sobretudo Adam Smith. Envolve conquistas imperiais, colonizações, pilhagens, assassinatos, roubo e intervenções regulatórias, isto é, “violência diretamente não econômica”. (Gonçalves, 2020, p. 14)

Este processo resulta na monopolização da propriedade dos meios de produção por um pequeno grupo, apto a comprar a força de trabalho que se encontra disponível no mercado e, portanto, aquele que está apto a desencadear o processo de criação de valor (Gonçalves, 2020, p. 14). A expropriação do trabalhador e a apropriação de mais-valor pelos donos do meio de produção, portanto, tem sido o pressuposto da “lei natural de produção”, que traz consigo a violência dissimulada do fetichismo da mercadoria e aquelas suas outras formas “diretamente não econômicas”.

Estabelecida essa produção, a expropriação não cessa, mas passa a ser reproduzida em escala progressivamente maior, na medida mesma em que são desenvolvidas formas cada vez mais específicas de concentração do capital e da propriedade privada. Há uma repetição da lógica da acumulação violenta originária e primitiva sob a forma de uma expropriação contínua como condição para que a acumulação de capital leve à permanente concentração de riqueza (Gonçalves, 2020, p. 14).

Rosa Luxemburgo colocará este fenômeno como o fator determinante da dinâmica do desenvolvimento do capitalismo, já que apenas uma parte do movimento de acumulação é realizado a partir de um processo puramente econômico entre capitalistas e trabalhadores nos espaços de produção do mais-valor. Esta parte do movimento dá-se em um âmbito em que “a apropriação da propriedade alheia transforma-se em direito de propriedade; a exploração, em troca de mercadorias; e a dominação de classes, em igualdade” (Luxemburgo *apud* Gonçalves, 2020, p. 15).

Ocorre que apenas uma parte relativa e limitada do mais-valor é capaz de ser apropriada no local de sua produção, de modo que o sistema sempre necessitará recorrer a um “fora” não capitalista para realizá-lo por completo. É neste “fora” em que a outra dimensão da acumulação se encontra, no cenário mundial que entremeia o fluxo capital-espacos não capitalistas, onde

não se dispensa a violência explícita – como seria o caso da violência colonial, sistemas de empréstimos internacionais, política de interesses privados e guerra (Gonçalves, 2020, p. 15).

A constante necessidade de um “fora”, formulação de Luxemburgo, é o que leva David Harvey a desenvolver a noção de *acumulação por despossessão*, isto é, que a acumulação baseada na violência não é uma etapa originária ou um ato passado, mas um processo que se repete permanentemente no curso do capitalismo. Harvey, parte de Marx – no que parece ser uma priorização do tempo em relação ao espaço – e da premissa de que, na circulação do capital, o propósito e o objetivo dos envolvidos devem ser o de controlar o tempo do trabalho excedente e transformá-lo em lucro dentro do tempo de rotação socialmente necessário (Harvey, 2005, p. 143).

Do ponto de vista da circulação do capital, o espaço apareceria inicialmente como uma mera inconveniência a ser superada, por isso há um esforço permanente de superação de todas as barreiras espaciais e da anulação do espaço pelo tempo. O que coloca Harvey, no entanto, é que esses objetivos apenas podem ser alcançados por meio da produção de configurações espaciais fixas e móveis, colocando-nos diante de uma contradição que é a de que a organização espacial é necessária para superar o próprio espaço. Por isso Harvey coloca que a tarefa da teoria espacial no contexto capitalista é a de elaboração de representações dinâmicas de como essa contradição se manifesta por meio das transformações histórico-geográficas (Harvey, 2005, p. 143).

A sobreacumulação em um sistema territorial específico seria resultado tanto do excedente de trabalho, na forma de desemprego, como do excedente de capital, materializado na abundância de mercadorias que não podem ser vendidas sem perdas, na inutilização da potencialidade produtiva e no excesso de capital desprovido de possibilidade de se tornar rentável (Gonçalves, 2020, p. 15). Destes pressupostos é que Harvey toma base para desenvolver as noções de *ajuste temporal* (investimentos de capital em projetos de longo prazo) e *ajuste espacial* (abertura de novos mercados, capacidades produtivas, possibilidades de recursos e trabalhos em outros lugares) como formas de absorção desse excedente, de maneira isolada ou combinada (Gonçalves, 2020, p. 15).

Klaus Dorrë, partindo da acumulação por despossessão de Harvey, compreende uma *leitmotiv* específica – não negada pelo autor que ele comenta, mas implicitamente manifesta – de que a acumulação do capital sempre se dá por meio de diferentes estratégias de intervenções estatais (Gonçalves, 2020, p. 15):

Para Dorrë, o pensamento econômico liberal, baseado na ideia de concorrência e eficiência como ausência de coação e regulação, mas cara tanto a dinâmica capitalista quanto a dimensão político-estatal de seu próprio projeto. Se é verdade que o liberalismo ortodoxo contestou a ideia do Estado como o fórum que determina as regras do jogo e como árbitro que vela por sua aplicação, também é certo que os atores de mercado operam com base em mecanismos de cooperação (opostos a concorrência) e dependem de previsibilidade e experiências com estabilidade e sociais elementares para se desenvolver. Por essa razão, Dorre sustenta que a tese da economia pura de mercado desempenha funções ideológicas, ao ocultar as relações de poder e política que permeiam as relações de troca, e estratégicas, na medida em que, em situações de crise, pode-se sempre atribuir a culpa da crise aos erros da regulação existente e clamar por ondas de desregulamentação, que são necessariamente movimentos de regulamentação em outros termos. (Gonçalves, 2020, p. 16)

Assim, a intervenção político-regulatória, desencadeada em nome da regulação ou paradoxalmente em nome da desregulação, é uma constante no desenvolvimento do capitalismo. Harvey e Dorrë partem do pressuposto de que a acumulação do capital sempre encontrará barreiras temporais e espaciais que precisam ser superadas para a sua continuidade, exigindo novos territórios não mercantilizados, mas estes territórios não se resumem a territórios ou modos de produção já existentes. Isto é, se “o fora” se limitasse a territórios e modos de produção já existentes, o processo de expansão do capital seria um fenômeno limitado pela finitude de espaços.

A superação desta finitude estaria na produção de espaços não mercantilizados pelo próprio capitalismo, que ele tornará a expropriar posteriormente. Dessa forma, garante-se uma cadeia de expropriações, em princípio, infinita. A passagem do fordismo para o capitalismo financeiro é o ponto de partida para a identificação deste movimento contínuo de criação e de expropriação permanentes de espaços não mercantilizados.

O fordismo teria construído – por meio de investimentos em infraestrutura, qualificação da força de trabalho, fábrica de máquinas – as condições para a exploração econômica em um determinado espaço. Estes investimentos só poderiam ter sido amortizados a longo prazo através do Estado como peça-chave para os movimentos do capital. Isto é, o Estado absorvia excedentes por meio de investimentos em bens públicos de ciclos longos, criando como que uma estratégia de desarme do dispositivo de sobreacumulação:

[...] desde os anos 1970, os contornos de uma nova formação capitalista foram criados, a qual será aqui denominada provisoriamente de capitalismo financeiro [...]. Uma característica fundamental dessa frágil formação é que ela torna instituições limitadoras do mercado em objeto de um novo regime de expropriação. (Dorrë, 2022, p. 22)

Dorrë interpreta “um fora” nesses investimentos do estado na produção de bens públicos que, apesar de contribuírem para o desempenho das atividades econômicas, em um primeiro

momento, seriam inacessíveis à acumulação privada. Assim, constrói-se condição para uma nova expropriação capitalista na medida em que, após a amortização desses investimentos públicos, entendidos como obstáculos à valorização do capital, a sua produção passa paulatinamente às mãos dos atores privados de mercado.

O que antes era produzido pelo Estado “migra” para as empresas privadas, abrindo novos caminhos para o investimento de capitais excedentes que podem agora ser convertidos em meios para produção de valor. Seguindo a regra fundamental, os então produtores de serviços públicos foram separados dos meios de produção, que passaram, via privatização, às mãos das empresas privadas.

Pari passu com as privatizações, a financeirização⁶⁷ estaria como um dos processos centrais de acumulação por disposição no âmbito do capitalismo neoliberal. Harvey coloca-a como o aumento exponencial das transações financeiras após os anos 80, capaz de criar novos instrumentos de disposição de famílias e indivíduos, promovendo uma redistribuição da riqueza de baixo para cima na pirâmide social. Dorrë coloca-a como uma nova formação capitalista caracterizada pelas políticas neoliberais de austeridade e pela produção da precarização do trabalho, conferindo “feições macrosociológicas à tese desenvolvida por Harvey no âmbito da economia política” (Gonçalves, 2020, p. 18).

Acertada observação que Gonçalves e Costa fazem é a de que os modelos de Harvey e Dorrë incorrem no risco de apresentar a expropriação ou a disposição como uma externalidade. Isto é, processos que operam fora do núcleo da acumulação capitalista. A expropriação não pode ser vista como uma dinâmica distinta, mas como parte constitutiva da própria acumulação baseada na exploração do trabalho assalariado e na apropriação do mais-valor. O pressuposto de que as expropriações fazem parte da acumulação do capital é fundamental para compreensão em profundidade da violência da financeirização:

Como visto, a principal característica desse estágio avançado do capitalismo reside no fato de que a acumulação da preferência aos imperativos de propriedade, cada vez mais associados à reprodução do capital fictício, em detrimento da revalorização produtiva direta. O capitalismo torna-se, assim, essencialmente rentista. Nessas condições, os proprietários de ações reivindicam seu direito sobre a renda derivado da propriedade de seus títulos e, assim, apropriou-se de parcela crescente dos lucros retirados da produção. Simultaneamente, por causa da tendência de concentração de capitais, os capitalistas estão se configurando cada vez mais como grupos de investimento associados a fundos e *trusts*. Distanciados das atividades produtivas, aguardam confortavelmente seus ganhos, capturando parte do mais valor criado na

⁶⁷ Não se pretende aqui uma exploração ou esgotamento deste fenômeno, esforço que extrapolaria em muito os limites deste trabalho, mas tampouco há como não trazê-lo como pilar estruturante da realidade que nos contorna.

economia. Se delegam a exploração do trabalho assalariado a terceiros, não abrem mão dos excedentes que serão apropriados como renda. O resultado é bem conhecido desde a década de 1980: diminuição da participação dos salários na renda nacional da maioria dos países e ataques aos direitos dos trabalhadores. (Gonçalves, 2020, p. 19)

O que a financeirização propicia, decerto, é a liberação dos capitalistas da necessidade de lidar concretamente com os inconvenientes da acumulação produtiva. Se há algo de novo agora, é o ritmo e a escala da expropriação (Gonçalves, 2020, p. 19). Harvey e Dorrë trazem lentes para a compreensão desta dinâmica capitalista através da dialética dentro-fora, mas Gonçalves e Costa acertadamente apontam para a necessidade de complementação em termos de compreensão dos diferentes feixes de processos e relações que vão conformando historicamente o capitalismo global desde a época colonial.

Esta complementação estaria no destaque para a interpenetração entre os processos de acumulação de capital que se davam no bojo do colonialismo e a expansão do capitalismo industrial na Europa. No caminho do que viemos construindo ao longo deste capítulo ao apresentar a “formação” da matéria brasileira, temos que o capital acumulado na exploração colonial e no tráfico de pessoas escravizadas tiveram um propósito de fundo de consumo e reprodução da força de trabalho do trabalhador assalariado, sendo, assim, fator de criação de mais-valor extra (Gonçalves, 2020, p. 20) através da dimensão de uma superexploração.

Esse argumento extrapola a ideia de que a acumulação primária é um elemento constitutivo do processo de acumulação capitalista, porque a dimensão da superexploração desempenha este papel fundamental de assegurar que as relações não capitalistas de produção permaneçam impregnadas no desenvolvimento do próprio trabalho assalariado. Elas continuam, apesar da separação entre produtores e seus meios de produção, pelo pagamento do trabalho assalariado a níveis mais baixos que o necessário à reprodução de sua força de trabalho e pela manutenção de um constante exército industrial de reserva, processos que não são estranhos aos nossos ouvidos periféricos, por exemplo, em termos de compreensão dos contornos “ornitorrínquicos” de nossa nação.

Esta dialética dentro-fora abunda em construções teóricas e críticas, uma delas sendo, para o caso de citarmos um exemplo, a de Virgínia Fontes, que reconhece o risco de ofuscarmos a compreensão da própria dinâmica interna da expansão capitalista enquanto processo que agrava as condições de sua própria base social se adotarmos a premissa de que o capitalismo precisa de um “lado de fora” não capitalista para seu desenvolvimento (Fontes, 2010). Em suma, como colocam Gonçalves e Costa, o principal problema da tese da externalidade seria atribuir um caráter dual à acumulação capitalista, dedicando qualidades diferentes às (supostas)

duas formas de acumulação – “de um lado, a coação econômica ampliada (mais avançada) que, embora sujeita a crises, teria como base os trabalhadores livres; de outro, a violência aberta e arcaica da acumulação primitiva” (Gonçalves, 2020, p. 24).

Fontes sustenta que a acumulação produtiva e estabilizada sob a forma de contrato legal entre capital e trabalho sempre foi acompanhada de expropriações, não possuindo uma forma separada da violência explícita. Estas expropriações não seriam a tomada ou mercantilização de um fora não capitalista, mas a expressão das condições que exasperam a disponibilidade de trabalhadores para o capital acompanhada de uma concentração de capitais.

É aqui, ao que me parece, que se revela o fundo falso de que falávamos há pouco em 4.1., que nós tão logo percebemos quando aplicamos estas formas estrangeiras em nosso país. Se o mundo se “brasilianiza”, ou seja, o centro se vê rachado pela periferia, adotando cada vez mais a nossa fisionomia, é porque aquelas formas que adotamos tinham um tanto mais de “caducidade” que ainda não se mostrava tão evidente. Aquilo que os países do centro experimentam agora é a face do capitalismo global que nós, da periferia, sempre enxergamos desde a expansão colonial.

Adotamos neste trabalho a cidade *standard* como caminho para não perder de vista o papel dos instrumentos regulatórios na construção das condições necessárias à acumulação capitalista. Inserida nesse contexto, a cidade *standard* seria, como a coloco, a fisionomia mais acabada do capitalismo global, na medida em que viabiliza a formatação das cidades formatadas sob a lógica da globalização que desenvolvemos com Milton Santos. A forma das relações sociais, aquelas que deveriam estar em simbiose com o espaço, porosas, na medida em que permitem um sem-número de possibilidades apoiadas em uma base material, como trouxemos em *Nápoles*, ficam engessadas no modelo de mercado.

A fisionomia das cidades parece-se cada vez mais a mesma, a ponto de que todos os rostos fossem capazes de serem resumidos num só, “o da mais completa fetichização” (Santos, 2021, p. 38), como colocou Milton Santos e, como antes dele observara Benjamin, guardadas as devidas proporções. A standardização impõe aos habitantes da cidade uma lógica contratual, mas não à moda dos contratos “paritários” que são marca da iniciativa privada: como um contrato de adesão, padronizado e cujas cláusulas não estão postas para discussão ou negociação (Cavallazzi; Fauth, 2014).

O que se tem diante de nós é uma relação assimétrica. Como coloca Ribeiro, “o contrato surge como aparente negociação, mas concretiza-se em oculta desigualdade” (2018, p. 274), conferindo um aspecto compulsório ao futuro da paisagem, às fisionomias das cidades e, conseqüentemente, à forma que as pessoas *fazem vida* nelas:

A estandardização dos contratos adianta o resultado da correlação de forças das negociações, impondo um resultado padronizado para diferentes situações, criando a ilusão de negociação pela manutenção da forma contratual, mas reificando as assimetrias em sentido extremo, impondo um resultado a-histórico de negociação. Compreender a cidade como *standard* significa incorporar essas contradições nas relações de produção do espaço. A imposição de cláusulas, a ausência de negociação real, o aspecto compulsório do futuro da paisagem que adianta determinadas virtualidades como se fossem certezas de realização, minando resistências e criando segurança de mercado: a retirada da disputa de futuros. A cidade *standard* oculta em sua forma conflitos silenciados. (Ribeiro, 2018, p. 274-275)

Como adiantei, a cidade *standard* não é cidade que se ergue de golpe diante dos olhos dos habitantes, mas aquela que se espraia através de construções normativas e da implementação de projetos urbanos (Cavallazzi; Fauth, 2014, p. 4) que carregam em si a matriz moderna – adotada tanto no campo jurídico como no do urbanismo (Cavallazzi; Bertoldo, 2018, p. 28). Esta particular e complexa estruturação é o que leva à sensação de formulação de um pensamento único em relação à produção do espaço – por esse motivo trouxemos esta percepção em Milton Santos e em Otilia Arantes e a relação aparentemente paradoxal entre um aparato regulatório inchado que produz desregulação.

A profusão de normas de ação com vistas à desregulamentação são fator fundamental para compreendermos como os espaços não mercantilizados são incorporados à dinâmica da acumulação capitalista. Trouxemos esta construção inicial para compreendermos como a cidade *standard* se constitui e se manifesta, que não se dá somente por meio de prescrições autoritárias, mas pelo que Dorrë coloca como “forma de precariedade produzida politicamente” através de uma “combinação de legislações voltadas para o controle social e para a privatização e mercantilização de atividades e bens antes oferecidos pelo Estado” (Gonçalves, 2020, p. 28):

Nos debates das últimas décadas sobre privatização, vêm sendo destacados outros instrumentos jurídicos relevantes para a expropriação capitalista mais estreitamente vinculados ao papel da regulação estatal no atual regime de acumulação financeira. Nesta, todas as ações orientadas para privatizar o mercado de bens e serviços até então produzidos pelo estado foram desenvolvidas por meio de intervenções regulatórias e reformas legais. Esses mecanismos viabilizarão a expropriação pela via das privatizações e, ao mesmo tempo, a formação de uma massa de precarizados pela modificação das legislações trabalhistas - ampliação da terceirização da mão-de-obra, “flexibilização” dos contratos de trabalho temporários etc. Efetivamente, a incorporação a dinâmica da acumulação privada daqueles setores de produção de bens que até os anos 1980 estavam nas mãos do estado exigiu a criação de uma ampla arquitetura institucional e novos instrumentos regulatórios com destaque, como salientou Harvey, para as parcerias público-privadas. (Gonçalves, 2020, p. 30)

Estas parcerias de que já falamos, “alternativa” para a insuficiência orçamentária, são esses contratos entre a administração pública e grupos privados com vistas a implementação de

infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos por meio de contraprestação remunerada. Este formato acaba por orientar a paisagem em direção ao mercado, convertendo-se em instrumento jurídico no processo de mercantilização do espaço no âmbito do capitalismo contemporâneo – aquilo que Cavallazzi e Bertoldo colocaram, esta adequação ou mesmo permanente diálogo entre as construções normativas e o Urbanismo à luz da matriz moderna.

Gonçalves e Costa trazem, em complemento à discussão e que nos pode ser útil, a noção de *acumulação entrelaçada*, inspirada na ideia de modernidade entrelaçada e de desigualdade entrelaçada⁶⁸. O autor parte da ideia de que, “apesar de representada de forma separada e isolada nas historiografias nacionais, a modernidade é, desde sua origem, global, depois vincula e entrelaça diferentes regiões do mundo” (Gonçalves, 2020, p. 32).

A acumulação entrelaçada implica a interconexão e interpenetração não só das diferentes regiões do mundo, mas também de diferentes épocas históricas e distintas dimensões da expansão capitalista. Gonçalves e Costa identificam ao menos cinco níveis de interpenetração inerentes a esse tipo de acumulação que propõe: (i) a incorporação de novos espaços não mercantilizados ao processo de acumulação; (ii) os distintos padrões de acumulação não possuem uma cronologia rígida e fixa, e tão pouco historicamente exclusivos, podendo diferentes formas de acumulação coexistirem em uma mesma época e em um mesmo espaço geográfico; (iii) distintos mecanismos associados à acumulação capitalista como a mobilização do direito, do Estado e da Política, coexistindo no espaço e no tempo; (iv) fluidez das fronteiras entre estado e empresas privadas no processo de expansão da acumulação capitalista e (v) ao longo dos diversos ciclos da acumulação, as categorias sociais relativas à classe, etnicidade, raça e gênero vão se interpenetrando, de modo que as hierarquias socioeconômicas tomam cada vez mais a forma de desigualdades entrelaçadas.

Decerto, este conceito nos permite compreender as movimentações da cidade *standard*, na medida em que não eliminamos a complexidade dos processos que a compõem, gerando algum sentido de totalidade. Ao não aplastarmos esta dinâmica e pressupormos o seu constante movimento, compreendemos o motivo pelo qual não podemos apreender a realidade de maneira definitiva e, assim, acabamos por revelar determinadas ocultações que são, por definição, intrínsecas à lógica da estandardização das relações sociais. Se destaco a complexidade é porque a cidade *standard* se manifesta em movimentos aparentemente contraditórios de uniformização e fragmentação:

⁶⁸ Conceito desenvolvido por Sebastian Conrad e Shalini Randeria, que Gonçalves e Costa usam de inspiração para desenvolver a ideia de acumulação entrelaçada (Gonçalves, 2020, p. 32).

A uniformização em outra escala ou face tem sido também uma estratégia/instrumento competente para padronizar, estandardizar as cidades no “mundo” globalizado. Portanto quando trabalhamos o conceito de cidades standard estamos reconhecendo este padrão uniformizador, uma realidade sem identidade. A fragmentação é uma das características mais fortes das cidades atuais, perpassa o urbanismo, as questões sociais e culturais. Em que pese as diferentes escalas administrativas, a cidade hoje é formada por um somatório de várias cidades, que no território podem ser compartilháveis segundo questões em comum. Mas há também o oposto: a cidade que pertence a um determinado território administrativamente, mas sua comunidade não possui o sentimento de pertencimento da figura representativa que está inserida [...]. A fragmentação, portanto, tem sido reconhecida como código próprio do movimento de globalização. Constitui também estratégia, pois as partes deslocadas do todo perdem o sentido. A fragmentação da norma e da forma, no contexto da globalização, conforme o senso comum reconhece, desmantela unidades, alcança não apenas o âmbito econômico, mas principalmente os âmbitos político e social. (Cavallazzi; Machado, 2015, p. 143)

Este movimento de fragmentação que desloca as partes de um todo, por exemplo, se verifica na fragmentação dos direitos sociais e ao mesmo tempo em um contraditório processo de emersão dos direitos ou das práticas sociais instituintes, que compõe o Direito à Cidade⁶⁹. Tê-lo como o núcleo de um sistema composto por um feixe de direitos importa porque a sua realização somente ocorre quando articuladamente são efetivados todos os direitos sociais que o compõem. A fragmentação da norma e da forma, portanto, “gera espacialização dos riscos urbanos e fragilizam os direitos que compõem o Direito à cidade” (Cavallazzi; Machado, 2015, p. 143).

No processo de fragmentação da norma vemos ocorrer necessariamente uma espacialização “uma ocupação e registro no espaço simbólico do campo jurídico e, simultaneamente, a cristalização de uma nova forma no espaço da cidade” (Cavallazzi; Machado, 2015, p. 143). Por outro lado, esta fragmentação aparentemente desmobilizadora permite dar visibilidade aos meandros das relações e conflitos sociais jogando luz, ainda que a contragosto, nos detalhes do cotidiano e no desmantelamento das falsas relações de igualdade. Logo, acaba lançando luz à pluralidade que, em um segundo momento, procederá à sua recomposição, trazendo a possibilidade de ampliação da dimensão da eficácia social da norma

⁶⁹ Aqui valemo-nos da definição de Rosângela Cavallazzi ao entendê-lo como “feixe de direitos”, noção prismática que o coloca como: “expressão do direito à dignidade da pessoa humana, o núcleo de um sistema composto por um feixe de direitos que inclui o direito à moradia – implícita a regularização fundiária –, à educação, ao trabalho, à saúde, aos serviços públicos – implícito o saneamento –, ao lazer, à segurança, ao transporte público, à preservação do patrimônio cultural, histórico e paisagístico, ao meio ambiente natural e construído equilibrado – implícita a garantia do direito às cidades sustentáveis como direito humano na categoria dos interesses difusos” (Cavallazzi, 2007, p. 56).

urbanística – aquela que torna exequível o conteúdo normativo segundo critérios de finalidade, incidência e legitimidade⁷⁰.

Ribeiro identifica o processo de transformação da forma da cidade sob a égide de um conteúdo determinado pelo capital que ao mesmo tempo transforma o conteúdo da cidade sob a égide de uma forma determinada do capital contemporâneo. Este processo pressupõe dois movimentos. Como coloca o autor, no primeiro movimento, em que a forma da cidade se adapta a determinado conteúdo, percebemos as mudanças na forma de “substituições de equipamentos (*retrofits* que transformam edifícios em museus), construções de novos equipamentos (sobretudo equipamentos turísticos culturais, de museus a estações de teleféricos) e instalações de nova infraestrutura (calçamento com materiais de luxo, cabeamento de redes de fibra óptica, VLT’s que ligam regiões em valorização ao centro equipado) etc” (Ribeiro, 2018, p. 276):

A mudança na paisagem da cidade ocorre segundo aquele conteúdo determinado pelo grande capital: implementação de turismo, de espaços para corporações instalarem seus novos centros de comando junto com seus hotéis, entre outras. A remoção de moradores pobres, a destruição sem deixar vestígios, da força de trabalho informal através da violenta proibição de ambulantes autônomos nessas áreas, enfim, a higienização do “século XXI” serve para a formatação de um espaço padrão, standard, que, como toda “mercadoria, é intercambiável, afinal uma mercadoria só ganha expressão universal de valor porque, ao mesmo tempo, todas as outras expressam seu valor no mesmo equivalente, e cada novo tipo de mercadoria que surge tem de fazer o mesmo”. (Ribeiro, 2018, p. 277)

A equivalência da mercadoria *cidade* não se dá apenas na forma do espaço e o duplo caráter da mercadoria não se limita a agir na cidade apenas na contradição uso troca, mas também na contradição forma conteúdo. Esta última ocorre na medida em que a forma histórica de produção de determinado espaço urbano tem seu conteúdo transformado a depender da especificidade e da força de atuação do capital naquela alteração.

O segundo movimento apontado por Ribeiro, por sua vez, em que o conteúdo da cidade é alterado a partir da forma contemporânea de atuação do capital, dá-se por meio da alteração do conteúdo da cidade quando o seu espaço se torna uma preparação para receber o grande capital, entrando ela mesma na prateleira de investimentos futuros⁷¹.

⁷⁰ Vide sobre a eficácia social da norma urbanística CAVALLAZZI, Rosangela Lunardelli. “O estatuto epistemológico do Direito Urbanístico Brasileiro: possibilidades e obstáculos na tutela do Direito à Cidade”. In: COUTINHO, R.; BONIZZATO, L. (Org.). Direito da cidade: novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, pp. 53-69.

⁷¹ Além disso, Cláudio Ribeiro aponta para outro elemento que ocorre durante o próprio processo de produção daquele espaço para o acúmulo de mais-valor, que é o processo de gestão. Isto é, a construção desse espaço já é uma tradicional forma de incorporação de mais-valia absoluta pelas construtoras, mas a forma de gestão

Na paisagem da cidade *standard*, a uniformização predomina sobre a história produzida pelos seus moradores, inventando tradições com o intuito de uniformizar a memória, como trouxemos no capítulo 1 com as tradições inventadas trabalhadas com Hobsbawm e Ranger. Como vimos no capítulo 3, o planejamento estratégico ancorado na cultura promove esta movimentação de simbologia e memória como forma de isca cultural – atirada em dois sentidos – que cada vez mais se transforma “em elementos que catalisam o aumento do valor de troca do espaço” (Ribeiro, 2018, p. 276):

A cidade apresenta, como elemento de valorização, um modo próprio de contar sua história que, por sua vez, reforçará seu próprio aumento de valor. A história oficial da cidade é usada como forma de reforçar a própria narrativa contada por seus monumentos, e essa utilização se dá de maneira ativa, isto é, utilizando esses próprios monumentos para acumular mais valor nesses espaços: o espaço se realiza enquanto ideologia. Compreender a história da valorização e acumulação urbana requer, portanto, compreender e reconstruir a forma de representação histórica dessa própria mercadoria, o que somente vai ocorrer quando a luta por memória for encarada, também, como uma luta por distribuição de cidade. (Ribeiro, 2018, p. 276-277)

O uso da história e da memória como uma forma de potencializar o acúmulo de valor do espaço, explorando o capital simbólico, foi o processo que Otília colocou como “isca cultural”. O manejo desta isca é muito mais complexo do que a superfície do argumento pode pressupor. Como colocamos, a isca seria arremessada em dois sentidos. O primeiro, na direção dos peixes grandes com vistas a atrair investimentos e arrefecer a economia da região, gerando, inclusive, possíveis empregos para a população.

No outro sentido em que se arremessa a isca, pretende-se físcar a população convencida mediante o argumento de que essas renovações prestigiariam suas manifestações culturais e históricas construindo espaços “com a cara do povo” daquela localidade e lhes trariam oportunidade de empregos. Decerto, ainda que a intencionalidade do discurso guarde por detrás motivos não louváveis, não se pode negar que, ainda que de maneira distorcida – esta é a palavra que coloco por ora –, a criação destes produtos culturais – sobretudo os escorados na memória e história – traz alguma forma de dignidade.

Se coloco esta ressalva, é porque desejo esquivar-me da impressão de que não há quaisquer benefícios na cristalização da memória nesses espaços. Se eu assim fizesse, estaria negando grande parte da luta travada pela pluralidade que se forma em razão do movimento de fragmentação de que falava agora há pouco. As práticas sociais instituintes decerto se fazem

também pode ser encarada como geração de mais-valia relativa. Coloca como exemplo a preponderância de fundos de pensão nesses investimentos urbanos.

presentes e, por vezes, são capazes de desnaturar a barreira que as impediam de produzir normatividade e dignidade.

O caso é que a história e a memória acabam, elas mesmas, por perderem parte de sua força articuladora de romper com qualquer coisa, isto é, tornam-se objetos perdidos na paisagem, como o caso do Obelisco na *Place de la Concorde*, que Benjamin vê transfigurar-se na imagem de um peso de papel na imagem de pensamento contida em *Rua de Mao Única* chamada *Artigos de Papelaria*. Um objeto pelo qual dez mil passam sem se deter, e os que se detém não são capazes de entender a utilidade do que está escrito em sua inscrição. A história e a memória são transformadas em expressão de fatos econômicos.

Como veremos no capítulo seguinte, parada final para aplicarmos todo este constructo ao nosso objeto, nos ocuparemos dessa complexa relação: Como a memória e a história que a fissura do Cais do Valongo representa sobrevive a todos esses processos que dão forma à cidade *standard*? Ainda, quais seriam as consequências de aplicação desse planejamento estratégico com ênfase na cultura no Porto Maravilha?

5. ESCOMBROS DO FUTURO: RETRATOS DE UM PORTO NO PORTO MARAVILHA, COMO FISSURA NA HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO

5.1 Um Porto dentro de um Porto no capitalismo global

“Esse é tempo de partido,
tempo de homens partidos.
Em vão percorremos volumes,
viajamos e nos colorimos.
A hora pressentida esmigalha-se em pó na rua.
Os homens pedem carne. Fogo. Sapatos.
As leis não bastam. Os lírios não nascem
da lei. Meu nome é tumulto, e escreve-se
na pedra.”

Nosso Tempo de
Carlos Drummond de Andrade
em *A Rosa do Povo*.

Desde o início do trabalho vínhamos construindo a forma pela qual olhamos e abordamos teoricamente o caso-referência do Cais do Valongo, este que já se constituiu um Porto dentro de um Porto ancorado no capitalismo global. Como observamos na Introdução, o impulso inicial desta pesquisa sempre fora a vontade de compreender as disputas sobre a representação da história e da memória no patrimônio público disposto pelas cidades através de categorias benjaminianas. Assim cheguei ao Cais.

Antes de mim, naturalmente, tantos outros pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. E antes de chegarmos todos nós, antes que pudéssemos sequer cogitar estudá-lo para além dos registros históricos que se tinha sobre ele, o Cais precisou atravessar as camadas que o encobriam. Em janeiro de 2011 ele reemergiu à superfície, durante as escavações realizadas no bojo da chamada obra de revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro, na fase inicial do Projeto Maravilha.

O Cais, outrora encoberto por camadas de reformas urbanas sucessivas, voltara à superfície, justamente por conta de outra reforma urbana. Este fato, por si só, já carrega potente simbolismo. Foi então que os pesquisadores confluíram para o Cais e, a partir dele, foi possível uma série de importantes escavações que puseram, e seguem pondo, a descoberto as fissuras na história da cidade, na memória, na conformação do povo brasileiro e em nosso país.

Ocorre que, quando me pus a estudar o caso, o Cais que enxerguei me levou para um caminho completamente diferente. Como adiantei, não falo aqui em ter reparado em qualquer aspecto inédito e inaudito ou em ter promovido uma descoberta absolutamente nova sobre o que já sabemos sobre ele. O problema foi o percurso por parte deste outro Porto em direção ao

antigo. Chegando ao Cais, o que pude enxergar foi todo o resto, ou seja, a paisagem completa com o Porto no Porto Maravilha.

Não que o Cais não seja capaz de contar a sua história por ele mesmo, mas parece que tive mais dificuldade de ouvi-lo por conta do entorno, que clama por novidades. Este outro Porto, o Porto Maravilha, parece estar contando em maior volume e contundência uma outra história, ainda que entrelaçada com a história do Cais. Se antes me perguntava como a existência do Cais punha a descoberto as fissuras na história e memória da cidade através das camadas construídas pelas reformas urbanas, agora tomo outra direção. O impulso se dará do entorno para o que desemboca nele e, “se” e “como” este entorno é capaz de transformá-lo.

Como a memória e a história que o Cais do Valongo reivindica podem sobreviver às transformações de seu entorno promovidas pelas mesmas reformas urbanas que o trouxeram de volta à superfície? Cumpre agora que contemos a história desse Cais, outrora Porto, que se entrelaça com a história de outro Porto, o Maravilha, em um acúmulo desigual de tempos no espaço, marcas das diferentes fases do processo de acumulação.

A história do Cais do Valongo começa bem antes dele. Em janeiro de 1502 foi encontrada a baía onde se constituiria, em 1565, o primeiro assentamento criado pelos Jesuítas ao pé do morro Pão de Açúcar, ainda que a povoação portuguesa tardasse pouco mais em efetivamente ocorrer por conta de conflitos com os indígenas e os franceses⁷². Rio de Janeiro, como se sabe, por Gaspar de Lemos ter acreditado que a baía era foz de um rio. No pé do Morro do Castelo é que se descobriu uma região favorável para o ancoradouro de navios e ali tem início as atividades portuárias regulares que já apresentavam importância significativa nas primeiras décadas do século XVII (Gonçalves, 2020, p. 37).

A criação de um cais de maiores proporções só viria a acontecer efetivamente depois da chegada da Família Real portuguesa em 1808, embora antes disso as atividades portuárias do Rio de Janeiro já o tenham firmado como um núcleo fundamental das malhas comerciais globais por meio da circulação de pessoas, bens ideias e como entreposto para uma série de *commodities* cobiçadas nos mercados regionais e globais (Gonçalves, 2020, p. 37). Esta foi a primeira função exercida pelo Porto, a de integrar o Brasil como colônia portuguesa a economia global, um elo entre o espaço colonial da acumulação primitiva e o epicentro do advento do capitalismo na Europa (Gonçalves, 2020, p. 37).

⁷² “Antes de serem capazes de se instalarem na região, os portugueses tiveram que se aliar aos indígenas temininós para vencer os franceses que, aliados a Confederação dos Tamoios - liga de povos indígenas que resistia à colonização portuguesa -, controlavam a baía a partir de um forte erguido na ilha de Sergipe”. (Gonçalves, 2020, p. 37)

Desde o seu nascedouro, o espaço físico do Porto esteve integrado a formas diversas de acumulação e é marcado “pela conexão estreita entre a intensificação da atividade portuária e o desenvolvimento da cidade”. O aumento significativo da importância do Porto já no século XVII deu-se devido à vazão de madeira e açúcar produzido nos engenhos no recôncavo da baía de Guanabara e o recebimento de bens importados e pessoas escravizadas. Diante desse fluxo, o governador Rui Vaz Pinto edita, em 1618, uma ordem legal que determina o emprego de escravos na carga e descarga dos navios (Gonçalves, 2020, p. 52).

Como acertadamente destacam Gonçalves e Costa, esta medida tratava-se claramente de um mecanismo de tomada do espaço para a acumulação do capital na medida em que o carregamento de mercadorias do Porto ficava restrito aos proprietários de escravizados. Mais interessante ainda, como contam os autores, é perceber que essa ordem legal favorecia um destes proprietários em particular.

Ao mesmo tempo, essa ordem não apenas confirmava a presença de escravos negros no trabalho urbano, mas os assentava na região portuária que, até então servir apenas como porta de ingresso dos escravos recém-chegados da África. A ordem representou, ainda, o início dos serviços regulares de Estiva e estabeleceu seu regime jurídico: o privilégio o monopólio, uma vez que o direito de execução do serviço foi delegado a um concessionário privado, o irmão do governador. (Gonçalves, 2020, p. 52)

Neste caso, o Estado operara como um agente da reserva de mercado com o intuito de beneficiar um indivíduo em específico. Como colocam Gonçalves e Costa, paralelamente à regulação dos serviços e das atividades portuárias, toda aquela região fora objeto de conflitos entre moradores, oficiais da Câmara Municipal e funcionários régios ao longo do século XVII e na primeira metade do século XVIII⁷³ – teria ocorrido um entrelaçamento entre atores públicos e privados voltado para a criação de espaço adequado à acumulação do capital.

É importante também destacar, em meio a esses conflitos, o manejo da figura retórica com a expressão “terras vazias”. A documentação que registra a contenda nas justificativas dos oficiais da Câmara Municipal revela o caráter violento dessa retórica no processo de

⁷³ Em referência ao estudo de Maria Fernanda Bicalho, Gonçalves e Costa destacam: “esses conflitos foram basicamente desencadeados em razão da existência de 3 grupos de interesse sobre a região: a Câmara municipal, os proprietários dos terrenos da zona portuária e a coroa. Em primeiro lugar, os aforamentos ô e laudêmios pagos no momento de venda dos terrenos da zona portuária eram a maior base de arrecadação da Câmara municipal. Além disso, o lugar estratégico da região para transações mercantis oferecia aos seus novos proprietários condições econômicas privilegiadas, permitindo controlar o comércio marítimo legal e ilegal. Por fim, a coroa notou que a invasão dos terrenos, bem como a construção de edificações pelos novos moradores, implicava perdas ao erário e dificultava a defesa da cidade, pois poderia bloquear tanto a arrecadação alfandegária (pela facilitação do escoamento de mercadorias por negociações privadas clandestinas) quanto à circulação de pessoal e transporte militar (criando obstáculos com construções particulares)” (Gonçalves, 2020, p. 53).

expropriação da terra, vez que a região portuária durante o século XVII era ocupada por grupos indígenas. Logo, o manejo linguístico da expressão “terra vazia” desempenhou papel fundamental no exercício da violência colonial presente na acumulação primitiva ao criar arbitrariamente títulos e transferências de direitos de propriedade (Gonçalves, 2020, p. 54).

Este modelo que acabo de descrever – favorecimento pessoal nos serviços de estiva, venda de propriedades e edificações particulares – tornaram-se barreiras para a continuidade do processo de acumulação. Para sua continuidade, era preciso o rompimento com o modelo anterior, para uma nova etapa de expansão do capitalismo mercantil que trazia consigo um novo quadro de intervenções regulatórias nos processos de mercantilização do espaço portuário (Gonçalves, 2020, p. 55).

O Porto do Rio de Janeiro cresce em importância para a geopolítica colonial a ponto que, em 1763, desbanca Salvador e assume o posto de capital da colônia brasileira, também muito por conta da descoberta de vultuosas reservas de ouro e, mais tarde, de diamantes na região das Minas Gerais. Esta proximidade levava ao aumento significativo da presença de navios metropolitanos que levavam ouro para a Europa e traziam alimentos, tecidos e escravizados para o Brasil. Nesse período houve forte entrelaçamento entre Porto e cidade, favorecendo o desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro.

Esse período marcou a realização da acumulação entrelaçada entre as funções desempenhadas pelo Porto, quais sejam a facilitação da integração de Minas Gerais a economia mercantil, a otimização dos serviços portuários e a ocupação do entorno:

No âmbito da acumulação mercantil, há uma articulação entre essas três dimensões, na medida em que a integração brasileira a dinâmica de acumulação global faz crescer os ganhos na exploração dos serviços portuários e estimula ocupações sucessivas no perímetro do Porto - tanto a tomada de áreas externas ainda não urbanizadas quanto a retomada de um “exterior” que se descapitalizou por não atender as alterações do fluxo do movimento portuário. Na região do Porto, isso representou uma mudança das relações de propriedade em diversas freguesias, onde chácaras eram convertidas em moradias, transferindo a força de trabalho escrava da atividade agrícola para o trabalho urbano. (Gonçalves, 2020, p. 58)

O Rio de Janeiro tornou-se o principal entroncamento comercial do Brasil e a relação Porto-cidade rendeu a produção simbiótica do espaço e a valorização do capital. A cidade, assim, se expandiu. Como destacam Gonçalves e Costa, entre as transformações geradas pela confluência Porto-cidade, a mais importante fora a ordem do segundo Marquês do Lavradio (vice-rei do Brasil entre 1769 e 1779), de 12 de abril de 1774. A ordem legal do Marquês referendava o edital da Câmara de 1758, determinando a transferência do mercado de escravos da Rua Direita para a região do Valongo, atraindo todos os negociantes para a região portuária.

Esta medida fez com que diversas obras urbanas ocorressem com vistas à tomada e reestruturação do espaço e arrefecimento da dinâmica da atividade econômica instalada na região⁷⁴.

Toda essa agitação comercial estimularia a expansão urbana para o norte da cidade, onde a acumulação de capital gerada pela intensa atividade econômica da região portuária se realizaria fora dos limites onde havia se formado (Gonçalves, 2020, p. 59) (Pereira, 2014, p. 76).

A mudança do mercado de escravos para a região do Valongo foi fruto de um debate higienista travado na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, corroborado por perícias médicas à época, de que as doenças presentes na cidade eram trazidas pelos “pretos novos” e difundidas entre os moradores por causa do transporte e exposição para venda no centro da cidade. Logo, a história do Cais do Valongo começa por conta de um remanejamento de localização para “tirar da vista das pessoas” e “protegê-las” das doenças que aquele comércio traria:

A instalação do mercado de escravos no Valongo foi importante para o desenvolvimento da região. Surgindo em seu entorno uma complexa malha urbana, que proporcionou a expansão das atividades portuárias, com edificações, armazéns de produtos agrícolas, indústrias, vários trapiches, fundições e construções de obras públicas como a construção do cais do Valongo. Modernidade e escravismo estariam presentes nas cidades do Rio de Janeiro, e por ironia conviveriam durante boa parte do século XIX. Era uma cidade que buscava o desenvolvimento baseado em ideias capitalistas que começavam a chegar da Europa, mas que, ao mesmo tempo, não abria mão do trabalho escravo. A solução encontrada foi a remoção do mercado de escravos novos para o Valongo. A medida não tirou o negro da cidade, ao contrário, em algumas freguesias urbanas, essa população chegou a ser maior que a população dita branca. (Honorato, 2019, p. 116-117)

A Câmara Municipal torna-se responsável pela inspeção de saúde dos recentes embarcados e determina sua quarentena nos trapiches e lazaretos da cidade em casos de doença. De início, o mercado passa para a região do Valongo e, em seguida, o Marquês de Lavradio determina a transferência do Cemitério dos Pretos Novos para a mesma região:

Ele funcionou de 1772 a 1830 no Valongo, faixa do litoral carioca que ia da Prainha à Gamboa. Funcionara antes no largo de Santa Rita, em plena cidade, próximo de onde também se localizava o mercado de escravos recém-chegados. O vice-rei

⁷⁴ Partindo das pesquisas de Cláudio de Paula Honorato e Júlio César Medeiros da Silva Pereira: “o aumento da circulação do capital era evidenciado pelo elevado número de estabelecimentos que negociavam escravos, então conhecidos como casas de carne que a região passou a abrigar - cerca de 50 no total. A partir de relatos de viajantes, Honorato calcula que, que em 1826, cada uma das casas continha cerca de 2000 escravos para venda. Além disso, como mostra Pereira, toda a região estava ocupada por casas de comércio, de importação e exportação, depósitos de armadores e trapiches. Havia um movimento constante de navios” (Gonçalves, 2020, p. 58).

Marquês do Lavradio, diante dos enormes inconvenientes da localização inicial, ordenou que mercados e cemitério fossem transferidos para o Valongo, área então localizada fora dos limites da cidade. O Valongo entrou, então, para a história da cidade como um local de horrores (Carvalho, 2014, p. 13)⁷⁵

O Porto e a cidade ganham ainda mais relevância com a chegada da Coroa portuguesa, que se transfere para o Brasil fugindo da expansão napoleônica na Europa em 1808. Além disso, também em 1808, a coroa promove o decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas. A corte traz consigo, inserindo no espaço e na pacata sociedade que já havia, uma estrutura social complexa e um aparato massivo de milhares de funcionários públicos, artistas, intelectuais e artífices, exigindo uma reestruturação da cidade para recebê-la e mantê-la. Decerto, ocorre um reposicionamento do Rio de Janeiro no mapa global das relações de poder, na escala global, e uma profunda reorganização das relações de poder locais, na escala local. Como destaca Honorato:

A estratificação do espaço urbano como forma de controle social fez parte da lógica portuguesa e colonial. Era preciso construir uma cidade limpa, higienizada e moderna. A presença do negro incomodava a elite e os viajantes que passavam pela cidade. A tal situação era incompatível com os novos ideais de modernidade. Aqui emerge um assunto delicado e problemático para o projeto civilizador que se pretendia implantar: como criar uma imagem de civilização em uma cidade cuja população era grandemente composta de escravos, associados à imagem da barbárie e do atraso? Como remover as marcas coloniais e criar uma metrópole moderna numa cidade que dependia para tudo do trabalho escravo? Como vimos, a solução encontrada foi usar a sua mão de obra para construir a nova cidade. Cria-se assim um paradoxo, pois ao tentar diminuir as suas feições coloniais, a nova corte apoiava-se no próprio alicerce colonial para promover tais mudanças. (Honorato, 2019, p. 166-167)

A ordem do Marquês de Lavradio instaura um modelo de higienização executado pela municipalidade. No entanto, este próprio modelo viria a ganhar uma estrutura muito mais complexa. O regimento de 22 de janeiro 1810 trazia a obrigação da realização de duas ancoragens para as embarcações com carregamentos de escravos, uma na enseada de Boa Viagem ou no Paço, para inspeção pelos oficiais da saúde e determinação do tempo de quarentena que seria exercido na ilha de Bom Jesus. Esta obrigatoriedade de dupla ancoragem foi contestada pelos negociantes de escravos ao príncipe regente sob alegação de prejuízos financeiros e de que doenças de pouca gravidade poderiam ser diretamente tratadas nos navios ou nas casas de comercialização.

⁷⁵ Este trecho foi extraído do prefácio que José Murilo de Carvalho escreve em: PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *A flor da Terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*/Júlio César Medeiros da Silva Pereira. – 2 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

Embora as alegações tenham sido contestadas com base nos mesmos argumentos sanitários que deram origem à medida, chegou-se a um consenso: a criação do lazareto do Valongo no nome de Nossa Senhora da Saúde, por meio do aviso régio de 23 de setembro de 1810. Assim, constituía-se na região do Valongo um complexo de serviços ligados ao tráfico de pessoas, por meio de um arcabouço institucional voltado à lógica escravista no Rio de Janeiro oitocentista que objetivava promover a diversificação das empreitadas econômicas. Esta diversificação era própria do processo de expansão do capitalismo mercantil que, na região portuária, materializou-se na ocupação dos terrenos do Monte da Nossa Senhora da Saúde pelos comerciantes do mercado de escravos.

O Cais do Valongo – construído em 1811 pela Intendência Geral de Polícia da Corte do Rio de Janeiro – tornou-se, então, o principal Porto de entrada de africanos escravizados no Brasil e nas Américas, como parte integrante do maior complexo escravista em funcionamento entre a segunda metade do século XVIII e o início do século XIX. O próprio cemitério dos Pretos Novos, no qual eram enterrados os homens, mulheres e crianças sem nenhum tipo de sacramento religioso em valas comuns e covas rasas “à flor da terra”, cumpria uma função para acumulação, já que a igreja cobrava dos comerciantes taxas para as inumações (Pereira, 2014, p. 13).

Com o passar dos anos, como destacamos, a própria presença do mercado favoreceu a instalação de diversos estabelecimentos comerciais e residências, criando uma complexa malha urbana com edificações comerciais e residenciais (Honorato, 2019, p. 150-151). Como também destaca Honorato (2019, p. 55), junto com a ocupação populacional da região, vieram também as reclamações dos moradores incomodados com os odores oriundos do cemitério já muito movimentado em 1821 e de outros cadáveres irregularmente deixados nas imediações. Assim, temos registro de pedidos dos moradores para transferência do cemitério por meio de abaixo assinado enviado ao Príncipe Regente em 1821 (Honorato, 2019, p. 152-154).

Por muito tempo, entre idas e portarias, os pedidos dos moradores restaram inatendidos, de modo que a região foi acometida por gradativa desvalorização das moradias nela contidas. Esta desvalorização teria acarretado a ocupação da região por pessoas pobres, enquanto a expansão da cidade ocorria em busca de “melhores ares” na Lapa, Catete, Glória, Flamengo e Botafogo (Gonçalves, 2020, p. 59) (Pereira, 2014, p. 73). A chegada da família real havia intensificado esse processo de cisão dos espaços da cidade, na medida em que deu início a um processo de expansão da cidade, relegando tratamento diferenciado à região portuária, por se tratar de um espaço em que viviam brancos pobres, escravos de ganho ou negros libertos que ganhavam vida trabalhando no Porto (Gonçalves, 2020, p. 59) (Pereira, 2014, p. 73).

Nada efetivamente mudaria até 1831 (Honorato, 2019, p. 163), quando o tráfico de escravizados foi declarado ilegal, decretando juntamente o fim dos sepultamentos no Cemitério dos Pretos Novos. Ocorre que o tráfico ilegal continuaria ocorrendo e só seria abolido depois do tratado de extinção do tráfico de escravos imposto pela Inglaterra em março de 1845, conhecido pelo nome *Bill Aberdeen* – que atingiu efetivação pela lei Eusébio de Queiroz, de promulgação em 1850.

Houve desde sempre “um desacordo entre a representação e o que, pensando bem, sabemos sobre o seu contexto”, de modo que o ritmo de nossa vida ideológica foi marcado pela dependência do país, que à distância acompanhava os passos da Europa:

Note-se, de passagem, que é a ideologia da Independência que vai transformar em defeito esta combinação; bobamente, quando insiste na impossível autonomia cultural, e profundamente, quando reflete sobre o problema. Tanto a eternidade das relações sociais de base quanto a lepidéz ideológica das “elites” eram parte - a parte que nos toca - da gravitação deste sistema por assim dizer solar, e certamente internacional, que é o capitalismo. Em consequência, um latifúndio pouco modificado viu passar em as maneiras barroca, neoclássica romântica, naturalista, modernista e outras, que na Europa acompanharam e refletiram transformações imensas na ordem social. Seria de supor que aqui perdessem a justeza, o que em parte se deu. No entanto, vimos que é inevitável este desajuste, ao qual estávamos condenados pela máquina do colonialismo, e ao qual, para que já fique indicado o seu alcance mais que nacional, estava condenado na mesma máquina quando nos produzia. (Schwarz, 2012, p. 25)

O desacordo verificado historicamente entre a representação e o contexto dá às nossas cidades uma fisionomia muito particular, rosto marcado pelo processo histórico de sucessivas realocações e manejo do que desde sempre foi essa *disposable labor force* de prontidão para a exploração, empurrando-a cada vez mais para a “ilegalidade” na medida em que a cidade “legal” se “modernizava”. Como coloca Schwarz, e como vimos em 1.3., a Independência em 1822 trouxe ares de mudança e anseio por descolamento de Portugal, de modo que fortemente se investiu em um elemento de coesão nacional e identidade que refletisse a história que se gostaria de contar sobre aquele povo e desde aquele ponto.

Havia o declarado desejo de fabricar um passado que fosse capaz de servir como base para o país que à época se desejava construir, logo, pôs-se em marcha a criação de uma realidade “que não era”: uma virtualização. Deliberado enfoque na escrita do presente com o objetivo claro de construir o sedimento que tentaria lançar e equiparar esta nação inventada ao lado do que ela considerava as nações inscritas no progresso. Assim nasceram as tradições inventadas e a formulação de mitos sobre o Brasil, fazendo com que aquele passado incômodo fosse soterrado por camadas do mais moderno verniz. Um povo fraturado, desterrado em sua própria

terra, que vive a eterna contradição bastante acachapante e concreta de nunca lograr alcançar uma virtualidade.

Fato é que essa proibição de cunho definitivo em 1850 retirava do Porto do Rio de Janeiro uma de suas funções fundamentais, ainda que tenha mantido sua vitalidade com o crescimento continuado da exportação do café produzido no Vale do Paraíba – atividade cafeeira que absorveria a mão de obra escravizada remanescente e seria gradativamente acompanhada pela disseminação do trabalho assalariado.

Eis a moda de fazer “lei para inglês ver” enquanto o país tornava-se pirata, na medida em que manteve, ainda por um tempo demasiadamente longo, a sua atividade econômica mais lucrativa, envolta em silêncio. Não falar da coisa significa não pensar:

O país cujas ações de traficância a partir de 1845 seriam perseguidas nos mares pela Inglaterra da lei intervencionista mundial Aberdeen, era também um país que evitava falar no assunto, aquilo mesmo que o constituía. Evitava simbolizar o próprio uso que fazia, em todos os níveis, do corpo do escravizado. Ao mesmo tempo que queria dizer de si, em falso. Configurava-se uma das mais impressionantes experiências de uma real civilização perversa em plena modernidade, um espaço social cuja ação prática de gozo sobre o seu próprio objeto fetiche, de poder e de riqueza, era mais forte do que qualquer vida simbólica que chegasse a regulá-la. (Ab’Sáber, 2022, p. 191)

Esta recusa à problematização não é costume que tenhamos perdido e, quando necessário fazer algo sobre, aterrávamo-la sob diferentes tipos de pavimentação, a depender da moda arquitetônica do momento. Em 1843 o Cais do Valongo sofre ampla reforma para receber a princesa das Duas Sicílias, Teresa Cristina, futura Imperatriz do Brasil. Nada mais oportuno que a chegada da Imperatriz para ressignificar aquele espaço.

O cortejo da Imperatriz desembarcou no cais que levava seu nome e seguiu pela Rua do Valongo até o Paço da Boa Vista, no bairro de São Cristóvão. É digno de nota que, àquela época, a Câmara da cidade já havia promovido a substituição dos nomes dessas ruas: o Largo do Cais do Valongo passaria a chamar-se de Praça Municipal e a Rua do Valongo, Rua da Imperatriz. O Cais da Imperatriz viria a desaparecer no início do século XX, quando é aterrado para dar lugar à construção de uma praça revestida por pedras portuguesas, a mando do Prefeito Pereira Passos. A referida praça, presente até hoje no local, é popularmente conhecida como Praça Jornal do Comércio, mas àquela época fora batizada de Praça Municipal.

A abolição da escravidão, notadamente em 1888, seguida pela Proclamação da República em 1889, trouxe novos ares, um novo fôlego aos ares de progresso, estampidos inclusive na bandeira, que exigiam a civilização e a modernização da capital da República “transformando-a numa cidade civilizada, símbolo do destino radioso que o Brasil desejava

para si” (De Paoli, 2013, p. 24). Observa-se uma explosão populacional entre 1870 e 1890⁷⁶, duplicando a população da cidade, da qual 24% eram estrangeiros. Como vimos várias unidades industriais começam a ser instaladas na capital federal para suprir crescente mercado interno que se expandia rapidamente⁷⁷.

Francisco Pereira Passos⁷⁸ talvez tenha sido o grande personagem dessa fase, prefeito do Distrito Federal (1906-1906) a mando do Presidente Rodrigues Alves, que tinha assumido para si a tarefa de modernizar a capital federal. Com esse objetivo, mobilizaram-se governo federal e prefeitura para dar cabo das reformas urbanas⁷⁹. Embora falemos de dois âmbitos distintos da administração pública, ambos estavam “bem sintonizados e afinados no principal

⁷⁶ “O fim da escravatura, em 1888, associado à Lei de Terras, legislação que dificultava o acesso dos pobres à terra, contribuiu para transferir enormes contingentes demográficos até o Rio de Janeiro, sede do governo central. Essa, que já era a maior cidade brasileira em população, passou a enfrentar uma grave crise habitacional. Sua população sofria com a carestia, um aumento generalizado de preços, já que praticamente tudo o que consumiam, exceto parte da alimentação, era importado. Ao sustentar a renda dos exportadores de café com desvalorizações cambiais, o governo transferia o ônus dessa política aos residentes urbanos que não tinham como se defender do aumento do custo de vida.” (Santos; Motta, 2003, p. 21). Ver mais em: SANTOS, Angela Moulin Simoes Penalva Santos e MOTTA, Marly Silva da. O “bota-abaxo” revisitado: o Executivo municipal e as reformas urbanas no Rio de Janeiro (1903-2003). *Revista Rio de Janeiro*, n. 10, 2003.

⁷⁷ Ainda, como destacam Gonçalves e Costa, entre os novos habitantes da cidade havia um contingente importante de pessoas vindas de Salvador, a maioria ex-escravos que se instalava em princípio na saúde, o antigo Valongo, onde a moradia era barata e que era próximo ao Porto, que oferecia oportunidade de trabalho braçal. Merece destaque a interpenetração cultural que este contingente trazia para a região (Gonçalves, 2020, p. 40)

⁷⁸ “Francisco Pereira Passos graduou-se em matemática pela Escola Central em 1856. Sua formação de engenheiro se deu em Paris, onde não só freqüentou os cursos da École de Ponts et Chaussées, como acompanhou as obras empreendidas por Georges Haussmann na capital francesa no intuito de transformá-la em uma cidade ‘moderna’ e ‘civilizada’.” (Santos; Motta, 2003, p. 7). Ainda: “No Rio de Pereira Passos, assim como na Paris de Haussmann, as primeiras medidas conducentes às intervenções urbanísticas que realizaram foram defendidas como necessidades derivadas das péssimas condições sanitárias prevalentes nas duas cidades. Pereira Passos foi estudante da École de Ponts et Chaussées na Paris do II Império, o que lhe permitiu apreciar in loco a experiência de cirurgia urbana de maior impacto até então já experimentada, e que seria tomada como paradigma a partir daí.” (Santos; Motta, 2003, p. 25).

⁷⁹ O governo federal ficou encarregado da remodelação do Porto do Rio de Janeiro, empreendimento que compreende a construção do trecho final do canal do mangue, na região da atual avenida Francisco Bicalho, e a abertura de uma avenida que conectasse o Porto ao centro comercial da cidade. A avenida foi inicialmente pensada para ligar o largo da Prainha (atual Praça Mauá) ao largo da carioca, que era então o coração da cidade. Mas no decorrer da elaboração do projeto optou-se por um traçado que atravessava todo o centro de mar a mar, ligando o largo da Prainha ao largo da mãe do bispo, na região da atual Cinelândia, aos pés do morro do castelo. Essa avenida, batizada de central, foi a obra mais emblemática entre todas aquelas realizadas na época, e tornou-se o grande símbolo das reformas urbanas. As obras a cargo da prefeitura foram condensadas no plano de melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro, organizado pela comissão de carta cadastral, repartição que integrava a diretoria geral de obras e viação. O plano consistia na abertura de novas ruas e no alargamento e prolongamento de algumas ruas já existentes, localizadas, em sua maioria, na área central da cidade, com algumas ramificações para os bairros adjacentes. A obra mais emblemática realizada pela prefeitura foi a construção da avenida beira-mar, sobre aterro, ligando o centro a praia de Botafogo. As outras obras, embora importantes para o funcionamento da malha viária da cidade, foram bem menos vistosas, do ponto de vista da imagem urbana que estava sendo construída, do que aquelas empreendidas pelo governo federal. (De Paoli, 2013, p. 24)

aspecto do discurso que era o de modernizar a capital da República, transformando a numa cidade civilizada, símbolo do destino radioso que o Brasil desejava para si” (De Paoli, 2013, p. 24).

O conjunto das obras projetadas iria atingir profundamente o centro da cidade pela concentração dos principais serviços e negócios, mas também pelo fato de ser uma área de formação mais antiga. Isto é, o traçado viário provinha do período colonial e não havia sofrido modificações substanciais desde então, apesar da existência de inúmeros planos urbanísticos e projetos de alargamento de ruas elaborados ao longo do século XIX, mas que nunca chegaram a sair do papel. Logo, é importante destacar que existia uma cultura urbanística já assentada da qual os melhoramentos urbanos ocorridos durante a administração Passos se nutriam diretamente:

Construiu-se então um discurso segundo o qual aquelas “vias estreitas” dificultariam a circulação do tráfego, produzindo uma cidade congestionada, um obstáculo ao bom desenvolvimento do comércio (as obras ocorriam num momento de expansão do comércio internacional, que gerava uma competição entre os países por um lugar de destaque naquele panorama). As “vias estreitas” também foram vistas como fonte de insalubridade, na medida em que dificultariam a livre circulação do ar na cidade (o Rio de Janeiro vinha sendo, desde o século XIX, palco de epidemias frequentes, o que contribuía para denegrir sua imagem no cenário internacional). Além disso, o discurso de condenação do traçado viário da área central seria associado [...] à condenação de sua massa edificada. Os imóveis do centro, instalados no parcelamento do solo proveniente do período colonial, baseado em lotes longos e estreitos, foram considerados fonte de insalubridade, sobretudo pela presença das alcovas, como dos que não recebiam ar nem luz diretamente do exterior. (De Paoli, 2013, p. 25)

Neste momento, para dar conta do acelerado processo de urbanização, em um ritmo muito mais intenso que o da industrialização (Santos; Motta, 2003, p. 23), o poder público é chamado a intervir na estrutura urbana, tendo sido o planejamento urbano defendido como uma necessidade em decorrência das doenças que eram mais facilmente disseminadas em espaços densamente ocupados e, além disso, desejava-se introduzir novos hábitos à população, civilizando-a⁸⁰. Em sua origem, portanto, o planejamento urbano foi respaldado como uma imposição da medicina social, para combater o estigma que a cidade do Rio de Janeiro adquirira

⁸⁰ “Além das reformas urbanísticas, Passos também tencionava introduzir novos hábitos à população carioca, modificar o seu modo de vida, civilizando-nos. Durante o seu governo, ele usou seus poderes discricionários para colocar em vigor uma série de decretos destinados a transformar ‘velhas usanças’ que negavam ao Rio de Janeiro foros de capital e ‘mesmo de simples hábitat civilizado’. Foi proibida a venda de bilhetes de loteria nas ruas e a ordenha de vacas leiteiras em vias públicas, a prática da medicina pública, urinar fora de mictórios, cuspir nas ruas, qualquer forma de comércio ambulante, fogos de artifício, foi mandado apreender qualquer cão que estivesse pelas ruas, dentre outras iniciativas polêmicas.” (Santos; Motta, 2003, p. 26-27)

pelas constantes epidemias que tantos prejuízos traziam as suas relações comerciais (Santos; Motta, 2003, p. 23-25):

As reformas urbanas realizadas durante a administração Passos foram, portanto, justificadas por um discurso que contrapunha nitidamente duas imagens: de um lado, a velha cidade colonial, com suas vielas estreitas e seus casarões insalubre e sem arte. E do outro lado, a nova cidade que estava sendo produzida, dotada de amplas avenidas para a circulação do ar e do tráfego, ladeadas pelos belos edifícios higiênicos. Aquela “velha” cidade - que era a cidade que Pereira Passos encontrou no início de seu mandato (portanto, a cidade do presente, e não do passado) - foi apresentada como símbolo do atraso do Brasil. (De Paoli, 2013, p. 25)

Como colocam Santos e Motta, apesar da cirurgia urbana realizada, Passos não obteve êxito em sua tentativa de utilizar o planejamento urbano como instrumento de transformação da cidade tipicamente colonial em uma Paris. Sem dúvidas, reordenou o centro da cidade e melhorou a circulação entre o centro e as zonas norte e sul, adaptando a cidade às necessidades derivadas de sua condição de “face urbana” das atividades agroexportadoras (Santos; Motta, 2003, p. 27). O problema foi que a intervenção não logrou superar o aumento da densidade urbana e as carências habitacionais, de modo que a “Reforma Pereira Passos” resolve um problema, porém faz emergir outros – como é o caso da concentração populacional em áreas sem infraestrutura urbanística (Santos; Motta, 2003, p. 27).

De Paoli destaca a face operativa do discurso reformista da época, que se valia das narrativas do passado como estratégia discursiva para criticar o presente e justificar os projetos de transformação da cidade em direção ao futuro. Ocorre que, para além dessa estratégia discursiva, estava a cidade, habitada por outros sujeitos, com outras expectativas e visões de mundo. A autora coloca este discurso que pairava sobre a cidade como necessário para convencer a população e construir um consenso em torno das reformas. O interessante é que os antagonismos entre “novo” e “velho”, “passado colonial obscuro” e “futuro radioso” não correspondiam à massa edificada da cidade⁸¹.

A reforma do Porto e as obras viárias na região central, por sua vez, foram financiadas por meio de um vultuoso empréstimo da Casa Rothschild e por capital nacional captado mediante a emissão de apólices especiais (Gonçalves, 2020, p. 41). O Porto consegue manter

⁸¹ Quando Passos assumiu a prefeitura, como destaca a pesquisa de De Paoli, o centro do Rio de Janeiro estava bastante transformado do ponto de vista de sua arquitetura, de modo que apenas parte das edificações então existentes provinham do período colonial. Isto é, não era velha a cidade, esta era muito mais uma figura retórica para justificar as reformas urbanas do que propriamente um diagnóstico da massa edificada existente no momento anterior à sua realização. De Paoli, a ponta para um descompasso entre o discurso reformista de construção do novo e a produção da arquitetura da cidade em sua materialidade. (De Paoli, 2013, p. 39-41).

alguma relevância até a Segunda Guerra Mundial, perdendo relevância para acumulação de capital, já que não é mais o elo entre a economia brasileira e a economia mundial e não serve como espaço de produção de valor pela prestação de serviços portuários e como espaço físico da região portuária (Gonçalves, 2020, p. 41).

Por conta disso, os imóveis da região passam a apresentar baixo valor de mercado e a tornar-se território pouco interessante para a inversão e acumulação capitalista. Exemplo bastante concreto dessa desvalorização fora a expansão viária na área central, destacadamente a inauguração em 1944 da avenida Presidente Vargas, que separou a região portuária da parte vital do centro por uma via expressa de 16 pistas de difícil travessia (Gonçalves, 2020, p. 41).

A mudança da capital federal para Brasília, em 1960, promoveu o crescente esvaziamento político e econômico do Rio de Janeiro, concomitantemente, o abandono da zona portuária, que não foi alvo de nenhum dos grandes investimentos em infraestrutura e renovação urbana dirigidos para as outras regiões da cidade durante os governos militares do período de 1964 a 1985. Para piorar, como exemplo, projetos viários como o elevador da Perimetral desvalorizariam ainda mais o solo urbano daquela área, tornando a zona portuária mera área de passagem, “paisagem esvaziada de sentido e conteúdo para quem trafega e quer chegar o mais rápido possível a seu destino” (Gonçalves, 2020, p. 41).

A zona portuária permanece assim até que nos anos 1980 uma movimentação para repensá-la ocorre por parte da Associação Comercial do Rio de Janeiro, cuja proposta consistia na demolição de várias edificações da região para a construção de um centro comercial que se beneficiaria dos embarques e desembarques do Porto. Como apontam Gonçalves e Costa, trata-se claramente de uma tentativa de acumulação entrelaçada, na medida em que buscava incorporar ao espaço uma dinâmica debilmente integrada de acumulação por meio de um plano de retomada do dinamismo do desenvolvimento capitalista. No entanto, o projeto esbarrou na resistência da população local, que se organizou e obteve o tombamento como patrimônio histórico de 1.100 edificações na zona portuária (Gonçalves, 2020, p. 42).

Os desejos de reformar urbanisticamente a área portuária foram retomados então pelos prefeitos César Maia (1993-1996 e 2001-2008) e Luiz Paulo Conde (1997-2000) (Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 105-119). Em 22 de novembro de 1993, a prefeitura do Rio de Janeiro firmava com a associação comercial (ACRJ) e a federação das indústrias (Firjan) um acordo para a promoção do plano estratégico da cidade do Rio de Janeiro (PECRJ), bem como a contratação da empresa catalã Tubsá (*Tecnologies Urbanas Barcelona S.A*) (Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 117).

Carlos Vainer, ao analisar o episódio, faz apontamentos: em todo o processo empresários e associações patronais ocupavam sem mediações na cena pública e era notória a ausência dos partidos políticos, reforçando um movimento geral de despolitização da questão urbana. Ocorreu também a produção de naturalização das igualdades “desiguais, porém unidos em torno de objetivos comuns”, de modo que os desiguais, são igualmente vítimas da crise da cidade e solidariamente responsáveis por essa crise. O consenso produzido naquela oportunidade não foi resultado do contraditório, mas foi apostado naturalmente pelo compartilhamento de uma experiência urbana suposta comum e indivisível.

Começou-se a modificação da legislação de uso e ocupação do solo urbano, de modo a criar as condições legais para a realização de intervenções na zona portuária. Ainda que tenha ocorrido este pontapé inicial, é apenas na administração do prefeito Eduardo Paes (2009-2017)⁸² que serão feitas as alterações legais e institucionais mais relevantes para viabilizar uma ampla reforma urbanística na região portuária que pretendia reintegrar as áreas contíguas ao Porto à acumulação capitalista.

Pouco antes da administração do prefeito Eduardo Paes, surge um novo interesse dos incorporadores imobiliários pela área portuária, um dos impulsos que decerto mobilizou novos ares de reversão da desconexão da região portuária com a acumulação capitalista. Exemplo disso foi o fluxo relativamente surpreendente da busca de imóveis na região central⁸³. As razões que justificaram esse novo interesse são variadas: a redescoberta das manifestações culturais locais pela juventude rica da zona sul da cidade que incorpora cada vez mais a zona portuária como seu espaço de lazer; e as perspectivas abertas pela Copa do Mundo de 2014 e pelos Jogos Olímpicos de 2016, evidenciando o potencial turístico ensejado pela revitalização do núcleo histórico da cidade.

⁸² O primeiro governo do prefeito Eduardo Paes inaugura a intervenção do Porto com o Projeto do Maravilha e para tanto adotará inúmeras estratégias e construções normativas de apoio para viabilizar as Parcerias Público Privadas, legislação específica de isenção tributária além do arranjo econômico com a Caixa Econômica para a aquisição das CEPAC's e principalmente o arranjo sobre o domínio do território onde a União detinha 62%.

⁸³ “Pode parecer anedótico, mas em 2005 um empreendimento imobiliário desenvolvido na rua do Riachuelo, a aproximadamente um quilometro da área portuária (o primeiro na região central após 20 anos), vendeu seus 688 apartamentos em menos de duas horas! Isso comprovou a existência de uma demanda residencial no Centro que começou a mudar o paradigma do mercado imobiliário, que até então considerava esse espaço inviável para operações econômicas voltadas à classe média. Esse foi um fato importante e simbólico, e muitos operadores imobiliários, que operavam apenas na zona sul da cidade, começaram a procurar terrenos e imóveis no Centro, na região portuária e no bairro vizinho de São Cristóvão” (Andreatta; Vallejo, 2011, p. 37). Ver mais em: ANDREATTA, Verena; VALLEJO, Manuel Herce. Rio de Janeiro y las olimpiadas de 2016: la revitalización del centro urbano sobre la conjugación de los proyectos Porto Maravilha y Porto Olimpico, *Cuaderno Urbano*, v. 10, n. 10, 2011.

Tudo isso nos leva ao projeto Porto Maravilha (2009), que pretendia intervir em uma área de 5 milhões de metros quadrados e 70 km de ruas e vias expressas, compreendendo a região central da cidade e abrangendo os bairros históricos de Santo Cristo, Gamboa e Saúde, além de partes do Centro, Caju, Cidade Nova e São Cristóvão. Como apontam Gonçalves e Costa, a partir do site do Projeto, as projeções são de que as obras levariam a população da região, estimada em 32 mil habitantes, a atingir um total de 100 mil habitantes em 10 anos (Gonçalves, 2020, p. 88).

Como vimos no capítulo 3, o projeto seguiu a tendência global de planejamento estratégico e expropriações urbanas no âmbito do capitalismo financeiro, um modelo catalão que tinha muito de *déjà vu* do modelo americano. O planejamento estratégico, segundo seus defensores, deveria ser adotado por estarem as cidades submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas (Arantes; Vainer, Maricato, 2013, p. 75), substituindo a centralidade da questão urbana de organização do crescimento desordenado para a *competitividade urbana*.

Como aponta Carlos Vainer, impressiona a quantidade de cidades no Brasil e na América Latina que vem contratando os serviços de consultoria e adotando o pacote catalão. Este pacote, como adiantamos, traz a articulação paradoxal de três analogias construtivas: a cidade como mercadoria, empresa e pátria (Arantes; Vainer, Maricato, 2013, p. 77).

Compreender a faceta da cidade como mercadoria, subvertendo as melhores intenções do planejamento contextualista, implicaria na venda daqueles atributos específicos que constituem insumos valorizados pelo capital transnacional⁸⁴ em busca de investidores, visitantes e usuários solventes⁸⁵. O mercado externo e, especialmente, aquele mercado externo constituído pela demanda de localizações pelo grande capital são o que qualifica a cidade como

⁸⁴ “[...] tão logo uma região do mundo se articula à economia global, dinamizando a economia e a sociedade locais, o requisito indispensável é a constituição de um centro urbano de gestão e serviços avançados organizados, invariavelmente, em torno de um aeroporto internacional; um sistema de telecomunicações por satélite; hotéis de luxo, com segurança adequada; serviços de assistência secretarial em inglês; empresas financeiras e de consultoria com conhecimento da região; escritórios de governos regionais e locais capazes de proporcionar informações e infraestrutura de apoio ao investidor internacional; um mercado de trabalho local com pessoal qualificado em serviços avançados e infraestrutura tecnológica” (Borja; Castells, 1997, p. 37). Ver mais em: BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. Local y Global. *La gestión de las ciudades en la era de la información*. Madri: United Nations for Human Settlements/Taurus/Pensamiento, 1997, p. 37.

⁸⁵ “O governo local deve promover a cidade para o exterior, desenvolvendo uma imagem forte e positiva apoiada numa oferta de infraestruturas e de serviços (comunicações, serviços econômicos, ofertas culturais, segurança etc.) que exerçam a atração de investidores, visitantes e usuários solventes à cidade que facilitem suas “exportações” (de bens e serviços, de seus profissionais etc.)” (Borja; Castells, 1996, p. 152-166). Ver mais em: CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. *Novos estudos Cebrap*, n. 45, jul. 1996.

mercadoria. Para além dos atributos e recursos infraestruturais, em direta inspiração no modelo Barcelona, tem-se uma forte operação de *city marketing*⁸⁶.

A cidade como empresa, saindo da forma passiva de objeto e assumindo forma ativa de sujeito (Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 83), as grandes multinacionais do século XXI (Borja; Castells, 1997, p. 190), implica na sua concepção como agente econômico atuante no contexto de um mercado e que encontra neste mercado o modelo e a regra de planeamento e de execução de suas ações. Ações voltadas para o mercado e pautadas por ele. Assim, tomam protagonismo as parcerias público-privadas, e o empreendedorismo urbano torna-se o padrão de gestão. Há uma remodelação do conceito de cidade, de poder público e de governo da cidade (Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 89).

Por fim, a cidade-pátria, que traz o consenso como pressuposto e o manejo da isca cultural que tratamos no capítulo 3, que se baseia em dois pilares (Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 92): uma *consciência de crise*⁸⁷ e o *patriotismo da cidade*. Há uma associação entre a percepção de uma sensação de crise e a criação de consenso com base na perda de oportunidade de não aproveitar o efeito útil que a proposta pode trazer. Pouco a pouco, esta percepção de crise é transformada em um patriotismo de cidade:

Cabe ainda ao governo local a promoção interna a cidade para dotar seus habitantes de patriotismo cívico, de sentido de pertencimento, de vontade coletiva de participação e de confiança e crença no futuro da urbe. Esta promoção interna deve apoiar-se em obras e serviços visíveis, tanto os que têm um caráter monumental e simbólico como os dirigidos a melhorar a qualidade dos espaços públicos e o bem-estar da população. (Borja; Castells, 1996, p. 160)

O plano estratégico fala em nome de uma cidade unificada cuja construção pretende engendrar através da promoção de patriotismo (Arantes; Vainer; Maricato, 2013, p. 94), motivo pelo qual se exige uma liderança carismática e capaz de dar conta desta “dinâmica empresarial”. O Porto Maravilha obedeceu à risca as determinações do pacote catalão com vistas à recuperação de uma região para a acumulação: revitalização de centros históricos e zonas

⁸⁶ “Convém enfatizar a necessidade de realizar estas atuações mediante produtos como por exemplo programa de construção de hotéis, campanhas promocionais mediante ofertas turísticas integradas, projetos culturais, venda de imagem de cidade segura e ou atrativa, companhias específicas de atração de investidores e congressistas etc.” (Borja; Castells, 1997, p. 192)

⁸⁷ “Em todas as cidades o projeto de transformação urbana é a somatória de três fatores: a) a sensação de crise aguda pela conscientização da globalização da economia; b) a negociação entre os atores urbanos, públicos e privados e a geração de liderança local (política e cívica); c) a vontade conjunta e o consenso público para que a cidade deu um salto adiante, tanto do ponto de vista físico como econômico, social e cultural.” (Borja; Castells, 1996, p. 156)

portuárias, utilização de megaeventos esportivos como vetores da reestruturação do espaço urbano para a criação de valor, abertura de um novo ciclo de edificações e valorização do solo atraindo investimentos imobiliários, em uma combinação de investimentos públicos e privados:

Tal acumulação se apropriou do capital simbólico e cultural catalão para “vender” a imagem e as áreas da cidade no mercado mundial. Isso proporcionou uma transformação da arquitetura, da malha urbana central, do comércio local com a abertura de grandes empreendimentos (museus, centros de espetáculo etc.). Todavia, esse processo foi marcado por diversas contradições. Se é verdade que a “atração irresistível” da cultura catalã trouxe em sua esteira a mercantilização multinacional homogeneizadora, não é menos certo que as reformas de Barcelona levaram a remoção da população pobre, apropriação de áreas públicas e eliminação do comércio tradicional local. (Gonçalves, 2020, p. 89)

A região portuária do Rio, seguindo a mesma linha, promoveu diversas remoções de antigos moradores, destacadamente no Morro da Providência, sob a justificativa de necessidade de obras para as Olimpíadas, marcando a conexão entre os megaeventos e a nova etapa de acumulação (Gonçalves, 2020, p. 89). O primeiro momento de implementação do Projeto seguiu um discurso apoiado em termos como “vazio”, “isolamento” e “degradação”, o que justificaria a sua revitalização e modernização. Como vimos, criaram-se dois grandes museus – o Museu de Arte do Rio de Janeiro e o Museu do Amanhã⁸⁸ – com o intuito de preenchimento daquele espaço supostamente vazio e degradado na zona portuária com a imagem que se desejava imprimir à cidade.

Foi no contexto de escavações para obras de revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro referentes ao Porto Maravilha que o Cais do Valongo reemerge à superfície⁸⁹. O Cais, outrora Porto, põe a descoberto as fissuras na história da cidade, na memória, na conformação do povo brasileiro e em nosso país. Juntamente com ele, a reconstituição mnemônica de todo o

⁸⁸ “[...] é verdade que, em sua implementação, ambos os museus não puderam deixar de estabelecer alguma sorte de negociação com a cultura local. Ainda assim, os ícones modernistas e o elogio do futuro materializado principalmente no Museu do Amanhã, concebido e realizado em conjunto com a fundação Roberto Marinho, instituição ligada ao grupo Globo, tendo o Banco Santander como patrocinador máster e a Shell como mantenedora [...] contando ainda com a Engie, IBM e IRB Resseguros como patrocinadores, representam um claro apagamento dos sinais ancestrais que marcam a região.” (Gonçalves, 2020, p. 90)

⁸⁹ “Um projeto foi especialmente concebido para encontrá-los, com o foco mais direcionado para o Cais do Valongo, pela sua indiscutível importância para a comunidade descendente e para a história da escravidão no Brasil, mas, sobretudo, por ele ter sido varrido da memória social do povo brasileiro. Nas situações em que o passado é deliberadamente esquecido e enterrado para que dele não se fale mais, a arqueologia histórica é um poderoso instrumento para recuperar e fazer lembrar o que em algum momento se pretendeu esquecer, funcionando como um antídoto contra amnésias sociais. E o Valongo foi trazido de volta, exatamente duzentos anos depois, em 2011” (Lima; Sene; Souza, 2016, p. 301). Ver mais em: LIMA, Tânia Andrade. SENE, Gláucia Malerba. SOUZA, Marcos André Torres de. Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX, *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v. 24. n. 1, 2016.

complexo que ali estava aterrado; de “vazio”, o espaço não tinha nada. Além disso, houve a inclusão de produtores culturais locais (músicos, artesãos, capoeiristas etc.). Cabe ressaltar que alguns projetos culturais desenvolvidos na área do Porto também contribuem para mostrar a “implausibilidade dos discursos que buscavam descrever a área como vazio a civilizado e ocupado” (Gonçalves, 2020, p. 90).

Merecem destaque os movimentos de resistência que se formaram ao evocar explicitamente o legado deixado pelas mobilizações da pequena África, reforçando um elo entre cultura, trabalho e política, expressando-o em ações coletivas de produção de espaços públicos – práticas sociais instituintes, por excelência.

As formas de acumulação entrelaçada que tiveram lugar na zona portuária no âmbito do projeto Porto Maravilha apresentam-se nas modalidades de acumulação por despossessão, no que tange aos moradores que ocupam imóveis sem adequada regularização da propriedade legal, ainda que a forma de acumulação mais evidente seja a própria do capital financeiro para a criação de novos espaços de acumulação (Gonçalves, 2020, p. 91).

Para execução desse projeto, a Lei Municipal nº 101 2009 determinou a região como “Área de Especial Interesse Urbanístico” e instituiu a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP) – uma empresa mista com participação majoritária da prefeitura do Rio de Janeiro –, como a responsável pela implementação das obras e pela gestão dos recursos patrimoniais e financeiros do projeto.

Para a captação dos recursos necessários ao desenvolvimento das obras foram criados os Certificados de Potencial Adicional de Construção, os famosos CEPACs, títulos emitidos pela prefeitura, negociados na bolsa de valores e vinculados à captação de recursos, de modo que a CDURP só poderia aplicar os recursos captados nas obras previstas na região portuária. Naturalmente, como contrapartida, os compradores dos títulos adquiriam o direito de construir além dos limites normais em áreas que receberam ampliação da infraestrutura urbana⁹⁰. A

⁹⁰ Este ponto exige que destaquemos o funcionamento das CEPACs problematizadas por Cláudio Ribeiro em uma análise referente à legislação que cria a operação urbana consorciada, onde se observa a redução da contrapartida de forma tautológica à própria transação (lucrativa para o incorporador) do direito de construir e nada mais. A realização do lucro se tornaria a própria contrapartida, na medida em que não havia fora a exceção do projeto sagas, qualquer exigência de qualidade de construção. Havia no entanto, uma quantidade de áreas residenciais e não residenciais a serem erguidas naquela área de interesse especial urbanístico, mas em momento algum existe a garantia de que os potenciais construtivos de áreas residenciais deveriam ser utilizados em prioridade tal como não havia um padrão para as residências a serem realizadas na área. Não suficiente, havia a possibilidade de conversão de área residencial em não residencial, sendo o seu contrário imencionado na lei. De início, a contrapartida qualitativa estaria assegurada pela prevalência de área residencial sobre a não residencial, no entanto, quando se abandona o terreno da virtualidade em retorno ao espaço concreto, não havia viés espaço temporal claro, tal como não havia nenhuma determinação que exigia, por exemplo, que para x metros quadrados de área não residencial deveriam ser construídos y metros quadrados de

realização das obras de infraestrutura e a prestação de serviços urbanos foram atribuídas ao consórcio Porto Novo – formado por três construtoras, quais sejam, Odebrecht, OAS e Carioca.

Inicialmente, o processo mostrou-se exitoso, de modo que toda a região portuária passou por um processo de intensa valorização financeira – valorização de 300% do metro quadrado dos imóveis da área. A venda dos CEPACs, de início, também seguiu como esperado, de modo que em junho de 2011 a Caixa Econômica Federal, usando os recursos do FGTS dos trabalhadores brasileiros, adquirira em leilão de lote único e indivisível todos os CEPACs ofertados⁹¹. Em ato seguido, foi criado o fundo de investimento imobiliário Porto Maravilha (FIIPM), administrado pela Caixa, cujos ativos consistiam nos terrenos para a construção e os CEPACs.

Ainda, para completar os valores necessários para realizar o conjunto das obras previstas no valor estimado de 8 bilhões de reais, a CDURP apostará na regularização fundiária e na venda de terrenos da região. O intuito da compra dos CEPACs pela Caixa fora para sua posterior revenda ou negociação com construtoras, recebendo em troca unidades imobiliárias na região.

É importante destacar que a compra dos títulos fora efetuada por um banco público usando fundos dos trabalhadores brasileiros, confirmando uma das tendências do capitalismo financeiro, que tem sido a utilização de provisões e garantias dos trabalhadores para fins especulativos. A bem da verdade, nada mais é que um mecanismo de transferência de riscos. Em 2012, o valor unitário dos CEPACs duplicava; no entanto, desde 2015 o projeto tem sido acometido por uma série de reveses⁹². Destacadamente, a continuada crise econômica

área residencial, dentre os quais z por cento se enquadra variam em habitações de interesse social. No final das contas, a legislação permitiria ao mercado realizar toda a sua contrapartida deixando a opção habitacional para o segundo, terceiro o último plano. A depender da valorização já alcançada, que poderiam ser abandonados de vez. (Ribeiro, 2010, p. 14-17)

⁹¹ “Chama a atenção, no entanto, uma forma mais sutil e perversa de captura de mais-valia, a preponderância de fundos de pensão nesses investimentos urbanos. A operação urbana consorciada Porto maravilha, foi financiada pelo FGTS da caixa econômica; já a Invepar, por outro lado, possui em sua composição acionária os fundos Petros e Funcef (50% das ações), além de um fundo de investimento do Banco do Brasil (25%). Portanto, o novo conteúdo do espaço urbano produz, também, “mais-valia relativa da cidade” ao utilizar, para aumentar o acúmulo de espaço urbano, o financiamento garantido pela classe trabalhadora, cuja expectativa seria ter garantido desfrute de sua aposentadoria. A utilização desse tempo de trabalho acumulado capturado pelos fundos de pensão para aumentar o valor do solo rouba 2 vezes a classe trabalhadora, que, sem saber, tem seu futuro utilizado para empobrecê-la no presente, por exemplo, ao pagar as mais caras passagens de metrô no mundo, e, para acumular mais cidade nas mãos dos proprietários, que, ao usar esses fundos para produzir uma cidade que lhes renderá mais ganhos, aumentam o preço do solo, aumentando por conseguinte, os aluguéis daqueles que, sem saber, estão financiando o projeto urbano que os oprime” (Ribeiro, 2018, p. 279-280).

⁹² Destaca-se o período de investigações do Ministério Público Federal conduzidos no âmbito da Operação Lava Jato, que envolviam algum dos protagonistas do programa da reforma urbana, sendo as 3 construtoras responsáveis pela execução das obras indiciadas com seus diretores condenados e presos. “Os próprios donos da construtora carioca confessaram que o consórcio Porto Novo pagou 52 milhões de reais ao então presidente

enfrentada pelo país, que atinge em cheio as expectativas de lucro vinculadas ao empreendimento e freia a valorização imobiliária da região. Por conta disso, ocorreram dificuldades de financiamento das obras e serviços se tornaram suspensos parcialmente entre julho e novembro de 2017 por falta de pagamento à concessionária Porto Novo. Os CEPACs adquiridos pela Caixa também “encalharam” (Gonçalves, 2020, p. 93).

O Porto Maravilha tem sido profundamente afetado pela crise econômica, política e social que atravessa o capitalismo mundial desde 2008 e passou a atingir o Brasil de maneira mais contundente em 2014. Além disso, também por uma crise da economia fluminense, que perdera gradativamente seu dinamismo produtivo e sofre desde então cenário regressivo⁹³:

Definitivamente, o consenso social se dirigia para o reconhecimento de que o desajuste nas contas públicas do Rio de Janeiro era um problema de receita, agravado por fraude e corrupção. E mais: estava cada vez mais claro que as expectativas e a euforia pela “cidade olímpica” de que o megaevento traria desenvolvimento não se realizaram. Ao contrário, a opção por altos investimentos dirigidos ao espetáculo (arenas e parques esportivos, *boulevard*, campo de golfe etc.) Explicitavam o contraste típico dos projetos de modernização, em que o chamado moderno cresce e se alimenta da existência do atrasado ou, para usar nossa terminologia, em que expropriações e, portanto, aprofundamento da desigualdade são condições para a transformação do espaço físico em valor. (Gonçalves, 2020, p. 93)

De início, toda a empreitada fora marcada por grande euforia, mas posteriormente sofreu grande impacto da recessão econômica brasileira e da crise fluminense, de modo que as expectativas, promessas de arrefecimento econômico e revitalização no sentido de aumentar a densidade populacional da região não chegaram a se concretizar. Apesar da renovação urbana empreendida e dos intensos fluxos de valorização, o espaço adentrou em uma nova fase de desmercantilização⁹⁴:

da Câmara dos deputados e hoje condenado e preso Eduardo Cunha em troca de seu apoio nas negociações que permitiram a liberação de recursos do FGTS para investimentos na região portuária” (Gonçalves, 2020, p. 93), como um dos exemplos de escândalos referentes à empreitada.

⁹³ Para melhor detalhamento do cenário de recessão econômica, consultar GONÇALVES, Guilherme Leite. 2020.

⁹⁴ “Em termos gerais, ela [crise econômica fluminense] reproduziu entre atores e estruturas locais, envolvidos na operação Porto Maravilha, os mecanismos de instabilidade impostos pela financeirização global, associados a superprodução de ativos fictícios incapazes de serem absorvidos e realizados no tempo espaço socioeconômicos existentes. No Porto do Rio, essa dinâmica se apresentou como uma crise de sobre acumulação dos Cepacs, em um contexto recessivo de retração do mercado imobiliário na região. A crise propriamente dita operou na zona portuária e processos de desmercantilização, marcados por ameaças e queda real da lucratividade dos atores privados envolvidos, induzindo-os a retirar investimentos da área. Esses processos vão exigir rearranjos e recombinações dos diferentes capitais implicados com o poder público no interior do projeto Porto maravilha para possibilitar nova onda de mercantilização por meio de expropriações como solução da respectiva crise.” (Gonçalves, 2020, p. 122)

De lá para cá, a situação tem se tornado cada vez mais crítica. Com a retração do mercado imobiliário, não há interesse pelos Cepacs para os fins de construção de prédios. com isso, os objetivos da parceria público privada não podem ser concretizados e os repasses para a concessionária Porto Novo, que administra a área, não são cumpridos. A imagem e sensação são de abandono completo da área. (Gonçalves, 2020, p. 98)

As imagens e sensação de completo abandono da área fazem pesar mais ainda os números das remoções de antigos moradores da região, apresentando-se sempre como contundente contraponto ao uso retórico da expressão “vazio” demográfico isolado da cidade capitalista:

De 2009 a 2016, 675 famílias foram expulsas de suas comunidades por causa do projeto Porto Maravilha. Na ocupação Zumbi dos Palmares, que se situava em prédio abandonado no Instituto Nacional de Seguro Social, 133 famílias foram removidas em 2011. No mesmo ano, 30 famílias da Ocupação Flor do Asfalto tiveram o mesmo destino. Em 2012, a remoção da ocupação Machado de Assis foi inteiramente concluída. Totalmente removidas também foram as famílias das ocupações Boa Vista (35 famílias), Carlos Marighella (47 famílias) e Casarão Azul (70 famílias). Até novembro de 2015, 140 famílias haviam sido removidas e 692 encontravam-se sob ameaça de remoção no Morro da Providência em razão de suposta situação de risco da área, bem como da implementação de teleférico turístico e um plano inclinado. Por fim, a ocupação Quilombo das Guerreiras foi completamente extinta com a remoção de suas 70 famílias. Seu terreno foi oferecido ao projeto Trump Towers Rio. (Gonçalves, 2020, p. 121-122)

Durante todo o processo, a cultura desempenhou um papel ambivalente, uma isca atirada nos dois sentidos – atração de investimentos que gerariam retorno e consenso da população na preservação de sua identidade e arrefecimento econômico –, como vimos anteriormente, mas não sem conflitos. A rigor de exemplo, em 2012 a construção de um teleférico de R\$75 milhões ensejou reclames dos moradores locais por conta da remoção e demolição de dezenas de casas na Providência, medida que não era, para eles, prioritária⁹⁵. A desativação do teleférico ocorreu dois anos depois de sua construção e perdura até hoje, enquanto ainda não se escolheu a empresa que operará o serviço e seus reparos não ocorrerem efetivamente⁹⁶.

Na fase inicial do projeto, pôde-se observar a estratégia discursiva de preenchimento de um vazio urbano com progresso e sentido. O caso é que, após a “redescoberta” da localização

⁹⁵ “Mesmo a gente dizendo que a nossa prioridade não era o teleférico, [que] a nossa prioridade era saneamento básico, vagas nas creches para as crianças, saúde, educação... [eles] construíram esse teleférico”, quando guia de turismo e morador da Providência é entrevistado para matéria em ‘Porto Maravilha’, O Maior Projeto de Revitalização Urbana do Rio, 10 Anos Depois, *RioOnWatch*. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=44800>, acesso em: 25-02-2024.

⁹⁶ Teleférico da Providência deve voltar a funcionar até março em fase de testes. Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/bandnews-fm/rio-de-janeiro/noticias/teleféricos-do-alemao-e-da-providencia-tem-periodo-final-de-obras-adiado-16659339>, acesso em: 25-02-2024.

do Cais do Valongo, esse discurso teve de mudar radicalmente, adaptar-se, com ênfase sobre como o Projeto Porto Maravilha seria fundamental na recuperação da história e memória da região. Os arqueólogos responsáveis pela escavação foram vistos pela municipalidade, inicialmente, como um empecilho diante do cumprimento de apertado cronograma de obras:

Alcançar esse objetivo, contudo, implicava grande desafio metodológico, na medida em que seria preciso conciliar com a pesquisa arqueológica as metas e o apertado cronograma do programa de revitalização, impostos rigorosamente pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Dada a relevância dos dois sítios, o procedimento correto, do ponto de vista científico, seria a escavação convencional do trecho da Praça Jornal do Commercio, onde supostamente deveriam estar os dois cais. Contudo, tratava-se de uma intervenção de todo dependente do poder público municipal, posto que implicava o fechamento das duas pistas de uma das principais vias de escoamento do trânsito na zona portuária, a avenida Barão de Tefé, bem como o rompimento das suas respectivas camadas de asfalto, o que só poderia ser feito, de fato, *pari passu* com as obras de infraestrutura em andamento e com o suporte da Prefeitura, que tinha muita pressa. Isso significava abrir mão, em parte, do que era esperado e desejado do ponto de vista científico, em prol do que era possível na circunstância do empreendimento. Ou seja, tão somente monitorar o que fosse emergencial e escavar sistematicamente o que fosse possível. Assim, o trabalho foi iniciado em consonância com a intervenção prevista para as duas pistas de rolamento, no caso, a instalação de um sistema de drenagem de alta capacidade de escoamento de águas pluviais. (Lima; Sene; Souza, 2016, p. 317-318)

A despeito da pressa, a materialidade do Cais colocara-o na linha de candidatura ao reconhecido como patrimônio mundial da humanidade e trouxe uma mudança na postura dos administradores. Mudança, esta, que se verificava na inclusão da revelação do patrimônio histórico da região como um dos objetivos e resultados do Projeto Porto Maravilha (Lima; Sene; Souza, 2016, p. 387). Aquele Cais, principal Porto de entrada de africanos escravizados no Brasil e nas Américas, passou a integrar a Lista do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1º de março de 2017.

É aqui o momento em que se exige algum cuidado, na medida em que não há qualquer dúvida de que todos os esforços – que não foram poucos – no sentido de patrimonialização desta memória e construção, posterior, do Circuito da Herança Africana⁹⁷ tiveram um papel

⁹⁷ Circuito que compreende o Cais do Valongo, a Pedra do Sal, o Jardim Suspenso do Valongo, o Largo do Depósito, o Cemitério dos Pretos Novos e o Centro Cultural José Bonifácio, em que cada um dos pontos indicados pelo decreto remete a uma dimensão da vida dos africanos e seus descendentes na Região Portuária. O Cais do Valongo e da Imperatriz representa a chegada ao Brasil. O Cemitério dos Pretos Novos mostra o tratamento indigno dado aos restos mortais dos povos trazidos do continente africano. O Largo do Depósito era área de venda de escravos. O Jardim do Valongo simboliza a história oficial que buscou apagar traços do tráfico negreiro. Ao seu redor, havia casas de engorda e um vasto comércio de itens relacionados à escravidão. A Pedra do Sal era ponto de resistência, celebração e encontro. E, finalmente, a antiga escola da Freguesia de Santa Rita, o Centro Cultural José Bonifácio, grande centro de referência da cultura negra, remete à educação e à cultura como instrumentos de libertação em nossos dias, como se extrai do site da prefeitura na parte que concerne a CCPar – Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos, em <https://www.ccpa.rio/circuito-da-heranca-africana/>.

importante em “recuperar e fazer lembrar o que em algum momento se pretendeu esquecer, funcionando como um antídoto contra amnésias sociais” (Lima; Sene; Souza, 2016, p. 301). Não se pretende de forma alguma inviabilizar todos os partícipes e processos de disputa pela memória inscrita na região portuária. Ao contrário: são eles, como veremos, o caminho para sua articulação com o presente.

O caso é que o Cais do Valongo, inserido no Circuito da Herança Africana, é a fissura da história do povo brasileiro inscrita na cidade do Rio de Janeiro e, mais ainda, revelador de uma dinâmica de produção e reprodução do espaço que não mudou muito – ou quase nada – até os dias de hoje. Por isso o recurso a Walter Benjamin, como se mostrará no desfecho a seguir.

5.2 Escombros do futuro: retratos de um Porto no Porto Maravilha, como fissura na história do Rio de Janeiro

“Como alguém que se mantenha à tona num naufrágio por subir no topo de um mastro que já se desmorona. Mas dali ele tem uma oportunidade de fazer sinais que levem à sua salvação.”

Walter Benjamin, numa carta a Gerhard Scholem datada de 17 de abril de 1931

O caso-referência do Cais do Valongo, Porto dentro da Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro, é caso exemplar que funciona como base fática para a pesquisa teórica desenvolvida⁹⁸ ao longo deste trabalho. Neste capítulo aproximaremos a construção que fizemos de nosso referencial teórico à realidade de nosso objeto, assistindo à cristalização das hipóteses levantadas em seu curso⁹⁹.

Se, de início e ao longo de todo o trabalho, pareci andar tateando o entorno e tratando sobre tudo o que não diz respeito ao nosso caso-referência é porque, entre ondas e ares de

⁹⁸ Segundo Fonseca (2009), a expressão caso de referência, que foi usada pela primeira vez por Rosângela Lunardelli Cavallazzi na sua tese de doutoramento, difere de estudo de caso adotado de forma exemplar no campo da Sociologia por consistir em selecionar uma situação que funcione como base fática para a pesquisa teórica que se quer desenvolver. Ver mais em: FONSECA, Maria Guadalupe Piragibe da. *Iniciação à pesquisa no direito: pelos caminhos do conhecimento e da invenção*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

⁹⁹ Os retratos que ilustram o presente trabalho foram retirados em visitas efetuadas em dias diferentes com um espaçamento de meses entre elas. Isso com o intuito de um “retrato” mais fidedigno da paisagem que compõe o espaço de nosso caso-referência, verificando se o pequeno fluxo de pessoas é uma constante. O retrato foi a forma de captar aquela paisagem para que pudéssemos decantá-las por meio da teoria que construímos ao longo do trabalho.

progresso e modernização é que o Cais do Valongo foi criado, coberto e redescoberto. Como quem cambaleia entre contar a história da árvore que tomba na floresta face a todo o resto que existe, a História maiúscula do Cais do Valongo, no que diz respeito aos processos que lhe deram causa, encobriram e o reescavaram, revela a forma de “pensar pelo grande” que o país sempre teve. Não apenas isso.

A escolha de contar uma História maiúscula em detrimento de confeccionar uma reunião de rastros do que *não teve lugar* poderia parecer um contrassenso, uma vez que a primeira metade do trabalho é dedicada às Teses Sobre o Conceito de História e aos escritos sobre cidade de Walter Benjamin. O caso é que seguimos a todo o momento, se é que assim posso colocar, revelando o procedimento aditivo de usar a massa dos fatos para preencher o tempo homogêneo e vazio ao que nos condenamos: seguimos marchando sem nos darmos conta do que fica pelo caminho. Ao que parece, somos cada vez mais deslocados do meio em escala humana em que *fazer vida* é possível, desarticulados, inclusive, de nós mesmos. As virtualidades que criamos e a imposição do meio técnico-científico-informacional ao qual estamos submetidos têm nos tornado cada vez mais incapazes e impossibilitados de desenvolver qualquer coisa próxima de uma consciência histórica, como propunha Benjamin.

Com isso não quero promover o que se pode interpretar como nostalgia, como se existisse um “antes” para o qual deveríamos retornar. É todo o contrário, o “antes” que há e a sua “eterna” repetição é que são parte do problema que este trabalho pretende colocar. Assim, é valioso o recurso a Benjamin, na medida em que a ênfase no presente exige de nós a percepção da possibilidade e da oportunidade quando ela se mostra. Uma ênfase no presente exige que utilizemos o passado com o objetivo de mudar o presente, sendo qualquer outra forma de recuperação do passado ineficaz e celebratória. Circundamo-nos de tradições inventadas, e a necessária pergunta agora é a de pensarmos o quanto elas próprias não passaram a nos subjetivar.

A questão incômoda que aqui coloco é o fato de que o entorno, como “tudo o que não diz respeito” ao Cais do Valongo, fala mais sobre o Cais e sobre nós mesmos do que de início poderíamos pressupor. A História maiúscula deste Porto dentro de um Porto no capitalismo global foi *o que teve lugar* e, como é o objetivo do trabalho, a despeito das melhores intenções de preservação da fissura que o Cais representa nessa História maiúscula, é ela *que continua tendo lugar*, na medida em que não somos capazes de proceder à sua efetiva articulação, capaz de operar uma mudança no presente.

É bastante sintomático que o Cais, outrora encoberto por camadas de reformas urbanas sucessivas, voltara à superfície justamente por conta de outra reforma urbana. Não bastasse a

potência simbólica deste paralelismo, aquele lugar de memória patrimonializado, por conta de todo o entorno, vê-se cada vez mais perdido na paisagem que se ergue diante dele. A problemática que pretendo colocar é a que Benjamin levantara há muito sobre a incapacidade de articulação do passado com o presente pela marcha a todo vapor em direção ao progresso inscrito no futuro. O Cais do Valongo, quando torna à superfície põe a descoberto tudo o que ficara pelo caminho, todo o complexo escravagista que supõe a fratura do Brasil.

Figura 1 – Sequência de retratos do Cais do Valongo



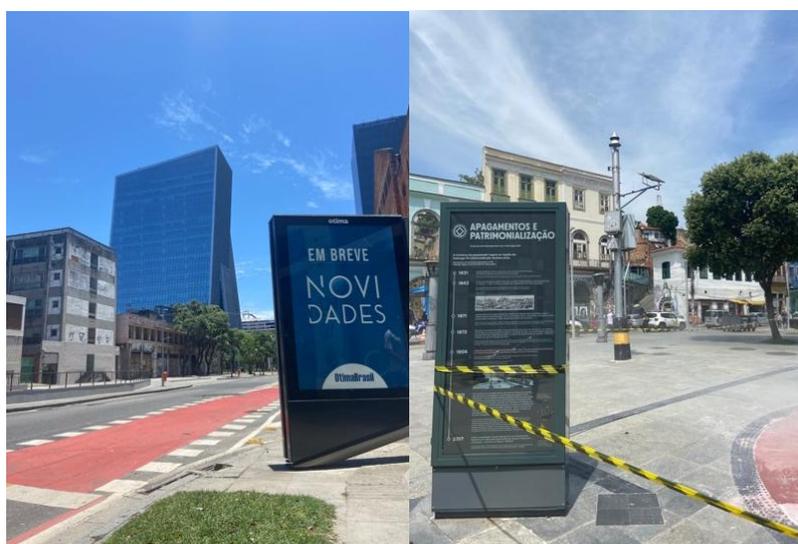
Legenda: Sequência de retratos tomados do início ao fim da Praça Jornal do Comércio em que jaz o Cais do Valongo. Fonte: acervo pessoal, 2024.

Não somente a fratura brasileira, mas põe a descoberto a fratura do mundo, na medida em que a revelação de nossas próprias contradições, uma vida de aparentes inadequações que muito bem conviveram – mais ainda, muito bem serviram –, revela o fundo falso dos ideários e abstrações em que nos espelhávamos – e, infelizmente, este não é só caso de pretérito imperfeito. Decerto, há um presente ausente malgrado esperando a oportunidade de ação. Se começamos com Walter Benjamin e sua crítica ao modo como a História maiúscula é feita, foi para que chegássemos mais perto de perceber para além da literalidade da mensagem que a redescoberta do Cais do Valongo traz consigo.

Para além da literalidade e contundência da mensagem sobre nosso passado “de que não se escolheu falar”, o Cais revela a problemática central da memória e história em tempos de imposição da cidade *standard*. O Cais causa uma fissura na falsa produção de consensos que se criou no Projeto do Porto Maravilha, na medida em que coloca a descoberto as próprias contradições do processo de sua elaboração e implementação como forma de revitalização de uma região “vazia” demograficamente e esvaziada economicamente e de sentido.

Como construímos com Benjamin, o passado não está presente como um fato mudo, pois *o que teve lugar* está vivo, e o futuro, para ele, figuraria como “projeção do presente possível”. Enxergar o Cais como uma oportunidade de articulação do passado para modificação do presente exige que desconfiemos das totalidades. Por um lado, não há dúvidas da necessidade de tê-lo como Patrimônio Mundial da Humanidade e da grande dignidade histórica que traz a institucionalização de um Circuito da Herança Africana – medida, inclusive, que lhe traz oxigenação.

Figura 2 – Sequências de retratos do Cais do Valongo



Legenda: Retratos dos dois lados da Avenida Barão de Tefé: em um deles a Praça Jornal do Comércio em que jaz o Cais com totens explicando a sua importância histórica; no outro, o totem que promete “novidades em breve”.
Fonte: acervo pessoal, 2024.

O que aponto – e por isso fundamental a leitura benjaminiana – é para o risco de que esta memória tenha cada vez mais a sua articulação diminuída, inserida como um fato que foi aceito no clube dos grandes fatos que compõem a História maiúscula da Cidade Maravilhosa. Isto é, uma cidade equivocadamente mais consciente de seu passado, na medida em que a descoberta da fissura que é o Cais só ocorreu pela reprodução e eterna repetição de suas próprias contradições: alavancagem e arrefecimento econômico em uma onda de modernizar a cidade que seria palco dos megaeventos e que, para sua implementação, optou por valorizar oportunamente seu passado, condenando-o a uma região de passagem e visita para consumo a gosto do freguês, de preferência, solvente.

Quando coloco que ele ultrapassa a literalidade de sua mensagem, é porque ele é revelador da continuidade e eterna repetição de um *modus operandi*: mais outra “forma

importada” que adotamos, mas, como vimos, capaz de revelar o elemento caduco e o fundo falso da própria “forma importada”. A cidade *standard* aparece como a radicalização da matriz moderna que funciona na lógica da uniformização de espaços e sujeitos e que mata a simbiose entre estes dois.

O recurso a Benjamin não se esgotou em suas *Teses Sobre o Conceito de História*, mas em um recorrido pelos seus escritos de cidade, que são reveladores da forma como ele próprio as enxergava: uma cidade marcada pela circulação, pela interpenetração e pela *porosidade*: de pessoas, ideias, tempo, história e memória. O ensaio *Nápoles* traz a interpenetração que a porosidade como produção de possibilidades, e trazê-las em termos de forma urbana implica em reconhecer que existir é uma questão, incontornavelmente, coletiva – relações simbióticas entre espaço e pessoas.

Como vimos em Benjamin, os diferentes traços que compõem a Fisionomia da Metrópole Moderna alteraram a percepção de tempo dos seus habitantes – aqueles que, por hábito, foram regidos pela rítmica da modernidade e condenados a ela com todas as consequências que ela impõe. A Metrópole Moderna ergueu-se diante de seus habitantes como um emaranhado crescente e complexo cujas dimensões nos escapam.

Foi de grande valia que compreendêssemos essa percepção temporal no espaço através de Milton Santos, na medida em que o complexo de relações se modifica com a complexificação da sociedade e economia: em Benjamin vemos o homem ser transformado em um dentre dez mil passantes e, posteriormente, em Santos, esse que passa dentre dez mil iguais a ele, está inserido em rede, sujeito a dimensões que ele não pode dar conta, mas sabe que é um entre bilhões condenados, quiçá, à fluidez.

Como vimos, instaurou-se uma corrida para adaptar a materialidade dos lugares, tornando-a atrativa para incursões da escala global, uma corrida entre as cidades dos países – países que já disputavam um campeonato próprio no capitalismo global. A rítmica que se impõe sobre a escala humana obedece à banalização da invenção; esta condena à inovação e à novidade é uma das causas da aceleração contemporânea.

Figura 3 – Sequência de retratos pela Rua Sacadura Cabral



Legenda: Sequência de retratos tomados na Rua Sacadura Cabral, que liga o Cais do Valongo à Pedra do Sal. O prédio envidraçado que se pode ver na imagem central é a Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos - CCPar. Fonte: acervo pessoal, 2024.

Há novidades em uma sucessão avassaladora, novidades à espreita como causa de nossa aparente distração, fazendo com que o presente sempre nos escape. E, como vimos com Benjamin, o presente exige toda a nossa atenção, pois é nele que somos capazes de acionar os freios de emergência desse ritmo avassalador que se impôs sobre tempo, espaço e às pessoas.

Aquela simbiose que experimentamos em *Nápoles* se vê diante do avanço da cidade *standard* e parece alterar esse equilíbrio, homogeneizando espaços e sujeitos, a passos aparentemente contraditórios, produzindo um espaço fragmentado e desconectado da história produzida pelos seus habitantes. Não há diálogo, mas a produção de falsos consensos, como foi o caso da reforma no Porto do Rio de Janeiro.

Quando coloco esta reforma urbana como mais outra “forma importada” que adotamos, refiro-me ao pacote catalão que tem muito de *déjà vu* do modelo americano que traz consigo o uso da história e da memória como uma forma de potencializar o acúmulo de valor do espaço, explorando o capital simbólico daquela população que não está em condições paritárias de negociação. O Cais do Valongo, Porto dentro de um Porto no capitalismo global, é a fissura que revela o legado anódino da escravidão e do não pensamento que marca o pensamento brasileiro. Além disso, é a fissura que revela, como colocou Benjamin, uma sociedade condenada à angústia enquanto a fantasmagoria ocupa nela um lugar central.

O Porto Maravilha nasce como outra novidade caduca, mais uma manifestação da cidade *standard* por meio da criação de uma virtualidade que a matéria social é incapaz de acompanhar. A cidade *standard* não é aquela que se ergue de golpe diante dos olhos dos habitantes, mas a que se espalha através de construções normativas e na implementação de

projetos urbanos, impondo-lhes uma lógica contratual padronizada à moda dos contratos de adesão. O que ela produz são os falsos consensos e se concretiza em oculta desigualdade. A paisagem adquire um aspecto compulsório engessado no modelo de mercado. Assim ela tem se imposto sobre a face das cidades, tornando as suas fisionomias cada vez mais resumidas à da mais completa fetichização.

É o caso do planejamento estratégico com ênfase na cultura que se tornou o Porto Maravilha, este entorno em autofagia que engole e desarticula aquele que foi o principal Porto de entrada de africanos escravizados no Brasil e nas Américas, reduzindo-o ao *status* de produto simbólico e histórico que a cidade do Rio de Janeiro tem a oferecer para quem a vier visitar. O Porto Maravilha deixa como legado a eterna repetição de formas descontextualizadas da matéria social e o Cais do Valongo é a fissura que revela a permanência deste descompasso histórico, agora condenado a assistir à cidade *standard* que paulatinamente se impõe sobre ele e rodeado pela novidade.

Figura 4 – Pilar que sinaliza o Sítio Arqueológico do Cais do Valongo



Legenda: Aqui está ancorado o Cais do Valongo, condenado a assistir à emergência da cidade *standard*, aquela que carrega em si os mesmos ideais de modernização e civilidade que marcam a história de nosso caso-referência.

Fonte: acervo pessoal, 2024.

O Cais está condenado a assistir à modernização e aos ideais de “civilidade” que promoveram o seu surgimento e, depois, o seu apagamento. Se seguimos do Cais em direção ao Boulevard Olímpico, verificamos o que coloco como perda de porosidade face à estandardização, na medida em que os espaços foram destituídos de dinamicidade. Isto é, a

proposta que as reformas traziam era a de construção de espaços “para pessoas”, mas que acabaram revelando-se mais vazios do que o argumento retórico trazido pelo Projeto à época com vistas a implementar o consenso acerca da proposta de revitalização. Um Boulevard para pessoas que não possui pessoas.

Figura 5 – Sequência de retratos do Boulevard Olímpico



Legenda: Nestes retratos podemos ver a extensão do Boulevard e a montagem de uma modesta feirinha com barraquinhas vendendo *souvenirs* de viagem, ao redor da qual se reúnem os visitantes, de preferência solventes. Além dela, não há muito mais o que ver. Fonte: acervo pessoal, 2024.

A falta dos principais participantes de uma cidade dá-se por muitos motivos. Um deles é pelo fato de que não há outra atividade na região em questão que não seja voltada para atender aos visitantes, “de preferência solventes”. Há muitos prédios fechados: armazéns, empresas que ali se instalaram e prédios antigos, alguns *retrofitados*. O VLT passa pelo meio dele, o que eventualmente reúne uns quantos passageiros, mas nunca o suficiente para ensejar uma movimentação ou efetiva ocupação do espaço. A falta de pessoas deve-se, também, à elevada sensação térmica que o espaço impõe com muito poucas sombras. É por esse motivo, também, que não há como encontrar espaços de abrigo ou conforto, sendo o mobiliário urbano pensado para esse sentido de passagem e não permanência.

Figura 6 – Retratos dos bancos curvos e mural do artista Kobra no Boulevard



Legenda: Bancos curvos dispostos pelo Boulevard em que deitar-se é impossível, tanto pela forma quanto pela temperatura que atingem nos dias de sol. O último retrato traz o mural do artista Kobra, encomendado para ocasião dos Jogos Olímpicos. Fonte: acervo pessoal, 2024.

Logo se percebem alguns aspectos do abandono, na medida em que, por exemplo, não há motivos para se preocupar com o recolhimento de lixo, se não há pessoas suficientes que o produzam. Seguindo o fluxo das novidades, encontram-se muitas lixeiras esvaziadas, sem o que recolher.

Figura 7 – Retratos do Boulevard



Legenda: Seguindo o caminho que indicam as novidades, percebemos o “vazio” e as lixeiras vazias do espaço. Fonte: acervo pessoal, 2024.

A bem da verdade, parece-se um pouco com uma cidade cenográfica, aquela que recebe vida apenas enquanto nela ocorre uma cena, realidade bastante diferente daquela celebrada por Benjamin e Lacis sobre a cidade-palco para infinitas possibilidades da teatralidade em *Nápoles*. O Boulevard Olímpico – assim como seus arredores – parece montar um pequeno espetáculo,

bastante modesto, que obedece ao fluxo turístico que desembarca dos transatlânticos e atende aos visitantes solventes.

Figura 8 – Retratos da Feirinha para os visitantes solventes



Legenda: Os transatlânticos aportam e, para os que descem à terra, há uma pequena cena montada com souvenirs de viagem, camisas da seleção, bandeiras, placas, roupas e, inclusive, roupas de matriz étnica. Fonte: acervo pessoal, 2024.

Figura 9 – Retratos da Feirinha para os visitantes solventes



Legenda: Os transatlânticos aportam e, para os que descem à terra, há uma pequena cena montada com souvenirs de viagem, camisas da seleção, bandeiras, placas, roupas e, inclusive, roupas de matriz étnica. Fonte: acervo pessoal, 2024.

Há um cenário montado, como disse, modesto para o igualmente modesto fluxo de turistas que passa por ali. Decerto lembra com algum humor a cena que vimos em *Nápoles* relatada por Benjamin e Lacis, que por uns trocados, o turista pode ver a “tradicional técnica

napolitana de comer macarrão com as mãos”. Tão logo termina a cena, o movimento termina e não há muito mais o que ver. Os próprios murais grafitados pelo artista Kobra, outrora motivo de furor e certamente bem-sucedido atrativo que na época dos megaeventos atraía milhares de pessoas para fotos, jaz desbotados sem muitos passantes que o contemplem.

Seguindo o fluxo dos totens que anunciam a espreita das novidades, percebe-se muito claramente o acúmulo de tempos que o espaço revela, de modo que formas antigas convivem ao lado de formas “modernas”, mas, ao contrário do que vimos em *Nápoles*, parecem não empreender muito diálogo. Houve a implementação de novos prédios – empresas, *think tanks*, etc. –, mas que não dialogam com a parte histórica da cidade.

A sensação de “vazio” e degradação se entende e extrapola o perímetro do Cais e do Boulevard. Não há fluxos, mas estagnação. É importante destacar que as fotos datam de dias diferentes, de modo a perceber que as imagens não são um recorte de um dia que fora particularmente atípico. Se há algum fluxo mais relevante, é nos finais de semana ou nos grandes eventos, as cenas às quais o cenário foi feito para dar lugar.

Figura 10 – Retratos do Boulevard



Legenda: Retratos do Boulevard criado para pessoas “sem pessoas”. Fonte: acervo pessoal, 2024.

A impressão de estagnação não parece limitar-se ao fluxo de pessoas, mas na própria movimentação dos fluxos de investimento, motivo pelo qual há muitos prédios ainda esvaziados de sentido e função. Ao retornar em direção à Pedra do Sal, passando pelo *Aqua Rio* em direção à Avenida Venezuela, percebemos algum fluxo de pessoas maior por conta das repartições públicas. A bem da verdade, parecem cenas semelhantes à construção do livro *Rua de Mao Única* que trouxemos no capítulo 2: o passante distraído a caminho do trabalho – e no tempo do trabalho – não se dá conta, mas o acúmulo de tempos está ao seu redor, opondo-lhe, enquanto passa, antiguidades às novidades da modernidade.

Figura 11 – Arredores do AquaRio



Legenda: Retratos dos arredores do AquaRio, com as mesmas lixeiras vazias e o contraste com o resto da cidade que fica para trás do Boulevard. Fonte: acervo pessoal, 2024.

Figura 12 – Retratos da Avenida Venezuela

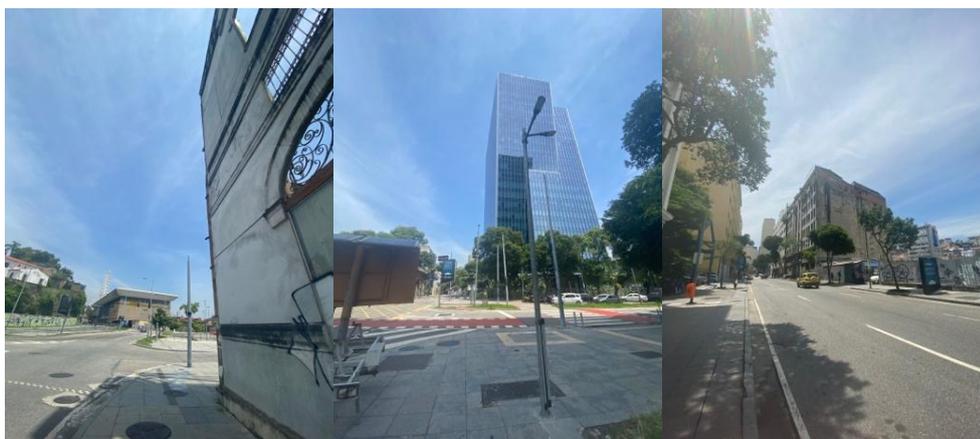


Legenda: Seguindo o fluxo das novidades pela Avenida Venezuela passamos pelo Moinho Fluminense e alguns prédios que albergavam antigas companhias e indústrias, ao lado dos quais, eventualmente, pipocam prédios modernos – convivem o antigo e o moderno. Fonte: acervo pessoal, 2024.

O interessante é notar que a Metrópole Moderna descrita por Benjamin erguia-se como um imenso aglomerado de textos e imagens. A metrópole contemporânea, colocada pela cidade *standard* parece adicionar uma complexidade a essa característica, uma vez que suas formas pareciam estar sendo gestadas nessa descrição benjaminiana, mas, a depender de como se planeje estrategicamente classificar determinado espaço – como é o caso do Boulevard Olímpico –, ela impõe textos e imagens que passam a impressão de “paz e harmonia social”, a tal da tentativa de emular “civildade” que passa ares cenográficos àquela paisagem.

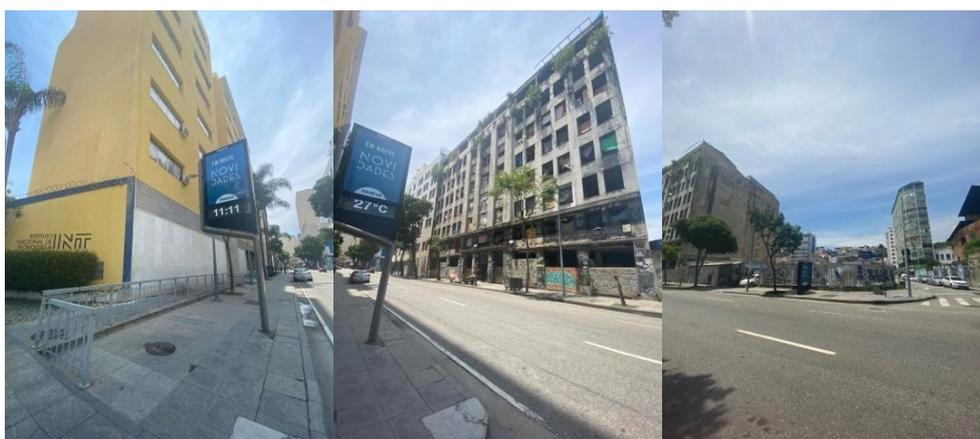
Há uma sucessão de novidades, como disse, à espreita, pois muitas delas ainda estão se manifestando sob a forma de promessas “em breve novidades” que parecem rechaçar o antigo, sem articulação com ele, ou mostrar sinais de interpenetração. A sensação é a de pequenos transplantes que não são rechaçados pelo corpo, pois o fluxo que corre entre eles obedece a matriz moderna. Não é o caso de uma configuração histórico-social que se interpenetra, mas de fragmentar mais ainda, em uma microescala, o próprio espaço.

Figura 13 – Retratos da Avenida Venezuela



Legenda: Seguindo o fluxo das novidades pela Avenida Venezuela há prédios que albergavam antigas companhias e indústrias, ao lado dos quais, eventualmente, pipocam prédios modernos – convivem o antigo e o moderno. Fonte: acervo pessoal, 2024.

Figura 14 – Retratos da Avenida Venezuela

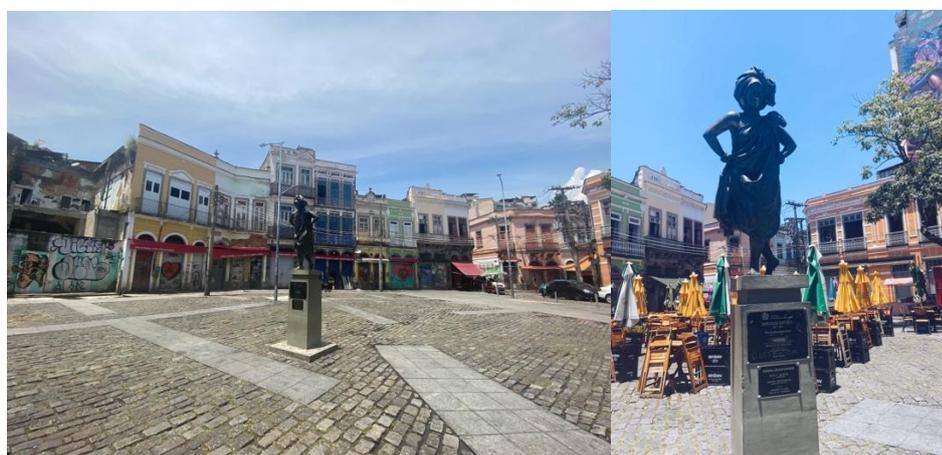


Legenda: Seguindo o fluxo das novidades pela Avenida Venezuela há prédios de repartição pública como o Instituto Nacional de Tecnologia e a Justiça Federal convivendo com prédios antigos, como este ocupado como se pode ver na imagem. Fonte: acervo pessoal, 2024.

O que Benjamin propunha, e este me parece um apontamento interessante se desejamos a inversão desse processo, é a interrupção da novidade-mesmice com a busca da integração e interpenetração dessas formas com o intuito de romper com a cronologia e a marcha vazia e irrefletida sempre adiante.

Chegando ao Largo da Prainha, alguma dialogicidade parece retornar em dias em que ocorre o samba. Fora este evento, a sensação de cenografia parece retornar. Se andamos em direção à Pedra do Sal, observamos que as atividades ali são todas voltadas para aquele evento: quais sejam bares e depósitos de bebidas que ficam fechados durante o dia, já que não há fluxo e movimento suficientes que lhe permitam o contrário.

Figura 15 – Retratos do Largo da Prainha



Legenda: O retrato mostra a imagem de Mercedes Baptista, primeira bailarina negra do Theatro Municipal e a paisagem de bares e restaurantes, vazios e fechados por conta do pouco movimento pelo dia, mas abertos nas noites em que há samba na Pedra do Sal. O primeiro retrato foi tirado em uma terça-feira e o segundo em um sábado.
Fonte: acervo pessoal, 2024.

Figura 16 – Retratos do Largo da Prainha



Legenda: O retrato mostra a paisagem de bares e restaurantes, vazios e fechados por conta do pouco movimento pelo dia, mas abertos nas noites em que há samba na Pedra do Sal. Fonte: acervo pessoal, 2024.

De caminho à Praça Mauá, continuamos a perceber o acúmulo desigual dos tempos contrastantes, na medida em que a vida em escala humana precisa sobreviver à escala global que se lhe impõe através da cidade *standard*. Para resistir naquele espaço, é preciso adaptar-se; assim, as atividades adaptam-se ao evento que se decidiu preservar. Sempre com os cuidados necessários de não ensejar um apagamento dos movimentos e forças que tanto lutaram e seguem lutando pela manutenção das suas formas de vida naquele espaço, coloco aqui o constante incômodo: *o que teve lugar* no espaço só ocorreu porque foi-lhe permitido que *tivesse tido lugar*.

Assim, decerto que a institucionalização e reconhecimento das manifestações culturais são dos avanços mais dignificantes e positivos, mas o que não pode ocorrer é o manejo como isca cultural no sentido de oferecer esta dignidade e promessas de arrefecimento econômico gerador de empregos para a população criando consensos e nublando o que ficou pelo caminho e o que *não pôde ter lugar*. Refiro-me aqui às remoções e ao fato de que a população não parece ter sido capaz de se apropriar efetivamente do lugar.

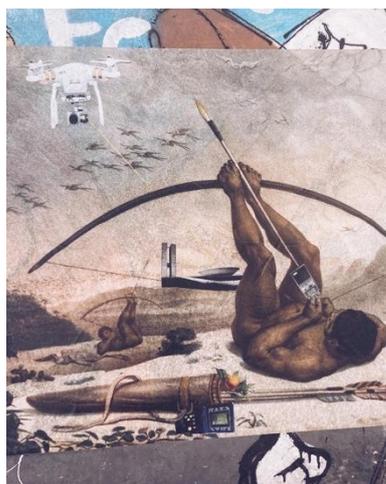
É sintomático que no mesmo ano em que reemerja o Cais, trazendo à tona o passado brasileiro, ocorram despejos e remoções em prol dos mesmos ares de futuro – as remoções não se limitam à zona portuária, como é sabido. A rigor de exemplo, temos o caso conhecido de remoção da Vila Autódromo para construção do Parque Olímpico. O que Benjamin incita é a pergunta: progresso e futuro, mas a que custo? A custo de quem?

Figura 17 – Retratos da Rua Sacadura Cabral em direção à Praça Mauá



Legenda: Estes retratos mostram a subida da Rua Eduardo Jansen e a “Escada da Bandeira do Brasil”, que foi sinalizada como ponto turístico ao lado da Igreja de São Francisco da Prinha. Fonte: acervo pessoal, 2024.

Figura 18 – “Lambe-lambe” na Rua Sacadura Cabral



Legenda: “lambe-lambe” na Rua Sacadura Cabral. Fonte: acervo pessoal, 2024.

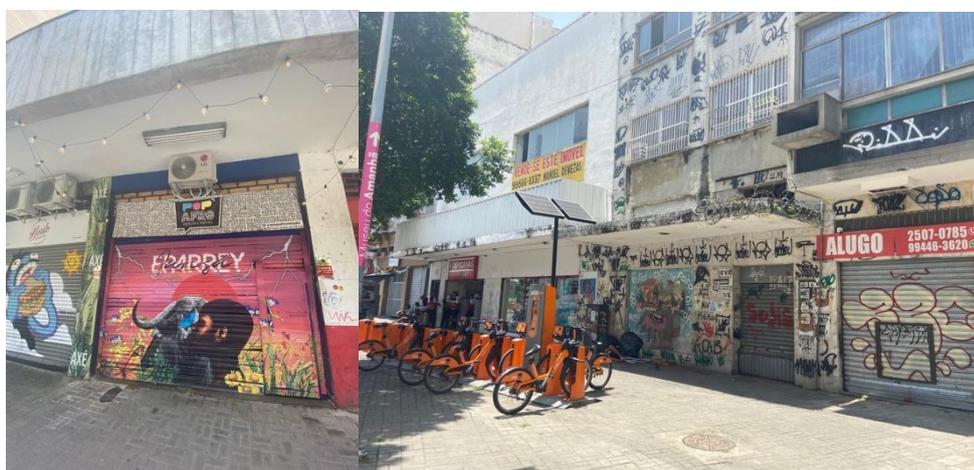
Como vimos, o intuito de Benjamin no desenvolvimento do Trabalho das Passagens fora a demonstração de que modo a história e a arte do século XIX foram distorcidas, em todas as suas expressões, por conta da constituição fundamental da sociedade capitalista. A posição crítica de caráter dialético que ele toma – da qual me valho aqui – é a de suprasumir essas distorções na construção histórica convocando o passado – em sua forma purificada – e colocando-o diante das falsas tendências históricas do presente.

Benjamin construíra uma analogia entre o despertar do sonho e o recordar que realiza a memória, ambos como forma de fissurar a nossa percepção do presente – aquele que nos escapa constantemente e sobre o qual deve recair nossa mais desperta atenção. Por um lado, recordar o que ficou de fora da História e, por outro, despertar o passante-consumidor das passagens

desse estupor que o distrai: o caráter fetichista da mercadoria que parece se manifestar na própria expressão dos fenômenos culturais.

O fato econômico que se expressava “por meio de” e “dava a configuração” dos fenômenos culturais – à época Benjamin escolheu exemplificar com as passagens, moda e construção – parece paulatinamente ter se apropriado das manifestações culturais para a produção de mais-valor. Elas têm lugar, porque lhes foi permitido *ter lugar*. Por isso, é na pluralidade e na resistência dos movimentos que a esperança e a possibilidade de recuperação da porosidade – como retomada do complexo de relações simbióticas – resistem; do contrário, como colocou Santos, resumem-se todos os rostos em um: ao da mais completa fetichização.

Figura 19 – Final da Rua Sacadura Cabral chegando à Praça Mauá



Legenda: Loja “Pop Afro – criações pretas” de um lado da rua e, do outro, uma série de imóveis à venda ou para aluguel. Fonte: acervo pessoal, 2024.

Os retratos deste Porto dentro de um Porto visam trazer estas imagens em sua própria ambiguidade e pô-las à interpretação. Trazê-las em sua forma manifesta de mercadoria, como imagens de um sonho coletivo do qual se está acordando e do qual guardamos alguns poucos traços mnemônicos. Interpretar estas imagens, como é a tarefa do historiador benjaminiano, visa a promoção do despertar desta ideologia do progresso que nos deixa distraídos em nossa marcha sempre avante, mostrando-nos o que fica pelo caminho.

Figura 20 – Retratos da Praça Mauá



Legenda: Sequência de retratos da Praça Mauá em que se pode ver ao fundo o Museu do Manhã. O retrato central mostra o famoso edifício A Noite, inaugurado em 1929, ano em que foi considerado o maior prédio da América Latina com seus 22 andares. Em julho de 2023 a Prefeitura do Rio de Janeiro anunciou a venda do imóvel para o Grupo QOPP Incorporadora, que ofereceu 36 milhões de reais além de 50% do potencial adicional gerado pelas regras do Reviver Centro, estimado em mais de R\$ 24 milhões¹⁰⁰. O último retrato mostra a mensagem colocada no centro da praça em referência ao G20, evento que reúne ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo. Fonte: acervo pessoal, 2024.

A marcha em direção ao progresso colocada por Benjamin anda *pari passu* com a marcha em direção ao desenvolvimento que o Brasil, país considerado historicamente periférico, realiza mirando no futuro. O problema destes passos maiores do que o que a perna dá é o de sempre parecermos tropeçar no presente. Por isso, é nele em que a nossa ênfase deve recair, do contrário, adotaremos formas essencialmente caducas que não são acompanhadas pela matéria de pessoas; pior, o descompasso produz mais desigualdade e vulneração.

O fundo falso dessas formas que importamos fica perceptível tão logo as implantamos. A eterna repetição deste *modus operandi* deveria nos levar a perceber isso. O caso é que a cidade *standard* parece estar destruindo a porosidade e simbiose dos espaços a nível global, na medida em que a economia e a política mostram sinais de que o centro está sendo fraturado pela

¹⁰⁰ O município comprou o imóvel do Governo Federal, via Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos (CCPar), por R\$ 28,9 milhões, no início do ano, após cinco tentativas de negociação pelo Governo Federal, entre 2021 e 2022. Em setembro de 2022, o prefeito Eduardo Paes anunciou que o compraria caso não houvesse uma proposta privada até o prazo estabelecido para lances, no dia 18 de fevereiro de 2023. A Prefeitura quis evitar outro longo processo para tentativa de negociação do prédio. Em declaração no site da prefeitura, Eduardo Paes afirma: “Esse gigante de concreto armado é testemunha de que os tempos mudam e que as cidades, assim como os homens, se renovam e se adaptam para continuar vivos. O Edifício A Noite deixa de ser um símbolo do passado para ser um símbolo do futuro”. Estas informações foram extraídas do site oficial da prefeitura do Rio de Janeiro. *Prefeitura anuncia venda do edifício A Noite*. Disponível em <https://prefeitura.rio/noticias/prefeitura-anuncia-venda-do-edificio-a-noite/>, acesso em: 01-03-2024.

periferia. Se o mundo se “brasilianiza”, ou seja, o centro se vê rachado pela periferia, parecendo adotar cada vez mais a nossa fisionomia, é porque aquelas formas que adotamos tinham um tanto mais de “caducidade” que ainda não se mostrava tão evidente. Aquilo que os países do centro experimentam agora é a face do capitalismo global que nós, da periferia, sempre enxergamos desde a expansão colonial.

Há uma crise ancorada no Porto que recai sobre as relações que *dão vida e fazem vida* no espaço. A cidade *standard* parece ter encoberto os poros em que atravessava a memória e a história da região com um verniz de modernidade e elegias celebratórias. A cidade *standard* parece ter logrado impor e reproduzir um tempo homogêneo e vazio à cidade impondo-lhe tradições inventadas e fetichizadas sob a forma mercadoria, negando-a como espaço de possibilidades e negando o direito à cidade.

Por esse motivo escolhi ler a história do nosso caso-referência através de categorias benjaminianas, de modo a revelar a eterna-mesmice que acomete a História maiúscula e que ancora o Cais do Valongo na imagem de um Porto dentro de um Porto no capitalismo global. No entanto, a cidade *standard*, apesar de hegemônica, não é exclusiva, na medida em que a fragmentação também produz pluralidade. É desta pluralidade, tão valorizada em Lefebvre, que pode nascer a possibilidade sob a forma das práticas sociais instituintes. A recuperação da porosidade significa a recuperação da escala humana das relações que *dão vida* ao espaço e permitem *fazer vida* nele e, para isso, despertar deste tempo homogêneo e vazio que a cidade *standard* impõe é a ordem do dia se queremos recuperar nosso direito à memória, à nossa história e à cidade.

CONCLUSÃO

O percurso teórico desenvolvido ao longo deste trabalho acadêmico permitiu que desembocássemos no Cais do Valongo e pudéssemos dar conta das diferentes camadas de investigação que ele traz consigo. Se, de início e ao longo de todo o trabalho, pareci andar tateando o entorno e tratando sobretudo o que não diz respeito ao nosso caso-referência é porque foi entre ondas e ares de progresso e modernização que o Cais do Valongo foi criado, coberto e redescoberto. A História maiúscula do Cais do Valongo, no que diz respeito aos processos que lhe deram causa, encobriram e o reescavaram, revela a forma de “pensar pelo grande” que o país sempre teve.

Seguimos ao longo do trabalho a todo momento revelando o procedimento aditivo de usar a massa dos fatos para preencher o tempo homogêneo e vazio ao que nos condenamos e que parece se agravar com o avanço irrefreado da cidade *standard*. O surgimento, apagamento e a recente descoberta dos vestígios materiais do Cais revelam a eterna repetição da mesma forma de marchar adiante sem nos darmos conta do que fica pelo caminho. Fomos cada vez mais deslocados do meio à escala humana em que *fazer vida* é possível, desarticulados, inclusive, de nós mesmos. As virtualidades que criamos e a imposição do meio-técnico-científico-informacional ao qual estamos submetidos têm nos tornado cada vez mais incapazes e impossibilitados de desenvolver qualquer coisa próxima de uma consciência histórica, como propunha Benjamin.

A questão incômoda que aqui coloco é o fato de que o entorno, como “tudo o que não diz respeito” ao Cais do Valongo, fala mais sobre o Cais e sobre nós mesmos do que de início poderíamos pressupor. A História maiúscula deste Porto dentro de um Porto no capitalismo global foi *o que teve lugar* e, como é o objetivo do trabalho, a despeito das melhores intenções de preservação da fissura que o Cais representa nessa História maiúscula, é ela *que continua tendo lugar*, na medida em que não somos capazes de proceder à sua efetiva articulação, capaz de operar uma mudança no presente.

Por esse motivo, Walter Benjamin ensina que a ênfase no presente exige de nós a percepção da possibilidade e da oportunidade quando ela se mostra, e ela pode ser encontrada no Cais, na medida em que ele é, por um lado, a perfeita representação de um presente ausente. Por outro lado, ainda guiados por Benjamin, uma ênfase no presente exigiria que utilizássemos o passado com o objetivo de mudar o presente, sendo qualquer outra forma de recuperação do passado ineficaz e celebratória. A problemática que pretendi colocar foi a que Benjamin

levantara há muito sobre a incapacidade de articulação do passado com o presente por conta da marcha a todo vapor em direção ao progresso que parecemos acreditar estar inscrito no futuro.

O Cais do Valongo, quando torna à superfície põe a descoberto tudo o que ficara pelo caminho, todo o complexo escravagista que supõe a fratura do Brasil. Não somente ela, mas põe a descoberto a fratura do mundo, na medida em que a revelação de nossas próprias contradições, uma vida de aparentes inadequações que muito bem conviveram – mais ainda, muito bem serviram – revela o fundo falso dos ideários e abstrações em que nos espelhávamos – e, como disse, infelizmente, este não é só caso de pretérito imperfeito.

Para além da literalidade e contundência da mensagem sobre nosso passado “de que não se escolheu falar”, o Cais revela a problemática central da memória e história em tempos de imposição da cidade *standard*. O Cais causa uma fissura na falsa produção de consensos que se criou por ocasião do Projeto do Porto Maravilha, na medida em que coloca a descoberto as próprias contradições do processo de sua elaboração e implementação como forma de revitalização de uma região “vazia” demograficamente e esvaziada economicamente e de sentido.

A problemática que quis apontar através da leitura benjaminiana, é para o risco de que esta memória tenha cada vez mais a sua articulação diminuída, inserida como um fato que foi aceito no clube dos grandes fatos que compõem a História maiúscula da Cidade Maravilhosa. Isto é, uma cidade equivocadamente mais consciente de seu passado, na medida em que a descoberta da fissura que é o Cais só ocorreu pela reprodução e eterna repetição de suas próprias contradições: alavancagem e arrefecimento econômico em uma onda de modernizar a cidade que seria palco dos megaeventos e que, para sua implementação, optou por valorizar oportunamente seu passado, condenando-o a uma região de passagem e visita para consumo a gosto do freguês, de preferência, solvente.

A cidade *standard* aparece como a radicalização da matriz moderna que funciona na lógica da uniformização de espaços e sujeitos e que mata a simbiose entre estes dois. Ela traz consigo uma sucessão de novidades avassaladora, como vimos ser o caso do Porto Maravilha: uma sucessão de promessas, “em breve novidades”, capaz de fazer com que o presente sempre nos escape enquanto nos distraímos com as promessas de futuro.

Aquela simbiose que experimentamos em *Nápoles* se vê diante do avanço da cidade *standard*, que altera o equilíbrio das relações, homogeneizando espaços e sujeitos, a passos aparentemente contraditórios, produzindo um espaço fragmentado e desconectado da história produzida pelos seus habitantes. Não há diálogo, mas a produção de falsos consensos, como foi o caso da reforma no Porto do Rio de Janeiro, mediante o uso da história e da memória como

uma forma de potencializar o acúmulo de valor do espaço, explorando o capital simbólico daquela população que nunca esteve em condições paritárias de negociação.

Por esse motivo, enxergo o Porto Maravilha como outra novidade caduca, mais uma manifestação da cidade *standard* por meio da criação de uma virtualidade que a matéria social é incapaz de acompanhar. Outra ênfase no futuro que ergue diante de si uma pilha de escombros. Assistimos ao engessamento da paisagem no modelo de mercado e à uniformização cada vez maior da fisionomia das metrópoles contemporâneas através da cidade *standard*. Este por si só já seria problema suficiente, mas a crise que parece ter ancorado no Porto Maravilha revela o fundo falso do planejamento estratégico com ênfase na cultura que ele acabou se tornando.

O Cais do Valongo é vítima da autofagia do Porto Maravilha, engolido e desarticulado, na medida em que é reduzido ao status de produto simbólico e histórico que a cidade do Rio de Janeiro tem a oferecer para quem a vier visitar. O Cais está condenado a assistir à modernização e aos ideais de “civilidade” que promoveram o seu surgimento, apagamento e, agora, parecem fazer daquela oportunidade, uma novidade. Afirmo isso, sempre com os cuidados necessários de não ensejar um apagamento dos movimentos e forças que tanto lutaram e seguem lutando pela manutenção das suas formas de vida, história e memória naquele espaço.

Com cuidado, devemos assumir a tarefa de suprassumir as distorções na construção histórica convocando o passado para colocá-lo diante das falsas tendências históricas do presente. O que Benjamin e os frankfurtianos detectaram foi como o caráter fetichista da mercadoria parece se manifestar na própria expressão dos fenômenos culturais. Em nosso caso-referência, parece que ocorre paulatinamente a apropriação das manifestações culturais, história e memória dos habitantes para produção de mais-valor. Como coloquei, elas têm lugar, porque lhes foi permitido *ter lugar*.

A marcha em direção ao progresso colocada por Benjamin anda *pari passu* com a marcha em direção ao desenvolvimento que o Brasil, país considerado historicamente periférico, realiza mirando no futuro. O Cais do Valongo é a fissura que denuncia essa eterna repetição que parece cada vez mais se agravar na medida em que a cidade *standard* avança. Ela parece estar destruindo a porosidade e simbiose dos espaços a nível global, na medida em que a economia e a política mostram sinais de que o centro está sendo fraturado pela periferia. Estas incursões globais podem ser cada vez mais observadas nas grandes metrópoles, o que as tem transformado em centros de produção de desigualdades incapazes de lidar com a matéria social que aflui até elas.

Assim nos descobrimos vanguarda: aquele centro vê-se fraturado pela periferia, parecendo-se adotar cada vez mais a nossa fisionomia. Vanguarda porque aquelas formas que adotamos tinham um tanto mais de “caducidade” que ainda não se mostrava tão evidente no centro. Aquilo que os países do centro experimentam agora é a face do capitalismo global que nós, da periferia, sempre enxergamos desde a expansão colonial. A cidade *standard*, como a face mais acabada do capitalismo global, encobre os poros em que atravessava a memória e a história da região com um verniz de modernidade e produz tradições inventadas. Além disso, impõe e reproduz aquele tempo vazio e homogêneo que Benjamin nos provoca a descontinuar. Ela nega a cidade como espaço de possibilidades e o nosso direito a ela.

Quando o Cais do Valongo reemerge como fissura, revela consigo mais camadas e inflexões do que a contundência de sua mensagem poderia pressupor. Este Porto dentro de um Porto no capitalismo global coloca-nos diante de nós mesmos e as respostas que ele nos dá talvez digam mais do que poderíamos ter nos permitido pensar. Como coloquei na introdução, este trabalho acadêmico de investigação é fruto do caminho por uma trajetória de pesquisa que desemboca no Cais e permite que lhe façamos todas essas perguntas que nos levam a encarar uma realidade adormecida sobre nós mesmos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB´SABER, Tales. O Soldado Antropofágico: escravidão e o não-pensamento no Brasil. N-
leidições, hedra, 2022.
- ABREU, Maurício. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Instituto Pereira Passos, Rio de
Janeiro, 4ª edição, 156 p., 2006.
- ADORNO, Theodor W. Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos Theodor W.
Adorno, Max Horkheimer; tradução, Guido Antonio de Almeida. – 1ªed – Rio de Janeiro:
Zahar, 1985.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. A Rosa do Povo. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- ANDREATA, Verena e VALLEJO, Manuel Herce. Rio de Janeiro y las olimpiadas de 2016:
la revitalización del centro urbano sobre la conjugación de los proyectos Porto Maravilha y
Porto Olimpico, Cuaderno Urbano, v.10, n.10, 2011.
- AQUINO, Joao Emiliano Fortaleza de. Imagem onírica e imagem dialética em Walter
Benjamin. Revista de Filosofia do Mestrado Acadêmico em Filosofia da UECE, Fortaleza, v1
n2, verão 2004.
- ARANTES, Otilia B. Fiori. Urbanismo Em Fim de Linha e Outros Estudos sobre o Colapso
da Modernização Arquitetônica Otilia Beatriz Arantes. – 2ª ed.- São Paulo: Editora da
Universidade de São Paulo, 2014.
- ARANTES, Otilia B. Fiori. VAINER, Carlos e MARICATO, Hermínia. A cidade do
pensamento único: desmanchando consensos Otilia Beatriz Arantes, Carlos Vainer e
Hermínia Maricato – 8ª ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- ARANTES, Paulo Eduardo. A fratura brasileira do mundo: visões do laboratório brasileiro da
mundialização Paulo Eduardo Arantes; posfácio de Marildo Menegat – São Paulo: Editora
34, 2023.
- ARENDT, Hannah. Homens em tempos sombrios. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BAKIS, Henry. *Communications et territoires*. Paris, La Documentation Française, 1990.
- BAUMAN, Z. Retrotopia. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. 1. Ed. São Paulo: Alameda, 2020.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica Walter Benjamin;
organização e prefácio Márcio Selligmann-Silva; Tradução Gabriel Valladão Silva. – Porto
Alegre, RS: L&PM, 2021.
- BENJAMIN, Walter. Passagens Walter Benjamin; edição alemã de Rolf Tiedemann;
organização da edição brasileira de Wille Bolle; colaboração na organização da edição
brasileira de Olegária Chain Féres Matos; tradução do alemão Irene Aron, tradução do francês

Cleonice Paes Barreto Mourão; revisão Técnica Patrícia de Freitas Camargo. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

BENJAMIN, Walter. Rua de Mão Única Walter Benjamin; tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho; organização e introdução Jeanne Marie Gagnebin; textos em apêndice de Asja Lacis, Siegfried Kracauer, Ernst Bloch e Theodore W. Adorno – São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2023 (1ª edição), 2023.

BENJAMIN, Walter. Rua de Mao Única: Infância berlinense: 1900 Walter Benjamin; edição e tradução Joao Barrento. 1.ed; 4ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

BOLLE, Willi. Fisiognomia da Metrópole Moderna: Representação da História em Walter Benjamin Willie Bolle. – 3ed – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2022.

BORJA, Jordi & CASTELLS, Manuel. Local y Global. La gestión de las ciudades en la era de la información. Madri: United Nations for Human Settlements Taurus Pensamiento, 1997.

BOYM, Svetlana. The future of nostalgia. Basic Books, 2001.

BRAUDEL, Fernand. Histoire et Sciences Sociales: Pour une Économie Historique: Les Responsabilités de l’Histoire et Sociologie; L’Apport de l’Histoire des Civilizations: Unité et Diversité des Sciences de L’Homme Fernand Braudel, tradução Rui Nazaré. Editorial Presença, Lisboa, 1990.

BRIDGE, G; WATSON, S. A Companion to the city. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2003.

BUCK-MORSS, Susan. Dialética do olhar: Walter Benjamin e o projeto das passagens. Belo Horizonte: UFMG; Chapecó: Argos, 2002.

CAMPILHO, Matilde. Jôquei. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2015.

CARR, E. H. Que é história?. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

CASTELLS, Manuel & BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. Novos estudos Cebrap, n. 45, jul. 1996.

CASTRO, C. “Sobre o tapete da verdade: Benjamin e Hölderlin”. In: Viso: Cadernos de estética aplicada, v. I, n. 2, mai-ago.2007.

CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli e BERTOLDO, Flávio Soares. Desafios da Cidade Standard, in Cidade Standard e Novas Vulnerabilidades, 2018 – Coleção Direito e Urbanismo.

CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli e FAUTH, Gabriela. Cidade standard e vulnerabilidades em processos de precarização: Blindagens ao direito à cidade. “III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo”, São Paulo, 2014.

CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. O estatuto epistemológico do Direito Urbanístico Brasileiro: possibilidades e obstáculos na tutela do Direito à Cidade. In: COUTINHO, R.; BONIZZATO, L. (Org.). *Direito da cidade: novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, pp. 53-69.

CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. MACHADO, Denise Barcellos Pinheiro. Construções normativas na cidade standard: vulnerabilidades e sustentabilidade. *Conpedi Law Review*, 2015, p.143, http://dx.doi.org/10.26668/2448-3931_conpedilawreview.2015.v1i11.3438.

CORRÊA, Alessandro Vorussi; JAREK, Márcio E ZANINI, Raquel Aline. As metamorfoses que o amor provoca: as relações porosas entre W. Benjamin e Asja Lacis (ou o teatro, a política e a filosofia). *ARTEFILOSOFIA*, V. 15, No29, set.2020.

CORREIA, Arícia Fernandes e PAGANI, Dal-Ri Vitória. Regularização fundiária plena: uma reinterpretação através da teoria do reconhecimento de Nancy Fraser. *Rev. Quaestio Iuris.*, Rio de Janeiro, Vol. 15, N.01., 2022, p. 149-170.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo-SP: Ed. Boitempo, 2017.

DE PAOLI, Paula. *Entre Relíquias e Casas Velhas: A Arquitetura das Reformas Urbanas de Pereira Passos no Centro do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Rio Book's 1ª edição, 2013

DORRË, Klaus. *Teorema da expropriação capitalista* Klaus Dorrë; tradução Cesar Mortari Barreira, Iasmin Goes; Apresentação e revisão técnica Guilherme Leite Gonçalves. - 1ªed. - São Paulo: Boitempo, 2022.

ENRIGHT, Theresa e OLMSTEAD, Nathan. *The potencial politics of the porous city*. *EPD: Society and Space* 2023, Vol. 41(2) 295–309, 2023

FONSECA, Maria Guadalupe Piragibe da. *Iniciação à pesquisa no direito: pelos caminhos do conhecimento e da invenção*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FREITAS, Paulo Springer de. A Regulamentação do artigo 23 da Constituição Federal. In: Bruno Dantas; Eliane Cruxen; Fernando Santos; Gustavo Ponce de Leon Lago. (Org.). *Constituição de 1988: O Brasil 20 anos depois O Exercício da Política*. 1ed. Brasília: Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro, 2008, v. II, p. 237-267.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar Escrever Esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e Narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GATTI, Luciano. *Walter Benjamin e o Surrealismo: escrita e iluminação profana*. *Artefilosofia*, Ouro Preto, n.6, p. 74-94, abr.2009.

GILLOCH, Graemme. *Myth & metropolis: Walter Benjamin and the city*. Cambridge: Polity Press, 1996.

GLAESER, Ludwin Edward. Os centros Urbanos: a maior invenção da humanidade. São Paulo: Elsevier. 2011.

GONÇALVES, Guilherme Leite. Um porto no capitalismo global: desvendando a acumulação entrelaçada no Rio de Janeiro. Guilherme Leite Gonçalves, Sérgio Costa. – 1ªed. – São Paulo: Boitempo, 2020.

HALL, Peter. Cidades do Amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. Peter Hall; tradução maria Alice Junqueira Bastos, Pérola de Carvalho, Anita Guimarães. 4ªed. – São Paulo: Perspectiva, 2016.

HARVEY, David. A Condição Pós-Moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. David Harvey. – São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. Cidades Rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana. David Harvey; tradução Jeferson Camargo. – São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014.

HOBBSBAWN, Eric J. Sobre história. Eric Hobsbawn; tradução: Cid Knipel Moreira. – São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOBBSBAWN, Eric. e Ranger, Terence. A invenção das tradições. RJ: Paz e Terra, 2020.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Sérgio Buarque de Holanda. – 27ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HONORATO, Cláudio de Paula. Valongo: o mercado de Almas da praça carioca. Cláudio de Paula Honorato. 1ªed. – Curitiba: Appris, 2019.

KUNDERA, Milan. O Livro do Riso e do Esquecimento. Tradução de Teresa Bulhões de Carvalho. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 272.

LIMA, Tânia Andrade. SENE, Glaucia Malerba. SOUZA, Marcos André Torres de. Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX, Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.24. n.1, 2016.

LÉFÈBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LÖWY, Michael. Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Michael Lowy; tradução de Wanda Nogueira Caldeiras Brant; [tradução das teses] Jeanne Marie Gagnebin, Marcos Lutz Muller. São Paulo: Boitempo, 2005.

MATE, Reyes. Meia-noite na história: comentários às teses de Walter Benjamin “Sobre o conceito de História”. Reyes Mate; tradução Nélio Schneider. – São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2011.

MITTELMEIER, Martin. Asja Lacin in Neapel. Wie das Konzept der Porosität den Stil der Texte Walter Benjamins und Theodor W. Adornos beeinflusst. *Culture Crossroads. Journal of the Research Centre at the Latvian Academy of Culture*, Riga, v. 8, 2015.

MOTA, Virginia. Uma voz a quatro mãos: Walter Benjamin e Asja Lacin. *ARTEFILOSOFIA*, V. 15, No 29, set.2020.

OLIVEIRA, Beatriz S.C. Linhagens benjaminianas do pensamento etnográfico. *Revista BIB*, n. 81, 2017, pp. 42-65.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco* Francisco de Oliveira. – 1ªed., 4ª reimp. - São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. *O Estado e o Urbano*. *Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, 1982.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *A flor da Terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro* Júlio César Medeiros da Silva Pereira. – 2ªed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

‘Porto Maravilha’, O Maior Projeto de Revitalização Urbana do Rio, 10 Anos Depois, *RioOnWatch*, <https://rioonwatch.org.br/?p=44800>, acesso em: 25.02.2024.

Prefeitura anuncia venda do edifício A Noite, <https://prefeitura.rio/noticias/prefeitura-anuncia-venda-do-edificio-a-noite>, acesso em: 01-03-2024.

RIBEIRO, Cláudio Rezende. *Cidade standard: paisagem urbana e acumulação*, em *Cidade standard e novas vulnerabilidades*, 2018.

RIBEIRO, Cláudio Rezende. *Porto Maravilha: paisagem urbana como princípio de interpretação da norma e da forma*. I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro, 2010.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução Alain François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

SANTOS, Angela M. S.P. e VASQUES, Pedro. “The Brazilian housing program “Minha Casa Minha Vida” in Rio de Janeiro: an analysis of its social and urban aspects”. In: *Seminário CITTA 2019, Porto PT, 20 de setembro de 2019 e COPANS, R. “Minha Casa Minha Vida: o revival do BNH?”*. In SANTOS, A. et al (org.). Rio de Janeiro: um território em mutação. Rio de Janeiro: Gramma FAPERJ, 2012.

SANTOS, Angela Moulin Simoes Penalva Santos e MOTTA, Marly Silva da. O “bota-abaixo” revisitado: o Executivo municipal e as reformas urbanas no Rio de Janeiro (1903-2003). *Revista Rio de Janeiro*, n. 10, 2003.

SANTOS, Angela Moulin Simões Penalva. *Política urbana no Brasil: a difícil regulação de uma urbanização periférica*. *GeoUERJ*, Rio de Janeiro, DOI: 10.12957/geouerj.2020.47268, p.19, 2019. Disponível em <https://www.e->

publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/47269/32233, último acesso em 19.02.2024.

SANTOS, Angela Moulin Simões Penalva. *Política Urbana no Contexto Brasileiro: aspectos institucionais e financeiros* Angela Moulin Simoes Penalva Santos. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção* Milton Santos. – 4ªed. 10ª reimpressão – São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2020.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem* Milton Santos. – 5ª ed., 4ª reimpressão - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.

SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional* Milton Santos. – 5ª ed. 1ª reimpressão. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro* Roberto Schwarz – São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Walter Benjamin e a guerra de imagens* Márcio Seligmann-Silva.- 1ªed. – São Paulo: Perspectiva, 2023.

SELLIGMANN-SILVA, Márcio. “Viver numa casa de vidro é uma virtude revolucionária por excelência”: Walter Benjamin e a paixão pela cidade e pelas histórias “porosas”, *Pandaemonium*, São Paulo, v. 23, n. 40, mai.-ago. 2020.

Teleférico da Providência deve voltar a funcionar até março em fase de testes, em <https://www.band.uol.com.br/bandnews-fm-rio-de-janeiro/noticias/telefericos-do-alemao-e-da-providencia-tem-periodo-final-de-obras-adiado-16659339>, último acesso em: 25.02.2024.

TUCHMAN, Barbara Wertheim; *A prática da história* Barbara W. Tuchman; tradução de Waltensir Dutra – Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C. & SCHIFFER, S., 1999.

VON MARTIUS, Karl. REVISTA DE HISTÓRIA DE AMÉRICA, nº 42, 1956, disponível em: https://www.academia.edu/16092043/Como_se_deve_escrever_a_Historia_do_Brasil_Author_s_Karl_Friedrich, acesso em: 01.03.2024.

WITTE, Bernd. *Walter Benjamin – uma biografia* Bernd Witte – tradução Romero Freitas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.